

Organização de Osvaldo Manuel Silvestre e Rita Patrício

CONFERÊNCIAS DO CINQUENTENÁRIO

da Teoria da Literatura de Vítor Aguiar e Silva



UMinho Editora

Oswaldo Manuel Silvestre ensina na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na área da Teoria da Literatura, da Literatura Brasileira e dos Estudos Artísticos. Publicou ensaios, livros e antologias sobre Carlos de Oliveira, Eça de Queirós, João Vário, política de língua, literatura portuguesa, literatura comparada e literatura brasileira. É coordenador do Instituto de Estudos Brasileiros da sua Faculdade.

Rita Patrício é Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. De 1994 a 2019, foi docente da Universidade do Minho e membro do seu Centro de Estudos Humanísticos. É autora de vários ensaios, em volumes coletivos e em revistas especializadas, decorrentes dos seus estudos sobre teoria da literatura e literatura portuguesa moderna e contemporânea, nomeadamente sobre Fernando Pessoa e Vitorino Nemésio.

CONFERÊNCIAS DO CINQUENTENÁRIO

da Teoria da Literatura de Vítor Aguiar e Silva



UMinho Editora

ORGANIZAÇÃO

Oswaldo Manuel Silvestre

Rita Patrício

AUTORES

Abel Barros Baptista

Carlos Reis

Fernando Cabo Aseguinolaza

Joana Matos Frias

José Cândido de Oliveira Martins

Matheus de Brito

Oswaldo Manuel Silvestre

Paulo Meneses

Ricardo Namora

Rita Patrício

Rui Vieira de Castro

Vítor Aguiar e Silva

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Manuela Martins

CAPA

UMinho Editora

DESIGN e PAGINAÇÃO

Tiago Rodrigues

IMPRESSÃO e ACABAMENTOS

Gráfica Diário do Minho

EDIÇÃO UMinho Editora

LOCAL DE EDIÇÃO Braga 2020

DEPÓSITO LEGAL N.º 472494/20

ISBN digital 978-989-8974-16-7

ISBN impresso 978-989-8974-15-0

DOI <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.15>

Os conteúdos apresentados (textos e imagens) são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
© Autores. Esta obra encontra-se sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0

UNIVERSIDADE DO MINHO

CONFERÊNCIAS DO CINQUENTENÁRIO

da Teoria da Literatura de Vítor Aguiar e Silva

Organização de
Oswaldo Manuel Silvestre e Rita Patrício

1 OS CONCEITOS DE LITERATURA E LITERARIEDADE

1.1. HISTÓRIA SEMÂNTICA DO LEXEMA LITERATURA

O lexema literatura deriva historicamente, por via erudita, do lexema latino litteratura, o qual, segundo informa Quintiliano,⁽¹⁾ foi decalcado sobre o substantivo grego γραμματική. Nas principais línguas europeias, os lexemas derivados, por via erudita, de litteratura entraram, sob formas muito semelhantes, — cf. ~~em~~ castelhano: literatura; francês: littérature; italiano: letteratura; inglês: literature —, na segunda metade do século XV, sendo um pouco mais tardio o seu aparecimento na língua alemã (século XVI) e na língua russa (século XVII). Na língua portuguesa, encontramos documentado o lexema literatura num texto datado de 21 de Março de 1510.⁽²⁾

(1) — Cf. Quintiliano, Inst. or., II, 1, 4.

Utilizamos lexema, de uso vário na terminologia da linguística contemporânea, em conformidade com P. H. Matthews, Inflectional morphology, Cambridge, at the University Press, 1972, pp. 160-162, e com John Lyons, Semantics, Cambridge, Cambridge University Press, 1977, vol. 1, pp. 18-20.

(2) — Cf. Actas dos Conselhos da Universidade de 1505 a 1537. Publicadas por Mão Brandão. Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade, 1968, vol. I, p. 122: "[...] & os sites doctores [tom] deram suas vozes e sua sciencia & literatura [...]". Num texto mais antigo, datado de 6 Julho de 1507 e publicado também na obra mencionada (p. 28), aparece a forma vocabular literatura.

SUMÁRIO

<i>Breve apresentação</i> , Osvaldo Manuel Silvestre e Rita Patrício	11
--	----

I

<i>Coimbra: alocução de abertura</i> , Osvaldo Manuel Silvestre	17
---	----

<i>Memórias para a biografia dum livro</i> , Vítor Aguiar e Silva	23
---	----

<i>A exagerada notícia de uma morte anunciada:</i> <i>da Teoria da Literatura aos estudos narrativos</i> , Carlos Reis	31
---	----

<i>Prática teórica</i> , Abel Barros Baptista	49
---	----

<i>Algumas coordenadas epistemológicas da obra de Aguiar e Silva</i> , Matheus de Brito	67
--	----

<i>H de Humanidades</i> , Ricardo Namora	89
--	----

<i>Teoria da Literatura, 1967: avatares e demónios</i> , Rita Patrício	101
--	-----

II

<i>Braga: alocução de abertura</i> , Rita Patrício	123
--	-----

<i>Memórias do nascimento duma biblioteca</i> , Vítor Aguiar e Silva	127
--	-----

<i>Outros lugares da Teoria. Circunstâncias e modos de ler literatura</i> <i>na escola</i> , Rui Vieira de Castro	133
--	-----

<i>Ficción y lugar: los topónimos desde la teoría de la literatura</i> , Fernando Cabo Aseguinolaza	153
--	-----

<i>Entre o trivium e os estudos literários (aventuras e extravios)</i> , Paulo Meneses	175
---	-----

CONFERÊNCIAS DO CINQUENTENÁRIO

<i>Teoria literária e paródia: memória e reescrita,</i> José Cândido de Oliveira Martins	203
<i>Patética e problemática de uma Poética empática,</i> Joana Matos Frias	221
<i>A Teoria da Literatura de Vítor Aguiar e Silva e a sala de aula,</i> Osvaldo Manuel Silvestre	245
Tábua biobibliográfica de Vítor Aguiar e Silva	267
Notas biobibliográficas sobre os autores	271

BREVE APRESENTAÇÃO

Oswaldo Manuel Silvestre
e Rita Patrício

Em 1967 foi editada em Coimbra, pela Livraria Almeida, a *Teoria da Literatura*, de Vítor Aguiar e Silva. Reeditada desde então, profundamente repensada a partir da 4ª edição, de 1981, editada no Brasil e traduzida para espanhol, a obra, que viria conhecer um significativo impacto no Brasil e no mundo hispânico, confunde-se com a história da disciplina introduzida nos *curricula* universitários portugueses com a reforma de 1957, vindo também a produzir efeitos no ensino da literatura nas escolas secundárias do país. Embora o seu autor tenha publicado depois uma série de obras de referência, quer no domínio da teoria da literatura, quer no dos estudos camonianos,

dos estudos sobre o maneirismo e o barroco, ou sobre as humanidades, a *Teoria da Literatura* permanece a obra à qual o seu nome é de imediato associado.

As Universidades de Coimbra e do Minho associaram-se, no ano de 2017, numa comemoração, que foi um momento de exigente reflexão académica, dos 50 anos da 1ª edição da *Teoria da Literatura*, de Vítor Aguiar e Silva. As Conferências do Cinquentenário discutiram as grandes questões colocadas pelo livro e pela obra de Vítor Aguiar e Silva no domínio da Teoria da Literatura e da sua relação com as Humanidades. O temário proposto aos conferencistas foi o seguinte:

- 1) A *Teoria da Literatura* entre os livros de Vítor Aguiar e Silva
- 2) As várias Teoria(s) da Literatura de Vítor Aguiar e Silva
- 3) A Teoria da Literatura hoje
- 4) A Teoria da Literatura ao longo destes 50 anos
- 5) Os estudos literários depois da Teoria da Literatura
- 6) A Teoria da Literatura e as Humanidades.

Este livro reúne as Conferências que, no ano de 2017, assinalaram a primeira edição da *Teoria da Literatura*, de Vítor Aguiar e Silva, e que, seguindo o percurso académico e biográfico do autor, se desdobraram pelas duas universidades, a de Coimbra, a 16 de novembro, na Sala de S. Pedro da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e a do Minho, a 15 de dezembro, no Salão Nobre da Reitoria da Universidade do Minho.

A Universidade de Coimbra ofereceu a Vítor Aguiar e Silva o contexto educativo e institucional, aberto pela reforma que em 1957 criou a disciplina de Teoria da Literatura nos *curricula* universitários, no qual o professor e pesquisador preparou e testou o volume que, editado pela Livraria Almedina, viria a público em 1967. Nas duas décadas posteriores o livro viria a sofrer reedições e refundições, tornando-se a obra de referência em Portugal e no mundo de língua portuguesa.

A mudança dos tempos e das vontades levou Vítor Aguiar e Silva a optar, em 1989, pela Universidade do Minho, em que já lecionava há bem uma década, vindo a desempenhar

altas funções entre o colégio académico: seria vice-reitor, entre 1990 e 2002. Na Universidade do Minho Vítor Aguiar e Silva lecionou longamente a disciplina de Teoria da Literatura, mas sobretudo contribuiu decisivamente para a criação do quadro institucional em que se veio a desenvolver o ensino da literatura e das humanidades ao nível da graduação e da pós-graduação no Instituto de Línguas e Ciências Humanas, bem como a pesquisa universitária, por meio do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, que dirigiu por vários anos, tendo aí lançado a revista *Diacrítica* e os *Colóquios de Outono*, que se mantêm até hoje.

Ao longo dos 50 anos que este volume assinala, a Teoria da Literatura tornou-se a disciplina de referência dos estudos literários, tendo dado voz e corpo a um *desejo de ciência* que, num quadro muito diverso do evolucionismo oitocentista, marcou os estudos literários, e as Humanidades, do século XX, a partir do diálogo interdisciplinar com a Linguística. A centralidade da disciplina suscitou naturais reações de rejeição do seu império sobre o campo epistémico dos estudos literários, sem que contudo uma verdadeira alternativa se tenha produzido ao longo destas décadas, marcadas quer pela proliferação de correntes teóricas, quer pela manifestação periódica de um desejo de “regresso à filologia”, curiosamente enunciado por duas grandes figuras da Teoria deste período (Paul de Man e Edward Said).

A obra teórica de Vítor Aguiar e Silva é parte maior deste processo, que no seu caso foi sendo matizado por uma forte formação filológica, cujo objeto de eleição foi sempre a obra de Camões, bem como por uma preocupação com o destino pedagógico, e mesmo didático, da Teoria da Literatura, o que explica o seu investimento na política das instituições educativas, já que é nelas que finalmente tudo se decide.

Os textos que este volume recolhe mantêm uma relação mais ou menos próxima com as várias áreas e dimensões do trabalho de Vítor Aguiar e Silva, permitindo reconhecer a vastidão desse trabalho pioneiro e a variedade das áreas cobertas por ele.

Todos eles, porém, são exercícios universitários que assimilam lições fundamentais do *scholar* que Vítor Aguiar e Silva sempre foi: o rigor epistémico, a exigência intelectual, o compromisso com um ideal académico que não confunde conhecimento, desinteressado ou interessado, com ativismo, uma confusão hoje demasiado popular.

Como dissemos no início, a disposição deste livro reproduz a sequência dos eventos que, entre novembro e dezembro de 2017, em Coimbra e Braga, celebraram os 50 anos da primeira edição da *Teoria da Literatura* de Vítor Aguiar e Silva. Cada sessão abriu com um texto em que, enquanto organizadores, optámos por descrever sinopticamente a natureza da relação do trabalho de Vítor Aguiar e Silva com cada uma das suas, e nossas, Universidades. O livro inclui também, imediatamente a seguir, e antes das propriamente ditas Conferências do Cinquentenário, os textos que Vítor Aguiar e Silva leu em cada sessão e nos quais evocou a sua ligação às duas instituições e o seu trabalho na Teoria da Literatura ao longo dos anos. Esta opção composicional introduz neste livro uma dimensão autobiográfica que, em rigor, é a contraface, ainda que recalçada, do trabalho teórico, que justamente pressupõe o princípio segundo o qual os textos são mais relevantes do que a vida. Pareceu-nos, porém, que os mais de 50 anos de dedicação de Vítor Aguiar e Silva à Teoria da Literatura contêm um valor de exemplo que justifica amplamente que, por uma vez, a vida do professor e pesquisador que sempre foi, e persiste em ser, se transforme nos textos que evocam uma história em que o pessoal se confunde com o institucional e o teórico com o passional.

À Universidade do Minho, em especial ao seu Reitor, Professor Doutor Rui Vieira de Castro, agradecemos muito o empenho na publicação deste volume.

Nota editorial: não foi imposta aos autores dos textos aqui coligidos a norma ortográfica de 1990.

I

COIMBRA: ALOCUÇÃO DE ABERTURA

Oswaldo Manuel Silvestre

Reunimo-nos hoje aqui, e de novo no próximo dia 15 de dezembro em Braga, para celebrar os 50 anos de um livro cujo título coincide com uma disciplina definidora das Humanidades novecentistas, quer as tomemos no sentido estrito de estudos literários e filológicos, quer no sentido lato de disciplinas que estudam textos, formas de escrita, inscrição, disseminação de sentido e leitura, já que todas elas sofreram o impacto da Teoria da Literatura. O livro que aqui nos traz teve a grande virtude de saber ser mais do que um livro (e muito mais do que um manual) ao longo destas cinco décadas, mudando pela própria exigência e pressão das circunstâncias de produção e circulação

de conhecimento, mas também pela insatisfação permanente e pelo espírito de inquirição que sempre animaram o seu autor, um académico dividido entre a vertigem do acesso às fontes e a consciência de que a ciência, em particular a ciência normal, exige também a capacidade, ao alcance apenas de alguns raros, de produzir terraplanagens para assim abrir panoramas que nos permitam contemplar e situar todo um campo do saber. Mas a *Teoria da Literatura* de Vítor Aguiar e Silva foi mais do que um livro, não apenas por ter evitado cristalizar na sua primeira versão – e sim por ter coincidido, em grande medida, entre nós mas não apenas (lembro o impacto da obra no Brasil, na Espanha e na Hispano-América), com a disciplina a que foi buscar o nome, e de que se tornou, no mundo universitário que referi, metonímia. Por isso mesmo, é difícil falar deste livro sem falar de muitas coisas que se situam além dele, mas de que ele participa, ao menos em parte: o devir dos estudos literários em geral; o devir da Teoria da Literatura no seu transcurso já secular; a relação entre a Teoria da Literatura, como disciplina moderna, e o seu ascendente clássico, a Poética; a relação entre a Teoria da Literatura e as Humanidades; a epistemofilia que se apoderou dos estudos literários na esteira da Teoria da Literatura; o reforço das exigências da disciplinaridade e, ao mesmo tempo, o imperativo da interdisciplinaridade; as grandes ambições (e, acima de todas, as da semiótica e do estruturalismo) e a humildade de quem sabe que no início, e no final de tudo, há sempre um texto e um leitor em luta com ele; enfim, a experiência da sala de aula, o verdadeiro *locus* do humanista, e o impacto da Teoria no Ensino.

Ocorre com Vítor Aguiar e Silva um fenómeno revelador: sendo autor de um conjunto muito marcante de livros, nos estudos camonianos, na história literária, nas Humanidades, é à *Teoria da Literatura* que o seu nome aparece imediatamente associado, naquele regime metonímico que antes referi. É injusto que assim seja? Seguramente, se tal associação sugerir a menorização desse impressionante *corpus* de obras. Mas há

também um elemento de justiça nessa associação, pois em nenhuma das obras de Vítor Aguiar e Silva se sente o trabalho de edificação de uma disciplina na universidade portuguesa a partir quase do zero como na *Teoria da Literatura*. Por várias vezes o Professor Aguiar e Silva narrou, aos seus estudantes, a perplexidade do seu mestre Costa Pimpão perante a tarefa de lecionar a disciplina criada pela reforma de 1957, e que esse professor ia traduzindo em regime mais ou menos filológico e historicista. Aluno desse Costa Pimpão perplexo com uma coisa chamada Teoria da Literatura, que tinha de lecionar, Vítor Aguiar e Silva teve, por seu turno, de partir desse paradigma filológico e historicista em que se formou, sem esquecer a sua grande competência na poética clássica, bem como do então poderoso modelo linguístico, pelo qual sempre nutriu uma indisfarçada paixão, para produzir a sua Teoria da Literatura, numa época em que o acesso à bibliografia era uma epopeia e todas as ocasiões e estratégias eram bem-vindos para adquirir mais um livro ou obter a cópia de um artigo. Visto assim, no contexto de isolamento que era o da universidade portuguesa de então, o esforço levado a cabo nas páginas da *Teoria da Literatura* editada em 1967, por um autor com 27 anos de idade, é efetivamente – e peso as palavras – monumental.

Permitam-me que fale agora, brevemente, não em nome das várias gerações que se formaram lendo a *Teoria da Literatura* de Vítor Aguiar e Silva, mas simplesmente como um membro mais das gerações dos seus alunos e no local em que tudo começou. Num dia de grande ceticismo em relação ao rumo a dar à minha vida, tanto mais que estava já no 4º ano do curso, sem ter sido ainda visitado pela Graça da vocação, entrei numa sala da FLUC, o Anfiteatro IV, para uma aula de Teoria da Literatura. Não descreverei, por pudor e falta de recursos retóricos, o que sucedeu então e ao longo desse ano letivo. Bastará dizer que na minha memória o curso se organiza, desde então, em função dessas aulas que, e agora di-lo-ei sem pudor, mudaram a minha vida. Conheci vários colegas, mais velhos e

mais novos, a quem sucedeu o mesmo, e desconfio que, quando chegou a minha vez de subir ao estrado do A IV, cometi muitos erros demasiado básicos pela única razão de tentar estar à altura daquela experiência para mim decisiva, e de tentar fazê-lo daquela maneira que já Aristóteles referia como sendo natural no homem e, ainda por cima, causadora de prazer: imitando, neste caso, o inimitável. Se falo disto, faço-o sobretudo porque o livro que hoje celebramos é, ou foi, na aceção mais nobre, o “livro de texto” de uma disciplina, pressupondo, no seu índice, um curso e o professor que o pensou e organizou – e não custa imaginar o jovem Aguiar e Silva usando a sala de aula como laboratório de um curso que viria a ser livro, para depois dar origem a muitos outros cursos, algures. Os colegas que nos acompanham hoje nestas conferências, vindos de outras universidades, e a quem agradeço em nome da organização a pronta adesão, compreenderão, pois são distintos universitários, que eu faça questão de referir o modo como o trabalho, e o magistério, de Vítor Aguiar e Silva, pressupôs a sala de aula, primeiro aqui em Coimbra, depois na Universidade do Minho. É provável que ao fazê-lo esteja a invocar alguma modalidade de “privilégio da origem”, mas confesso que sempre me interroguei sobre a diferença que seria ler a *Teoria da Literatura* sendo aluno de Vítor Aguiar e Silva e lê-la sem esse pressuposto de contexto. Não tenho culpa, digamos, de, tal como ocorre no “I-Juca-Pirama” do poeta brasileiro (e um pouquinho coimbrão) Gonçalves Dias, também eu poder dizer: “Meninos, eu vi”. Faço notar que este propósito – dizer que se viu claramente visto – é uma função não apenas cognitiva, mas social e política, da Teoria, desde a Grécia. O meu problema, desde o momento em que entrei no A IV para a primeira aula de Teoria da Literatura, é que nunca percebi bem o que é que tinha de facto visto ou, para o dizer de outra maneira, que tipo de experiência me tinha sido facultada. Em todo o caso, gosto de pensar que a minha dificuldade em produzir uma descrição dessa experiência não é substancialmente diferente da dificuldade que sinto em produzir

descrições de experiências, também formativas, como ler as redondilhas de “Sóbolos Rios”, o *Moby Dick*, as bem-aventuranças, ouvir a música de Jimi Hendrix ou contemplar certos planos de Yasujiro Ozu. Não consigo separar a lição da Teoria da Literatura do que ocorre nesses momentos, tal como não consigo separar a lição do Mestre da minha vida pessoal.

Estas algumas das razões que nos levaram, a Rita Patrício e a mim, a propor às nossas duas universidades a realização destas Conferências do Cinquentenário, que assinalam os 50 anos de vida da *Teoria da Literatura* de Vítor Aguiar e Silva. Após algumas hesitações, decidimos grafar Teoria da Literatura, no cartaz do evento, sem aspas, de modo a criar uma indecisão, que cremos significativa, e produtiva, entre a disciplina, o livro e o pensamento de Vítor Aguiar e Silva. Não há muita gente, e não há muitos livros, com os quais se possa praticar esta indecisão – em rigor, ela pressupõe o tempo dos pioneiros, que não é já o nosso. Talvez por isso, a nossa proposta de homenagem tenha acolhido de imediato a adesão de colegas de 6 universidades portuguesas, de 2 estrangeiras e de 3 unidades de investigação. Quero, pois, para terminar, agradecer às reitorias da Universidade de Coimbra e do Minho, o apoio a este evento; bem como à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e ao Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho; ao Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, ao Centro de Literatura Portuguesa e ao Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos. A todos os colegas conferencistas que de imediato se dispuseram a participar, sem uma única exceção. E ainda ao Tiago Santos, estudante do Programa de Doutoramento em Materialidades da Literatura e designer gráfico, responsável pelo desenho do cartaz e do programa do evento.

Muito obrigado a todos. Muito obrigado, Senhor Doutor Aguiar e Silva.

MEMÓRIAS PARA A BIOGRAFIA DUM LIVRO

Vítor Aguiar e Silva

Algum tempo atrás, o Osvaldo Silvestre telefonou-me para me lembrar que, neste ano de 2017, ocorria o cinquentenário da primeira edição da minha *Teoria da Literatura* e que a data iria ser assinalada, se eu não me opusesse, na Universidade de Coimbra e na Universidade do Minho, segundo um projecto de programa que me iria ser enviado pela Rita Patrício. Sem fingimento de qualquer espécie, respondi-lhe que me esquecera da data e que agradecia, a ele e à Rita Patrício, a iniciativa que assim me era comunicada e à qual não podia dizer “não”.

Nos últimos dias, tenho debatido comigo mesmo se deveria falar nas sessões das conferências a realizar na Universidade de Coimbra e na Universidade do Minho ou se deveria

ficar calado. Acabei por tomar a decisão de dizer breves e singelas palavras, pois que seria uma descortesia inqualificável não agradecer publicamente aos órgãos institucionais das duas Universidades que apoiaram a realização das “Conferências do Cinquentenário da *Teoria da Literatura*”: Reitoria da Universidade de Coimbra e Reitoria da Universidade do Minho, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, Centro de Literatura Portuguesa e Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. Quero deixar aqui palavras de grato reconhecimento aos Colegas que assumiram a responsabilidade científica de organização das Conferências: Doutores Carlos Reis, José Augusto Cardoso Bernardes e José Carlos Seabra Pereira, da Universidade de Coimbra, e Doutores Carlos Mendes de Sousa, Eunice Ribeiro e Orlando Grossege, da Universidade do Minho. Exprimo um agradecimento especial à Rita Patrício e ao Osvaldo Silvestre, pela amizade e pela dedicação com que organizaram estas Conferências.

Quando rememoro, volvido meio século, o tempo da escrita e da publicação inicial da minha *Teoria da Literatura*, o sentimento que sobreleva essa visão retrospectiva é a saudade de um tempo de “primavera” do espírito criador, de um tempo de busca e indagação do novo, de um tempo de crença na relevância das matérias leccionadas e coligidas numa obra destinada a leitores universitários e extra-universitários.

O decreto-lei n.º41341, de 30 de Outubro de 1957, que reformou a Lei Orgânica das Faculdades de Letras da Universidade de Coimbra e da Universidade de Lisboa, é um marco luminoso na história do ensino e da investigação no âmbito das Humanidades professadas na Universidade portuguesa.

Em relação às disciplinas instituídas *ex novo* nos três grupos das licenciaturas da 1ª Secção (Ciências Filológicas), avulta a criação da disciplina denominada *Teoria da Literatura*, de que fui aluno no ano escolar de 1957-58. A criação desta disciplina, que tinha como objectivo, segundo a letra do citado decreto-lei, a compreensão dos fenómenos literários, ter-se-á ficado a dever ao Professor Jacinto do Prado Coelho, a cujo espírito de modernidade científica e cultural me é muito grato prestar aqui homenagem (esta informação sobre a criação legal da disciplina de Teoria da Literatura foi-me corroborada, há muitos anos, pelo Professor Gonçalves Rodrigues, figura politicamente muito influente, na década de cinquenta do século passado, no Ministério da Educação Nacional).

A regência da nova disciplina, na Faculdade de Letras de Coimbra, ficou a cargo, até ao ano escolar de 1961-62, do professor catedrático Doutor Álvaro Júlio da Costa Pimpão, um filólogo de sólida formação histórico-literária, mas escassamente propenso a abstracções de ordem teórica. O Doutor Costa Pimpão, logo na primeira aula, confessou a sua perplexidade quanto ao programa a estabelecer para a nova disciplina e quanto à bibliografia especializada a recomendar. Mencionou a obra de Wolfgang Kayser intitulada *Fundamentos da interpretação e da análise literária*, editada em 1948, cuja 2ª edição portuguesa, saída à luz em 1958 com o título *Análise e interpretação da obra literária (Introdução à ciência da literatura)*, foi criteriosamente revista pelo Doutor Paulo Quintela, segundo a 4ª edição alemã (1956). Citou ainda a obra de Alceu Amoroso Lima, *A estética literária e o crítico* (Rio de Janeiro, Agir, 1954), o livro de Guillermo de Torre, *Problemática de la literatura* (Buenos Aires, Editorial Losada, 1951) e o ensaio “Teoria da Literatura” de Augusto Meyer, incluído no livro *Preto & Branco* (Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura, 1956), reprodução de uma palestra proferida, em fins de 1952, na Faculdade Nacional de Filosofia.

Quando a regência da disciplina me foi confiada, no mês de Novembro de 1962, a principal dificuldade com que me defrontei foi exactamente a pobreza da bibliografia sobre Teoria da Literatura existente nas bibliotecas da Faculdade de Letras, que estavam predominantemente organizadas, na área da 1ª Secção, segundo o modelo filológico e histórico-literário oitocentista, isto é, segundo o modelo romântico e positivista das línguas e literaturas nacionais. Apenas em relação à estilística havia alguma bibliografia especializada e recente na biblioteca do Instituto de Estudos Românicos, graças às permutas bibliográficas proporcionadas pela *Revista Portuguesa de Filologia*, devotadamente dirigida pelo Doutor Manuel de Paiva Boléo.

Em Dezembro de 1962, foi editada a versão portuguesa da já então canónica *Teoria da Literatura* de René Wellek e Austin Warren, em competente tradução do ensaísta José Palla e Carmo. Foi um fascínio e foi uma frustração. Foi um fascínio, porque a obra de Wellek e Warren dava a conhecer as teorias dos formalistas russos e dos estruturalistas checos, a estética fenomenológica de Roman Ingarden, a poética do *New Criticism*. Foi uma frustração, porque tal informação teórica pertencia a uma galáxia remota.

Nos anos sessenta do século XX, teve início em vários países da Europa, sobretudo na França, e logo a seguir nos Estados Unidos da América, o fenómeno que Elizabeth Bruss denominou o tempo das *beautiful theories*. A bibliografia sobre Teoria da Literatura multiplicou-se rapidamente, quer sob a forma de monografias e actas de colóquios, quer sobretudo sob a forma de ensaios publicados em revistas especializadas. As nossas bibliotecas universitárias não dispunham de recursos orçamentais para a aquisição de nova bibliografia e as livrarias de Coimbra tinham dificuldades de vária ordem para satisfazer os pedidos de bibliografia estrangeira. Nalguns casos, valeu-me a boa vontade de amigos e conhecidos. Mencionarei só dois casos ilustrativos.

À Professora Luciana Stegagno-Picchio fiquei a dever o envio do precioso catálogo geral, relativo aos anos de 1958-1965, da editora milanesa “Il Saggiatore”, publicado em 1965, precedido de um relevante e inovador inquérito sobre *Strutturalismo e critica*, coordenado por Cesare Segre e com respostas de autorizados professores e investigadores italianos, franceses, suíços, alemães e norte-americanos. Foi através deste catálogo que tomei conhecimento pela primeira vez de autores italianos cuja obra iria contribuir valiosamente para a minha formação no domínio da Teoria da Literatura: o próprio coordenador do inquérito, Cesare Segre, D’Arco Silvio Avalle, Maria Corti, Luigi Rosiello. Encontrei a primeira referência a Jurij Lotman na resposta de Vittorio Strada ao inquérito. E nunca me esqueci da conclusão do testemunho de Claude Lévi-Strauss: somente a existência da tradição histórica e o seu conhecimento acurado podem fundamentar as operações estruturais, como exemplificava a obra de Erwin Panofsky, que era um grande estruturalista, sublinha Lévi-Strauss, porque era um grande historiador.

O segundo caso é muito curioso. No Curso de Férias de Verão do ano de 1966 para alunos estrangeiros que estudavam a língua e a cultura portuguesas – curso de que era “perpétuo” secretário-geral o Doutor Alfredo Fernandes Martins, o inesquecível *Fred* –, estava inscrito um aluno francês de origem italiana, chamado Maurice Catani. Sabendo o Maurice que eu leccionava a disciplina de Teoria da Literatura, veio perguntar-me se eu já conhecia uma obra acabada de publicar em Paris, nas «Éditions du Seuil», intitulada *Théorie de la Littérature*. Era uma antologia de textos fundamentais de formalistas russos organizada por um jovem crítico de origem búlgara chamado Tzvetan Todorov, com prefácio de Roman Jakobson. Perante a confissão do meu desconhecimento da obra, logo o Maurice se prontificou a enviar-me quando regressasse a França. E assim aconteceu. No começo de Outubro de 1966, chegou-me às mãos a antologia de Tzvetan Todorov, com a seguinte anotação de Maurice Catani inscrita no rosto do livro: “Bom proveito!”. Embora já conhecesse o estudo

clássico de Victor Erlich sobre o Formalismo russo (1ª edição, 1955) e o arqui-famoso ensaio de Roman Jakobson intitulado “Linguistics and Poetics” (1960), foi a antologia de Todorov que me deu a conhecer textos fundamentais de autores como Chklovski, Tynianov, Eikhenbaum, Tomachevski, Propp e do próprio Jakobson. A propósito da antologia elaborada por Todorov, é interessante registar que a data de publicação que figura no verso da portada é “1965”, mas que no cólofon a data fixada é o primeiro trimestre de 1966.

Nos anos seguintes, pude adquirir bibliografia especializada mais extensa e actualizada, devendo sublinhar a importância que para mim representa a bibliografia em língua italiana, quer de autores italianos, quer de autores eslavos em tradução italiana. A minha informação sobre o Formalismo russo, o Estruturalismo checo e a Semiótica, ficou a dever muito à bibliografia italiana.

A 4ª edição da *Teoria da Literatura*, publicada em 1982, alicerçada na bibliografia riquíssima que me proporcionou a biblioteca central da Universidade de Indiana, é uma obra em grande parte nova, sobretudo nos capítulos sobre o sistema semiótico literário, a comunicação literária e o texto literário.

Desde cedo entendi que o ensino e a investigação no campo da Teoria da Literatura requeriam uma rigorosa e aprofundada interdisciplinaridade com a linguística geral e a filosofia da linguagem, a semiótica, a teoria dos sistemas, a filosofia, a estética, a pragmática, a antropologia e a sociologia. Valorizei e valorizo sobretudo as relações de interdisciplinaridade da Teoria da Literatura com a linguística geral e com a filosofia da linguagem, áreas que conheço razoavelmente bem, graças em parte à lição de um dos grandes mestres de que a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra se deve orgulhar – o Doutor José Gonçalves Herculano de Carvalho.

A 4ª edição da *Teoria da Literatura*, actualizada topicamente nos anos posteriores até à 8ª edição, foi escrita num tempo em que raramente se punha em dúvida a cientificidade da Teoria da Literatura. Desde há alguns anos, não seria tão assertivo como fui em relação a tal matéria, embora recuse racionalmente o cepticismo e sobretudo o relativismo radical que têm gozado de grande fortuna nos estudos literários durante as últimas décadas.

Desde a 4ª edição da *Teoria da Literatura* que está explicitamente anunciada a existência futura de um volume II da obra, que seria consagrado às orientações, aos métodos e às correntes do campo dos estudos literários, a começar pela genealogia e pelos objectivos da própria Teoria da Literatura.

Até hoje, porém, esse volume II não viu a luz do dia, o que tem prejudicado a coerência da obra, até em termos da sua tradução (por exemplo, a editora Arco/Libros, de Madrid, manifestou desde há muitos anos o seu grande interesse na tradução da obra completa). Ao longo dos tempos, tenho escrito para esse anunciado volume II um número considerável de páginas, que dormem um prudente sono em *dossiers* empilhados na minha mesa de trabalho.

As razões desta situação são de ordem diversa. Avulta, em primeiro lugar, o que eu chamei caritativamente a “babelização” do campo dos estudos literários nas últimas décadas, com a proliferação, sobretudo nos meios universitários norte-americanos, de orientações e metodologias muito heterogéneas e antagónicas entre si. A *teorreia*, denunciada há anos por José Guilherme Merquior como a patológica inflação e como a contrafacção do discurso da teoria, alimenta-se de modas voláteis e representa interesses e posições de ordem social, política e cultural, que instrumentalizam em seu benefício os estudos literários. Não é tarefa fácil nem uma

operação incontroversa deslindar nesta “babelização” as escórias “teorreicas” e as contribuições relevantes. Dentre estas, sublinho em particular a desconstrução, o novo historicismo e o pós-colonialismo.

Em segundo lugar, menciono o empenhamento com que no último quartel de século me dediquei aos estudos camonianos, dedicação cujo coroaamento eu desejaria que fosse a publicação de uma edição comentada de *Os Lusíadas*.

Em terceiro lugar, neste pequeno rol de explicações exculpativas, aponto o escasso tempo disponível para a investigação desde que assumi cargos de gestão na Universidade do Minho. Ter contribuído para a construção, no sentido global do termo, de uma grande e moderna Universidade, é todavia um legítimo orgulho da minha vida académica.

Talvez quando perfizer oitenta anos de vida, que é uma data carregada de simbolismo no mundo universitário, eu possa dar uma solução nova à longa ausência do volume II da *Teoria da Literatura*. Já não comungo da utopia cognitiva do tempo triunfal da teoria, mas também não partilho do pessimismo tanatográfico dos que proclamam o afundamento da teoria literária e das humanidades em geral. Sou dos que pensam que a *a-teoria* é uma impossibilidade epistemológica e que a *contra-teoria* se funda sempre numa argumentação teórica.

A EXAGERADA NOTÍCIA DE UMA MORTE ANUNCIADA: DA *TEORIA DA LITERATURA* AOS ESTUDOS NARRATIVOS

Carlos Reis

Centro de Literatura Portuguesa
Universidade de Coimbra

1.

O contributo que trago a esta homenagem tem a sua origem na lição de racionalidade científica que aprendi com a *Teoria da Literatura* de Vítor Aguiar e Silva e com as suas aulas, no início da década de 70 do século passado. Foi essa lição que me motivou quando, em meados dos anos 80, empreendi, com a minha colega Ana Cristina Macário Lopes, a composição de um *Dicionário de Narratologia* publicado pela primeira vez em 1987 e sucessivamente editado em Portugal, em Espanha e no Brasil. Desde então, muita água correu sob as pontes da teoria da literatura, como disciplina académica e como campo

de pesquisa. Não desaguou toda ela num mar indiferenciado; é dela que continuo a beber, quando quero estudar literatura com um rigor e (de novo) com uma racionalidade ignorada pelas abordagens impressionistas, pelas que respondem a motivações ideológicas ou pelas que miudamente obedecem a diretrizes de causa e de partido. Noutras termos: a teoria da literatura não é já o que foi na segunda metade do século passado, mas o conhecimento teórico continua a ser a bússola que me guia, no diálogo com a literatura e com os seus textos.

É fiel a esse espírito que trago aqui alguma coisa do trabalho a que me tenho consagrado, desde que, há três anos, empreendi não uma reedição do *Dicionário de Narratologia* (que teria de ser feita com aquela minha colega e coautora, companheira inestimável da empresa inicial), mas uma sua reescrita *de fond en comble*. Essa reescrita é a inevitável consequência de um trajeto que vai da narratologia aos estudos narrativos; a exagerada notícia de uma morte anunciada que está referida no meu título reporta-se, em paráfrase que dispensa comentários, a esse trajeto e recusa o cancelamento da teoria – ou do legado da *Teoria da Literatura* do professor Aguiar e Silva. Com o que se segue, tentarei explicar porquê.

2.

O meu título não traz consigo apenas (e já não seria pouco) a evocação de um famoso romance de Gabriel García Márquez. Foi David Herman quem escreveu, no caso lembrando a famosa *boutade* de Mark Twain: “Parece, em resumo, que os boatos sobre a morte da narratologia foram enormemente exagerados” (Herman, 1999: 2). A constituição, o desenvolvimento e a conformação teórica dos estudos narrativos desmentem aquele falecimento e inutilizam o funeral que alguns se apressaram a organizar.

A expressão estudos narrativos designa atualmente um vasto campo de investigação e de ensino centrado na teoria e na análise da narrativa, com bases epistemológicas e operatórias

assentes sobretudo na narratologia, mas não só nela. A partir dessas bases de trabalho, os estudos narrativos compreendem movimentos de aprofundamento e de diversificação, rumo a indagações sobre fenómenos narrativos e transnarrativos, em diversos campos culturais e em diferentes enquadramentos mediáticos.

Opero agora uma breve inquirição retrospectiva que me permite relacionar os estudos narrativos com as mutações conhecidas pelas ciências da linguagem e pela análise da narrativa, a partir da linguística saussuriana, passando pelas propostas do formalismo russo e pelo estruturalismo dos anos 50 e 60. No que a este último diz respeito, é pertinente recuperar palavras de Roland Barthes, no número 8 da revista *Communications*, que abrem caminho à pluralidade de abordagens que os estudos narrativos presentemente contemplam. Cito:

Inumeráveis são as narrativas do mundo. Há em primeiro lugar uma variedade prodigiosa de géneros, distribuídos entre substâncias diferentes, como se toda a matéria fosse boa para que o homem lhe confiasse as suas narrativas: a narrativa pode ser sustentada pela linguagem articulada, oral ou escrita, pela imagem, fixa ou móvel, pelo gesto ou pela mistura ordenada de todas estas substâncias; está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopeia, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na pantomima, na pintura (recorde-se a Santa Úrsula de Carpaccio), no vitral, no cinema, nas histórias em quadrinhos, no *fait divers*, na conversação (Barthes, 1966: 1).

Alguns dos ensaios insertos naquele número de *Communications* (que hoje pode ser considerado um marco histórico) desde logo confirmavam a mencionada pluralidade de abordagens. Refiro-me aos estudos de Claude Bremond sobre a lógica da narrativa, de Christian Metz sobre o filme narrativo, de Jules Gritti sobre o relato de imprensa e de Umberto

Eco sobre James Bond e o romance de espionagem. Note-se, entretanto, que, para Eco, era cedo para analisar a personagem cinematográfica e sobretudo o movimento transmediático que a refigurou; bastava-lhe, nesse tempo e nesse quadro teórico, a figura do agente secreto criado por Ian Fleming.

3.

Desenvolvidos na sequência da narratologia, os estudos narrativos são por vezes designados como narratologia pós-clássica. Não acolho tal designação, porque entendo que ela omite dois atributos decisivos para o que aqui importa: em primeiro lugar, a noção de pluralidade, que se me afigura crucial na afirmação dos estudos narrativos; em segundo lugar, a sua condição autónoma e abrangente, no sentido em que os estudos narrativos não são uma simples deriva pós-narratológica, mas sim um campo de trabalho com propósitos, com fundamentos e com desígnios próprios. Tal não exclui, evidentemente, a relação dos estudos narrativos com a narratologia nem o reconhecimento de veios de continuidade dela provindos. Conforme assinala Gerald Prince, “a narratologia pós-clássica não constitui uma negação, uma rejeição, uma recusa da narratologia clássica, mas antes uma continuação, um prolongamento, um refinamento, um alargamento” (Prince, s.d.).

Noto, entretanto, que os estudos narrativos germânicos e os que lhe estão associados continuam a contemplar o termo *narratologia*; é isso que se verifica tanto em *The Living Handbook of Narratology* (ver <http://www.lhn.uni-hamburg.de/>), como na importante série “Narratologia” (da editora Walter de Gruyter e do Interdisciplinary Center for Narratology, da Universidade de Hamburgo). Em paratextos de diversos volumes daquela série, acentua-se, entretanto, o carácter diversificado do campo de análise em causa, sublinhando-se que a coleção está consagrada a estudos sobre “a narração nos contextos do quotidiano, nos *media* pictóricos, no filme e nos novos *media*, assim como na narração historiográfica, etnológica, na medicina e no direito”.

4.

Pode dizer-se que a formação e o desenvolvimento dos estudos narrativos estão assentes em três princípios considerados projeções operatórias: os princípios da interdisciplinaridade, da transnarratividade e da contextualidade.

O princípio da interdisciplinaridade motiva e legitima a abertura dos estudos narrativos para além das narrativas literárias e dos métodos das ciências da linguagem e da narratologia. Duas obras capitais acentuam essa dinâmica interdisciplinar. Na primeira delas (com um título plural, *Narratologies*, que já indicia o trânsito da narratologia para os estudos narrativos), David Herman afirma: “Estudiosos feministas (...) sugeriram que as mais antigas categorias narratológicas não captam necessariamente a forma como as questões de género condicionam a produção e o processamento das histórias”; e logo depois:

Do mesmo modo, outros teorizadores da narrativa pesquisaram campos como a inteligência artificial, o hipertexto, a psicanálise, os estudos de cinema e a linguística (...), no sentido de ampliar e diversificar a nossa conceção das histórias e de providenciar novos caminhos para analisar as suas estruturas e efeitos (Herman, 1999: 2).

Na mesma linha de pensamento, o texto introdutório da *Routledge Encyclopedia of Narrative Theory* reitera que

a narrativa atualmente cabe na competência de muitas disciplinas socio-científicas e humanísticas, bem como de outras, num leque que vai da sociolinguística, da análise do discurso, dos estudos de comunicação, da teoria literária e da filosofia à psicologia social e cognitiva, à etnografia, à sociologia, aos estudos mediáticos, à Inteligência Artificial e aos estudos das organizações, da medicina, da jurisprudência e da história (Herman *et alii*, 2005: IX).

Segundo: o princípio da transnarratividade conduz os estudos narrativos não só para além da narrativa literária, mas também da narrativa em geral, considerada nas suas propriedades modais. Estimulados por aquilo a que Martin Kreiswirth chamou viragem narrativista das ciências humanas (cf. Kreiswirth, 1994), os estudos narrativos interessam-se por elementos e por dispositivos retóricos que, sendo dominantes nos textos narrativos, podem ser reencontrados em práticas discursivas e em contextos mediáticos estranhos, à primeira vista, ao reconhecimento da narratividade. Este alargamento de horizontes favorece a análise de textos não ficcionais (p. ex., argumentos jurídicos, biografias históricas ou relatórios médicos), bem como a rearticulação transmediática da personagem e do tempo, como categorias nucleares da narrativa.

Em terceiro lugar, o princípio da contextualidade remete os estudos narrativos para elementos de análise não contemplados pela narratologia que incidia estritamente sobre o discurso ou sobre componentes da história e da sintaxe narrativa. A orientação para o contexto significa que os estudos narrativos, em palavras de Ansgar Nünning, podem valorizar “a cultura, o género (*gender*), a história, a interpretação e o processo da leitura, destacando aspetos da narrativa que a narratologia estruturalista pusera entre parênteses” (Nünning, 2010: 20). Temas ideológicos, identitários, feministas, pós-coloniais ou étnicos configuram-se, assim, como matérias de diversificação dos estudos narrativos, com forte impulso interdisciplinar. Faço notar, entretanto, que a acentuação da contextualidade representa uma deriva que levanta reservas nos defensores de uma narratologia imune às dimensões históricas e culturais da narrativa (cf. Nünning, 2009: 48-53). Não me incluo nesse grupo, nem no fundamentalismo epistemológico que ele representa.

5.

Atento agora num conceito que confirma o amplo raio de alcance dos estudos narrativos: o conceito de *narrativização*, entendido por Monika Fludernik como o “processo de naturalização que habilita o leitor a reconhecer como narrativos aqueles tipos de textos que aparentam ser não-narrativos” (Fludernik, 1996: 46). Abre-se assim caminho a duas possibilidades de aprofundamento dos estudos narrativos: por um lado, a uma perspectiva cognitiva da análise das narrativas, tendo em atenção a relevância de experiências prévias de relatos e da respetiva moldura de narratividade; por outro lado (e em sintonia com a chamada narratologia natural), à definição de campos de análise particulares e diferenciados.

Este movimento confirma o que antes foi dito. Se não faz sentido hoje falar em narratologia, no singular, é aceitável postular a existência de várias narratologias, cuja configuração se baseia em específicas opções socio-temáticas (ou de objeto de estudo) e epistemológicas. Para ser mais claro: a narratologia mediática, a narratologia cognitiva, a narratologia natural, a narratologia pictórica, a narratologia musical, a narratologia feminista ou a narratologia transmodal (referidas sem propósito hierárquico ou de enumeração exaustiva) constituem, com aquelas ou com designações similares, disciplinas com autonomia e com objetivos próprios.

6.

Referir-me-ei brevemente a uma das mais fecundas e consistentes daquelas disciplinas, a narratologia cognitiva. E dela derivarei para o tema da identidade narrativa, que considero axial, nos atuais estudos narrativos.

Diretamente relacionada com uma visão da narrativa assente em alicerces sociolinguísticos que reclamam a condição naturalizada dos relatos e da sua receção, a narratologia cognitiva convida, na linha das propostas de Fludernik, a reajustar o conceito de narratividade: em obediência a uma conceção

construtivista da narrativa, a narratividade não se explica pela vigência de propriedades textuais (em especial, pelo agenciamento das categorias do tempo e da ação), mas sim como algo que é reconhecido ou projetado pela experiencialidade narrativa dos leitores.

Para além disso, a narratologia cognitiva atesta a orientação interdisciplinar dos estudos narrativos. Traduz-se essa orientação na penetração, na análise da narrativa, de métodos e de instrumentos operatórios provindos do chamado paradigma cognitivo, com efeitos tanto na produção de relatos, como na sua recepção. Segundo David Herman e ainda com inspiração na linguística saussuriana,

o próprio sistema linguístico não existe a não ser fundamentado na comunidade discursiva que usa a linguagem e na mente dos seus membros. Assim, o sistema da linguagem é, ao mesmo tempo, cognitivamente baseado e socialmente constituído como recurso mental para indivíduos situados na vida social de comunidades de falantes (Herman, 2003: 9).

A narrativa, a literatura, a sua escrita e a sua leitura são domínios de investimento da chamada revolução cognitiva; em palavras de Alan Richardson e Francis Steen, na introdução a um número temático (*Literature and the Cognitive Revolution*) da revista *Poetics Today*, a revolução cognitiva projeta-se no trabalho da teoria literária “através de um diálogo com um ou mais campos (...): inteligência artificial, psicologia cognitiva, linguística pós-chomskiana, filosofia da mente, neurociência e biologia evolucionista” (Richardson e Steen, 2002: 1). Esse diálogo retroage sobre as ciências cognitivas, quando elas adotam conceitos e procedimentos trabalhados pelos estudos literários; assim, “figuras de retórica como a metáfora, a metonímia e a ironia refletem as ações de processos cognitivos fundamentais” (*id.*: 2).

Numa das suas facetas mais estimulantes, a narratologia cognitiva desloca a atenção conferida ao funcionamento das narrativas para o plano da sua receção. Com origem remota na fenomenologia ingardiana (cf. Ingarden, [1931] 1973 e [1968] 1973) e, mais próximo de nós, nos trabalhos de Wolfgang Iser (cf. Iser, 1975; Iser, 1980), esse deslocamento revaloriza o papel do leitor e convoca categorias e critérios operativos narratológicos e cognitivos (cf. Herman e Vervaeck, 2001: 161-175). Ao mesmo tempo, se considerarmos de forma articulada a dinâmica da enunciação e da receção de relatos, a narratologia cognitiva realça o potencial comunicativo e explicativo das histórias, relativamente ao passado e aos comportamentos humanos. Funda-se esse potencial em experiências narrativas interiorizadas e automatizadas, em função de molduras (*frames*) e de roteiros (*scripts*) que motivam ações e reações previsíveis, por inferência, em pessoas e em personagens; essas pessoas e essas personagens existem em mundos narrativos (ou de histórias: *storyworlds*) entendidos como modelos de situações em evolução (cf. Ryan, 2014: 31-37), observáveis tanto em relatos factuais como em relatos ficcionais.

7.

A análise dos mundos narrativos e das relações entre histórias e inteligência compreende duas opções estratégicas acima já esboçadas e que agora especifico, de acordo com David Herman: “Por um lado, os analistas da narrativa estudaram as representações mentais e os processos cognitivos que são instrumentais para a nossa capacidade de darmos sentido às histórias” (acrescento eu: damos “sentido às histórias” quando nos apoiamos, no decurso do processo de leitura, em modelos mentais de personagens, de episódios ou de cenários de histórias); por outro lado, as narrativas foram estudadas “em si mesmas como um instrumento de aquisição de sentido, como um recurso semiótico e comunicativo que habilita os seres humanos a encontrarem o seu caminho, num mundo

às vezes confuso e muitas vezes difícil” (Herman, 2003: 12; cf. ainda Herman, 2003a).

Dois exemplos: quem lê uma autobiografia projeta nela o seu conhecimento de si, como *pessoa narrativa* que atravessa o tempo e a vida coletiva; é esse conhecimento que ajuda a compreender a história lida. Segundo exemplo: quem compõe uma autobiografia quase sempre tenta, nesse projeto, organizar o seu próprio passado em clave narrativa e legitimar a sua relação com o mundo e com os outros. Num plano mais alargado, afirmamos que as nossas experiências de leitura da narrativa dependem de um conhecimento contextual sempre em reelaboração; a “capacidade para darmos sentido às histórias” e a “aquisição de sentido” (social, existencial, etc.) viabilizada pelas narrativas não são estáticas. Por isso, a releitura de ficções literárias complexas quase sempre revela aspetos semanticamente densos e consequentes, antes não percebidos e cognitivamente potenciados, nessa releitura, pelo alargamento da experiência de vida do leitor (incluindo a sua vida cultural e o seu capital de leituras).

8.

Daqui derivo para considerações acerca da personagem. Trata-se de uma categoria narrativa revalorizada nos últimos anos, em grande parte graças à cumplicidade estabelecida entre estudos narrativos e ciências cognitivas. Toda uma “ressurreição”, em suma, depois do que fora a sumária “execução”, pelo estruturalismo e pela narratologia *stricto sensu*, de uma figura a quem Genette, adotando uma expressão famosa de Paul Valéry, chamou “ser vivo sem entranhas” (Genette, 1983: 93).

Os trajetos de leitura da narrativa que se fixam na personagem (suscitando ações de reconhecimento, reações de empatia, atitudes de rejeição, etc.) solicitam, então, desenvolvimentos operatórios com forte orientação cognitiva. Em termos mais precisos e de acordo com Ralf Schneider (que é uma referência central nesta matéria), trata-se de “alinhar modelos

psicológicos do trabalho da cognição e da emoção na compreensão do texto, com a descrição de propriedades textuais” (Schneider, 2001: 608). A abordagem que assim se propõe acentua a dupla natureza da personagem: pela sua heteronomia, favorece-se a referência a modelos comportamentais deduzidos da experiência do leitor e da sua relação com os outros; por outro lado, a personagem resulta de processos autónomos de elaboração literária e de modelização narrativa e ficcional.

Indo além de propostas anteriores, Schneider identifica atos de categorização e de individuação, de descategorização e de personalização apoiados, respetivamente, em movimentos descendentes (*top-down*) e em movimentos ascendentes (*bottom-up*) que têm lugar durante a leitura. A tendência para “arrumarmos”, em termos tipológicos, certas personagens é própria da categorização; é o que se passa com as chamadas figuras *temáticas*, na expressão de James Phelan (cf. Phelan, 1989: 2-3), em sintonia com modelos sociais adquiridos pela “enciclopédia” do leitor e por ele reconhecidos (os tipos sociais são figuras *temáticas*). No extremo oposto e na sequência de ações de individuação e de descategorização, a personagem define-se em regime de personalização (assemelhando-se, assim, às figuras *miméticas*, segundo Phelan, 1989: 2 e 27 ss.), o que solicita uma memória de leitura “desamparada” de modelos previamente estabelecidos (por exemplo, quando deparamos com personagens imprevisíveis ou excecionais).

9.

Para todos os efeitos, a personagem observada em função do aparato cognitivo de leitura da narrativa configura uma identidade. Chego, por esta via, a um conceito com grande relevância nos atuais estudos narrativos e sublinho que, na aceção que aqui sigo, não dissocio o conceito de identidade daquilo que se conhece, em disciplinas que se têm ocupado desta noção: na psicologia, na sociologia, na antropologia, na linguística ou no direito. No contexto em que agora me encontro,

a *identidade narrativa* resulta de um processo constitutivo mediado pelo relato e pelas suas categorias estruturantes; é esse resultado que nos permite reconhecer e nomear uma figura ficcional ou um grupo social e destrinçar as suas propriedades distintivas, relativamente a outra figura ou a outro grupo.

De acordo com James A. Holstein e Jaber F. Gubrium, num livro que aborda a identidade narrativa no mundo pós-moderno, “a tecnologia quotidiana da construção do *eu* está situada no ponto de encontro da prática discursiva com o discurso-em-prática” (Holstein e Jaber, 2000: 103). Sendo assim, a referência a uma identidade narrativa opera-se em dois planos e sentidos, eventualmente cruzados. Assim:

9.1. No plano da enunciação e da produção narrativa, apreendemos as características identitárias do sujeito ou dos sujeitos que formulam o relato, no decurso de uma atividade com virtualidades identificadoras. De acordo com a perspetiva adotada, chamamos a essas entidades autores (empíricos) ou narradores (fissionais).

9.2. No plano do enunciado, observamos a manifestação narrativa de identidades que vivem uma história, bem como as suas características diferenciadoras (personagens individuais, grupos sociais, tipos de alcance coletivo, etc.). Neste sentido, a narrativa modeliza e projeta experiências humanas com considerável potencial identitário.

Ambos os planos podem ser conjugados, quando numa narrativa é contada uma história com capacidade de ilustração identitária, mesmo que ela se deduza da opção por um género literário ou por um estilo de época. Assim, dizemos d’*Os Lusíadas* que evidenciam uma identidade narrativa com vocação épica, celebratória e literariamente empenhada (é nesse sentido que falamos na identidade do poeta épico, transcendendo a figura de Camões). Por outro lado, na epopeia camoniana procuramos ler também a configuração de uma identidade coletiva, nacional e civilizacional, modelada

por valores inerentes a certas figuras históricas; essas figuras são elaboradas como personagens (Vasco da Gama ou Nuno Álvares Pereira) e complementadas pelo recurso a entidades mitológicas e ao legado cultural da Antiguidade Clássica. Ponderações semelhantes podem ser motivadas pelas grandes narrativas do chamado *cânone ocidental*: pelos relatos rabelaisianos (recordo a sua magistral leitura por Mikhail Bakhtin), pelo *Quijote*, pelo *Werther*, pelo *Childe Harold's Pilgrimage*, por *À la recherche du temps perdu* ou pelo *Livro do Desassossego*, de Bernardo Soares.

Deste último cito um trecho bem elucidativo do que aqui está em equação:

Ainda há dias sofri uma impressão espantosa com um breve escrito do meu passado. Lembro-me perfeitamente de que o meu escrúpulo, pelo menos relativo, pela linguagem data de há poucos anos. Encontrei numa gaveta um escrito meu, muito mais antigo, em que esse mesmo escrúpulo estava fortemente acentuado. Não me compreendi no passado positivamente. Como avancei para o que já era? Como me conheci hoje o que me desconheci ontem? E tudo se me confunde num labirinto onde, comigo, me extravio de mim (Pessoa, 2001: 217).

Pela enunciação protonarrativa que elabora no presente, o narrador dialoga com aquela outra escrita que reencontrou nesse presente (“um breve escrito”), vinda do seu passado. A incomodidade (o desassossego) provocada por esse confronto parece provir do lúcido reconhecimento de uma crise de identidade localizada nesse passado e que agora se percebe com amarga lucidez. Ou seja: conhecer-se hoje como alguém que no passado se desconhecia. A interrogação, em movimento narrativo (“Como avancei para o que já era?”), denuncia a impossibilidade de fuga de um labirinto identitário que

a narrativa *in fieri* não consegue resolver. Por fim, o facto de essa narrativa incipiente se reduzir a expressões fragmentárias remete para uma outra dimensão identitária, a do *Livro do Desassossego* enquanto testemunho de busca do sujeito extraído de si, no tal labirinto sem saída.

10.

Faz parte da intrínseca condição modal da narrativa um princípio de dinamismo, estreitamente conjugado com um trabalho de estruturação temporal; homologam-se ambos à historicidade e a uma ontologia da temporalidade que atingem as sociedades e os indivíduos, modelando as suas visões do mundo e as suas definições existenciais. Em função destas dominantes, a narrativa, a sua produção e as suas categorias estruturantes são instrumentos cruciais para representar processos de relacionamento social, de autoconhecimento de identidades por desvelar ou de superação de conflitos identitários.

Fixo-me na questão da temporalidade, que pode ser associada, por exemplo, às reflexões autobiográficas, memoriais ou historiográficas levadas a cabo por sujeitos individuais, por vezes em nome das comunidades em que se inserem. O pensamento de Paul Ricoeur revela-se aqui um auxiliar precioso, pela forma como narrativa e temporalidade são nele entendidas; segundo Ricoeur, ambas são componentes de uma fenomenologia da pessoa humana e da História, regida pela seguinte hipótese de base: a de “que existe entre a atividade de contar uma história e o carácter temporal da experiência humana uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural” (Ricoeur, 1983: 85). Postulando uma conceção da historicidade enraizada em argumentos narrativísticos, Ricoeur conclui, no final da sua densa análise: “A temporalidade não se deixa dizer no discurso direto de uma fenomenologia, mas exige a mediação do discurso indireto da narração” (*id.*: 1985: 349).

Resulta daqui a noção ricoeuriana de *identidade narrativa*, concebida como resultado da dialética constituída pelo

cruzamento “da ficcionalização da História e da historicização da ficção” (*id.*: 354). Conclui Paul Ricoeur: o “rebento frágil, saído da união da história com a ficção, é a prescrição [*assignation*] a um indivíduo ou a uma comunidade de uma identidade específica” (*id.*: 355).

Revejo-me nas propostas do grande pensador francês e sublinho duas ilações que elas consentem. Primeiro: toda a resposta a uma indagação acerca da identidade só pode ser narrativa. Segundo: a identidade narrativa não se encerra obrigatoriamente nos limites de um sujeito individual, mesmo que ele se chame Bernardo Soares; ela ganha uma dimensão coletiva, quando as narrativas que a modelam assumem os valores, as volições e as representações de uma comunidade (cf. *id.*: 355-357).

11.

São consideráveis as hipóteses de trabalho induzidas pelo conceito de identidade narrativa, hipóteses que ficaram sugeridas pela alusão à autobiografia como género narrativo: ela “exige que um homem se distancie, relativamente a si próprio, por forma a reconstituir-se a si mesmo, com incidência na sua especial unidade e identidade, ao longo do tempo” (Gusdorf, 2014: 35), declara George Gusdorf, num ensaio sobre as condições e os limites da autobiografia. Tal como esta, também os relatos historiográficos, os contos folclóricos, os mitos agregadores de grupos étnicos ou nacionais ou ainda as histórias de vida (inclusive em contexto psicanalítico) constituem repositórios, às vezes magmáticos, fragmentários ou instáveis, de narrativas com variável capacidade de representação identitária.

Em sintonia com estas postulações, uma análise levada a cabo por Jerome Bruner pôde confirmar, num registo cognitivista, a pertinência das teses de Ricoeur. Para aquele famoso psicólogo, as histórias de vida, mesmo que não revelem uma estruturação autobiográfica consistente, permitem reiterar a vocação identitária dos relatos de autoanálise. Tendo recolhido e desmontado várias daquelas histórias, Bruner afirmou:

Os modos de contar e os modos de conceptualizar que os acompanham tornam-se tão habituais que, finalmente, se transformam em receitas para estruturar a própria experiência, para abrirem rotas para a memória, não apenas para guiarem a narrativa de vida até ao presente, mas também para a direcionarem para o futuro (Bruner, 2004: 708).

E, considerando inseparável a vida que se leva da vida que se conta, acrescenta: “A nossa posição de princípio acerca da natureza de uma vida é a de que ela corresponde a uma história, a uma certa narrativa, mesmo que organizada incoerentemente” (*id.*: 709).

Em relatos literários, sobretudo naqueles que se centram em temas e em motivos biográficos e autobiográficos, a formulação identitária torna-se premente e mesmo inescapável. O chamado romance de formação é, neste aspeto, muito significativo, seja ele *Os Anos de Aprendizagem de Wilhelm Meister*, *Le rouge et le noir* ou *L'éducation sentimentale*. Fora do paradigma do romance de formação, mas inquestionavelmente marcado pelo impulso para responder àquilo a que William Randall, em *The Stories We Are*, chamou *imperativo autobiográfico* (cf. Randall, 2014: 209 ss.), o *Dom Casmuro* dá-nos um testemunho pontual, mas muito expressivo do significado identitário da escrita narrativa: indo além do que leu em Montaigne – “ce ne sont pas mes gestes que j'écris, c'est moi, c'est mon essence” –, o narrador declara: “Há só um modo de escrever a própria essência, é contá-la toda, o bem e o mal”. E logo depois: “Tal faço eu, à medida que me vai lembrando e convidando à construção ou reconstrução de mim mesmo” (Assis, 2003: 187). Em busca de semelhante reconstrução e do potencial de autognose que ela encerra, para si e para os outros, nos planos pessoal e coletivo, Gabriel García Márquez empreendeu uma longa viagem autobiográfica que muito sugestivamente intitulou *Vivir para contarla*. E, combinando memória com

A EXAGERADA NOTÍCIA DE UMA MORTE ANUNCIADA:
DA *TEORIA DA LITERATURA* AOS ESTUDOS NARRATIVOS

relato, inscreveu estas palavras lapidares no pórtico do seu livro: “La vida no es la que uno vivió, sino la que uno recuerda y como la recuerda” (García Márquez, 2002: 7).

Referências bibliográficas

- ASSIS, Machado de (2003). *Dom Casmurro*. Apresentação crítica, nota biográfica e biografia por Ana Maria Mão-de-Ferro Martinho. Lisboa: Dom Quixote.
- BARTHES, Roland (1966). “Introduction à l’analyse structurale des récits”. *Communications*, 8. 1-27.
- BRUNER, Jerome (2004). “Life as Narrative”. *Social Research*, vol. 71, nº 3, Fall. 691-710.
- FLUDERNIK, Monika (1996). *Towards a ‘Natural’ Narratology*. London and New York: Routledge.
- GARCÍA MARQUÉZ, Gabriel (2002). *Vivir para contarla*. Bogotá: Editorial Norma.
- GENETTE, Gérard (1983). *Nouveau discours du récit*. Paris: Seuil.
- GUSDORF, Georges (2014). “Conditions and Limits of Autobiography”. *Autobiography: Essays Theoretical and Critical*. Ed. James Olney. Princeton: Princeton University Press. 28-48.
- HERMAN, David (1999). “Introduction: Narratologies”. *Narratologies: new perspectives on narrative analysis*. Ed. David Herman. Columbus: Ohio State University Press. 1-30.
- HERMAN, David (2003). “Introduction”. *Narrative Theory and the Cognitive Sciences*. Ed. David Herman. Stanford: CSLI Publications.
- HERMAN, David (2003a). “Stories as a Tool for Thinking”. *Narrative Theory and the Cognitive Sciences*. Ed. David Herman. Stanford: CSLI Publications. 163-192.
- HERMAN, David *et alii* (eds.) (2005). *Routledge Encyclopedia of Narrative Theory*. London and New York: Routledge.
- HERMAN, Luc e Bart VERVAECK (2005). *Handbook of Narrative Analysis*. Lincoln and London: University of Nebraska Press.
- HOLSTEIN, James A. e Jaber F. GUBRIUM (2000). *The Self We Live By. Narrative Identity in a Postmodern World*. New York/Oxford: Oxford University Press.
- INGARDEN, Roman ([1931] 1973). *A obra de arte literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- INGARDEN, Roman ([1968] 1973). *The Cognition of the Literary Work of Art*. Evanston: Northwestern University Press.

ISER, Wolfgang (1975). *The Implied Reader. Patterns of communication in prose fiction from Bunyan to Beckett*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

ISER, Wolfgang (1980). *The Act of Reading. A theory of aesthetic response*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press.

KREISWIRTH, Martin (1994). "Tell Me a Story: The Narrativist Turn in the Human Sciences". *Constructivist Criticism: The Human Sciences in the Age of Theory*. Ed. Martin Kreiswirth e Thomas Carmichael Toronto: University of Toronto Press. 61-87.

NÜNNING, Ansgar (2009). "Surveying Contextualist and Cultural Narratologies: Towards an Outline of Approaches, Concepts and Potentials". *Narratology in the Age of Cross-Disciplinary Narrative Research*. Ed. Sandra Heinen e Roy Sommer. Berlin/New York: Walter de Gruyter. 48-70.

NÜNNING, Ansgar (2010). "Narratologie ou narratologies? Un état des lieux des développements récents : propositions pour de futurs usages du terme". *Narratologies contemporaines. Approches nouvelles pour la théorie et l'analyse du récit*. Eds. John Pier e Francis Berthelot. Paris : Éditions des Archives Contemporaines. 15-44.

PESSOA, Fernando (2001). *Livro do Desassossego composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa*. Edição de Richard Zenith. 3ª edição. Lisboa: Assírio & Alvim.

PHELAN, James (1989). *Reading People, Reading Plots. Character, Progression, and the Interpretation of Narrative*. Chicago and London: The Univ. of Chicago Press.

PRINCE, Gerald (s.d.). "Narratologie classique et narratologie post-classique". *Vox Poetica. Lettres et sciences humaines* (em <http://www.vox-poetica.org/t/articles/prince.html> ; acesso a 19-11-2017).

RANDALL, William Lowell (2014). *The Stories We Are*. 2ª ed. Toronto/Buffalo/ London: University of Toronto Press.

RICHARDSON, Alan e Francis F. STEEN (2002). "Literature and the Cognitive Revolution: An Introduction". *Poetics Today*, 23, 1, Spring. 1-8.

RICOEUR, Paul (1983). *Temps et récit*. Paris : Seuil, t. I.

RICOEUR, Paul (1985). *Temps et récit*. Paris : Seuil, t. III.

RYAN, Marie-Laure (2014). "Story/Worlds/Media: Tuning the Instruments of a Media-Conscious Narratology". *Storyworlds across Media: Toward a Media-Conscious Narratology*. Eds Marie-Laure Ryan e Jan-Noël Thon. Lincoln: University of Nebraska Press. 25-49.

SCHNEIDER, Ralf (2001). "Toward a Cognitive Theory of Literary Character: The Dynamics of Mental-Model Construction". *Style*, vol. 35, nº 4, Winter. 607-640.

PRÁTICA TEÓRICA

Abel Barros Baptista

Instituto de Estudos de Literatura e Tradição
Universidade Nova de Lisboa

A teoria da literatura é coisa de professores. Essa, pelo menos, a reputação estabelecida, talvez não entre os mesmos professores, que o mais provável é preferirem-na póstuma desde que deixou de ser viável supô-la genuína emanção do reino do inteligível. Essa preferência decerto evita insinuar no debate intelectual assuntos como contratos ou planos curriculares, aglomerado acessório ou trivial se comparado com o difícil problema dos limites da interpretação ou a inesquecível falácia da intenção. Trata-se, porém, menos de preferência do que noção idealista entranhada na própria disciplina; bem sucedida na exclusão do difuso aglomerado institucional e para evitar que

retorne, obriga-se a preferir o póstumo ao activo, compraz-se em mortes e outras coisas animadas de grande desejo de futuro.

O meu propósito aqui é genuinamente celebrante. Enquanto professor, julgo que os marcos que determinaram o nosso mundo mobilado por coisas de professores — ou porque ajudaram a dar-lhe forma ou porque nos inspiraram enquanto vivemos nele — devem ser celebrados como exemplos da própria possibilidade de continuar a celebrá-los, a qual inclui por força uma ideia de universidade e um compromisso com uma ideia de universidade. O exame inerente à celebração está por isso de antemão determinado por alguma ideia de continuação, conservação ou persistência: se a teoria da literatura é coisa de professores, é coisa delimitada por uma ideia de universidade; e se a celebração da Teoria da Literatura — o livro e a disciplina epónima — tem lugar na universidade, a discussão inerente implica a responsabilidade de a orientar segundo uma ideia de universidade.

Deixada esta advertência, começo por recordar um incidente académico.

1.

Era aqui mesmo, em Coimbra, há cerca de dez anos. Durante as provas de doutoramento do meu colega e amigo Osvaldo Manuel Silvestre, deu-se esse aliás pequeníssimo incidente que pode ajudar a situar a jornada de hoje, de que ele é aliás um dos promotores. A certo ponto da resposta ao segundo arguente — justamente o Prof. Vítor Aguiar e Silva, também orientador —, Osvaldo Silvestre parafraseou um breve ensaio de Richard Rorty, “Looking back at ‘Literary Theory’”, no ponto em que diz que, sendo a diferença entre Auerbach e Spivak tão grande como a que separa Heidegger de Carnap, quem for capaz de ler ambos os membros de cada par atinge o máximo de interdisciplinaridade que se lhe pode razoavelmente exigir. O Prof. Aguiar e Silva interrompeu o arguido para, com veemência, qualificar o ensaio de Rorty como “o texto mais lamentável que...”.

Não recordo com precisão o âmbito de referência do superlativo e sou incapaz de reconstituir sequer vagamente a discussão em curso. O adjectivo “lamentável”, esse dou-o por seguro. Pareceu-me que o arguente não criticava o arguido por se abonar com um texto lamentável, manifestava a sua inconformação com a própria existência do texto lamentável.

Sublinho que foi uma impressão passageira e apenas a menciono para introduzir o meu assunto, que não é o choque entre mestre e discípulo, orientador e orientando, arguente e arguido. Há no ensaio de Rorty duas coisas que contribuem para meu interesse actual no incidente.

A primeira é dizer que a teoria da literatura se tornou um chapéu surrado, *old hat*, com muito uso e fora de moda. A segunda coisa é a apologia de uma atitude de *laissez-faire* (denominação do próprio Rorty) na definição das exigências a colocar aos estudantes dos programas de filosofia e estudos literários, e que consistia basicamente em deixá-los livres para... *following their noses*. Realço a locução original, porque muito do assunto que me interessa tem que ver com seguir sendo conduzido, por mestre ou compêndio, ou seguir suspendendo o seguimento, acólito ou anacoluto.

A conjugação do chapéu usado com a liberdade de ser senhor do próprio nariz, trazida a uma prova de doutoramento em teoria da literatura, com o candidato a orientar o nariz no sentido do apologista de seguir o nariz, podia por sua vez tornar-se ali sugestão de que a obsolescência dos debates e argumentos que ocupavam a prova ia a par da caduquice dos critérios e padrões de exigência que nela vigoravam. Eis sumariamente a situação particularíssima do incidente: poucos textos, com efeito, poderiam ser tão devastadores para o doutoramento em teoria da literatura, afectando tanto a especialidade em que o grau é atribuído como a prova de cuja superação depende a atribuição.

Naturalmente, nada disto esteve presente naquele momento; nem pretendo, longe de mim, oferecer alguma explicação para o “lamentável” acolchetado ao ensaio de Rorty.

Parece-me agora, como me pareceu então, um qualificativo tão compreensível como injusto; seria no entanto mais injusto e decerto menos compreensível pretender constituí-lo assunto de discussão, 10 anos depois, sem memória segura, ainda por cima longe da Sala dos Capelos. A veemência da interrupção, entretanto, sugere que, fosse o que fosse a exigir o repúdio do autor da *Teoria da Literatura* que hoje celebramos — se era precisamente ele quem ali estava —, não havia de ser coisa acidental ou trivial, e pelo contrário talvez decorresse, não apenas de desinteligência profunda ou insanável na relação com a teoria da literatura — o que parece óbvio —, mas ainda de desinteligência profunda ou insanável sobre a ideia de universidade. Supondo, por exemplo, que se tornou moda dizer que a teoria da literatura nunca foi mais do que uma moda, a declaração de Rorty, seguindo esta outra moda, seria mais nefasta para certa ideia de universidade do que para a teoria da literatura. Por outras palavras, a recordação daquele episódio animou-me a formular a hipótese de que a relação da teoria da literatura com a universidade pode ser mais eloquente a respeito da universidade do que a respeito da literatura, e nesse caso a mera consideração da possibilidade de conservar a literatura na universidade sem incluir na conservação a teoria da literatura, implicaria, senão uma perturbação, uma reavaliação da ideia de universidade. Do mesmo modo, aliás, que a reconsideração da ideia de universidade pode abrir caminho a soluções para os estudos literários além da opção entre o repúdio da teoria e a preservação nos moldes familiares.

É uma primeira exploração dessa hipótese que pretendo deixar nas observações seguintes.

2.

Se tivesse de deduzir uma lição única, a subordinar as outras no ensaio de Rorty, seria formulada como comecei: a teoria da literatura é coisa de professores. Os professores estão logo na primeira frase: “Nos anos 70, professores dos departamentos

americanos de literatura começaram a ler Derrida e Foucault”. O tom roça a trivialidade e talvez seja calculadamente leviano. Já a segunda frase é menos trivial, talvez porque falsa: “Uma subdisciplina chamada ‘teoria da literatura’ ganhou forma.” (Rorty, 2006: 63). O resto do parágrafo esclarece o assunto: a ideia de que o texto literário podia ser “teorizado” com proveito ajudou a que certos professores de literatura ensinassem os seus filósofos preferidos e os alunos escrevessem dissertações sobre tópicos filosóficos, e ajudou também a incrementar o emprego para professores mais preparados em filosofia do que em literatura.

O próprio Rorty se dá como exemplo: professor de filosofia em Princeton, a seguir de Humanidades na Virgínia, acabando no Departamento de Literatura Comparada de Stanford. Embora garanta que, nos seus cursos e escritos, fez na maior parte o que teria feito se tivesse ficado em Princeton, não deixa de se mostrar contente por ter podido aproveitar o facto de a filosofia ter estado na moda nos departamentos americanos de literatura. E aqui acrescenta a adversativa que orienta o ensaio: “mas nunca foi mais do que uma moda” (*id.*). Rorty não deplora a moda, até a aceita sem dificuldade: perto do final, enfatiza que as humanidades devem regozijar-se com a tendência para seguir as modas, pois a alternativa seria o escolasticismo estéril. “Não ser mais do que uma moda” é por isso menos uma depreciação do que arremetida contra a transformação da moda em etapa necessária de algum processo histórico, de que resultasse força coerciva.

Não há nenhuma razão — escreve — que obrigue os estudantes de literatura a ler livros de filosofia. Decerto que é bom que saibam alguma coisa de filosofia. Mas também é bom que saibam alguma coisa de muitas outras coisas — antropologia, psicanálise, religião, por exemplo. Idealmente, deviam ser lidos em vários géneros literários. Deviam dominar bem várias línguas.

Haviam de beneficiar muito de uma boa compreensão da história social e política e dos problemas da política actual.

Mas não podem fazer tudo (*id.*: 64).

Nova adversativa a decidir a direcção do argumento: a frase é banal, mas não se detém na consideração dos limites diante da imensidão da tarefa, prepara radicalmente a limitação da própria tarefa, como comprova esta exemplificação:

Muita crítica de primeira água foi escrita por pessoas que só falavam uma língua, ou que leram muitos romances mas praticamente nenhuma poesia, ou que não tinham preocupações políticas, ou eram filosoficamente analfabetos, ou tinham pouco sentido da história (*id.*: 64).

Neste ponto, decerto todos sentimos muito a falta de exemplos. O argumento entretanto fica claro: a delimitação do que seja a “sólida preparação” num dado campo disciplinar das humanidades é tão contingente como a preparação daqueles que escreveram livros ou artigos capazes de marcar ou transformar esse campo ou a noção que dele tínhamos. Não há nenhuma ordem natural de prioridade nem nenhum conjunto de preceitos metodológicos que prescrevam os livros a ler primeiro, os livros a ler depois, os livros que podemos deixar de ler. Como diríamos em vocabulário português corrente, não há leituras obrigatórias; o que se pode fazer, a única coisa que se pode fazer, agora em vocabulário de Rorty, é *following one's nose*. Eis a passagem decisiva do ensaio:

A meu ver, tanto os departamentos de literatura como os de filosofia deviam ser lugares em que os estudantes recebessem muitas sugestões acerca da espécie de livros que poderiam ter interesse em ler e fossem depois

deixados livres para *following their noses*. Os membros desses departamentos não deviam preocupar-se com a natureza da sua disciplina ou com o que a torna distinta. [...] Nem deviam especular sobre se um ‘verdadeiro comparatista’ tem de conhecer pelo menos uma literatura de pelo menos uma língua não-europeia bem como umas poucas europeias. Não deviam criar confusão em volta do que significa ‘uma sólida preparação’ no seu campo. Deviam apenas preocupar-se em encontrar estudantes intelectualmente curiosos para admitir nos estudos pós-graduados e em saber como ajudá-los a satisfazer a sua curiosidade (*id.*: 65-66).

Este parágrafo suscita algumas perguntas difíceis. Desde logo, que razão há para que seja necessário escolher entre, por um lado, debater a especificidade da disciplina, vigiar os limites dessa especificidade e dela deduzir os padrões de “sólida preparação”, e por outro recrutar estudantes para os deixar livres de seguir os seus propósitos sem a tutela de regras ou professores? Abandonar a preocupação com a especificidade, os limites e a natureza da disciplina não significa abandonar a disciplina, diluindo-a numa prática indiferenciada, ecléctica, impressionista? E se assim é, que sentido há em recrutar estudantes e procurar os meios de os deixar livres de serem senhores do seu nariz?

Dir-se-ia que a condição de continuidade dos estudos literários na universidade, segundo Rorty, depende do abandono daquela porção deles que procura o traço distintivo e os limites da disciplina — o abandono da teoria, em suma. Mas seria pedir demais ao abandono, à teoria e ao mesmo Rorty. A condição de continuidade dos estudos literários é simplesmente haver estudantes na *graduate school*, isto é, haver candidatos a substituir os atuais professores. Mas não chega, claro: depende também de uma reconfiguração do trabalho universitário que não se circunscreve aos limites dos estudos literários, desde

logo porque não se funda em nenhuma definição de especificidade. A atitude de *laissez-faire* resume o programa e a linha de conduta: encontrar os melhores estudantes e ampará-los na tarefa de se tornarem senhores do seu nariz.

3.

O que nos protege então de recair no impressionismo, no eclectismo, na opinião caprichosa e irresponsável? O que nos garante que a coisa — a coisa de professores — não descamba? Parece óbvio que estas perguntas provêm de algum lugar definido pela suposição de que a teoria nos mantém seguros e orientados. Por outro lado, se é também claro que a coisa já descambou, não é ainda claro o que era ou o que se projectava que a coisa fosse antes de descambar.

Outra Teoria da Literatura, a de Wellek e Warren, oferece a melhor descrição de um projecto de organização universitária determinada por um corpo articulado de proposições teóricas. Pode ler-se na última secção do livro, intitulada “a situação académica”, que analisa o estudo da literatura na *graduate school*. O ponto de partida descreve o desalento dos jovens americanos que nela ingressam para obter o doutoramento na expectativa de receberem «a serious literary education» (Wellek, Warren, 1949: 285) mas encontram tão-só a mera escolha entre o historicismo de antiquário e o diletantismo. A resenha da situação em Inglaterra, França, Alemanha e na Rússia não oferece melhor, porém serve aos autores para afirmarem que a universidade americana, como de resto se comprovou, dispunha de condições privilegiadas para alterar a situação de acordo com objectivos claros: reconstituir o estudo académico da literatura numa direcção vincadamente crítica, remeter a uma posição subsidiária os estudos de antiquário, demolir o nacionalismo e o provincianismo linguísticos, promover relações activas com a literatura contemporânea, conferir aos estudos académicos de literatura uma consciência teórica e crítica.

Animados da convicção de que a crise do ensino avançado

da literatura podia remediar-se por meio de reforma institucional, Wellek e Warren oferecem neste capítulo uma discriminação precisa e coerente dos passos necessários. Resumo os três principais. Em primeiro lugar, a redefinição da *graduate school*, atribuindo-lhe a tarefa de introdução dos estudantes ao conhecimento dos objectivos e métodos do estudo da literatura e de supervisão crítica dos seus escritos e leituras. Em segundo lugar, a reforma do PhD, que passaria a ser em literatura, não em filologia inglesa, francesa ou alemã, e se atribuiria a quem dominasse, além das literaturas americana e inglesa, a teoria literária e os métodos da crítica e fosse capaz de, sem impressionismo, analisar e discutir obras literárias nas aulas. A contratação de professores, em terceiro lugar, havia de privilegiar tipos de “mente e de método”, em vez da especialização em períodos ou autores, já que o professor se distingue pelo tipo de compreensão que o treino nos métodos de análise literária lhe proporciona, pela capacidade de avaliar criticamente as publicações no seu campo, de analisar os pressupostos e a lógica dos outros especialistas, e sobretudo de analisar um poema ou um romance. Além disso, o professor deveria estar ligado à actividade literária, mesmo não sendo poeta ou romancista, valorizar e fazer a sua apologia da literatura.

O esteio desta proposta de reforma é a afirmação da necessidade de estabelecimento na universidade do estudo da literatura fundado numa determinação disciplinar forte. Teoria, método e crítica definem a vereda por onde conduzir os alunos na direcção certa, determinam o perfil dos professores e asseguram a reprodução da própria escola como lugar em que todos actuam subordinados a uma ideia de esforço colectivo que os vincula a um mesmo empreendimento.

Entretanto, a natureza do empreendimento é problemática: como convivem no mesmo professor o teórico e o literato apologista? O estudo teórico e metodológico da literatura requer um suplemento de apologia, porque não é óbvia a vantagem de estudar literatura na universidade? Porque

a comprovação da possibilidade de a estudar “cientificamente” não chega para remover as dúvidas ou obstáculos? Quem são os destinatários da apologia, os estudantes que ingressam voluntariamente na escola ou a universidade que abriga a mesma escola? Se não basta dizer, parafraseando Max Weber, que o próprio facto de a universidade incluir estudos de literatura afirma que vale a pena conhecê-la, então os estudos literários não têm sossego, estarão sempre em crise, obrigados a dividir-se entre o conhecimento e a apologia.

Daí que o projecto da *graduate school* de Wellek e Warren já descambasse na própria proposta muito antes de Rorty ter pegado no assunto. Note-se que o requisito da apologia não pode ser satisfeito por meio de nenhum programa de instrução, nem certificado por meio de nenhuma prova; é até eminentemente falsificável, uma vez que não pode ir além de oferecer argumentos com suplemento de fé avaliável em função dos mesmos argumentos mas improvável como expressão do sujeito. Mas pode supor-se que o requisito da apologia se satisfaz de forma tácita, se implicado na ligação do professor à literatura enquanto actividade actual e extra-universitária. Por isso a razão de o projecto descambar é afinal a mesma condição do seu pleno sucesso.

De facto, a apologia sujeita o professor ao empreendimento colectivo universitário *em nome da literatura*. A aceitação do vínculo institucional fica marcada por um traço específico de dupla responsabilidade: o professor aceita as condições da profissão universitária e transfigura-a em compromisso com a literatura. Poeta ou ensaísta, está na universidade como espécie de representante da literatura que quer ser, deve ser e é obrigado a ser um professor *como todos os outros*, sendo ao mesmo tempo diferente de todos os outros por se ocupar de um ramo especial do conhecimento.

O projecto de Wellek e Warren pressupõe dois mundos distintos, o da universidade e o da literatura, e pela mesma operação fá-los coincidir na necessidade histórica do empreendimento

colectivo: como se literatura precisasse de ser ensinada na universidade para ser literatura, e a universidade precisasse de ensinar literatura para ser universidade. Essa construção estipula sem surpresa o privilégio da literatura contemporânea. Recordo as linhas finais do capítulo a que me venho referindo:

O estudo da literatura nas nossas universidades — o que ensinamos e o que escrevemos — deve ser decididamente literário. Deve virar as costas aos detalhes aprazíveis da ‘investigação’ e orientar-se para os vastos problemas por resolver da teoria e da história literária. Deve receber estímulo e orientação da literatura e da crítica contemporânea — da participação na literatura enquanto instituição viva (Wellek, Warren, 1949: 298).

Vale a pena dizer também, como diria Rorty, que esta ideia ajudou a criar muitos postos de trabalho para poetas e romancistas, mas a minha maior pena é que Rorty não tivesse sabido da frase que se atribui a Nemésio, contente por ser poeta entre os universitários e universitário entre os poetas. Seja como for, o problema da relação com a “instituição viva” não se resolve trazendo poetas e romancistas para dentro da universidade.

Esse problema, creio eu que se formula bem assim: os estudos literários, para se constituírem universitários, devem diferenciar-se das outras disciplinas universitárias e, ao mesmo tempo, das formas não universitárias de estudar ou de falar sobre a literatura. O requisito da apologia da literatura sinaliza a dificuldade de resolver esta dupla exigência sem ruptura com a “instituição viva”, sem impedir que esta se reconheça nos estudos universitários que dela se ocupam. A teoria da literatura concebeu-se como disciplina universitária, científica, metódica, separada da instituição literária mas em íntima relação com ela, quando teve um momento raro de felicidade graças a certa coincidência com o modernismo, que lhe deu a ilusão de

superar de vez aquela dificuldade: com o modernismo, a literatura teria chegado à etapa superior do seu desenvolvimento histórico, fundindo-se num mesmo processo o conhecimento e a experimentação, a interrogação da especificidade e a prática demolidora de qualquer padrão de reconhecimento da especificidade.

A aliança entre formalismo e modernismo poderia assim destroçar as eventuais resistências e derrubar as portas da universidade. Entretanto, a fazer fé em Boris Eichenbaum, no caso russo, os formalistas nem sequer encontraram portas. Num dos mais notáveis ensaios disponíveis sobre o movimento, “A teoria do ‘método formal’”, Eichenbaum descreve assim o assunto das portas e resistências:

Quando os formalistas apareceram, a ciência académica, que ignorava completamente os problemas teóricos, lançava mão de velhos axiomas da estética, da psicologia e da história, e tinha de tal forma perdido de vista o seu objecto de estudo, que a sua própria existência se tornou ilusória. Nem precisámos de lutar contra ela: não precisámos de empurrar portas abertas, porque nem sequer havia portas (Eichenbaum, 1926: 35).

É também muito pitoresca a pequena parábola de Jakobson, logo a seguir à formulação da célebre ‘literariedade’: os professores de literatura faziam lembrar um polícia que, querendo prender certa pessoa, prendia quem quer que estivesse em casa e até os que passassem na rua. É que não tinham disciplina própria, usavam um aglomerado artesanal de coisas pertencentes a outras. Daí, como se sabe, a constante acusação de eclectismo dirigida aos antecessores e aos adversários do movimento. A falta de portas ou a confusão do polícia produziam entretanto a convicção de uma necessidade imperiosa, a de uma *ciência da literatura*. Cito uma passagem extraordinariamente

eloquente da parte final desse ensaio de Eichenbaum, publicado em 1926, no limiar da supressão do movimento.

A evolução do método formal que apresentei tem o aspecto de um desenvolvimento sequencial de princípios teóricos, deixando de lado o papel que cada um de nós desempenhou. Na verdade, o trabalho do grupo Opozay foi genuinamente colectivo. Isso deve-se obviamente a termos percebido desde o princípio a natureza histórica do nosso empreendimento e não o termos visto como tarefa deste ou daquele indivíduo. Foi esse o nosso principal nexa com o tempo. A ciência evolui sempre e nós evoluímos com ela (Eichenbaum, 1926: 73).

A necessidade histórica enquanto causa do trabalho colectivo, podendo ler-se já como arma de defesa do movimento formalista diante dos ataques severos, é o propósito constitutivo de todo o ensaio, em operação retrospectiva e não sei se também retroactiva. O movimento colectivo é necessário porque estabelece uma disciplina que é ela própria necessária. E em virtude dessa necessidade histórica, o movimento poderia até chegar a ser suprimido sem deixar de produzir efeitos de forma estável e duradoura. Como aliás aconteceu. Os formalistas russos estruturaram um dispositivo conceptual que decidiu por muito tempo não apenas a disciplina chamada teoria da literatura como a sua integração no posto de comando dos estudos literários universitários. Esse dispositivo consiste na simples unidade de três postulados:

1. *Postulado da necessidade.* A teoria da literatura responde à necessidade, criada pelo processo histórico da literatura, noção e instituição, de substituir as modalidades indiferenciadas e obsoletas de estudar literatura por modalidade a um tempo científica e ligada à actualidade da criação literária.

2. *Postulado da especificidade.* As modalidades indiferenciadas e obsoletas tinham em comum evitar o que faz com

que a literatura seja literatura. A teoria da literatura pode constituir-se em disciplina autónoma, contra o eclectismo e a indiferenciação, porque a especificidade da literatura existe e pode ser determinada.

3. *Postulado da especialidade.* A teoria da literatura garante aos estudos literários uma especialização que, enquanto universitária, os distingue das outras disciplinas universitárias, e, enquanto especialização, os distingue das formas impressionistas, diletantes, jornalísticas, comerciais ou familiares de abordar a literatura.

A unidade dos três postulados suporta a teoria da literatura como disciplina epónima dos livros de Wellek e Warren ou Aguiar e Silva. As diferenças que os separam, as diferenças que os separam de si mesmos através de várias edições, se não exprimem necessariamente a edificação de um dispositivo institucional em torno da ideia de teoria da literatura como núcleo disciplinar dos estudos de literatura, dão dela testemunho, e por isso pertencem à classe de livros que se designam sem equívoco com o nome da disciplina: “teoria da literatura”, apenas, como outros se chamam “trigonometria” ou “química orgânica”.

Claro que essa “teoria da literatura” não coincide exactamente com a “literary theory” de que fala Rorty: mas a incoincidência é um dos sinais da corrosão a que a unidade dos três postulados tem estado sujeita. Quando se ouve que a teoria da literatura acabou ou vai acabar em breve, só pode ser isso que as vozes que o dizem querem dizer.

Por outro lado, creio indispensável reconhecer que permanecemos dentro do dispositivo institucional fundado na teoria da literatura como núcleo dos estudos literários. O projecto de reforma detalhado por Wellek e Warren, não correspondendo exactamente à nossa realidade local, corresponde exactamente à nossa realidade de referência, isto é, a um mundo com uma universidade que não concebemos sem literatura, com uma universidade, também na nossa realidade local, que

reconhece na literatura um ramo autónomo do conhecimento e não dá sinal de querer alterar esse reconhecimento.

Assim, se por um lado a degradação do fundamento do edifício em que vivemos parece pedir uma reforma de envergadura, não dispomos para a levar a cabo de um programa claro e impreterível como aquele que o criou. Não dispomos sequer de programa ou de consenso em torno da sua necessidade. O facto de a unidade dos postulados que produziu esse dispositivo se ter desfeito não significa que os próprios postulados tenham caído na desgraça de se revelarem manifestamente falsos.

O problema, no entanto, é o que fazer com eles.

Com os dois primeiros, creio que não temos que fazer nada; já quanto ao terceiro, não vejo alternativa a reconfigurá-lo, num processo sem termo e que seria mais bem designado como *prática teórica*. Evoca Althusser, e com ele a época dourada da teoria parisiense, mas as práticas teóricas de Althusser estavam sujeitas a uma Teoria com T maiúscula, ou “teoria geral”, e a que tenho em mente seria apenas um conjunto de experiências e linhas de conduta em que a teoria fosse parte da experiência do texto como intensificação da inteligência da literatura. A prática teórica assentaria num princípio simples: ater-se à materialidade do texto como evento decisivo da inteligência em literatura. O que nos antecede e sujeita é esse texto, e nesse sentido a prática teórica não é decorrência da grande teoria nem tem nela nenhum desfecho. E daí o lema ou simples divisa, os mais adequados para esse programa de reconfiguração do postulado da especialidade: alargar a rede de possibilidades, demolir, reduzir ou desactivar os mecanismos e forças de estreitamento da rede de possibilidades.

A prática teórica tem um sentido preciso enquanto prática universitária: partindo de textos, não admite unidades enquanto etapas em direcção à completude de um curso e correspondente grau. Proporciona uma experiência em princípio acessível a qualquer aluno independentemente do curso

em que está inscrito, livre de contribuir para o perfil do aluno à saída, como agora se diz, ou de se adicionar aos conhecimentos que o habilitam a fazer isto ou aquilo. A aula de literatura circunscreve uma experiência que é especializada por força do texto ou textos que o aluno encontra e diversificada por força das conexões disciplinares que são ou podem ser feitas.

Mas é decisivo reelaborar estas generalidades em função de uma diferenciação de níveis. Falamos demasiado em ensino da literatura na universidade como se não houvesse nenhuma distinção necessária entre licenciatura, mestrado ou doutoramento. A universidade portuguesa viveu demasiado tempo com o único nível da licenciatura, e ainda alimenta a tendência para o reproduzir na configuração dos outros dois preservando naquela a estrutura e a concepção típicas de quando era a última etapa da formação avançada do estudante.

Em todo o caso, não tenho dúvida de que o doutoramento é o nosso actual ponto crítico do edifício que chamamos muito imprecisamente estudos literários universitários: enquanto cume da especialização que o define e condição da sua continuidade. Acontece que a natureza do grau sofreu uma alteração, talvez um dano: no próprio momento em que o doutoramento passou a exigir-se como grau de acesso à carreira universitária, deixou de se entender, no processo e no resultado da sua atribuição, como grau específico de qualificação para a profissão universitária. A pergunta “Como orientar uma tese nestas condições?” sinaliza bem o ponto crítico.

A preocupação principal consentânea com a prática teórica seria subordinar a estipulação do que se exige dos candidatos à criação de um ambiente intelectual em que tenham liberdade para ganhar familiaridade com o próprio nariz e confiança para o seguir. Num modo que se poderia descrever com ligeira adulteração da parábola de Jakobson, cujo polícia parecia saber a identidade do sujeito a capturar: a prática teórica de literatura seria comparável à acção de um detective

que não soubesse quem procurava e assim fosse falando com quem procurasse e com quem lhe aparecesse no caminho.

Como retomar então o postulado da especialidade? O começo sensato seria assentar em que uma coisa é estudar muitas coisas para estudar literatura e outra coisa, estudar muitas coisas e entre elas literatura: mas como se chega a distinguir uma coisa da outra no próprio processo de as manter confundidas numa experiência única?

Gostaria de citar uma passagem da conferência de Alcir Pécora, há dois anos, num encontro ocorrido na Gulbenkian sobre a situação das Humanidades, promovido por, entre outras, esta mesma Faculdade de Letras. Em resposta à pergunta, “o que é para nós fazer pesquisa?”, o professor brasileiro escreve:

Não acho que esteja simplificando muito se disser que se trata de ler vários livros em torno de certo assunto, entregando-se a seus diferentes vocabulários, às suas redes semânticas, algumas mais previsíveis, outras imprevistas, deixando-se mesmo conduzir por elas; e então, conhecer algumas das circunstâncias referidas nos livros, conversar com diferentes pessoas que as conheceram, sob diversos pontos de vista, e então ler mais livros que podem ou não falar delas, até que sobrevenha uma ideia suficientemente densa e, de preferência, original, capaz de reorganizar o conjunto. [...] o que parece mais atraente num estudo de Humanidades é menos antecipar o futuro e resolver problemas, mas quase o contrário: perder tempo com o assunto sobre o qual alcançamos uma espécie de autoria (Pécora, 2015).

Esta descrição amplia, a meu ver com muitas vantagens, a proposta de Rorty. É uma boa descrição do que fazemos nas humanidades, e uma excelente apresentação do programa de trabalho, ou seja, da prática teórica que se espera de um candidato

ao doutoramento. E no termo, introduz a palavra decisiva, que me permite apropriar-me do conjunto para o propósito de reformulação do postulado da especialidade: *autoria*. De facto, o que a palavra autoria implica é a) a finalidade da prática teórica é um escrito, b) a actividade da pesquisa e a actividade da escrita são radicalmente heterogéneas, c) a pesquisa é o domínio em que predomina ou pode predominar a dispersão, as leituras sem supervisão, a passagem entre as fronteiras disciplinares, ao passo que a escrita é o próprio terreno da especialização, ou melhor, o terreno em que uma autoria define, constitui uma especialização enquanto unidade entre conhecimento e composição, entre argumento e estilo, ou seja, em que a investigação se dilui na composição de uma assinatura.

A especialização enquanto autoria seria, assim, o melhor caminho para reabilitar nos estudos universitários de literatura o género do ensaio, afinal quase intocado pela teoria da literatura em décadas de teorização e análise. Seguir o nariz, o faro ou o cheiro, conversar com pessoa ou almejar autoria, são no fundo formulações equivalentes para ensaio. A arte do ensaio é a melhor forma de prosseguir nos estudos literários, de proceder no meio de fálências, acabamentos e mortes, a melhor forma de procurar uma orientação através da experiência, de ensinar e de escrever, em suma, da prática teórica, sem Teoria com T maiúsculo.

Referências bibliográficas

EICHENBAUM, Boris (1926). “La théorie de la ‘Méthode formelle’”. *Théorie de la littérature. Textes des formalistes russes réunis, présentés et traduits par Tzvetan Todorov*. Ed. Tzvetan Todorov. Paris: Éditions du Seuil.

PÉCORA, Alcir (2015). “As Humanidades depois da crise” (original dactilografado).

RORTY, Richard (2006). “Looking back at Literary Theory”. *Comparative Literature in the Age of Globalization*. Ed. Haun Saussy. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

WELLEK, René, WARREN, Austin (1949). *Theory of Literature*. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company.

ALGUMAS COORDENADAS EPISTEMOLÓGICAS DA OBRA DE AGUIAR E SILVA

Matheus de Brito

Bolseiro da FAPESP

Duas questões serão transversais a este comentário à *Teoria da Literatura* de Aguiar e Silva. Em primeiro lugar, o caráter estruturante da tensão entre um conceito referencial e um conceito intencional de literatura, este no sentido de literatura ser algo que aparece como tal para a consciência. Outra forma dessa tensão é a que existe entre a dimensão histórica dos conceitos e sua dimensão de sistema. A história indica-se, o sistema aduz-se. Em segundo lugar, o fato de que a atualidade dessa obra não se sustenta por assim dizer “apesar” de algumas discussões que saíram hoje de foco, mas precisamente em virtude disso. Ela adquire hoje uma

espécie de estranheza, uma mais-valia epistemocrítica em meio a quantos consensos discursivos. Mais do que isso, os estratos temporais da obra ao longo de anos construída permitem prismar, de modo privilegiado, todo o campo de objetos e interesses cujos conflitos em grande medida determinam o estado atual – e potencialmente alguns estados futuros – do estudo da literatura.

1. *Litterae humaniores*

Quem abre o *Teoria da Literatura* de Aguiar e Silva em busca do que é prometido no título, isto é, o que é afinal isso de literatura duma perspectiva teórica, logo descobre que não vai encontrar resposta pronta nem fórmula. Não é novidade, claro, que o *Teoria da Literatura* não é *uma teoria particular* da literatura mas também um manual disciplinar e, portanto, não compatível com essa exigência redutiva. A rigor, teorias particulares da literatura são observações de primeira ordem, que tratam da forma como a obra literária aparece para um observador, sem levar em consideração as operações desse observador na constituição do próprio processo de observação, ou seja, sem a observação da observação, que daria aos modelos contornos imprecisos. Mas esses contornos imprecisos são característicos dessa série enciclopédica de segunda ordem que é a obra *Teoria da Literatura*, na formulação que lhe dá seu autor, uma tentativa de apreender a “complexidade e contingência” dos fenômenos (Silva, 2011: 28). Para entender o todo do argumento não adianta decompor seus enunciados como se matematicamente discretos, mas devemos pensar seu processo enunciativo. Nesse sentido, embora não possamos encontrar um único modelo teórico sem agredir a obra de Aguiar e Silva – por exemplo, recortando a seção, que me parece mais central, sobre a comunicação literária – podemos em contrapartida reservar algumas categorias para pensar como ela ilustra o processo de *teorização* da literatura: há uma premissa, um

recorte particular, um modelo investigativo e não tanto uma “metáfora constitutiva”, como sugere Wolfgang Iser para o quadro comparativo em que me baseio, quanto uma orientação metonímica¹.

Se podemos assumir que a coerência da obra reflete a unidade do objeto disciplinar, não é aí que se vai encontrar seu tônus argumentativo, mas em sua circunscrição discursiva. Saltam à vista, por exemplo, a facilidade com que vira e mexe Aguiar e Silva convoca o hegelianismo² apenas para descartá-lo, em contraposição à forma muito mais ponderosa com que as abordagens materialistas aparecem, ou o estatuto quase

1 Para pensar alguns nós, lembremos um esquema de Iser (2006) para a análise de teorias literárias. Haveria três tipos maiores de Teoria Literária, discerníveis nos seguintes elementos, sumariamente: 1) uma premissa, que seria *descritiva, histórica* ou de tipo *operacional*, correspondendo respectivamente à Fenomenologia, à Hermenêutica e à *Gestalt*; 2) um objeto epistêmico, ou recorte particular do objeto empírico “literário”, na teoria operacional da *Gestalt*, p.ex., o modo como a obra estimula a percepção; 3) um modelo investigativo, que na teoria fenomenológica seria o modelo de estratos, e, na hermenêutica, a lógica da pergunta e resposta; e 4) uma metáfora constitutiva, que daria coerência imaginária à teoria, p.ex., a conhecida fusão de horizontes na base histórica da hermenêutica. Se é difícil imaginar como esses tipos correspondem rigorosamente a alguma teoria, devemos assumir que a tentativa de alojar *Teoria da Literatura* de Aguiar e Silva nesse esquema quadripartito é frágil.

2 Uma breve nota ao que parece oferecido na oposição entre Hegel e os outros. Quando expõe a gramática gerativa chomskyana, em *Competência Linguística e Competência Literária*, Aguiar e Silva discute nas notas de rodapé 39 e 43 a chamada “controvérsia do positivismo na sociologia alemã”, balizada entre as posições do “realista” Karl Popper (1977: 69) e de Theodor Adorno. Não vamos retomar aqui sua exposição, sobretudo porque entendemos que o valor regulativo da ideia de *ciência* nas Humanidades é tão institucional quanto epistemologicamente necessário, mas apenas lançar uma luz sobre o que nos parece então em causa e o nosso presente discursivo: para Adorno, o problema é que não existiria um “real” não-espiritual do objeto tal como ele se dá ao conhecimento e usos humanos – isto é, nada de “imediatamente”, portanto, o objeto é primariamente isomórfico ao sujeito, embora não simétrico ao campo de sua intencionalidade. (Para exemplificá-lo, a doutrina da literariedade linguística é toda fundada no isomorfismo, mas a sua variante propriamente “formalista” imputa uma assimetria constitutiva do uso poético relativamente à comunicação semântica.) O que falta é atender à crítica de Adorno ao excesso de positividade hegeliana e sua subscrição de Kant como defensor da não-identidade do objeto, da assimetria. Dessa perspectiva, afinal mais hegeliana que o próprio Hegel, *o sujeito é o ponto-cego da constituição do objeto*, mas aquilo que no objeto resiste à integração ao sujeito é também um índice do que transcenderia a totalidade social que o captura. A assimetria é a promessa de que há algo mais do que aquilo que fomos obrigados a fazer às coisas. A imediata comensurabilidade da coisa ao Espírito, ainda que Hegel enfatize a negatividade como verdade desse Espírito, trai o próprio princípio de contradição da dialética. Em se tratando de objetos culturais, cujo “núcleo” é espiritual, sua dimensão artefactual é algo que resistiria à anexação do Espírito, *i.e.*, não imediatamente útil para fins sociais determinados, e portanto a partir de onde projetar a crítica do mundo. Na literatura, isso seria o que nela não se rende ao mero semantismo ou às funções semanticamente mediadas (educação moral, patrimonialismo, etc.).

marginal de Derrida e do pós-estruturalismo em geral, especialmente quando contrapostos à figura quase virgiliana de Wittgenstein... Também salta à vista o grau de certeza com que ele emenda observações de outros autores, confirmando-as, infirmando-as, retificando-as. Pense-se, além disso, na constância com que um olhar por assim dizer “vindo de fora” parece projetar-se na obra, solicitando-lhe os papéis que atestariam a cientificidade da discussão. Também os estados textuais da obra documentam essa circunscrição. Suponho que a supressão das seções finais sobre as correntes particulares de teoria, constantes da 3ª mas não da 8ª edição, tenha ocorrido devido à formulação do corpo expositivo mais coerente dos capítulos II e III, respectivamente sobre a semiose e a comunicação literária, por um lado, mas sobretudo porque um volume II versaria sobre questões epistemológicas mais específicas. O seu hipotético capítulo introdutório dedicar-se-ia, como diz, aos “problemas suscitados pelo relativismo epistemológico radical” e consistiria numa tentativa de “demonstrar a sua inconsistência e as suas contradições”, assente num “realismo mínimo” como garantia de saber cientificamente válido (Silva, 2011: 404). Talvez a reflexão aí desenvolvida viesse a avançar algumas questões ensaiadas em *Competência Linguística e Competência Literária*, editado em 1977. Um capítulo 18, constante do segundo volume de *Teoria da Literatura*, diga-se não tão de passagem, trataria do que Aguiar e Silva anuncia à página 245 do volume I:

uma manifestação específica de um processo filosófico e ideológico mais amplo e profundo que atingiu o seu zénite exactamente na década de sessenta do século actual: a crise do sujeito e, mais particularmente, a crise e a destruição do sujeito cartesiano, racionalista e individual, sob as suas diversas formulações filosóficas e jurídico-ideológicas e nos vários domínios da teoria e da acção.

A pergunta é: o que um capítulo sobre epistemologia e axiologia literária, portanto, sobre os limites e interesses do conhecimento das Letras, e um outro, à volta da figura histórica e filosófica do *sujeito*, estariam fazendo num manual disciplinar de literatura?

Verdade, sujeito e história são elementos do horizonte argumentativo da obra. O recorte particular do objeto de investigação a ser resgatado às diversas formulações teóricas que Aguiar e Silva avalia é o *conceito pancrônico de literatura*. Considerada a indisponibilidade da acepção estrita de literatura para o período anterior ao movimento romântico e à sociedade burguesa liberal, os elementos universais de que esse conceito se constrói também apareceriam em *configurações prévias*. A certo modo, se hoje alguns automatizam o anacronismo de chamar “literatura” aos poemas homéricos – isto é, sabendo que não são literatura e no entanto os estudando com modelos literários –, não existe tanto “duplipensar” pelo prisma pancrônico, dado que segue de um modelo de ciência que, se entendo bem, postula quer funções preditivas quer *retroditivas* para a explicação teórica. Aguiar e Silva subscreve-o de modo mais enfático a partir de meados da década de 1970. Embora não exista uma mudança geral de argumento entre as edições terceira e oitava da obra, salvo o engano, é chocante perceber como as considerações sobre a linguagem literária e a criação – tópicos que parecem particularmente inclinados a uma concepção da literatura como instanciação particular, e, portanto, ao esboço de uma metodologia voltada para o estudo idiográfico de objetos – cedem à preocupação com a comunicação como horizonte da literariedade, cujo caráter sistêmico (e teor nomotético) fica muito mais à vista. É verdade que na altura em que a 3ª edição veio a lume, muitos modelos teóricos de *literatura* ainda estavam em fase de desenvolvimento; no entanto, parece haver um distanciamento de conceitos que remetem a compreensões particularistas de literatura.

A certo modo, esse redimensionamento já estava prometido nas primeiras edições. No prefácio à segunda, por exemplo, diz que a literatura

há-de permanecer como forma insubstituível de o homem se conhecer a si próprio e de conhecer a sua relação com o mundo. Proclamar a extinção iminente da literatura, [*em contrapartida*] equivale a postular uma futura alteração radical do homem, de tal modo a literatura se encontra ligada à palavra e de tal modo a actividade [*sic*] linguística específica e modela o homem (1973: 73–4).

Suprimido o prefácio nas edições seguintes, essa figura, o Homem, continua a ser o protagonista da obra *Teoria da Literatura*, muito mais do que a meta-entidade Literatura. É em função desse Homem que *literatura* passa pela mesma polissemia que atinge “[t]odos os [demais] vocábulos que exprimem a [sua] actividade [*sic*] intelectual e artística” (1973: 21). Nessas primeiras páginas condensa-se o núcleo duro da teoria e da prática investigativa de Aguiar e Silva, marcado por uma hermenêutica humanista em sentido *forte*: existe um Homem cujo processo de subjetivação (especificação e modelização) é linguístico. Mas para entender por que o fim da literatura postula uma alteração radical do homem, e na oitava edição Aguiar e Silva refere-se à “espécie humana” (2011: 293), é preciso expor ainda uma peça do argumento.

Quais seriam as extinções que implicariam mudanças do conceito de Homem, e quais seriam outras formas insubstituíveis de conhecimento? Por certo a religião, a moral, a política, o direito – todos eles dimensões, embora em diversos graus de necessidade, de um sistema que ao mesmo tempo produz, preside e revela relações entre os homens, enquanto indivíduos e grupos. Na medida em que são linguisticamente mediadas, porém, todas as práticas culturais são subconjuntos da linguagem, e é aí que devemos localizar a “radicalidade” da literatura: não só a linguagem é um *fator* antropológico, e nesse sentido um universal “mitigado”, como diz o autor, mas a literatura é um seu caso privilegiado – a particularização desse universal.

Ela não religa o homem, não o submete, não o arregaça para fins, não regula relações – é algo como a “linguagem devolvida como tal ao Homem.” Como caso particular, não é mero derivado do universal, mas uma prática cultural que não é inferior à verdade daquelas dimensões da religião, da política, da ciência, e talvez lhes seja superior em relação ao seu fim específico. Na oitava edição, de outro modo:

a comunicação literária actualiza [*sic*] e potencializa todas as virtualidades da linguagem verbal, genericamente considerada, e daquela língua histórica, em particular, que funciona como seu sistema modelizante primário, possibilitando por isso mesmo, não só aos usuários específicos do seu circuito semiótico, mas, em graus vários, a todos os membros de uma determinada comunidade linguística, a revitalização e a dinamização da língua natural na qual e com a qual a realidade antropológica, social e cosmológica é primariamente conhecida, analisada e valorada (2011: 333).

Podemos ler todo o *Teoria da Literatura* como o pôr-se em cena desse entimema do primeiro prefácio, da literatura como específica objetificação da linguagem, de sistema materialmente instanciado de atos cognitivos da espécie humana. Daí o conceito “pancrônico” de literatura ser, fundamentalmente, um conceito assente numa premissa histórico-antropológica, de importância científica mas sobretudo *urgência ética*.

2. Conceito referencial de literatura, sistema histórico

O problema da estrutura antropológica é ela ser inferida a partir do confronto de práticas culturais diversas, para isso necessariamente apagando alguns fatores descontínuos. Esse problema surge, por exemplo, quando mapeamos a ideia de “religião”. Imaginar um paralelo entre as práticas religiosas

indígenas e as modernas religiões de missão potencialmente incorre na hipertrofia de *características sem correlatos funcionais*, nesse sentido *contingentes*, a exemplo da crença no mundo sobrenatural ou da existência de rituais, e no apagamento de características de função mais determinada, como o nexo entre crença e conhecimento do mundo. Existe um ponto cego na comparação, que precisa ser compensado: precisa-se “fantasiar” a diferença que configura, desde dentro, o objeto visado. O mesmo vale para outras esferas de conhecimento humano. Um exemplo de problema mais familiar, da poética, é falar em “literatura” em sociedades ágrafas, como talvez fossem aquelas em que se supõe terem surgido os poemas épicos no limiar de sua fixação coletiva e atribuição a Homero. Na ausência de referentes em que ancorar o sentido, é preciso fantasiar o *funcionamento* histórico das formas textuais.

É a princípio difícil ver como essa fratura se dá nos estudos literários porque o conceito de literatura em si parece ter surgido para resolver a diferença de legibilidade que surge com as manifestações escritas da cultura burguesa, junto a objetos que circulam num sistema de produção e difusão muito claramente demarcado. Esse sistema fundava-se (e ainda) na imprensa como instituição social, mas operava, em contrapartida, a partir de competências particulares, do âmbito privado. A fórmula estética consagrada por Kant, do Belo como o que agrada universalmente sem conceito, harmonizava sem mediações esse universal social e o particular subjetivo, o mercado e a vida doméstica, e não é à toa que tenha exercido uma função basilar para todo o pensamento romântico, e, por conseguinte, aos valores que configuram a noção de *literatura*. A sobreposição harmônica imediata entre coletivo e particulares é a própria *ratio* da nova ordem burguesa, cuja incapacidade de justificação dos antagonismos sociais persistentes leva à sua obliteração por via de remendos conceituais. Analogamente à ideia do Belo, e também por meio dela, o conceito “pré-teórico” de literatura alargava essa solução ao passado, resolvendo

a diferença que havia entre ele e o circuito material de história recente, e com isso tornava disponível, na forma da *memória*, tudo aquilo que antes dos românticos era simplesmente tomado por “Poesia” como herança que a classe jurídico-politicamente triunfante se via obrigada a reelaborar.

Uma certa racionalidade organiza as instituições liberais burguesas e é essa racionalidade transcendental, intrínseca e extrínseca, que ao mesmo tempo *demand*a a ampliação retro-ditiva do sistema da literatura e *oferece* os meios para que isso se dê, rasurando qualquer coisa que resista à anexação. O que vem depois, com o nome de Teoria, em seus inícios apenas ecoa os aspectos normativos do sistema de produção e circulação de objetos da cultura burguesa, que oferecia também de pronto as regras para sua valoração, vertendo-os em modelos simplificados. Fazendo aqui um parêntese: talvez a alergia de Aguiar e Silva à historiografia de matriz hegeliana seja sobretudo à forma como essa racionalidade intrínseca da cultura, que ele subscreve na forma da dinâmica periodológica, por exemplo, ressurgiu muito enfaticamente na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, num entusiasmo que parece nocivo ao nosso tempo histórico, mais cheio de suspeita àquilo que se apresenta por “dado”.

Seja como for, antes de irmos ao conceito referencial de literatura, voltemos à passagem:

a comunicação literária actualiza e potencializa todas as virtualidades da *linguagem verbal*, genericamente considerada, e daquela *língua histórica*, em particular, que funciona como seu sistema modelizante primário, possibilitando por isso mesmo, *não só aos usuários específicos* do seu circuito semiótico, mas, em graus vários, *a todos os membros de uma determinada comunidade linguística*, a *revitalização e a dinamização* da língua natural na qual e com a qual a *realidade antropológica, social e cosmológica* é primariamente *conhecida, analisada e valorada*.

Quando Aguiar e Silva se refere a si próprio como um anti-iluminista (2010: 223) não está fazendo concessões discursivas nem subscrevendo, contra o ideal de ciência e rigor que mantém ao longo de sua obra, nenhum obscurantismo. Contraste-se esse enunciado com a perspectiva muito mais tecnocrática, oriunda dalgures entre a Escola de Siegen e a de Constança, de que a literatura estaria em declínio desde que as funções de inculcação normativa e compensação emocional, que ela exerceria na ordem social burguesa, foram tomadas por outros *media*, como a novela televisiva e os esportes de espectador (Gumbrecht, 1998). A passagem inteira partilha dum espírito pós-romântico, semelhante ou derivada da ideia de que a Arte detém um primado epistêmico relativamente ao universo dos saberes racionais³. Muito mais do que a descrição de operação, ela em si encena a série metonímica do sujeito (individual e coletivo), da história (na forma da realidade) e do saber como constitutivo da ação humana: há uma primeira partida dinâmica entre o universal não-manifesto da linguagem, talvez ou quase em sentido chomskyano, e as suas atualizações, cujo alcance (“potencial[iza]”, como diz) é mais amplo, provavelmente implicando que o “não-manifesto” está numa relação bidirecional com suas concreções; uma segunda dá-se entre a linguagem e a língua particular, ambas definindo o horizonte em que aquele universal se particulariza; uma terceira ocorre entre os suportes específicos da semiose, isto é, os indivíduos através dos quais a língua toma realidade,

3 Dentre os idealistas pós-kantianos, Friedrich von Schelling, a quem essa fórmula remete, falava de uma verdade, por oposição à depauperação experiencial causada pelas “tabelas e registros” da racionalidade, como nova mitologia: “[e]nquanto não tornarmos as Idéias [*sic*] mitológicas, isto é, estéticas, elas não terão nenhum interesse para o *povo*.” Provocando uma troca de preconceitos e privilégios entre poesia e filosofia, a nova mitologia gozava de certo valor normativo (ou regulativo), conforme o qual o particular não é oprimido pelo universal, o indivíduo pelo coletivo, o objeto pelo sujeito, “nunca mais o cego tremor do povo diante de seus sábios e sacerdotes. Só então esperar-nos-á uma *igual* cultura de *todas* as forças (...) universal liberdade e igualdade” (Schelling, 1991: 43). Em muitos sentidos, é essa *igual* cultura de *todos*, que em si inclui espaços bem como tempos diversos, aquela vislumbrada pelo conceito pancrônico de literatura. Um tal conceito é efetivamente, como confessa Aguiar e Silva, uma tomada de partido romântica pelas formas culturais.

e o conjunto social por eles formado. Já a função que a literatura exerce, mediada por sujeitos, sobre a própria língua é, não um outro movimento, mas reflexo daquela bidirecionalidade característica da relação entre potência e atualidade. A quarta dinâmica, por fim, é a abertura de um novo *horizonte*, por uma força dinâmica *da e na* linguagem, em que transcorrem atos subjetivos (conhecer, analisar, ajuizar) pautados e voltados a realidades objetivas (antropológica, sociológica e cosmológica). Para resumir: a comunicação literária medeia ativamente a relação entre o universo espiritual real dos homens e aquilo que poderia ainda vir a ser. Esse conceito pancrônico, portanto, seria condição para pensar a relação entre a literatura, como processo talvez mais do que como “algo” e mais do que como representação, e a *verdade* através (e não só dentro dos limites) de tempos históricos particulares.

Como sistema, a literatura aí figurada consiste de processos de mediação que se acoplam e executam, a cada nível de acoplagem, funções internas (ou semióticas) e externas específicas (semântico-pragmáticas), mormente gnoseológicas para Aguiar e Silva. O fato de que não lhe dá nenhuma ancoragem determinada, a exemplo do que há pouco explorei no conceito de literatura como instituição burguesa, leva ao problema da impossibilidade de refutar aquele enunciado. Como verificar até que ponto e de que modo particularmente a literatura modifica as relações dos homens ou mantém um vínculo epistemologicamente fiável com uma cosmologia particular, p. ex., na *Iliada* e em *Marília de Dirceu*, ou na contemporânea ficção policial? Se suas asserções não são verificáveis, donde não refutáveis, então a cientificidade de *Teoria da Literatura* está severamente limitada. No entanto, não parece que essa pretensão surja aqui apenas para legitimar no âmbito institucional o excesso especulativo de um enunciado como aquele, que com efeito resulta de muitos outros mais concretos do que ele. É particularmente interessante o gesto esboçado por Aguiar e Silva num dos ensaios de *As Humanidades, os Estudos*

Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa (2010), de não definir o que é mas *apontar* objetos que possam ser predicados como literários (2010: 182). No ensaio a que me refiro o autor implementa, como atitude de base, outro *diktat* de Wittgenstein, que diz “Não pense, mas *veja!*” (2011: 21). A princípio, trata-se mais duma cautela do saber, cuja dinâmica intrínseca seria contingente relativamente ao objeto, do que uma asseveração neonominalista ao gosto contemporâneo, contra o qual, aliás, a seção sobre a definição referencial de literatura defende o filósofo. É também em conformidade com o programa epistemológico antimimético à época subscrito pelo autor (1977, *passim*), dalgum modo já discernível na cisão implicada em “Teoria *da* Literatura” em vez de “Teoria Literária”.

Ver, como ponto de partida, não definir. O problema das definições é que facilmente descambam em falsas questões, a exemplo duma definição puramente pragmática, consensual, de literatura. A insuficiência lógica de cada definição normalmente é compensada por uma matriz, digamos, adotando um tríplice critério semântico, sintático e pragmático – numa fórmula, literatura é a representação do mundo por meio do uso eficiente da linguagem no interior de um sistema social específico. Entretanto, seu poder descritivo converge com depauperação explicativa, na medida em que limita o objeto ao aparato categorial do sujeito-método e, ao mesmo tempo, apaga todos os *qualia* da instituição literária da qual o sujeito empírico participa e sem a qual a própria ideia de literatura não faz sentido. No entanto, “ver” efetivamente sem “pensar” sincronizaria o objeto com o sujeito-olho, e arriscaria apagar sua história de constituição e bloquear qualquer espontaneidade ou alteridade, como diz, que um objeto pudesse registrar (2010: 189, 223). São antes esses *qualia*, que o olhar primeiro vê, que precisam ser então pensados e que, por oposição a um funcionamento sem atritos do “sistema”, resistem à ideia de uma operacionalidade neutra. Para exemplificá-lo, é qualitativa e até “partidária” a distinção que Aguiar e Silva propõe entre

textos literários e paraliterários (2011: 113), a qual se pauta não com base estritamente no “valor” dos textos mas no âmbito de sua produção, a qual por seu turno não é imediatamente acessível por via das semelhanças estruturais entre uns e outros mas somente por meio do pensamento, capaz de relacionar meios e práticas histórico-culturais de produção. Para voltar a algo que disse antes, não é possível discernir textos literários e paraliterários sem uma faculdade fantástica, que abre o entendimento às diferenças qualitativas. Felizmente a pura intencionalidade do *ver* não é capaz de por si só produzir sistemas descritivos cabais, ainda mais em se tratando da cultura, saturada que é de “obliquidade” histórica – o que é *visto* é mediado sempre por instituições (2010: 197–8) e *ver* é sempre mediar, intervir nessas mesmas instituições.

A ideia duma definição referencial de literatura, se por um lado parecia atender a uma exigência científica, ao lembrar a dimensão observacional dos enunciados (“constatativos”) que entram de modo elementar nos modelos e na disciplina da Teoria literária, portanto, como diz o autor na reflexão final d’*A Lira Dourada e a Tuba Canora*, oferecendo “relevantes bases e evidências empíricas (...) [e] hipóteses (...) rigorosas e coerentes e passíveis de convalidação ou de refutação” (2008: 209), essa ideia não parece estar aí para ancorar “em qualquer coisa” aquele conteúdo especulativo como se estivesse assombrada pelo ideal normativo de ciência. A chave de leitura que aqui interessa está no final do primeiro capítulo de *Teoria da Literatura*, no argumento contra a má compreensão de Wittgenstein, que não trata de nenhum exemplo literário, mas que culmina na insistência do autor relativamente ao caráter de *necessidade* apresentado pelas “semelhanças de família” que os objetos registram. Aguiar e Silva propõe uma leitura a contrapelo, mostrando como as semelhanças de família não surgem como simples resultado de imputações cognitivas (da compreensão sintética) de sujeitos mas propriedades emergentes dos objetos em situações pragmáticas. Ao focar essa figura

central do século XX – pois Wittgenstein tornou-se metonímia da filosofia da linguagem como cimento do construtivismo social e do relativismo epistêmico –, Aguiar e Silva inviabilizava os ataques abstratos que se pudessem fazer às centenas das páginas seguintes e à própria instituição em nome de que falava. O ponto sem dúvida mais interessante do argumento é quando sem mais ele expõe a premissa realista: “tal comum capacidade [de uso dos objetos] *não pode ser* totalmente alheia à constituição dos próprios objetos [*sic*]” (2011:27)⁴. A miúdos, nem tudo seria passível de “desconstrução”. Com isso, o que se legitima é o que chama de “realismo mínimo”, sem o qual não haveria condições de parametrizar o conhecimento e, portanto, através de uma autoridade por assim dizer herdada do objeto e subsistente no espaço institucional em que ele toma realidade, levar a termo as finalidades do saber humanístico. É o mesmo que dizer: essa “comum capacidade” indicada pelo conceito

⁴ “Poder ou não” depende do que se assume como substância do objeto. O problema parece estar na epistemologia antimimética, naquela que radicaliza o afastamento entre o polo cognitivo e o objeto como modo de assegurar a fiabilidade do instrumento empregue. O resto tratando-se da problemática da definição. Pela forma como parece oposta à “capacidade” de uso – afora o metafórico *ver* como mediação primária dos objetos – Aguiar e Silva parece remeter aí à *constituição interna* dos objetos, aos textos ou obras enquanto coisas, artefatos, e não à sua constituição enquanto objetos intencionais. O problema é que a ideia de “semelhanças” fundadas em algo “real”, exterior aos atos compreensivos (semântico-pragmáticos, semióticos), *dá e ao mesmo tempo não dá conta*, enquanto fundamentação, de explicar “usos perversos” de objetos. Esses usos perversos são comuns porque aquilo que designamos por “real” é necessariamente um construto cognitivo, mesmo que constringido por fatos materiais incognoscíveis, a não ser quando nos referimos enfaticamente à materialidade daquela *oeuvre* “anti-barthesiana”, que possui volume e ocupa espaço na prateleira. A definição de literatura pautada na “função poética” de Jakobson, a exemplo da que o próprio Barthes chama de *texte*, não considera a extração dos artefatos aos contextos em que são primária e plenamente dotados de funções e muito menos o fato de que a fórmula da “projeção do princípio da seleção sobre o eixo da combinação” não é apenas passível como só pode operar, interpretativamente, por via da arbitrariedade inferencial. Em certa medida, ajuizar algo como dotado de valor literário é, por força da consciência, ou *reconhecer* ou *produzir* esse esvaziamento pragmático – *reconhecer* ou *imputar* semelhanças de família. Outro (e um contra-) exemplo é o proxenetismo por aquisição que no século XVI Baltazar Estação critica à Poesia – que possa, como diz o poeta (Hue, 2007: 79), fazer de “alcoviteiro” ao autor primeiro e causar “mil danos \ O verso que é de amor” revelaria antes uma nódoa na constituição do objeto, a sua possibilidade de alcançar uma “mais-valia” funcional em clara contradição com seu próprio conceito. Mas não é esse o sentido, não passível de inclusão no conceito de Poesia disponível aos contemporâneos de Camões, de boa parte da lírica romântica posterior? A distinção põe um limite à semelhança de família. Por isso o gesto em “não pode ser alheia” parece mais uma crítica àqueles que assumem a ausência radical de critérios – que leva à desqualificação geral das Humanidades e não apenas da investigação literária –, em vez de oferecer uma “base” para a construção de enunciados satisfatórios.

referencial é o ponto de apoio do que seria “a verdade sobre o homem na sua humanidade complexa” (2010: 12).

Embora sejam aparições recorrentes, o “verdadeiro” conceito de literatura em operação na obra de Aguiar e Silva não deriva de uma ideia de ciência que por alguma razão obscura deveria domesticar todos os saberes, mas surge como um imperativo ético. Voltando ao que disse de início sobre uma ancoragem pragmática, o *Teoria da Literatura* é o referente dessa instituição, por meio do qual se intenta recriar, num contexto cada vez mais adverso às Humanidades, aquelas funções que ele projeta *sobre* ou *para* o seu objeto. Essa ética, que se materializa na instituição e nos seus produtos, não estaria submetida a interesses particulares e só nessa condição seria capaz de mover a instância teórica para além das limitações que as importações fragmentárias de ciência e filosofia, ou seja, trejeitos pseudocientíficos e filosofemas produziram. O grande ganho do conceito referencial está em preservar o que se perdia com o avanço do que Adorno chamava de “consciência nominalista” – aquela que num *modus pauperandi* ou, como se diz, pequeno-burguês, reduz tudo a figurações da consciência individual e até mesmo a vida do espírito à letra morta, e exige que tudo se entenda e se coloque a serviço de interesses corporativos, sendo assim incompatível com uma ética radical do estudo das Humanidades. Esse momento de realidade mínima no cerne da teorização conserva um *algo* do objeto literário, que permanece sempre para além das coerções presentes; e nesse sentido, mesmo quando o *algo* registra a alteridade do passado, atina a uma dimensão “futurante” da cultura. Também parece importante salientar que a forma como constrói seu conceito porta um teor normativo, que diz da necessidade de regular a anomia discursiva crescente dos estudos literários, que se tornava visível na década de 70 e 80, e hoje é a configuração disciplinar mais básica, segunda natureza para qualquer um que tenha crescido no deserto espiritual dos anos 90. O temor, a 1977!, de que a interdisciplinaridade se reduzisse a “uma

instável metodologia integracionista ou apenas a uma gratuita prestidigitação até mais verbalista do que conceitual” (1977: 149) é *o caso*. No fundo, a obra de Aguiar e Silva é uma defesa da Teoria como momento de configuração dos estudos literários no quadro de crise epistemológica que solaparia a credibilidade das Humanidades e é assim, mais do que como obra sobre o objeto epistêmico “literatura”, que ganha um sentido urgente.

3. *Studia humanitatis* no limiar da pós-pós-modernidade

O compasso lógico da argumentação de *Teoria da Literatura* aponta para a necessidade de satisfazer certo critério de universalidade discursiva sobre a qual é assente a investigação científica. Em grande medida, essa universalidade da teoria literária de Aguiar e Silva reage ao processo de progressiva “localização” ou “particularização” de critérios, que faz parte dessa consciência nominalista e dos quais um resultado sem dúvida pernicioso é o relativismo, ou como diz na introdução à oitava edição, a “corrosão dos fundamentos”. É possível entendê-lo ali, onde a obra de Aguiar e Silva, inclusive seus impactantes estudos sobre Camões, com efeito se põe no vértice não apenas de um processo disciplinar mas histórico-social. Em certo sentido, o processo de enunciação se enraíza num modelo de Humanidades que surgiu e que amadurecia com o Portugal democrático. A figura que Aguiar e Silva recorda ao Prof. Costa Pimpão, “o temível sobrolho do Doutor Pimpão” (2008: 17), encerra um quê alegórico, atinente ao hiato teórico e axiológico que separa, tanto quanto permite proximidade, a geração encabeçada por Aguiar e Silva daquela que lhe precedia. Digo que “permite proximidade” porque é a consciência desse *gap* que se torna um fator de responsabilização, algo como uma vocação. Talvez essa seja uma chave de leitura adequada para entender o cerne do conflito entre a teoria como sistema de proposições pancrônicas e a historicidade inerente à literatura como instituição.

Mas a “corrosão dos fundamentos” é, tal como se afigura à geração presente, estado incontornável, e, no entanto, continua também um processo saturado de forças contraditórias. Por um lado, ela de fato reflete no interior da academia e dos próprios sistemas de conhecimento um estado geral de fragmentação e barbárie, armado em pacto social; por outro, considerando estritamente sua operação, ela enfraquece a normatividade cega implicada na exigência duma “validade universal” e permite uma reorganização do saber que pode ser também proveitosa, a exemplo da separação entre Poética e Linguística ou entre a Teoria literária moderna e a Estética idealista *kitsch* do século XIX – mas nem por isso isenta de riscos. Claro, é preciso distinguir entre uma ideia de maturidade disciplinar, portanto um processo crítico que poderia ser vislumbrado daquele ponto de viragem em que começa o magistério de Aguiar e Silva, e o niilismo objetivamente instaurado, a crise epistemológica. Eu não vejo a “crise” senão como o fato de que o processo deficitário de “homini-zação” no atual estágio da organização social está a tal modo sedimentado no espaço acadêmico e propulsionado pela democratização *do acesso* ao ensino – isto é, sem suas garantias integrais – que já ninguém se atreve a levantar reivindicações como há trinta ou cinquenta ou cem anos. Isso implica que há uma má distribuição de recursos, um desarranjo entre necessidades e capacidades relativamente à empresa acadêmica, mas não que o passado fosse mais verdadeiro com respeito a seus “fundamentos”. Não digo isso para pôr em xeque as condições institucionais que presidiram o grande progresso dos estudos literários e das Humanidades que foi a disciplina da Teoria Literária, e que encontra um testemunho monumental na obra de Aguiar e Silva, mas porque muitas de suas preocupações persistem, e que essa é a razão pela qual a obra *Teoria da Literatura* lança ainda uma luz crítica sobre o presente.

Na introdução indiquei uma tensão produtiva entre um ideal de sistema e a história como preocupação central, tensão que se manifestaria de muitas outras formas ao longo de *Teoria da Literatura*. Eu não pude explorá-lo junto às suas importantes seções sobre a periodologia literária, mas posso chamar a atenção novamente à oposição entre o conceito pancrônico e o conceito particular de literatura. A ideia de “literariedade” – portanto, o fundamento mesmo de um discurso sobre literatura sobretudo para o Aguiar e Silva dos anos 70 – como “conceito aberto” parece um passo em falso na medida em que descarta um e acata outro dos aspectos fundamentais do nominalismo, isto é, uma certa precedência “lógico-conceitual” cuja intenção de validade (universal) não alcança a do argumento pela força histórica (e sociocultural) do conceito particular de “literatura”. Se operar num plano puramente lógico é impossível, uma aposta deliberada no conceito particular destrói qualquer alcance teórico. Isso fica registrado na constante alternância entre os vocábulos “definição” e “conceito” nessa obra, sendo precisamente essa clausura argumentativa aquilo que exige a “abertura” do *conceito-definição* pela remissão ao universo referencial, em que a literatura, como qualquer forma institucional, está efetivamente aberta à negociação. A esse propósito mencionei *en passant* a distinção que ele faz entre “literatura” e “paraliteratura”, que é, na época em que o lexema *literatura* tem seu campo extensional restrito aos *best-sellers*, uma das diferenciações mais urgentes a promover. Essa oposição não é passível de teorização conforme o modelo lógico adotado. Em contrapartida, seria possível pensar a literatura como “Conceito” no sentido que essa expressão tem, para um seu exemplo mais recente, na *Begriffsgeschichte* – é um nome dado a “nós” semântico-pragmáticos que funcionam como operadores culturais, instituições que se sedimentam nas palavras e nas formas materiais, em maior ou menor medida sempre abertas. O que se ganha com isso não é novo, mas a princípio

um distanciamento da economia argumentativa das Humanidades relativamente às Ciências.

O mesmo conceito situado de literatura parece por si mesmo refutar qualquer investida neonominalista. O relativismo epistemológico useiro e vezeiro, contra o qual Aguiar e Silva prometia mais argumentos, resiste à refutação lógica porque, tal como ocorre às definições, o alcance explicativo é pequeno e sua eficiência minimizada. A tal ponto a experiência atomizada do cotidiano penetra a consciência particular, mesmo a mais versada nas Humanidades, que a própria ideia de *lógica* como algo dotado de teor normativo não é senão evocada de modo instrumental, isto é, quando estamos preocupados com fins suativos. Mesmo os argumentos mais saturados de evidência estão sujeitos ao fatal “e daí?” e ao escárnio, um fato de experiência, dos menos e dos supostamente mais entendidos. Essa atomização é refletida no espaço acadêmico como re-escolarização, como constituição de espaços discursivos menores. O malogro de um universo espiritual comum, horizonte ainda da estruturação da metalinguagem pela Teoria Literária, exige de nós que participemos de maneira mais consciente de nossos próprios espaços intelectuais, e que cultivemos afinidades visando a progressiva diferenciação. É mais simples pensar que as presentes condições institucionais estão saturadas de uma discursividade ruim, calcada numa antropologia pequeno-burguesa intelectualmente mesquinha, a qual em si mesma reflete uma limitação espiritual objetivamente mediada pelas instituições “seculares”, em especial os *media* de massa. Essa é a razão das escolhas por premissas “incomensuráveis”, numa espécie de perversão das lições de Thomas Kuhn: na ausência de práticas “verticalmente” normativas coletivamente sancionadas, o que restam são práticas horizontalmente toleradas, que autorizam negações abstratas e impedem o diálogo. Contra isso, o único remédio que resta é a recuperação das aspirações à universalidade na forma aberta do engajamento às instituições e um pensamento, como aquele exemplificado nos ires e

vires argumentativos complexos, atento à contingência. É preciso insistir no programa intelectual mais amplo – disciplinar e ético – de que a obra de Aguiar e Silva é, fazendo questão de frisá-lo, um testemunho e um passo.

Nalguns sentidos, o “último” Aguiar e Silva, considerando seus escritos da década de 1990 e dos anos 2000, parecia ter uma linguagem muito mais saturada de presente – não de “presentismo”, mas aberta ao presente como espaço ético em que a verdade existe como eficiência discursiva. Digo isso a partir de considerações como a que mencionei brevemente, da relativa suspensão do designativo “ciência” como baliza para a legitimidade da disciplina filológica e hermenêutica, mas também poderia acrescentar um sem número de passagens d’*As Humanidades, Os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política de Língua Portuguesa*. Mais do que isso, a *marginalia* do Aguiar e Silva teórico e do camonista – isto é, do intelectual preocupado com a racionalidade de seu estudo bem como empenhado em assentar uma relação com a história de modo epistêmica e eticamente adequado, tanto relativamente ao passado como ao presente –, por fim, aponta para um registro que dificilmente se vê quando se lança o olhar micrológico num esquema pergunta-resposta ou ainda fragmentado, coagido pelo imperativo de cobrir bibliografia ao longo de um curso semestral. Um registro de resto banido de quase todos os discursos sobre literatura, especialmente aqueles que se comprazem no presente. E era a esse registro futurante que o título original de minha comunicação se dirigia: “*quando literatura?*”. Termino aqui com uma citação bastante despretenhosa de uma perspectiva teórica estrita, mas que se pode pensar que – desligadas como parecem estar as suas figuras daquele Aguiar e Silva com que nos familiarizamos junto ao *Teoria da Literatura*, um pouco espontâneas demais – é o conteúdo mais concreto de qualquer definição, conceito ou enunciado teórico presente nessa obra. O ano é 1984, num encontro de Professores Brasileiros de Literatura Portuguesa – a comunicação chama-se “Teorização Literária”:

O jovem reconhecerá assim na literatura de todos os tempos, com as marcas particulares de cada tempo, de cada cultura e de cada sociedade, a função insubstituível dos textos literários: a reinvenção da língua, a reinvenção do homem, a reinvenção do mundo. E o estudante compreenderá então a razão por que o *Big Brother* de 1984 de Orwell ordenou que fossem reescritos na nova língua do *angsoc* todos os textos literários do passado: ao uniformizar, ao mineralizar a língua e os textos, o *Big Brother* cancelava a memória, abolia o dissenso, proibia a ventura, a imaginação e o prazer, mas também fechava o futuro (2010: 205).

Referências bibliográficas

- GUMBRECHT, Hans Ulrich (1998). *Corpo e Forma*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- HUE, Sheila Moura (Org.) (2007). *Antologia de Poesia Portuguesa. Século XVI. Camões entre seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- ISER, Wolfgang (2006). *How to do Theory*. Malden: Blackwell Publishing.
- SHELLING, F. W. J. von (1991). “O ‘programa sistemático’”. *Friedrich von Schelling - Obras Escolhidas*. Ed. R. R. T. Filho. São Paulo: Nova Cultural.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e (1973). *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e (1977). *Competência Linguística e Competência Literária*. Coimbra: Almedina.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e (2008). *A Lira Dourada e a Tuba Canora*. Lisboa: Cotovia.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e (2010). *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e (2011). *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina.

H DE HUMANIDADES

Ricardo Namora

Centro de Literatura Portuguesa
Universidade de Coimbra

A narrativa da chamada “crise das humanidades” é, paradoxalmente talvez, uma das mais ricas e intrincadas de entre as que foram produzidas na história intelectual do ocidente. E tem duas características precisas, igualmente inexatas e aparentemente insofismáveis: primeiro, a ideia de que algo *correu mal*; segundo, a de que a imputação de *inutilidade* atribuída às disciplinas do espírito é, ao mesmo tempo, falsa e reversível. De um certo ponto de vista, esta segunda ideia contraria o argumento de largo espectro que descreveu (e descreve ainda) as humanidades como uma espécie de inutilidade benévola, assente na aquisição e no exercício de competências tão

difusas e diferidas como o exercício da cidadania, a articulação verbal ou a capacidade de ler e interpretar corretamente. Ora, esta descrição é, se não falsa, pelo menos irrealista. Durante muitos séculos, aliás, o conhecimento da gramática, da lógica e da retórica era essencial para um conjunto de atividades sociais muito importantes, como o debate público ou a defesa perante acusações, dentro e fora dos tribunais. Foi, também, um meio de aceder às profissões mais nobres, fossem elas na administração pública, na hierarquia militar ou no espaço político, transformando-se assim num bem imaterial da maior utilidade. A partir dos finais do século XVIII e de quase todo o século XIX, esse bem foi cooptado e apropriado por uma estrutura em formação – o Estado –, e confundiu-se paulatinamente com agendas políticas, ou ideológicas, de promoção de um conjunto de valores. A literatura, com o seu valor facial de exemplo, foi um dos aceleradores deste processo extenso, acomodado ao longo de várias gerações, e cujo colapso veio a acontecer, já no século XX, sob circunstâncias ao mesmo tempo desiguais, desequilibradas e bastante ambíguas (o que, no entanto, não obsteu a que todo esse encadeamento fornecesse repercussões igualmente tremendas em todas as suas ramificações).

A cooptação da literatura pelo aparato político-ideológico teve vários rostos e ocorrências díspares no ocidente, como se disse atrás. Desde logo, foi adaptada e modelada como repositório nobre de pretensões – e, nalguns casos, de premonições – imperialistas ou nacionalistas, ideologicamente condicionadas pelo desejo de justificar, e fixar historicamente, uma singularidade tanto criativa quanto comunitária. Não perdeu a sua utilidade, embora seja natural pensar-se que certos usos são mais lícitos e justos do que outros. Numa camada menos óbvia (meta-histórica, talvez), esse uso da literatura desfez-se, no seu afã convergente e autorreferencial, de uma das propostas mais benignas e generosas produzidas pelo século XIX, a saber, a *Weltliteratur* de Goethe, uma ideia empática e universalista que só veio a ser recuperada muito mais tarde (já nos finais do

século seguinte), quando noções e descrições encapsuladas de coisas como um “império”, uma “nação”, uma “singularidade social e histórica”, ou mesmo uma visão pré-fabricada dos efeitos possíveis do tandem “liberdade e democracia”, começaram a desgastar-se sem remissão. O problema, na tal narrativa do ocidente que se mencionou atrás, é que ninguém pareceu disposto a aceitar que o fracasso da ideia de literatura como reflexo, ou como moralidade paroquial extensível e exportável foi, no fundo, um fracasso político: o que quer que tenha corrido mal, correu mal em gabinetes, em parlamentos, em campos de batalha, em Wall Street e na City de Londres. A teoria da literatura foi, aliás, uma reação centrípeta a esta derrocada, naquela que foi uma tentativa séria e muito racional de re-confinar a literatura dentro de um quadro estritamente intelectual.

Esse processo de redesenhar a fronteira estética da literatura, cuja tradução pedagógica foi extremamente influente e duradoura, consubstanciou-se numa refração inicial em que uma série de “comunidades” intelectuais se acotovelaram para melhor discutirem a sua posição e firmarem o seu espaço. Numa história repetida noutros contextos, e exemplarmente descrita num célebre livro de Thomas Kuhn, essas comunidades foram substantivamente absorvidas por um paradigma emergente – o do imanentismo – que, nas suas diversas (e díspares) versões regionais, acabou por esgotar o campo e fazer das fronteiras disciplinares as fronteiras de uma noção de poesia particular. A “arte de compreender”, tão enfaticamente exercitada pela hermenêutica do século XIX (de Ast, Chladenius e Schleiermacher) foi, em muitos sentidos, substituída por uma “arte de ler” e, em especial, de ler poesia – o que supôs, claro, a definição estrita e cuidadosa de uma moldura concetual e metodológica à prova de bala. Neste contexto, a metáfora da fronteira é instrumental, como o é também uma outra, conexas e utilizadas pelo Professor Aguiar e Silva em vários pontos da sua obra teórica: a da portagem. Conceitos como os de “migração” e “trânsito” sofreram drásticas alterações nas últimas décadas e, por força

da globalização e da revolução tecnológica, têm hoje, na paisagem intelectual, um sentido muito diferente do que lhes era atribuído em 1967, aquando do surgimento da *Teoria da Literatura* de Aguiar e Silva – um tempo em que a mobilidade física e teórica, bem como o acesso a bibliotecas, arquivos e repositórios, era bem menos imediata e instantânea do que nos dias que correm.

Transitar entre espaços intelectuais díspares e, muitas vezes, conflitantes, supõe então, à primeira vista, uma de duas coisas: ou, por um lado, contrabandear com a liberdade possível certos bens de um lado para o outro das fronteiras estabelecidas; ou, por outro, conhecer essas fronteiras (e aos outros que habitam no seu interior) de uma maneira de tal modo profunda e interessada que os seus pontos de debilidade passem a ser os locais eleitos de passagem. A partir de um ponto preciso (embora comparativamente tardio) da sua extensa obra teórica, Aguiar e Silva intui (exemplarmente) que o paradigma vigente havia anexado muitas das bolsas de resistência – mais ou menos localizadas – que desconfiavam do modo de ser teórico do imanentismo, tendo-se consistentemente recusado, nas suas palavras a “pagar portagem à ortodoxia estruturalista”.¹ O problema não está, então, no ato de se aderir a uma determinada corrente hegemónica, mas antes em decidir as condições possíveis de migração e trânsito. Deste ponto de vista, aliás, Aguiar e Silva funciona como um arquétipo maior do que deveria ser o *modus operandi* da construção do saber humanístico. Isto acontece por vários motivos. Se aceitarmos, de resto, a feliz descrição proposta por António Feijó, segundo a qual a expressão “teoria da literatura” é caracterizada de antemão pela “peculiar instabilidade dos lexemas que a denotam”,

1 As referências (oblíquas e diferidas, na sua maioria) à obra de Aguiar e Silva remetem sobretudo para os seus textos “Pequena Apologia das Humanidades: Contra os cépticos e contra os dogmáticos” e “Reflexões tempestivas sobre a crise das Humanidades” (ambos de 2010), e para a entrevista por ele concedida para o livro *40 Anos de Teoria da Literatura em Portugal*, publicado em 2011.

perceberemos talvez o alcance de outra metáfora feliz, desta feita de senso comum: a do “trapézio sem rede” (Feijó, 1994:15). Não existem apenas razões exógenas na narrativa do que *correu mal* e, desse ponto de vista, seria prudente, e desejável, procurar os motivos da crise interior à crise. Se, por um lado, “teoria” pode significar contemplar, refletir e exercitar capacidades introspectivas a partir da realidade (segundo Feijó, uma “metáfora óptica” (*id.*:17), a sua versão institucionalizada pode também ser várias coisas, e várias coisas ao mesmo tempo: um modo de fazer coisas (ou uma metodologia), dirigida a objetos, ou conjuntos de objetos, particulares; um repositório de teorias regionais; um conjunto de estratégias de interpretação; um terreno agonístico dentro do qual se digladiam vários regimes de leitura; uma visão do mundo e da textualidade; e um sem número de outras coisas. Quanto à “literatura”, podemos, na melhor das hipóteses, defini-la como um consenso socialmente alargado sobre aquilo que ela é, o que, além de tautológico, nos deixa sem sabermos bem o que fazer com ela. Ora, demonstrada que está a “peculiar instabilidade” de que se falou atrás, o que nos resta afinal?

Um dos grandes problemas do saber humanístico e, por extensão, da teoria da literatura teve a ver, desde sempre, com o como fazer sentido dessa instabilidade. Aparentemente, o curso da história da disciplina, ou do campo de estudos se quisermos, depurou duas possibilidades: a primeira, mais *sexy* e apelativa (e, por isso, mais seguida), consiste em aceitar placidamente a inutilidade humanística, contrapondo-lhe uma nada convincente certeza de que o humanista virá a ser, com tempo e paciência, um cidadão mais capaz, revertendo assim o valor de uso imediato num valor diferido, a prazo, cujas consequências não podem, em rigor, ser previstas; a segunda, talvez menos apelativa e seguramente menos cómoda, chama a atenção para a inabilidade que a primeira parece ter para definir corretamente os termos do debate, esbatendo e diluindo a “peculiar instabilidade” das definições num processo lento e

trabalhoso ao qual Aguiar e Silva se refere amiúde como o “trabalho da teoria”. Se, de um lado, temos uma pacífica aceitação da fragilidade flutuante de um conjunto de conceitos que, inflacionados por essa propriedade, estão habilitados a proteger um sem número de argumentos; por outro, temos um trabalho dilatado sobre a história, a natureza e as implicações de cada conceito, dentro do quadro de uma tentativa séria, e geral, de matizar a instabilidade. Se, no fim disto, pudermos escolher uma das aceções dos termos envolvidos e dela partirmos para o trabalho seguinte, tanto melhor.

Apesar dos apelos pontuais de Aguiar e Silva à primeira das perspectivas descritas (noutros lugares da sua extensa obra), a sua *Teoria da Literatura* é um exemplo maior da segunda: uma perspectiva que exige dos praticantes do ofício humanístico contundência, pertinácia e uma adequada percepção dos termos e conceitos que envolvem a sua atividade. Isto explica também, parcialmente, o êxito crítico e editorial desse manual, cuja tradução temporal no espaço das salas de aula é inigualada no espaço intelectual português – facto que auto-confirma, historicamente, os pressupostos dos quais parte e sobre os quais insiste. De muitas maneiras, a *Teoria da Literatura* constitui-se como um sério aviso aos praticantes: possuir um conhecimento antecedente, suficientemente depurado e auto-consciente, acerca da moldura concetual do campo qualifica-se como alavanca epistemológica do manejo adequado dos conceitos, nas suas dimensões histórica, pré-teórica, teórica, meta-teórica e prática. O estudo da literatura exige tempo, tempo esse que é, depois da institucionalização das disciplinas relevantes, essencialmente pedagógico. Serve, sobretudo, para que se perceba o que queremos *realmente* dizer quando usamos macro-definições como “autor”, “texto”, “intenção”, “argumento”, “ficção”, “estrutura”, “propriedade”, “contexto”, “linguagem” e, sobretudo, “interpretação”, uma coisa que veio a ser confundida com versões regionais de técnica textual e, por isso, deplorada (corretamente) por todos quantos acreditam em coisas como “fruição”, “epifania” ou “prazer estético”.

Existe outro problema, no entanto, que reclama atenção e que tem merecido um tratamento algo negligente da parte dos praticantes – uma questão que acrescenta um nível adicional de instabilidade à frágil concatenação do saber das humanidades. Prende-se com a própria noção de texto, historicamente alterada nas últimas décadas a um ponto exponencial. Em vários pontos da sua obra ensaística, Aguiar e Silva defende aquilo que chama de atividade “textocêntrica”, uma hermenêutica material incidindo especialmente sobre o legado textual da espécie humana. Esta operação aparentemente simples e trivial levanta, contudo, alguns problemas, que têm a ver, sobretudo, com a difícil compaginação entre a noção de “texto” de que parte Aguiar e Silva e a noção de “texto” pós-revolução tecnológica. Há dois pontos prévios, no entanto, que é necessário precisar. O primeiro liga-se a outra metáfora utilizada por Aguiar e Silva, para denotar o processo intra-referencial aplicado aos textos literários pelas teorias imanentistas: a da “esterilidade”. É sabido que para o imanentismo, nas suas várias versões, desde o formalismo russo, passando pelo “new criticism” americano, até ao momento de exaustão definitiva do modelo que coincidiu com o período mais fulgurante do estruturalismo, o texto literário passou a ser descrito como uma unidade auto-suficiente e auto-contida, imune, por auto-inoculação, a referentes extra-literários – uma tendência que refletiu, durante muitas décadas do século XX, aquilo a que Paul de Man famosamente se referiu como “preconceito anti-histórico” (em *Blindness and Insight*). Ora, se para Aguiar e Silva não existem textos assépticos, o que sobra então? Nas suas palavras, o que sobra é uma ideia de texto literário como “mundividência”, ideia essa que, segundo ele, urge “reabilitar” e “depurar”.

Mas esse processo traz-nos alguns problemas. Isto porque, em primeira instância, descrever literatura como um modo de transportar (e transmutar) em textos uma determinada mundividência pode supor – pelo menos abstratamente – descrevê-la como repositório ideológico ou político, ou como

agenciamento deliberado de certas visões do mundo. Como vimos atrás, a determinação histórica desta circunstância teve um período preciso, e as suas ramificações foram catastróficas para a literatura e as humanidades geralmente consideradas. O problema inicial consistiria em destrinçar categoricamente se existem *mesmo* “mundividências” mais nobres e justas do que outras. Como nos movimentamos tipicamente entre praticantes das humanidades, somos tentados a presumir pacificamente que a resposta é “sim”, embora tenhamos a consciência de que a justificação dessa premissa envolve complexos juízos éticos e morais, que nem sempre estamos dispostos a exercer na sua plenitude. Por outro lado (e este seria o segundo problema), os estudos literários começaram, desde há um par de décadas ou mais, a voltar a sua atenção para fenómenos textuais ou conexos à noção de “textualidade” – como a composição, a edição textual, as condições materiais de produção da literatura, a escrita computacional, etc. Tais fenómenos, quase marginais até à revolução tecnológica dos anos 1980 e 1990, foram lentamente cooptados pela agenda das humanidades, expandindo a noção de “texto” de uma forma até então insuspeitada. O problema, que ocupará decerto o futuro próximo do estudo da literatura, constitui-se de duas questões absolutamente centrais para esse mesmo futuro: em primeiro lugar, e desde logo, de que modo esta (agora) exponencial concatenação entre textos literários e as suas respetivas condições de produção e instanciação alargou / transformou / subverteu a noção de “texto” – e, por extensão, todas as noções-satélite que lhe gravitam em torno?; e, por outro lado, de que maneira quer um “texto” dizer “mundo” no âmbito de uma realidade moderna globalizada, burocratizada e saturada de tecnologia. Tem razão Aguiar e Silva: é urgente, se não “modelar” ou “reabilitar”, pelo menos pensar seriamente de que modo os textos “fazem mundo” nos dias de hoje.

O que, naturalmente, tem implicações também no modo como concebemos os regimes de leitura que subscrevemos

e / ou aconselhamos, uma vez que, aceitando que a noção de “texto” se alterou nas últimas décadas, seremos talvez forçados a admitir que a ideia de leitura textual como diálogo, defendida por Aguiar e Silva, também se modificou. Como? Parece ser, *prima facie*, empiricamente demonstrável que, nas últimas décadas, a proporção entre o diálogo com os mortos (um ponto arquimediano para Aguiar e Silva, na esteira de T.S. Eliot) e o diálogo com os vivos se equilibrou de forma drástica. Por outro lado, uma maior atenção à dimensão performativa e interativa da leitura e da interpretação abriu espaço, também nas últimas décadas, a uma reconfiguração alargada do esforço hermenêutico. Serão então, em rigor, estas duas circunstâncias suficientes para sonegar ao contato com textos literários a sua vocação eminente de interlocução? Aparentemente, não. No caso da ideia de leitura textual, as modificações históricas recentes parecem ter um impacto bastante limitado. Tanto do lado da textualidade como do lado da literatura e, por fim, do da interpretação, as transformações alteraram os termos não no sentido da sua natureza, mas antes no sentido da sua dimensão. Ler é hoje muito mais do que ler livros em papel, como literatura é muito mais do que um cânone de livros de papel, e interpretar é muito mais do que tomar notas e formar ideias sobre poemas impressos em livros de papel. No entanto, a dimensão de interlocução e de negociação de uma posição epistemológica no mundo, dois traços que estão inscritos em qualquer ato de leitura, mantêm-se razoavelmente inalterados. Deste ponto de vista, então, o tamanho importa, mas nem tanto.

Como se defendeu atrás, o tempo do estudo da literatura é cronologicamente expandido e, por consequência, acionado (sobretudo) no seu lado pedagógico, por uma estrutura dialética transversal a todo o sistema de ensino. Termina, pois, fazendo referência ao papel das universidades no ensino e transmissão do saber humanístico, mesmo tendo em consideração que o tema é, potencialmente, inesgotável. É consensual que o ensino da literatura se foi, historicamente,

deslocalizando a partir de uma posição social para um confinamento estritamente institucional e altamente profissionalizado. Em Portugal, por exemplo, a profissão crítica, outrora uma nobre atividade, cobiçada e invejada por muito boa gente, decaiu notoriamente nos últimos 20 ou 30 anos, acompanhando o estertor editorial de muitas das melhores publicações sobre literatura produzidas no país. Este facto é tanto mais paradoxal quando pensamos que, na sua extensão histórica, ele coincidiu pronunciadamente com a democratização do ensino superior em Portugal, que lançou vagas de alunos para as universidades em número impensável no período *ante bellum* do Estado Novo. Se, por um lado, houve uma inflação generalizada de estudantes de literatura houve também, por outro, um progressivo (e paradoxal) emagrecimento do campo crítico, que cerceou a tradução social do saber universitário. Talvez esta circunstância, que transitou do modelo anterior para o modelo democrático, tenha resultado de uma leitura errada (ou demasiado otimista) do novo quadro de relações instaurado pela ordem recente, uma vez que a ênfase na profissionalização e na especialização persistiu – sem que as suas condições contemporâneas de instanciação fossem descritas, debatidas ou sequer explanadas. Num ensaio muito lúcido publicado em 2017 por António Feijó e Miguel Tamen, as razões para este aparente fracasso da missão das universidades públicas são colocadas a nu de modo ao mesmo tempo criterioso e desafiante. Na sua narrativa, a possibilidade de o Estado decretar por *fiat* as discussões metodológicas, pedagógicas e, sobretudo, financeiras que fazem parte do complexo estratégico das universidades é, em todas as suas ramificações, nefasta ou, na melhor das hipóteses, contra-producente. A confusão é, para os autores, clara e muito simples de explicar: ao outorgar-se o estatuto de financiador (ou mecenas) das universidades públicas, o Estado torna-se automaticamente, em tese e na prática, no gestor de um conjunto de atividades tão incomensuráveis quanto os ordenados dos funcionários e as políticas de investigação. Embora me

reveja apenas parcialmente no modelo que eles propõem (por ter enormes reservas quanto à sua exequibilidade num país como Portugal, por vários motivos que não cabe aqui referir), revejo-me na essência na leitura que fazem do panorama do ensino das humanidades nas nossas universidades.

Concordo, também, com a sua rasura radical da ideia de universidade enquanto agência de emprego e, mais, com a da conexão inexorável entre coisas chamadas “cursos” e determinadas profissões (salvo muito raras exceções, que os autores assinalam). A ênfase na profissionalização (ou na orientação da seta-estudante para o alvo-este-emprego-e-não-outro), no entanto, tem raízes bastante mais profundas, que têm muito a ver com o tecido produtivo, as relações de trabalho e a profunda ignorância social do empresariado autóctone. Um dos problemas do ensino da literatura nas universidades tem justamente a ver com isto. Desde há muito, o estudante de literatura é, em primeira instância, um futuro professor do ensino preparatório ou secundário e, em muito menor grau, um tradutor ou um intérprete. Isto faz com que uma porção substancial do seu estudo seja determinada de antemão, tanto pelo carácter limitado do conjunto de autores que figuram nos chamados “programas”, quanto pelas limitações inerentes que essa circunscrição inevitavelmente impõe aos que têm a responsabilidade de ensinar esses autores na universidade. A relação estabelecida é, pois, desigual, e apenas com uma dose grande de caridade a podemos descrever como “ensino da literatura”. Confinar uma aprendizagem que deveria ser tão livre quanto possível a uma mão-cheia de autores cuja presença ou ausência é decretada em gabinetes e ministérios é, para todos os efeitos, uma das consequências mais desastrosas da interferência do Estado nas opções intelectuais dos seus profissionais, estudantes e futuros profissionais. Não me cabe insinuar ou apresentar soluções milagrosas para este estado de coisas, embora, e sem qualquer intuito polémico, nunca tenha visto grandes vantagens em misturar língua e literatura numa

mesma disciplina, como se fosse auto-evidente que uma se aprende na outra (ou vice-versa) – um ponto em relação ao qual Aguiar e Silva está em completo desacordo, como aliás defende no segundo dos textos acima mencionados (nota 1). O argumento é simples, e autorreferencial: se suspendermos o hábito de décadas e gerações, nunca foi convincentemente comprovado que exista realmente um vínculo exemplar entre uma língua e uma literatura e, mais, entre linguagem e linguagem literária. O *status quo* pode ser explicado, parcialmente, pela partilha, por língua e literatura, de um conjunto transversal de categorias, o que só ajuda à confusão. Aquilo que defendo (e que é, bem o sei, uma quimera irrealizável), é uma cisão radical entre língua e literatura – de baixo para cima ou de cima para baixo (é indiferente) –, pois estou em crer que isso traria enormes benefícios. Para começar, ser-nos-ia mais fácil localizar, e identificar, os estudantes de literatura porque, em rigor, o estudante de literatura deveria ser diferente do estudante de Português, do mesmo modo que o estudante de Português não tem de ser, necessariamente, um estudante de literatura. Este último poderia assim desafiar o seu professor de literatura, na universidade, para uma conversa de um semestre (ou mais) sobre Al Berto, ficção digital, romances eróticos, José Rodrigues dos Santos ou autores nepaleses do século 14. Isto configuraria uma ideia de universidade com a qual, estou certo, o Professor Aguiar e Silva seguramente concordará.

Referências bibliográficas

FEIJÓ, António M. (1994). *A Teoria da Literatura e a Universidade*. Braga: Edições da APPACDM Distrital de Braga.

SILVA, Vítor Aguiar e (2010). *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.

FEIJÓ, António M. & TAMEN, Miguel (2017). *A Universidade Como Deve Ser*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

TEORIA DA LITERATURA, 1967:
AVATARES E DEMÓNIOS

Rita Patrício

Centro de Estudos Comparatistas
Universidade de Lisboa

Num texto datado de 15 de setembro de 2002, Vítor Aguiar e Silva admite que no percurso biográfico de um investigador e de um professor universitário podem ocorrer “dramáticos momentos de desilusão e desencenação em relação aos fundamentos, aos métodos e aos objetivos do campo disciplinar ou da área de conhecimento científico em que se trabalhou ao longo de uma carreira” (2002:1). Acrescenta o autor que estas crises se manifestam em geral “no outono da vida, quando a sabedoria se sobrepõe ao saber, quando a ironia, o ceticismo ou o cansaço tingem de melancolia e frialdade a obra feita e levam a olhar como inútil e impossível a obra por fazer”. Como

reconhece, são frequentemente “induzidas ou potenciadas pela crise do campo disciplinar ou do domínio científico cultivados e nos quais se investiu trabalho, esperança e sonho”.

Sendo frequentes as denúncias de crise da teoria da literatura, o princípio dessa nota prefacial poderia sugerir estas palavras como autobiográficas. Mas o professor e investigador que aqui escreve não nos fala de si, nem de teoria. Neste prefácio, é René Wellek o paciente exemplar de um desses dramáticos momentos de desilusão e descrença relativamente ao campo disciplinar a que se dedicara. “No campo dos estudos literários”, continua Aguiar e Silva, “uma das manifestações mais melancólicas e significativas que conheço de tais crises está representada pelo ensaio de René Wellek, intitulado «The Fall of Literary History»” (*id.*). A melancolia do crítico radicaria na perda de uma ilusão chamada História Literária: “Ao finalizar a sua reflexão [“um desiludido e amargo reexame dos fundamentos e possibilidades da história literária”], René Wellek confessava melancolicamente: «This is, at least for me, the end of an illusion, the fall of literary history»” (*id.*:1-2)¹. Para o historiador, o escrutínio do objeto do seu investimento intelectual e académico daria a ver a sua queda irremediável.

René Wellek, que publicou, com A. Warren, em 1948 uma decisiva *Theory of Literature*, foi presença tutelar na escrita da *Téoria da Literatura* de Vítor Aguiar e Silva. Outra referência fundamental foi Wolfgang Kayser, com *Fundamentos da interpretação e da análise literária*, publicado no mesmo ano (intitulado, a partir da segunda edição portuguesa, dez anos mais tarde, *Análise e interpretação da obra literária*), de tal modo que, para estas duas obras, há um modo especial de indicação bibliográfica: dado que são ambas “tão frequentemente mencionadas no decurso desta obra, deviam ser citadas na bibliografia de todos – ou quase – os capítulos. Por isso, e depois deste aviso ao leitor, dispensamo-nos de os incluir na

¹ Este texto de Vítor Aguiar e Silva constitui o prefácio ao volume *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*, de Carlos M. Ferreira da Cunha, estudo que se ocupa da emergência desta disciplina no campo literário português.

bibliografia” (1967: 531). Contudo, nas primeiras edições da *Teoria da Literatura*, R. Wellek é muito mais citado do que W. Kayser, nome que não é sequer particularmente referido. O primeiro é mesmo o autor mais mencionado na terceira edição (não o havia sido na primeira), ou seja, está ainda mais presente na edição de 1973, edição que culmina esta série, do que no seu início.

A melancolia impregna vários momentos da produção ensaística de Vítor Aguiar e Silva, mas o registo do abandono de uma ilusão teórica fez-se num tom nada melancólico, antes combativo e empenhado. Em 2010, numa “Nota Preambular”, o autor dá conta do modo como se afastou do entendimento da teoria literária concebida como ciência:

Torna-se claro que, há três ou quatro décadas, advogava sem hesitar a existência da “ciência da literatura” (embora sem pagar portagem à ortodoxia estruturalista). Progressivamente fui-me afastando dessa ilusão, sem nunca deixar porém de defender a racionalidade, o rigor teórico, metodológico e analítico dos estudos literários e sobretudo rejeitando o ceticismo patológico e a ideologização política que tão danosamente têm prejudicado aquele campo de conhecimento (2010: 7).

A admissão da cientificidade enquanto ilusão implica aqui a defesa de determinados princípios e a rejeição de outros, como depois os ensaios desse volume, *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*, mostrarão, sem que sejam vislumbráveis sinais de renúncia ou de abatimento. De Vítor Aguiar e Silva, autor da *Teoria da Literatura*, não conhecemos olhares melancólicos ou desistentes.

A revisitação melancólica da sua vida, sobretudo de investigador, encontramos-la nos seus autorretratos enquanto camonista. O prefácio a *Mancirismo e Barroco na poesia lírica portuguesa*

começa com um retrato do estudioso enquanto muito jovem, mas já sob o signo da melancolia, a recordar a formulação da tese de licenciatura “no tempo inquieto da adolescência, quando os projetos desconhecem ainda a melancolia e o amargor das obras imperfeitas” (1971: ix). Não é, contudo, nesta melancolia que gostaria de me deter, mas antes naquela que está expressa no ensaio “Retrato do camonista enquanto jovem (com alguns pingos de melancolia)”, de 2005, primeiro texto do volume *A lira dourada e a tuba canora*, publicado três anos mais tarde, muito em particular numa passagem, em que, recordando os primeiros anos das suas investigações filológicas no âmbito dos estudos camonianos, observa, quase parenteticamente, Vítor Aguiar e Silva:

Quantas vezes, nesses tempos febris, idealistas e contraditórios da década de sessenta do século passado – *ubi sunt?*... – me senti um avatar de Dr. Jekyll e de Mr. Hyde, consagrando-me nuns dias aos factos, aos enigmas e aos fantasmas dos cancioneiros manuscritos e, noutros dias, às abstrações e aos demónios da Teoria da Literatura! (2008: 21).

Para muitos, os longínquos anos sessenta do século passado foram febris, idealistas e contraditórios; para o autor da *Teoria da Literatura*, confesso avatar de Dr. Jekyll e de Mr. Hyde, foram-no certamente e de um modo muito particular. O recurso a esta imagem como um espelho possível diz, desde logo, um sujeito cindido: uns dias filólogo, outros teórico. O primeiro ponto que gostaria de sublinhar, portanto, na natureza do autor da *Teoria da Literatura* de 1967 é a sua condição de avatar de uma figura que nos mostra a irrecuperável cisão de quem teria começado por ser só um.

Pela sequência descritiva e pelos objetos de estudo, podemos supor que Dr. Jekyll se encarregaria da filologia (é ele quem nos cancioneiros procurava factos, encontrava enigmas e se debatia com fantasmas) e que Mr. Hyde ficaria com a teoria (com as

suas abstrações e demónios). Nessa divisão de rostos é Mr. Hyde, o fora da razão, a ficar com a teoria. E se as abstrações são um objeto natural para os dias teóricos, já os demónios surgem mais surpreendentes.

Nesta década, o filólogo trabalhou intensa e ininterruptamente: em 1962 concluiu a já referida dissertação de licenciatura, *Para uma interpretação do classicismo*; em 1971 apresentou a dissertação de doutoramento *Maneirismo e barroco na poesia lírica portuguesa*, estudo em que, partindo de uma monumental arqueologia da lírica dos séculos XVI e XVII, se propõe uma nova categoria estilística-periodológica, redesenhando a história literária. O teórico também trabalhou intensa e ininterruptamente: tendo começado a reger os cursos sobre Teoria da Literatura no ano letivo de 1962-1963, Vítor Aguiar e Silva publicou em 1967 a primeira edição da sua *Teoria da Literatura*, um ano mais tarde a segunda, revista e aumentada, e uma terceira, em 1973, com modificações relevantes comparativamente às duas edições anteriores².

2 Sublinho uma presença determinante tanto para o teórico como para o filólogo, a de Paul Valéry. Valéry havia sido convocado logo na primeira página de *Para uma interpretação do Classicismo*: “Adivinho o sorriso lucidamente irónico de Paul Valéry ao escrever acerca de «Classicismo», «Romantismo» e «Simbolismo»” (seguindo-se uma citação de Valéry) (1962:1). No prefácio a *Maneirismo e Barroco na poesia lírica portuguesa*, Vítor Aguiar e Silva recorda a importância dos ensinamentos colhidos no autor francês: “O estudantinho que, na biblioteca do Liceu de Viseu – modesta biblioteca que recordo como quem evoca um rosto maternal -, lera as diatribes de Pierre Lasserre e de Ernest Seillère contra as «heresias» e as «deliquescências» do romantismo, encontrara depois em Paul Valéry, num fascínio que o tempo já esbateu mas não pôde extinguir, um mestre de pensamento e de sensibilidade que o ensinou a compreender e a amar os ideais, as exigências e as dificuldades da arte clássica. Por detrás da interpretação estritamente histórica que então apresentei do classicismo, erguia-se tuteladamente a lição de poesia e de poética de Valéry e escondia-se uma certa imagem do homem, urdida do anseio de rigor mental e dos desígnios de lucidez e de pudor sentimental.” (1971: ix). Aguiar e Silva reconhecia dever muito a Valéry no seu encontro com a arte clássica; mas, para além dessa aproximação a um objeto periodológico particular, que se concretizaria nesse estudo sobre classicismo, a autoridade do poeta e ensaísta francês excedia o âmbito de Mr. Hyde e interessava já a Dr. Jekyll, na medida em que, por detrás desse edifício filológico “de interpretação estritamente histórica”, começava a avultar a lição da poética e uma *forma mentis* teórica, “urdida do anseio de rigor mental e dos desígnios de lucidez”.

Valéry será também o autor mais citado (a par de Genette) na terceira edição da *Teoria da Literatura*, de 1973. A sua presença cresce da primeira para a terceira edição (tal como havia crescido a de Wellek). As referências a Valéry, assim como a Baudelaire, nestas três edições – de 1967 a 1973 – são muito constantes, o que dá conta da importância da teorização estética protagonizada por estes poetas. Tanto para o teórico Dr. Jekyll, como para o filólogo Mr. Hyde, Valéry foi um autor importante ao longo destes anos.

O filólogo e o teórico, Dr. Jekyll e Mr. Hyde, dividiram os trabalhos e os dias, nessa década febril, intensa e contraditória, mostrando como, ao longo deste tempo, se reconfigurava o campo dos estudos literários. Podemos ler nessa reconfiguração o conflito entre filologia e teoria, tal como na altura elas se propunham, ou seja, o conflito entre o apelo da história literária, com as suas propostas de interpretação de factos e de especificidades, de leitura de momentos particulares, e o desafio de uma categorização supratemporal, de uma inteligibilidade dos fenómenos que superasse o individual.

No prefácio à primeira edição da *Teoria da Literatura* explicitam-se as circunstâncias da génese do livro, nascido dos cursos regidos pelo autor. Reitera-se aí o juvenil entusiasmo do professor e investigador (no momento da assinatura desta nota prefacial, a 2 de maio de 1967, Vítor Aguiar e Silva tem 27 anos) perante a nova disciplina, “tão fascinante e tão complexa”:

Iniciávamos então, logo após a conclusão da licenciatura, a carreira de docente universitário, e foi com juvenil entusiasmo que empreendemos a tarefa de estabelecer programas e rumos de investigação, consagrando o melhor do nosso esforço ao estudo desta tão fascinante e tão complexa disciplina. É esse juvenil entusiasmo que explica a presente aventura icária – a apresentação desta *Teoria da Literatura* a um público mais vasto do que o restrito auditório escolar que foi o seu primeiro destinatário (1967: s/p).

Teoria da literatura: labirintos e fascínios – é também esse o mote do princípio deste livro. Em 1967, a teoria é nova e desafiante, lá fora e cá dentro. Os sinais e os títulos desse entusiasmo além-fronteiras são inúmeros. Do entusiasmo nacional dou só um exemplo. O título de outro livro publicado em Portugal nesse mesmo ano ostenta igualmente o termo teoria. Trata-se do volume *Páginas de Estética, de Teoria e de Crítica*

Literárias, de Fernando Pessoa, coeditado por Jacinto do Prado Coelho. O ensaísta tenta reabilitar essas páginas pessoais, que considera datadas e muito limitadas concetualmente, legitimando-as precisamente pelo potencial teórico que comportariam: “Talvez a parte mais atual do pensamento estético de Pessoa, se de um pensamento uno se pode falar, seja aquela em que se aproxima do formalismo russo e do *new criticism* norte-americano” (Coelho, 1967:xxviii)³.

Nesta passagem do prefácio da primeira edição da *Teoria da Literatura*, dá-se conta da divisão do esforço do investigador, consagrando à teoria a sua melhor parte: Mr. Hyde, parece, por esta altura, sobrepor-se a Dr. Jekyll. E o resultado desse estudo é anunciado como uma “aventura icárica”. A presença, ainda que adjetiva, de Ícaro, enquanto um outro avatar possível para descrever a aventura teórica não deixa de ser surpreendente. É certo que Ícaro é nome para entusiasmos juvenis, mas é sobretudo um modo de dizer a tentação que os conduz e o desfecho fatal a que estão condenados. Nada faz prever desfechos trágicos neste prefácio, nem para o campo disciplinar, então emergente, nem para o livro. Muito antes pelo contrário, admite-se logo uma segunda edição: perante o reconhecimento das “limitações desta obra”, tais como “as faltas de um capítulo sobre as relações da literatura com as outras artes, de um estudo acerca da estrutura da comédia e da tragédia, de capítulos consagrados à análise de estilos e períodos como o realismo e o simbolismo”, o autor promete colmatar “esta e outras lacunas numa possível segunda edição” (1967). A empresa teórica está ainda em ascensão: são identificadas matérias que aguardavam as devidas abstrações, os demónios são ainda tentadores. A primeira destas faltas, por exemplo, a

³ Segundo Vítor Aguiar e Silva, deve-se a Jacinto do Prado Coelho a introdução da disciplina de Teoria da Literatura nos planos curriculares decorrentes da reforma curricular de 1957, o que testemunha a atenção prestada pelo professor e investigador ao desenvolvimento dos estudos literários do seu tempo e a importância reconhecida a esta nova disciplina (ver, neste volume, o testemunho “Memórias para a biografia dum livro”, lido em Coimbra, a 16 de Novembro de 2017).

questão das relações da literatura com as outras artes, será só tratada em 1990, no volume *Teoria e metodologia literárias* (título que replica, de certo modo, um dos títulos pensados por Wellek e Warren para a sua *Teoria da Literatura – Teoria da Literatura e Metodologia do Estudo Literário*). Outras nunca serão colmatadas. Mas as duas edições posteriores da *Teoria*, a segunda de 1968 e a terceira de 1973, mostram mudanças muito significativas.

No prefácio da segunda edição, datado de junho de 1968, começa por ser justificada, pelo escasso tempo que mediava entre a primeira e a segunda edição, a ausência de resposta às lacunas anteriormente elencadas. “Além disso”, acrescenta o autor, “na Universidade portuguesa o tempo oferece cada vez menos ao professor a possibilidade de consagrar cada vez mais atenção à leitura e ao estudo” (1968: s/p), dado o aumento do número de alunos. Este é um dos avatares dos tempos de que se falará neste prefácio, mas não é o único, nem o mais relevante. O reiterado entusiasmo juvenil parece ter desaparecido e quem agora escreve preocupa-se mais com a sobrevivência da literatura do que com o aparecimento da teoria que dela se ocuparia. O autor reage a uma história do futuro:

De vez em quando, algumas vozes proféticas predizem a disparição do livro e da literatura em futuros estádios de civilização. Ainda há pouco tempo, perante um Congresso do Pen Club, o sociólogo Marshall McLuhan não hesitou em declarar às centenas de escritores que o escutavam: “Sois os últimos sobreviventes de uma espécie em vias de desapareção. Já não serve para nada escrever e publicar livros”. Num mundo que, graças ao avanço da eletrônica, das telecomunicações, da astronáutica, se transformou num *happening* simultâneo, a imagem instituiria uma nova mundividência, reconduzindo os homens a uma coesão tribal semelhante às dos tempos primitivos, mas dotada agora de uma dimensão planetária (*id.*).

Vítor Aguiar e Silva responde ao ataque à literatura desferido por Marshall McLuhan sob o repto “O escritor na era eletrónica” - debate inserido no XXXIV International Pen Club (1966), cujas contribuições foram publicadas precisamente em 1968 -, reconhecendo que “[d]ecerto o futuro há-de ser fértil em mutações e em ruturas e decerto a imagem há-de desempenhar um papel cada vez mais ponderoso nas sociedades vindouras”. Mas a essas certezas sobrepõe-se uma fé:

Não acreditamos, porém, na extinção da literatura: ela modificar-se-á, solidária com os tempos que hão-de vir, ganhará novos impulsos e novas forças, mas há-de permanecer como forma insubstituível de o homem se conhecer a si próprio e de conhecer a sua relação com o mundo. Proclamar a extinção iminente da literatura equivale a postular uma futura alteração radical do homem, de tal modo a literatura se encontra ligada à palavra e de tal modo a atividade linguística específica e modela o homem (*id.*).

Nessa primavera de 1968, tempo particularmente agitado e crítico na Europa, muito em especial em Paris e em Praga, o prefaciador antevê avatares (mutações, ruturas, modificações do papel da imagem e das energias literárias), mas recusa um futuro em que o literário não seja central, cenário descrito como um regresso a um passado tribal e primitivo, isto é, pré-literário. Sob o que muda, é declarada a fé no que permanece: no valor da literatura como forma inigualável de conhecimento. Esta conceção humanista da literatura determina algumas das posições teóricas assumidas desde as primeiras edições da *Teoria* e será o *leitmotiv* de textos mais recentes em defesa das Humanidades.

Se no prefácio da edição de 1967 o próprio volume decorria de um reiterado fascínio juvenil, o do seu autor perante a nova disciplina, no prefácio da edição de 1968 a obra

é agora apresentada como instrumento para contrariar outros fascínios juvenis:

A presente obra, modesto contributo para a compreensão do fenómeno literário, desejaria alcançar, antes de qualquer outra, esta finalidade: revelar aos jovens estudantes, já tão assaltados pelo fascínio da imagem, tanto através do cinema como da televisão, que a literatura não é um jogo, um passatempo, um produto anacrónico de uma civilização dessorada, mas uma atividade artística que, sob multiformes modulações, tem exprimido e continua a exprimir, de modo inconfundível, a alegria e a angústia, as certezas e os enigmas do homem (*id.*).

Descrita a literatura como um modo único de exprimir o homem, é apresentado um cânone que pretenderia ilustrar as “multiformes modulações” dessa expressão insubstituível:

Foi assim com Ésquilo e com Ovídio, com Petrarca e com Shakespeare, com Racine e com Stendhal, com Eça e com James Joyce; continua a ser assim com Sartre e com Beckett, com Jorge Amado e com Nelly Sachs, com Norman Mailer e com Cholókhov, com Miguel Torga e com Herberto Hélder. E assim há-de continuar a ser com os escritores de amanhã. Apenas variará o tempo e o modo (*id.*).

Ainda que o cânone se modifique, porque variam o tempo e o modo dos cânones – e este cânone visa sobretudo ilustrar as “multiformes modulações” do literário defendidas no prefácio, muito em particular as que preconizam uma especial relação da literatura com o seu tempo –, a futura resposta à questionação do conceito de literatura, que ocupará largas páginas da *Teoria* a partir da sua quarta edição, passará pelo

mesmo gesto de elencar alguns textos tidos por inquestionáveis. Não é esse gesto que aqui quero sublinhar, mas antes a insistência na variação do tempo e do modo.

A consciência da permanente natureza variável não só do literário, mas também dos discursos e dos modelos críticos que dele se ocupam, é constante no pensamento teórico e crítico de Vítor Aguiar e Silva. O ensaio que publicara em 1964, sobre o teatro de atualidade no romantismo português, depois de proceder ao levantamento e à análise das obras em causa, termina precisamente com um aviso que é uma lição:

Muitas das obras referidas neste estudo foram na sua época saudadas como autênticas obras-primas e hoje aparecem ao leitor como monótonas, retóricas, incoerentes e até ridículas. [...] Boa lição para os autores e para os críticos que cedem aos aplausos da moda e assim se transviam «no ciclo eterno das mudáveis coisas» de que fala Ricardo Reis... (1964:76).

Este postulado parece ser congenial a Vítor Aguiar e Silva. O princípio de que a vida seja um ciclo constante de coisas que mudam encontra na poesia maneirista fulgurantes formulações poéticas de que será leitor erudito e sensível; constitui-se, do ponto de vista teórico, como um objeto de reflexão constante (o que muda, como muda e porque muda a literatura, ou, noutros termos, como distinguir o que é mutável nas coisas do que delas participa no ciclo eterno, isto é, num princípio que, para além das mudanças, as possa organizar). Dr. Jekyll e Mr. Hyde, cada um a seu modo, andaram sempre crítica e teoricamente ocupados com a mutabilidade da vida e do literário, seja como tópico maneirista, seja como condição de toda a literatura queurgia racionalizar, quer enquanto períodos estético-literários, quer enquanto modelos teóricos que visassem ler a variabilidade temporal das coisas literárias.

Nesse sentido, a relação entre teoria e história literária é constante no pensamento teórico de Vítor Aguiar e Silva. Ao procurar uma outra via para além daquelas até então protagonizadas para o estudo da criação poética, o autor propunha, na sua *Teoria da Literatura*, uma teoria precisamente situada na história:

Situemo-nos na história, aceitemos a diversidade histórica da poesia e tentemos encontrar os liames que aproximam as diferentes experiências poéticas de um determinado período ou de determinados períodos histórico-literários – liames que nos permitam afirmar a existência de estruturas gerais no modo de conceber a criação poética dentro desses determinados períodos histórico-literários. Esta perspectiva metodológica impede simultaneamente a queda no facto isolado e individual, cuja inserção se torna impossível, e a queda nas “constantes” supra-históricas, que esmagam a diversidade e a complexidade dos fenómenos estéticos (1967: 130).

É a este respeito significativo que, desde a sua primeira edição, a *Teoria da Literatura* dedique vários capítulos a alguns períodos literários e tenha um capítulo sobre “A periodização literária” (em que René Wellek é declaradamente presença tutelar). E, apesar de a quarta edição ser geralmente tida como a definitiva, a verdade é que na quinta edição, de 1983, o capítulo dedicado à periodização literária é reescrito e é esse o último grande investimento teórico no volume *Teoria da Literatura* por parte do seu autor. O princípio da ruína da ilusão formalista conduz a uma reconsideração da história na compreensão dos fenómenos de comunicação literária:

Nesta 5ª edição do volume I, reescrevemos na sua quase totalidade o capítulo 5 (...). Parece-nos que os problemas

de periodização literária à medida que se vai desagregando o paradigma formalista da teoria da literatura e se vai consolidando a ideia da necessidade de combinar interdisciplinarmente a história, a semiótica e a sociologia da literatura, assumem uma relevância crescente para a inteligibilidade de todos os fenómenos da semiose literária (1983: s/p).

Não é, contudo, esta reescrita que importa agora pensar. Remontando às primeiras edições, quero antes considerar as mudanças ocorridas entre a primeira e a terceira edições, isto é, as ocorridas entre 1967 e 1973, as dos tais anos febris, idealistas e contraditórios.

Para além de uma constante revisitação de todos os capítulos, aferível pela impressionante atualização bibliográfica, e de alterações na denominação de vários dos capítulos, duas alterações merecem particular atenção. Por um lado, a inserção da categoria periodológica de Maneirismo, intervenção direta de Dr. Jekyll nos trabalhos de Mr. Hyde; por outro, e é esse aspeto quero sublinhar, a autonomização de um capítulo dedicado ao estruturalismo, na edição de 1973, quando na primeira edição eram-lhe dedicadas algumas páginas num capítulo que partilhava com a estilística. O estruturalismo, pedra de toque da teoria da literatura enquanto ciência, estava a acontecer enquanto Vítor Aguiar e Silva escrevia e reescrevia as primeiras edições da *Teoria da Literatura*. É por isso muito interessante comparar o modo como vai ser diferentemente tratado de 1967 a 1973. Na edição de 1967, nas breves sete páginas que lhe dedica, o autor exprime sobretudo cautelas:

Nos últimos anos, adquiriu uma singular candência o problema da aplicação do estruturalismo aos estudos literários. Trata-se de um domínio do saber ainda mal esclarecido, onde as hesitações e as divergências são

frequentes e acentuadas, mas que oferece já horizontes ricos de promessas. No estado atual da questão, parece-nos conveniente esboçar apenas algumas das suas linhas fundamentais (1967: 522).

Ainda que se anuncie um mero esboço de linhas fundamentais, as reservas são desde logo evidentes. Roland Barthes é um dos alvos dessa crítica, pela sua defesa do caráter intransitivo do literário:

Alguns estruturalistas, nos quais se faz sentir com maior intensidade a influência da linguística, têm tendência para reduzir as estruturas da obra literária a meras estruturas linguísticas e para conceber de forma autística o funcionamento e a significação de tais estruturas. Assim, Roland Barthes refere-se à literatura como sendo um dos «sistemas homeostáticos, isto é, sistemas cuja função não é comunicar um significado objetivo, exterior e pré-existente ao sistema, mas criar simplesmente um equilíbrio de funcionamento, uma significação em movimento». Atitude muito diferente – e muito mais verdadeira, segundo cremos – encontramos em outros estruturalistas para os quais a obra literária constitui uma estrutura que exprime a odisséia existencial do homem, que se encontra intencionalmente vinculada à realidade, que significa o mundo (*id.*: 525-6).

O estruturalismo abre portas a um anti-humanismo que Vítor Aguiar e Silva sempre rejeitará. Este breve esboço termina com uma referência a Barthes, supondo-o como o objeto de censura por parte de Lévi-Strauss, que se socorreria precisamente da história como legitimação última das propostas estruturalistas:

No pensamento de Lévi-Strauss, a história representa a única forma possível de verificar e confirmar a

validade das perquisições estruturais, evitando assim que estas se transformem em brilhante espetáculo oferecido pelo crítico a si mesmo, ou num “jogo de espelhos em que se torna impossível distinguir o objeto do seu eco simbólico na consciência do sujeito”. Não seria de estranhar que esta censura do grande mestre do estruturalismo contemporâneo visasse o Roland Barthes que proclamou que “a crítica não é uma «homenagem» à verdade do passado, ou à verdade do «outro»: é a construção do inteligível do nosso tempo” (*id.*: 528).

Um ano depois, a edição de 1968 já dedica ao estruturalismo um espaço e um investimento muito maior, mas o título questionante do capítulo – “Sob o signo de Babel?” - dá a ver a distância crítica que marca a discussão dos fundamentos e dos objetivos das teorias estruturalistas. É impressionante o influxo de informação e de reflexão que estas vinte e seis páginas comportam e, ainda que se reitere a relevância dos problemas que a aplicação do estruturalismo aos estudos literários suscita, o que ressalta deste capítulo são as objeções e as reservas perante as respostas que essa mesma aplicação produz.

Cinco anos mais tarde, na edição de 1973, o capítulo “A problemática do estruturalismo”, que se estende por sessenta e duas páginas, aprofunda a contextualização histórica e teórica dos vários estruturalismos, explana as propostas estruturalistas para os estudos literários, demonstrando um profundo conhecimento dos desenvolvimentos dos estudos estruturalistas (são citados e discutidos, ao longo do artigo, 253 itens bibliográficos, muitos já de 1973...). Relativamente à edição anterior, é evidente a tentativa de dilucidar e organizar o que antes aparecia sob o signo de Babel. Ao longo destas páginas, assistimos à “aventura icárica” de acompanhar a ascensão estruturalista, com a sua promessa científicante, ao mesmo tempo que se anunciam os sinais da sua ruína. O estruturalismo é entendido como um conjunto de problemas e estes são

muitas vezes discutidos, ainda que não exclusivamente, a partir de vozes que surgem de dentro do próprio movimento. Nesse sentido, é particularmente interessante atender ao final do capítulo “A problemática do estruturalismo”. Depois de declarar o carácter exemplar da narratologia quanto às possibilidades e limitações da análise estruturalista, Vítor Aguiar e Silva dá conta sobretudo das limitações da gramática narrativa de Propp, esse “sector de ponta no domínio do estruturalismo”. Roland Barthes é agora chamado como autoridade que questiona e supera essas limitações:

Também Barthes começa por delimitar e definir as unidades funcionais da narrativa, mas estabelece uma distinção, inexistente em Propp e nos seus seguidores, que assegura desde logo a possibilidade da aplicação do seu método de análise a textos literários: a distinção entre aquelas unidades que correspondem a uma *funcionalidade do fazer* e aquelas unidades que correspondem a uma *funcionalidade do ser*. (...)

Por outro lado, Barthes, sensível ao reducionismo brutal que a análise estruturalista impõe à estrutura textual das narrativas, presta uma atenção minudente e voluptuosa ao “corpo” do texto, recortando-o em *lexias* que analisa pluralmente, perseguindo não a estrutura, mas a *estruturaração* do texto. A este tipo de análise, exemplificado em *S/Z*, dá Barthes, a fim de o distinguir da análise estrutural, o nome de *análise textual*.

E assim o prazer do texto exorcisma os demónios do cientismo... O que é um epílogo quase emblemático para este capítulo e para este livro (1973: 690-1).

Eis os demónios a que Mr. Hyde se consagrava, agora exorcismados pelo prazer do texto. Barthes, censurado em 1967 pelo seu estruturalismo autístico, é aqui o louvado exorcista dos demónios cientificistas. O que também merece

ser sublinhado é que o exorcismo desses demónios seja considerado um epílogo emblemático, quer para o capítulo, quer para o livro.

Os demónios da teoria esconjurados em 1973 animaram essa tentativa icárica a que se devotou a aventura estruturalista. Quando, uma década depois, Vítor Aguiar e Silva faz o balanço da teoria da literatura, volta a falar-nos de demónios. Refiro-me a um ensaio de 1984, um pouco posterior à quarta edição da *Teoria da Literatura* (de 1981), em que no título já não se fala de teoria da literatura, mas de teorização literária. Assinalando e justificando o novo paradigma semiótico-comunicacional, que, a partir dessa edição, passa a plasmar a sua *Teoria da Literatura*, o autor dá conta do seu valor na medida em que precisamente enfrenta os demónios que o paradigma anterior se teria esforçado por aniquilar:

Penso que, à luz do paradigma semiótico-comunicacional, o ensino da literatura nas escolas secundárias e superiores irá ser substancialmente modificado. Os “demónios” da semiose literária, que o paradigma formalista-estruturalista se esforçou por exorcismar, evacuando-os – a história, o referente, o autor, o leitor, a intencionalidade, a ideologia, o poder simbólico... –reemergem, mas teoreticamente trabalhados, digamos assim, pela contribuição do formalismo russo, do *new-criticism* anglo-norte-americano, do estruturalismo francês e da poética da desconstrução (2010: 205).

Os demónios, em 1973, eram os da razão científicizante, intrínsecos à lógica do estruturalismo, exorcismados pela lição barthesiana do prazer do texto. Os demónios de 1984 são os excedentes dessa mesma razão estruturalista: a história, o referente, o autor, o leitor, a intencionalidade, a ideologia, o poder simbólico... Excedentes que seriam agora reintegrados no corpo teórico, de onde foram excluídos, por serem os seus

inimigos naturais, mas que seriam, também, as suas inelutáveis tentações. A um diagnóstico muito semelhante chegará Antoine Compagnon, catorze anos mais tarde, num volume justamente intitulado *Le démon de la théorie: Littérature et sens commun*, quando elenca essas *bêtes-noires* da teoria (o autor, o mundo, o leitor, o estilo, a história e o valor), provocações com as quais a teoria se deveria confrontar para se legitimar enquanto discurso que reflete sobre o senso comum.

Na passagem em que Vítor Aguiar e Silva sintetiza o novo paradigma teórico da quarta edição da *Teoria*, a poética da desconstrução aparece como o elemento diferenciador entre os dois paradigmas contrapostos. Em artigos posteriores, o autor tem vindo a dar conta da importância que concede à desconstrução como teoria hermenêutica, como modelo de uma ética da leitura, que faz dialogar com a filologia e com a retórica (vejam-se estudos como “Sobre o regresso à Filologia”, de 2005, “La teoría de la deconstrucción, la hermenéutica literaria y la ética de la lectura”, do mesmo ano, ou “A retórica e a poética da desconstrução”, de 2015). Na entrevista a Ricardo Namora, inserida no volume *40 anos de Teoria da Literatura em Portugal*, Vítor Aguiar e Silva propõe a centralidade da hermenêutica nos seguintes termos: “A hermenêutica textual é a pedra de canto e o fecho de qualquer Teoria da Literatura, para utilizar metáfora arquiteturais.” (Namora, 2011: 109). Num edifício teórico concebido a partir da hermenêutica e que nela culmine, deve haver ainda demónios a esconjurar, mas Vítor Aguiar e Silva não se deve sentir hoje um avatar de Dr. Jekyll e de Mr. Hyde.

Referências bibliográficas

NAMORA, Ricardo (2011). *40 anos da Teoria da Literatura em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina.

SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (1962). *Para uma interpretação do Classicismo*. Coimbra, Tese de licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra. Separata da *Revista de História Literária de Portugal*, Vol. I.

SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (1964). “O teatro de atualidade no romantismo português (1849-1875)”. Separata da *Revista de História Literária de Portugal*, Vol. II. 5-76.

SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (1967). *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina. (1ª ed.)

SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (1968). *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina. (2ª ed.)

SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (1971). *Mancirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa*. Coimbra, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (1973). *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina. (3ª ed.)

SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (1983). *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina. (5ª ed.)

SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (2002). “Sobre o esplendor e o declínio da história literária”, in Cunha, Carlos, *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*. Coleção Poliedro. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos. 1-7.

SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (2005a). “Sobre o regresso à Filologia”, in AA.VV., *Gramática e Humanismo. Atas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*. Braga, Universidade Católica Portuguesa, vol I. 83-92. [republicado em *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política de Língua Portuguesa*.]

SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (2005b). “La teoría de la deconstrucción, la hermenéutica literaria y la ética de la lectura”, in J. M. Cuesta Abad e J. Jiménez Heffernan eds, *Teorías literarias del siglo XX*. Madrid, Ediciones Akal.

SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (2008). *A lira dourada e a tuba canora: novos ensaios camonianos*. Lisboa: Cotovia.

SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (2010). *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política de Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.

SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (2015). “A retórica e a poética da desconstrução”, *Límite*, n.º 9. 273-284.

II

BRAGA: ALOCUÇÃO DE ABERTURA

Rita Patrício

No passado dia 16 de novembro, na Universidade de Coimbra, casa que viu nascer a *Teoria da Literatura*, teve lugar o primeiro momento destas Conferências do Cinquentenário. Damos agora início à segunda sessão, nesta outra casa académica do Professor Vítor Aguiar e Silva. As duas Universidades a que o nome de Vítor Aguiar e Silva está mais fundamente ligado reuniram-se para celebrar a publicação, há 50 anos, da *Teoria da Literatura*, momento decisivo na história dos estudos literários em Portugal.

Na abertura da sessão coimbrã, Osvaldo Manuel Silvestre, a quem devemos a lembrança desta efeméride, falou-nos das muitas razões para esta celebração. Nessa ocasião, recordou o

caráter de exceção e a monumentalidade desta publicação: nas suas condições e circunstâncias (na necessidade de responder bibliograficamente a uma reforma curricular que instituiu uma nova disciplina, na dificuldade em aceder a fontes bibliográficas), no alcance dos seus efeitos disciplinares e académicos. Não querendo repetir argumentos, quero só acrescentar algumas breves notas.

A Universidade, como todas as coisas do mundo, está sujeita ao tempo. Está, pois, condenada à mudança e esta é muitas vezes, como todos os que a ela pertencem bem sabem, crítica e desestabilizadora. A reforma universitária de 1957 criou uma nova disciplina, a Teoria da Literatura, mudança para a qual a realidade universitária não estava preparada. É a publicação da *Teoria da Literatura* do Professor Vítor Aguiar e Silva, dez anos mais tarde, que cumpre o desígnio dessa inovação disciplinar, ao apresentar sustentadamente a nova disciplina a um vasto público, tornando-a produtiva, ou seja, um campo de saber frequentável, com um objeto próprio, uma metodologia adequada e bibliografia capaz de sustentar a discussão crítica dos seus fundamentos e objetivos. Se a Universidade é o lugar institucional próprio para a produção de novo conhecimento, cabe-lhe celebrar os momentos em que são dados passos decisivos para a possibilidade dessa produtividade. A publicação da *Teoria da Literatura* é um desses momentos decisivos, em que se torna evidente e comunicável a lógica profunda de uma disciplina, que reconfigurou todo um campo do saber, porque decorrente de sustentadas razões e argumentos. Se a mudança não se fizer de forma sustentada, sabendo comunicar as suas razões e os objetivos, a lógica dos saberes universitários não se cumpre, desviando-se da sua função de, na revisitação crítica do saber adquirido, constantemente se reformular, de modo a responder às exigências epistémicas do presente.

A publicação, há 50 anos, da obra que hoje celebramos, a *Teoria da Literatura* do Professor Vítor Aguiar e Silva, foi um desses raros momentos em que um livro teve o poder de reconfigurar todo um campo de estudos, os literários, e a partir daí, nas suas constantes reformulações, ser o exemplo evidente de como o verdadeiro

saber parte da exigência que o entende sempre como em construção e sob escrutínio crítico. Como nenhuma outra obra no seu campo de estudos, a *Teoria da Literatura* do Professor Aguiar e Silva foi um sólido mapa que permitiu a gerações de investigadores e de alunos o conhecimento de um vasto território: os novos estudos literários, redefinidos pela Teoria da Literatura, que obrigou à questionação do paradigma histórico-filológico até então dominante. Para além disso, o que já foi muitíssimo, esse volume canónico, assim como todo o magistério do Professor Aguiar e Silva, conferiu aos estudos literários académicos em Portugal um padrão de rigor e exigência que atingiu mesmo aqueles que não foram diretamente seus alunos. E foi a partir desse exemplo de rigor e de exigência que é o livro *Teoria da Literatura* que os modernos estudos literários se desenvolveram na Universidade Portuguesa.

O que a Universidade portuguesa deve ao Professor Vítor Aguiar e Silva é, pois, muito; a Universidade do Minho, para além desse muito, deve-lhe, não só o privilégio da sua docência exemplar, mesmo quando os cargos institucionais desempenhados dela o desobrigavam, como também a dedicação e a inteligência com que ajudou a construir a Universidade. No campo das Humanidades, e dos estudos literários muito em particular, devemos ao Professor Aguiar e Silva a sageza académica da criação de condições de excelência de que todos os investigadores que desenvolveram os seus trabalhos nesta casa, ao longo das últimas décadas, puderam usufruir. Todos beneficiámos do prestígio e da sabedoria do Professor Aguiar e Silva, seja como Diretor do Centro de Estudos Humanísticos, seja como vice-Reitor desta Universidade. Em todas estas funções, pudemos reconhecer o autor da *Teoria da Literatura* que hoje celebramos: um professor e um investigador de exceção, com uma clara ideia de qual o lugar do estudo da literatura no edifício das Humanidades e qual o lugar destas na Universidade. Todos lhe devemos estar gratos por esse exemplo e por esse magistério. E devemos-lhe sobretudo projetar para o futuro os ensinamentos que ao longo destas décadas nos tem legado.

Quero, para terminar, agradecer, também em nome de Osvaldo Manuel Silvestre, o pronto apoio de ambas as Reitorias, a Reitoria da Universidade de Coimbra e a do Minho, muito em especial ao senhor Reitor Rui Vieira de Castro, que desde a primeira hora se entusiasmou com esta iniciativa; agradecemos igualmente à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e ao Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, e faço-o à pessoa do seu presidente, Doutor João Rosas; agradecemos também ao Centro de Literatura Portuguesa, ao Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos e ao Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, agradecendo a toda a equipa diretiva na pessoa do seu Diretor, o Doutor Orlando Grossegeesse. Estas entidades e estas pessoas apoiaram prontamente este evento e a todas expressamos o nosso vivo agradecimento.

Os nossos agradecimentos são obviamente extensivos aos conferencistas que, de imediato e sem exceção, aceitaram o convite endereçado.

Muito obrigada a todos pela presença.

Muito obrigada, Senhor Professor Vítor Aguiar e Silva.
Bem-haja.

MEMÓRIAS DO NASCIMENTO DUMA BIBLIOTECA

Vítor Aguiar e Silva

Em primeiro lugar, quero exprimir o meu agradecimento e o meu júbilo por esta sessão inaugural das Conferências do Cinquentenário da *Teoria da Literatura* se realizar sob a presidência do novo Reitor da Universidade do Minho, Prof. Doutor Rui Vieira de Castro, um dos mais distintos alunos de que fui professor nesta Universidade. As suas qualidades intelectuais e morais e a sua dedicação à instituição universitária são garantia de que o seu reitorado vai constituir um novo ciclo de crescimento e enriquecimento da Universidade do Minho.

O Senhor Reitor não quis ter apenas uma presença formal nesta sessão. Escreveu e vai apresentar uma comunicação sobre as relações da Teoria da Literatura com a Didáctica da

língua e da literatura portuguesas na Escola. O diálogo e a cooperação entre a Teoria e a Didáctica da Literatura foram sempre uma preocupação cimeira da minha actividade universitária e por isso agradeço de modo especial ao Professor Rui Vieira de Castro a escolha do tema da sua intervenção.

Como disse no passado dia 16 de Novembro, na Sala de São Pedro da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, debati longamente comigo mesmo se deveria “falar” nas sessões das conferências realizadas na Universidade de Coimbra e na Universidade do Minho ou se deveria ficar calado. Acabei por tomar a decisão de dizer breves palavras, pois que seria uma descortesia inqualificável não agradecer publicamente aos órgãos institucionais que apoiaram a realização das “Conferências do Cinquentenário da *Teoria da Literatura*” – Reitoria da Universidade de Coimbra e Reitoria da Universidade do Minho, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, Centro de Literatura Portuguesa e Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho –, bem como aos Colegas que assumiram a responsabilidade científica da organização das Conferências – Doutores Carlos Reis, José Cardoso Bernardes e José Carlos Seabra Pereira, da Universidade de Coimbra, e Doutores Carlos Mendes de Sousa, Eunice Ribeiro e Orlando Grossege, da Universidade do Minho. Exprimo um agradecimento muito especial à Rita Patrício e ao Osvaldo Silvestre pela amizade e dedicação com que organizaram estas Conferências.

Neste Salão Nobre da Universidade do Minho, quero evocar comovidamente a memória do Doutor Carlos Cunha, que foi meu aluno na Universidade de Coimbra e meu Assistente na Universidade do Minho, falecido extemporaneamente em Dezembro de 2014, autor de uma tese de doutoramento de

excepcional valia científica e cultural – *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX* (Braga, 2002).

Quando fui nomeado, no ano escolar de 1976-77, professor auxiliar da Universidade do Minho, em regime de comissão de serviço, com prévia autorização do Conselho Escolar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o Professor Carlos Lloyd Braga, o primeiro Reitor desta Universidade, com o seu olhar arguto e a madeixa de cabelo já meio grisalho a tombar-lhe teimosamente sobre a testa, entregou-me um exemplar do “Regulamento Interno Provisório” da Universidade, recomendando-me que lesse o documento com atenção, porque nele se substanciavam as linhas fundamentais do modelo de organização institucional da Universidade do Minho. Para quem tinha como *alma mater* uma Universidade “clássica”, acrescentou bem humorado, as surpresas não seriam pequenas. Alguns espíritos mais cépticos, que não acreditavam no futuro da nova Universidade, designaram o “Regulamento Interno Provisório” com a sigla *RIP*, inscrita em geral nos epitáfios que se liam nos cemitérios (*Requiescat in pace*). O *RIP* era a síntese regulamentar de uma notável e inovadora concepção de Universidade que se ficava a dever sobretudo ao Professor Joaquim Barbosa Romero, uma das cabeças mais bem feitas, no sentido pascaliano da expressão, que tive o privilégio de conhecer.

O modelo da “Universidade de Projectos” ideado pelo Professor Barbosa Romero concedia uma relevância central, em interacção com projectos de ensino, aos projectos de investigação, que seriam coordenados e apoiados por *Unidades de Investigação* (UI). Todos os docentes tinham de elaborar um projecto e de pertencer a uma Unidade de Investigação.

No âmbito da Unidade Científico-Pedagógica de Letras e Artes, a Unidade de Investigação existente no papel

denominava-se “Centro de Estudos Galaico-Durienses”, o qual fora criado e era dirigido pelo Professor Mendes Atanásio, um conceituado historiador de arte doutorado numa Universidade italiana. Era uma figura simpática, de loquacidade bem humorada, com um original bigode, e de quem se dizia que estava proibido pelo Governo de Itália de entrar neste país, por motivos que nunca entendi bem. O Professor Mendes Atanásio não sabia o que havia de fazer com o Centro de Estudos Galaico-Durienses e foi um alívio para ele e para os três doutores que faziam parte da Unidade Científico-Pedagógica de Letras e Artes – o Doutor Lúcio Craiveiro da Silva, o Doutor Aníbal Pinto de Castro e eu próprio – a sua transferência para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Assim, em 1978, propus ao Conselho Científico da Universidade, presidido pelo Professor Sérgio Machado dos Santos – um órgão e um presidente que tiveram uma influência decisiva no desenvolvimento da Universidade do Minho –, a extinção do Centro de Estudos Galaico-Durienses e a criação do Centro de Estudos Portugueses, uma vez que só havia doutores nas áreas de Filosofia e Cultura e de Literatura Portuguesas. O Centro de Estudos Portugueses assumia, porém, a responsabilidade de coordenar e apoiar institucionalmente os projectos de investigação existentes na Área de Estudos Franceses e na Área de Estudos Ingleses. Fui designado presidente do Centro de Estudos Portugueses, em 1978, por despacho do Reitor Lloyd Braga. Quando o número de docentes doutorados nas diversas áreas das Humanidades o justificou, tomei a iniciativa de propor ao Senado, órgão de que fiz parte desde a sua origem, por convite do Reitor Sérgio Machado dos Santos, embora fosse professor catedrático da Universidade de Coimbra, a extinção do Centro de Estudos Portugueses e a criação do Centro de Estudos Humanísticos.

Em 1977, quando comecei a leccionar na Universidade do Minho, a bibliografia especializada no âmbito das Humanidades era praticamente inexistente na Unidade de Investigação e era escassíssima na Biblioteca Geral, que funcionava nos chamados “pavilhões verdes”, porque os reduzidos dinheiros disponíveis tinham

de ser prioritariamente aplicados na aquisição de bibliografia destinada a apoiar os projectos de ensino. Havia uma pequena excepção na área de Linguística, pois que o Lic.^{do} Manuel Saraiva Barreto, que viera da Universidade de Lourenço Marques e trabalhava num projecto de doutoramento sobre as categorias gramaticais de Dionísio Trácio – projecto que infelizmente nunca foi concluído –, conseguia que o Reitor Lloyd Braga abrisse de vez em quando os cordões à magra bolsa, de modo a adquirir algumas obras relevantes de linguística geral e de linguística histórica. O Dr. Saraiva Barreto, que era licenciado em Filologia Clássica, conhecia bem a linguística moderna e contemporânea, tanto europeia como norte-americana. Tive com ele longas e frequentes conversas sobre o estruturalismo e sobre as teorias linguísticas de Chomsky.

À medida, porém, que a Universidade do Minho se consolidou e se desenvolveu e graças sobretudo ao novo modelo de financiamento das suas Unidades orgânicas concebido e posto em prática, no início de 1985, pelo então recém-eleito Reitor da Universidade e depois Ministro da Educação e Cultura, Prof. Doutor João de Deus Pinheiro, as verbas para a aquisição de bibliografia especializada aumentaram significativamente. Merece especial relevo, neste domínio, a adopção pelo Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) de políticas favoráveis aos Centros de Investigação de Ciências Humanas e Sociais das chamadas Universidades “novas” - é justo relembrar o papel decisivo que desempenhou neste processo o Professor Fernando Ramôa –, possibilitando aumentar de modo relevante as verbas provenientes do orçamento da Universidade. O Centro de Estudos Portugueses e o Centro de Estudos Humanísticos beneficiaram ainda de avultados subsídios mecenáticos atribuídos pela Fundação Calouste Gulbenkian, sob proposta desse grande académico humanista que foi o Professor Pina Martins, director do Serviço de Educação da Fundação.

Assim foi possível realizar o sonho de formar uma grande e moderna biblioteca que fosse o indispensável “laboratório” para os estudiosos e investigadores das diversas áreas das

Humanidades. Todos os doutores e todos os doutorandos do Centro de Estudos Humanísticos foram obreiros da construção desta biblioteca, quer pelas verbas atribuídas por capitação ao Centro, tanto a nível da Reitoria como a nível dos organismos centrais responsáveis pela política de investigação científica, quer pela indicação criteriosa das espécies bibliográficas necessárias para os seus trabalhos.

Sem prejuízo da aquisição de fundos bibliográficos antigos – o exemplo mais significativo neste campo foi sem dúvida a compra de um exemplar completo da *Encyclopédie* de d’Alembert e Diderot, graças a alguns milhares de contos generosamente concedidos pelo Reitor Sérgio Machado dos Santos –, foi preocupação constante do Centro de Estudos Humanísticos adquirir obras recentes, de reconhecida qualidade científica, nos domínios da semiótica, da linguística, da filosofia da linguagem, da filosofia, da retórica, da poética, da filologia, da história literária, da literatura comparada, etc., numa visão pluralista e interdisciplinar das Humanidades.

Como seria inevitável, houve áreas de estudo menos favorecidas. Reconheço, por exemplo, que ao cessar as funções de presidente do Centro, em Julho de 2002, existia uma lacuna que ainda hoje me penaliza: a relativa escassez de bibliografia sobre o pós-colonialismo, um fenómeno linguístico, literário, antropológico, social e político de fascinante complexidade. Apesar dessa e de outras lacunas, o Osvaldo Silvestre, voz autorizada e insuspeita, pôde afirmar, alguns anos atrás, que a biblioteca do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho era a melhor biblioteca de Teoria da Literatura existente em Portugal.

OUTROS LUGARES DA *TEORIA*. CIRCUNSTÂNCIAS E MODOS DE LER LITERATURA NA ESCOLA

Rui Vieira de Castro

Universidade do Minho

Sobre o tópico e as suas razões

1. O tema que me proponho abordar neste texto – o ensino do português e, nele, a educação literária – é algo excêntrico quando o que se encontra em pauta é a celebração dos 50 anos da *Teoria da Literatura*. Há, porém, argumentos que julgo válidos para justificar esta opção.

A *Teoria da Literatura* foi, ao longo dos anos, um texto fundamental para milhares de professores, seja no quadro da sua formação inicial, seja no da sua formação contínua. Para muitos, é obra de referência na conceção e no desenvolvimento das suas práticas pedagógicas. Acresce que o Autor da

Teoria, através do seu magistério e dos seus escritos, exerceu uma influência efetiva na configuração das políticas educativas e curriculares e nos debates públicos sobre o ensino do português nas escolas.

Razões suficientes estas para, num texto que assume a celebração do cinquentenário da *Teoria da Literatura* como motivação, eleger como objeto as circunstâncias e os modos de ler literatura na escola, temas que, aliás, ganharam, há muito, um lugar e um peso muito próprios na produção intelectual de Vítor Aguiar e Silva.

2. As opções tomadas pelo Estado relativamente ao currículo dos ensinos básico e secundário, bem como ao seu desenvolvimento nas escolas e nas aulas, em Portugal como em outros países, são frequentemente objeto de intensa discussão pública, quando não de acesa polémica. Facto que não é de estranhar quando o que está em causa é o perfil das crianças e dos jovens que se pretende formar, os saberes, as competências, as atitudes que os devem caracterizar, e portanto, num certo sentido, o modelo de sociedade que se assume como horizonte desejado.

Estes debates, entre nós, tendem a ser particularmente incisivos quando se trata das disciplinas escolares que se estruturam em torno da língua portuguesa e das suas materializações, porque a elas aparecem mais vincadamente associadas visões do mundo e particulares quadros de valores. No argumentário que convocam, as discussões que têm lugar na esfera pública articulam-se frequentemente com os debates que têm lugar no campo académico, em movimentos de apropriação, de reinterpretação ou de rejeição que são sensíveis à diversidade própria de perspetivas teóricas nele identificáveis.

Neste texto, em que revisito e recupero estudos que dediquei a estas matérias, proponho-me analisar as circunstâncias em que se desenvolvem as práticas sociais, educativas e culturais a que chamamos “ensinar e aprender português” e “ensinar e aprender literatura” nas escolas, bem como caracterizar os

fatores que as constituem; uma tarefa que aspira a identificar os sentidos reais daquelas práticas e a interrogar as condições da sua transformação. Estes são os objetivos que perflharei neste ensaio, cujo desenvolvimento corresponde aos seguintes pontos: num primeiro momento, de forma a assegurar um pano de fundo adequado à análise das circunstâncias e dos modos de ler literatura na escola, após sinalizar algumas das principais orientações em confronto no plano concetual relativamente às finalidades do ensino da língua e da literatura, procurarei identificar as agências que atuam na configuração das práticas de ensino da língua e da literatura, considerando também as suas relações; de seguida, considerarei algumas linhas de descrição dos manuais escolares, que julgo fundamentais para se compreender os modos de ler literatura nas escolas portuguesas; finalmente, equacionarei alguns dos requisitos da transformação das orientações e práticas de ensino da literatura.

Lugares de regulação do ensino da língua e da literatura

Na educação básica e secundária, as finalidades da área curricular do Português podem ser concetualizadas em função de quatro racionalidades principais: de natureza funcional, quando o foco é colocado nas ferramentas necessárias para um uso adequado da língua, seja na modalidade recetiva, seja na produtiva, em contextos extraescolares, prospetivamente profissionais; de natureza cultural e humanística, quando se enfatiza o desenvolvimento de capacidades intelectuais e a aquisição de valores estético-culturais, em função da interação com as manifestações da língua mais valorizadas, designadamente os textos literários; de natureza desenvolvimental, quando se valoriza o papel da linguagem no crescimento pessoal e social das crianças e dos jovens; de natureza crítica, quando a tónica é colocada na compreensão da cultura e do mundo (Poulson, 1998; Castro, 2005).

Nas práticas pedagógicas ou nos enunciados programáticos, estas racionalidades raramente ocorrem sob a forma de “tipos puros”; na verdade, quando consideramos as formulações de política de educação, a sua recontextualização em documentos oficiais, como os currículos e os programas, as ações pedagógicas, nas escolas e nas aulas, o que encontramos são realidades compósitas, que agregam elementos das várias racionalidades antes referidas (Sawyer & Van den Ven, 2006).

A compreensão do modo como as finalidades do ensino da língua e da literatura se manifestam em cada um dos planos de produção e/ou reprodução discursiva mencionados requer a compreensão do modo como aqueles níveis se relacionam.

Ora, mesmo em circunstâncias em que prevalece um enquadramento forte (Bernstein, 1981), isto é, quando, fruto da natureza das relações entre as instâncias que produzem o discurso pedagógico, é elevado o grau de constrangimento exercido por um plano discursivo sobre o outro, há sempre lugar a operações de reinterpretação: é isso que fazem, num quadro diatópica e diacronicamente variável, por exemplo, os programas escolares face às orientações gerais de política educativa, os manuais escolares relativamente aos programas ou os professores relativamente a estes e aos manuais.

Na verdade, entre aquilo que os programas escolares estabelecem, o que os manuais escolares preveem e o que professores e alunos dizem e fazem nas aulas há frequentemente importantes diferenças. Daqui decorre que mudanças no desenho do currículo não significam necessariamente mudanças no seu desenvolvimento, ou seja, não é por mudarem os programas que mudam necessariamente as práticas pedagógicas, nem é porque os manuais escolares preveem formas determinadas de organização do trabalho pedagógico que este reveste a forma fixada por aqueles.

O que não significa, no entanto, que o que se diz e o que se faz na aula de Português não seja também efeito do

trabalho discursivo de instâncias que existem para lá dela, que normalizam o que nela se passa; esta é uma função essencial dos manuais escolares e dos programas escolares. É neste sentido que o seu estudo é indispensável para a compreensão do que é e do que pode ser “ensinar Português”.

O currículo escolar, que na concetualização proposta por Raymond Williams (1995) dá corpo a uma “versão seletiva” do “conhecimento” e da “cultura”, conhece nos programas escolares um importante lugar de materialização daquela seleção.

Na verdade, os programas tornam explícito o modo como o Estado concebe as finalidades das ações pedagógicas que têm lugar nas escolas, particularmente quando, como acontece em Portugal, a responsabilidade pela sua elaboração cabe ao Ministério da Educação¹.

No contexto português, as escolhas que aparecem concretizadas nos programas escolares envolvem caracteristicamente a definição dos objetivos do trabalho pedagógico e a delimitação dos conteúdos cuja aquisição permitirá que aqueles sejam atingidos. Inseridos numa ampla rede de relações intertextuais, os programas escolares são lugares onde são sedimentados saberes originariamente produzidos em outros campos, por exemplo, no campo dos estudos literários, que é objeto de operações de seleção que evidenciam a natureza de “artefacto social” do currículo (Goodson, 1994).

Para além destas componentes – objetivos e conteúdos –, que apresentam uma ocorrência sistemática, tornou-se progressivamente regular a presença de orientações metodológicas e de avaliação, passando os programas a prever aspetos muito específicos da atividade dos professores e dos alunos. Nestas circunstâncias,

¹ A neutralização da autoria é historicamente uma marca destes textos: só muito recentemente os programas perderam a sua característica de textos *quasi* apócrifos; esta mudança é explicável pela natureza “teórica” que tendem a assumir e que, de algum modo requer um seu entendimento como textos mais “académicos” e “menos políticos” e, portanto, com um outro valor de verdade (a este propósito veja-se Castro (2005) e Marinho (2007)).

aspira-se a uma regulação progressivamente mais forte do campo pedagógico, tornada visível nas estratégias enunciativas especializadas adotadas pelos programas escolares (Marinho, 2007).

Ao fixarem metas educacionais, delimitarem conteúdos, preverem formas de organização do trabalho pedagógico, os programas escolares, porque têm natureza “oficial”, tornam-se fonte essencial de outros textos pedagógicos, designadamente dos manuais escolares, que representam a mais poderosa instância de configuração das práticas de ensino da língua e da literatura nas escolas. A expressão “manual escolar” serve, aqui, para descrever uma constelação ampla de recursos, que inclui o “livro de Português” propriamente dito, mas também livros “auxiliares” e outros “produtos satélites” (Johnsen, 1993; Choppin, 1992, 2004, 2008; Escolano Benito, 2002; Castro, 2005) que suportam o trabalho dos professores e dos alunos.

Na sua estrutura típica, o “livro de Português” é composto por unidades ou sequências didáticas organizadas em torno de um ou mais textos “primários”, que nelas assumem uma função nuclear.

A análise da estrutura das unidades didáticas, designadamente dos seus princípios de organização, deixa perceber a existência contemporânea de opções comuns à generalidade dos manuais escolares, opções que se aproximam muito das que também operam nos programas escolares.

Em associação aos textos primários encontra-se a apresentação de conteúdos, que podem ser declarativos ou processuais, a sugestão de atividades, por exemplo, de leitura ou de escrita (envolvendo inclusivamente formas de organização temporal do trabalho pedagógico) e a disponibilização de instrumentos de avaliação; num outro plano, procede-se à explicitação, ainda que variável na sua forma e substância, dos princípios estruturantes das atividades propostas, incluindo os respetivos objetivos. Nesta perspetiva, estes livros fixam coordenadas fundamentais de *um* programa de educação linguística e de educação literária e as formas da sua concretização.

Estas são características que os dotam de um elevado potencial de regulação das práticas pedagógicas.

A estrutura do manual escolar é tornada ainda mais complexa pela ocorrência de outros textos, de natureza “secundária”, incluindo textos que explicitam os princípios subjacentes à organização do próprio manual e grelhas para a sua avaliação, textos que vinculam as opções do livro didático às injunções dos programas escolares, “guias de utilização”, soluções dos exercícios apresentados (veja-se, a este propósito, Castro, 1999). Analisados nesta perspetiva, os “livros de Português” têm como função disponibilizar sistematicamente ao professor, destinatário primeiro dos textos ‘secundários’, *modos de usar* (Dionísio, 2000; Castro e Dionísio, 2003).

No quadro de análise antes apresentado, caracterizar o ensino da língua e da literatura nas escolas implica, pois, considerar vários planos discursivos, diferentes instâncias e múltiplos contextos. É na consideração da configuração destas categorias e das suas relações que se sugere que sejam baseados os exercícios analíticos orientados por aqueles objetivos. Esta opção metodológica não apaga o papel de instâncias que, sendo externas ao sistema educativo, têm uma efetiva capacidade de regulação do que se passa no seu interior; a receção nos meios de comunicação social, no início dos anos 2000, das propostas de alteração dos programas escolares, relativas designadamente à presença de *Os Lusíadas*, testemunha bem o grau de interpenetração entre o sistema educativo e outros sistemas que com ele mais diretamente interagem (Castro, 2005).

A leitura de literatura na escola: modos de configuração

Consideremos agora, num exercício de restrição, o que tipicamente acontece numa aula de leitura de literatura na escola, ou, como os atuais textos oficiais estabelecem, numa aula do “domínio da educação literária”. O que esta aula é, aquilo que nela se diz e faz, o que nela se ensina e aprende, resulta em

primeira instância de uma relação intersubjetiva, que envolve diferenças, que podem ser significativas, entre os sujeitos em interação: professor e alunos determinam em grau necessariamente diferente o universo de referência das trocas verbais e detêm sobre elas distintos graus de controlo; em simultâneo, os alunos podem diferenciar-se significativamente, entre si, ao nível do capital linguístico e cultural que transportam (Luke e Graham, 2006; Albright e Luke, 2008). Este último facto é tanto mais relevante quanto uma aula de leitura de literatura se estrutura caracteristicamente sobre textos cujo acesso é muito afetado precisamente por aqueles tipos de capital. A leitura de literatura na escola é, por outro lado, uma “leitura pública”, em que o modo de ler e os significados dos eventos de leitura são publicamente negociados. Estes factos configuram a leitura escolar como prática interacional, social se quisermos, tornando-a uma leitura “especializada”.

A forma especializada que a leitura de literatura assume na escola é também efeito de um outro fator - a sua regulação por um princípio de avaliação. Tornados públicos, os significados construídos durante o processo de leitura são, em contínuo, avaliáveis e avaliados, apreciados em função de um quadro de significados que são assumidos como legítimos. Em múltiplos formatos e suportes, o contexto da aula é povoado por metatextos, insertos, por exemplo, como vimos, nos livros de Português ou em outros livros didáticos, auxiliares, que balizam o trabalho interpretativo, textos que dizem o que deve ser dito a propósito dos textos literários. Em síntese, retomando o dito em outro texto, na aula de leitura, e na aula de leitura de literatura, a produção de significados é caracterizável como uma atividade “coletiva, interativa, regulada, contextualmente constrangida [surgindo] duplamente afetada pela publicitação do que é privado e pela instituição de uma leitura legítima” (Castro e Dionísio, 2003: 330), esta última expressivamente construída nos manuais escolares.

Haroche, Henry e Pêcheux entendem que as formações discursivas “determinam o que pode e deve ser dito a partir de dada posição numa dada conjuntura” (1971:102). Por extensão, poderíamos dizer que as orientações de leitura que aparecem nos manuais escolares configuram verdadeiras “formações de leitura”; com efeito, as operações aí realizadas comportam “determinações específicas que assentam, moldam e configuram as relações entre textos e leitores em determinadas condições de leitura” (Bennet e Woolacott, 1987: 64). Nesta perspectiva, o texto que o livro de Português dá a ler é um objeto “culturalmente ativado”, como também o leitor é um “sujeito culturalmente ativado”; as orientações de leitura, expressão de formações de leitura, fixam posições de leitor, constroem e legitimam significados, enfim, organizam, “culturalmente, ideologicamente e intertextualmente” (*id.*) interações entre textos e leitores. Ao protagonizarem operações desta natureza, os livros didáticos mobilizam meios adequados para interpretar certos tipos de palavras e certos tipos de mundos de determinada maneira (Gee, 1990: 2001).

Não pretendo significar com estas afirmações que a leitura que o “livro de Português” propõe seja homóloga da leitura que é realizada na interação entre professores e alunos, embora os trabalhos disponíveis sobre esta matéria evidenciem o efetivo poder de conformação das práticas pedagógicas pelo manual escolar. Como antes referi, há graus de liberdade, que podem ser mais ou menos extensamente apropriados, que resultam das operações de recontextualização realizadas pelas diversas instâncias no interior do campo pedagógico. Mas quando se observa o modo como os “livros de Português” se organizam e sobretudo a expressão que neles têm os textos secundários, na sua extensão, na sua presença, na sua forma e no seu conteúdo, percebe-se a sua efetiva capacidade de configuração da leitura escolar.

Tomemos, então, para análise aspetos do modo como os livros escolares operam enquanto dispositivos que regulam

a produção de significado no quadro da leitura escolar de literatura e, nesse processo, definem os significados entendidos como legítimos.

Nas aulas de Português, o texto que se ‘lê’ e que se ‘interpreta’ aparece tipicamente integrado seja em livros didáticos *stricto sensu*, isto é, livros que de raiz são concebidos como dispositivos de suporte ao desenvolvimento do trabalho pedagógico ou, nos livros que, não o sendo, assumem uma natureza predominantemente pedagógica, tornada visível, muitas vezes por elementos paratextuais, os auxiliares ou ‘satélites’ do manual escolar nas palavras de Alain Choppin (por exemplo, 1992; 2004; 2008).

Em qualquer destes casos, o texto surge sempre integrado num macrotexto que institui um específico universo de referência para o trabalho interpretativo que sobre ele deve ser levado a cabo. Como já assinalado no texto que agora vou assumindo como intertexto (Castro e Dionísio, 2003), nas aulas de Português os textos literários são “textos transformados” porque:

- são enquadrados por outros textos, que visam estabelecer certo tipo de relações preferenciais, sejam temáticas, sejam estruturais;
- são submetidos a operações de edição que incluem supressões e transformações (paráfrases e/ou sínteses), bem como a inserção de títulos ou subtítulos que configuram verdadeiros guiões de leitura;
- são tornados quase sempre excertos, cuja delimitação exprime a valorização de um conteúdo específico, que pode ser linguístico, textual, estético, moral ou ideológico.

Estas operações são acompanhadas pela presença de dispositivos organizadores das operações interpretativas dos leitores intencionados, os alunos em primeira instância, mais mediatamente os professores. Considerem-se os dois enunciados seguintes, retirados de um “livro de Português”:

- [1] *O poeta quer partilhar contigo o seu amor pelo mar. Procura no texto expressões que confirmem esta afirmação.*
[2] *No primeiro parágrafo deste belíssimo texto, encontra referências à faina marinha.*

Enunciados com estas características representam bem uma operação típica da leitura escolar: a que procede pela realização de recortes do texto, por um lado, e que, por outro lado, circunscreve campos de significados que lhes devem ser associados. Por esta via, ensina-se onde e como deve um texto ser interrogado - há lugares do texto que são relevantes enquanto outros o não são; há significados que são legítimos e outros não. Servindo o recorte do texto para fixar aquilo de que se pode ou deve falar, há enunciados como [1] e [2] que fixam cumulativamente conhecimentos, crenças ou valores que devem desejavelmente ser associados ao fragmento que se recorta, disponibilizando para tal a interpretação legítima; nos exemplos acima: “*O poeta quer partilhar [...] o seu amor pelo mar*” e o texto é “*belíssimo*”.

Na verdade, sendo os textos/fragmentos os lugares “onde se encontram ‘ampliados’ determinados sentidos que o autor tem como válidos”, os enquadradores, corporizando operações de seleção, exclusão, inclusão, ênfase, “ampliam o que o autor reconhece como relevante, digno de ser compreendido e integrado” (Castro e Dionísio, 2003: 322). Os enquadradores textuais, que “dizem coisas sobre os textos”, exprimem sentidos “não negociáveis”, corporizados em função de objetivos, atitudes e valores, eles próprios não negociáveis, até porque muitas vezes não explícitos (para uma discussão detalhada do estatuto e das funções dos enunciados “enquadradores”, ver Dionísio, 2000).

As “perguntas” constituem, no discurso pedagógico que se materializa também nos livros didáticos, outras formas típicas de realização da leitura escolar da literatura. Vejamos os dois casos seguintes:

[3] Consideras esta narrativa verosímil ou fantasiosa?

[4] Como é que o poeta nos transmite a sensação de monotonia?

As perguntas assim realizadas requerem do leitor uma resposta que exprima um juízo de categorização do texto ou um inventário de características que estabelecem uma determinada orientação para o significado, sem que se tornem evidentes as razões pelas quais deve integrar aqueles factos particulares na sua representação do texto. Por meio destas perguntas, ao leitor é requerido que se detenha, uma vez mais, em certos lugares, com um determinado objetivo, suscitando uma forma particular de atenção.

O que acabo de dizer não significa, sobretudo e desde logo quando as perguntas são realizadas sob a forma de interrogativas parciais, que não exista um espaço efetivo para a co-construção de sentidos; um tal espaço aparece substancialmente restringido nos casos em que as solicitações são materializadas em frases imperativas:

[5] Demonstra que cada paragem constitui para o cavaleiro um importante momento de descoberta e aprendizagem.

[6] A narração é praticamente dominada pela viagem de regresso. Prova que a afirmação está correta.

Em situações como as agora mencionadas, cabe ao leitor, através de dados textuais, a confirmação da interpretação de um outro leitor (o autor do texto didático). Os destinatários destas ‘ordens’, em consequência, passam a mover-se num campo de significados que uma vez mais é objeto de uma delimitação que lhes é externa. Se considerarmos o dado adicional de as sequências de “perguntas”, com frequência, não evidenciarem um grau elevado de estruturação, pode dizer-se que o seu objetivo, mais do que a produção de uma interpretação do texto, é o da verificação ou do treino na associação de certos fragmentos textuais a certos significados.

As perguntas de que vimos falando podem ter ainda outro objetivo - a produção de uma posição de leitor:

- face a ele mesmo, como em:

[7] *Viveste o prazer da aventura, lendo;*

- face ao texto ou, mesmo, ao próprio ato de ler, como se pode ver nos exemplos [8] e [9] respetivamente:

[8] *Neste texto predominam marcas de poesia.*

[9] *Se lermos cuidadosamente o texto verificamos que...*

Estamos nestes casos perante a emergência, no processo de leitura escolar, de uma instância que procura não apenas suscitar a produção de um significado determinado, mas que disponibiliza esse mesmo significado, que qualifica o processo da sua produção (procurando, assim, garantir uma determinada conformação, mesmo que retórica, ao ato de ler), que, enfim, valida um determinado modo de desenvolvimento da leitura enquanto processo cognitivo.

Como demonstrou Dionísio (2000), estes dispositivos arrastam consigo ainda um outro efeito, o da divisão social do trabalho interpretativo, traduzido no facto de haver um certo tipo de operações de leitura que são reservadas à voz do autor do manual escolar, e essas são as operações mais complexas, por exemplo, de inferência e de formulação de juízos de valor, e de haver um outro tipo de operações, por exemplo de identificação e classificação, que são deixadas aos leitores alunos.

As operações que os manuais escolares realizam, desde a seleção textual que operam aos dispositivos de leitura que incluem, geram um quadro comunicacional que reduz o grau de participação e de participação autónoma dos leitores reais, sejam os alunos, sejam os professores.

O facto de a interação com o texto ser estruturada, em larguíssima medida, sobre “enquadradores” e sobre “perguntas” traduz-se em constrangimentos fortes sobre o exercício interpretativo, a que acresce o facto de os manuais escolares estabelecerem, de forma inequívoca, os sentidos válidos, por esta via tornando o processo de produção de sentidos, um processo pré-formatado

em que os sentidos não são desocultados pelos sujeitos da leitura, mas antes são dados prontos-a-usar, configurando, em consequência, um contexto em que a que a transmissão de sentidos prevalece sobre a sua construção, assim se apagando as variáveis leitor e circunstâncias (Castro e Dionísio, 2003: 341).

Ao apagamento do leitor e das suas circunstâncias acaba por corresponder o apagamento do próprio texto, por efeito da colocação em primeira linha, no processo de leitura, não tanto o que o texto diz ou pode dizer, mas o que se diz que ele diz. O que resulta deste modo de dar a ler os textos é uma normalização de leituras - todos os leitores empíricos que interatuam na sala de aula, independentemente do seu estatuto e dos seus papéis, são induzidos a ler do mesmo modo. Estaremos, pois, perante “formas de atenção institucionalmente induzidas” (Kermode, 1983), particularmente poderosas e propícias à integração dos leitores numa prática interpretativa dominante.

A verificação de que os livros didáticos partilham um conjunto de opções similares permite, assim, estabelecer a existência de uma formação discursiva dominante que dá expressão a um modo particular de construir as relações entre distintas instâncias do campo pedagógico caracterizáveis por uma regulação forte.

A construção de uma posição dominante no interior de uma formação discursiva dominante, exigida pela natureza de produto de consumo dos livros escolares (ver, a propósito, Apple, 1991), obriga, porém, à exibição de marcas de *distinção*, associadas aos livros didáticos ou às práticas da sua difusão. Desde logo, a multiplicação de livros *accessórios*, com diferentes graus de vinculação ao “livro de Português”, que em muitos casos se verifica, revela a busca de diferenciação em lugares outros que não apenas aqueles que dizem respeito às características de conteúdo; o mesmo decorre da presença de textos inéditos de autores contemporâneos consagrados, da “revisão científica” dos

livros didáticos, sobretudo por parte de professores universitários, da área dos estudos literários nomeadamente, do recurso a ateliês de *design* altamente prestigiados. Trata-se sobretudo de indicadores de natureza simbólica, com um evidente efeito legitimador, que constituem uma importante mais-valia na construção da posição dominante a que acima me referi e que também eles participam no modo de ler literatura na escola.

A leitura da literatura na escola: caminhos possíveis

O percurso que este texto propõe constrói-se sobre uma ideia de base: todo e qualquer leitor se inscreve nas práticas de leitura de uma forma particular, decorrendo o seu posicionamento do corpo de saberes, experiências, motivações, valores, que transporta consigo e das regras de natureza cultural, social e institucional que estruturam o ato de leitura. A leitura de literatura na escola é uma prática de formação, cujos objetivos, no caso português, são definidos, em larga medida, pelo Estado e pelas escolas. Vimos como esta prática de formação envolve a inscrição dos alunos em comunidade de leitores e em práticas de leitura que presumem um determinado universo de experiências, bem como a assunção de valores estéticos e culturais.

Esta prática de formação envolve objetivos que estão claramente para lá do que é próprio do campo literário, tangendo o alargamento do campo de saberes sobre o mundo, visando o desenvolvimento de novas capacidades e atitudes, incluindo linguísticas.

No entanto, o modo como professores e alunos interatuam em torno dos textos de literatura é, como procurámos demonstrar, não apenas interna, mas também externamente regulado, sendo o livro didático, a este propósito, um instrumento pedagógico sistematicamente presente e continuamente ativo nas práticas pedagógicas que ocorrem na sala de aula e para além dela, com forte poder constitutivo do universo de referência dos atos de leitura. A proximidade entre as propostas dos livros didáticos e as práticas de leitura, que a

investigação vem demonstrando, é um indicador poderoso dos efeitos daqueles livros, assegurados pelas complexas disposições que adotam.

Nestas circunstâncias, prevê-se a leitura da literatura na escola como prática que afasta uma estratégia como aquela que Martins (2003) entende como adequada à “vivificação da experiência literária” – o “diálogo entre subjetividades: a do autor (instância ficcional revelada estritamente pelo texto) e a do aluno (instância interpretativa descoberta a partir do texto” (2003: 116).

Tendo presentes estes elementos de síntese, consideremos duas perguntas centrais sobre o ensino da literatura: para que serve *hoje* a literatura na escola? Qual é a literatura que *hoje* ‘serve’ para a escola?

Nos espaços de produção normativa que as instâncias do Estado constituem e, mais genericamente, no campo pedagógico, o discurso produzido permite a identificação de algumas respostas:

- i) a literatura constitui um objeto central no ensino do Português e tal facto é particularmente verificável no ensino secundário;
- ii) a literatura *vale* sobretudo pela sua dimensão cognitiva, embora os objetivos no domínio das capacidades e os objetivos atitudinais sejam também relevantes;
- iii) a literatura que importa é a que resulta da valorização de um conjunto relativamente reduzido e tendencialmente estável de textos.

No discurso pedagógico oficial, o valor formativo da literatura é reafirmado em contínuo e raramente ocorrem momentos de reconversão radical do cânone escolar; a este nível aquilo que se verifica, mesmo na média duração, é uma forte tendência para a estabilidade. Ao nível das práticas pedagógicas não parece

igualmente que se possa falar de reorientações significativas – um indicador particularmente adequado para sustentar esta ideia é a configuração dos manuais escolares que, conforme tem sido amplamente demonstrado, para lá da aparente diferença se caracterizam por um significativo fundo de semelhança. Este facto não significa, naturalmente, que não ocorram movimentos de reconceptualização do ensino do Português. São movimentos dessa natureza que as iniciativas de «revisão curricular» que foram ocorrendo ao longo da última década corporizam, envolvendo um *reposicionamento* da literatura, inscrevendo-a num novo quadro de metas educacionais.

Estes movimentos ocorrem num quadro de acentuadas tensões e contradições, que ganham particular expressão no modo como são discursivamente articulados os diagnósticos sobre a ação da escola, os objetivos que lhe são atribuídos e as funções, nesse percurso, da literatura.

Todas as *questões* à volta da literatura na escola não deixam, porém, de constituir um indicador importante do valor socialmente atribuído à escola enquanto lugar de experiência linguística, cognitiva, social ou estética. Mas como fazer coexistir na escola a leitura da literatura como valor de uso e aquilo que permanentemente se faz que ela tenha – apenas valor de troca? Ou como fazê-la coexistir com a proliferação de dispositivos «normalizadores» da ação dos professores, disponibilizados pelo mercado e que, em larguíssima medida, contribuem para que as práticas de leitura, e não só de leitura de literatura, sejam o que hoje são – sucedâneos de leitura.

Perguntas que vale a pena procurar responder de modo novo, afirmando a literatura enquanto lugar para “uma fascinante aventura cognitiva, uma fundamental aprendizagem da vida e uma riquíssima experiência pedagógica”, criando-se condições para

conhecer a pluralidade e a relatividade, mas também a permanência e a universalidade dos valores éticos e, em última instância, da própria condição humana.

A literatura, desde os poemas homéricos até aos dias de hoje proporciona a representação incomparavelmente valiosa dessa mutabilidade e dessa constância, com os seus conflitos e dilemas, com as suas emoções e paixões, com as suas grandezas e misérias (Silva, 2010: 42).

Referências bibliográficas

ALBRIGHT, James & Luke, Allan (2008). "Introduction: Renewing the cultural politics of literacy education." *Pierre Bourdieu and Literacy Education*. Ed. J. Albright & A. Luke. New York: Routledge. 3-10.

APPLE, Michael (1991). "The Culture and Commerce of the Textbook." *The Politics of the Textbook*. Ed. M. Apple & L. Christian-Smith. New York: Routledge. 22-40.

BENNETT, Tony & Woollacott, Janet (1987). *Bond and Beyond: The Political Career of a Popular Hero*. Basingstoke: Macmillan.

BERNSTEIN, Basil (1981). "Codes, modalities, and the process of cultural reproduction: A model." *Language in society*, 10 (3). Cambridge: Cambridge University Press. 327-363.

CASTRO, Rui V. (1999). "Já agora, não se pode exterminá-los? Sobre a representação dos professores em manuais escolares de português." *Manuais escolares: estatuto, funções, história: Atas do I encontro internacional sobre manuais escolares* Ed. R. V. Castro, A. Rodrigues, & J. L. Silva. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia e Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. 189-196.

CASTRO, Rui V. (2005). "O português no ensino secundário: processos contemporâneos de (re)configuração." *O Português nas Escolas. Ensaios sobre a língua e a literatura no Ensino Secundário*. Ed. M. L. Dionísio & R. V. Castro. Coimbra: Almedina. 31-78.

CASTRO, Rui V. & Dionísio, Maria de Lourdes (2003). "A produção de sentido(s) na leitura escolar: dispositivos pedagógicos e estratégias discursivas no 'trabalho interpretativo'." *Produção de Sentido: estudos transdisciplinares* (vol. 1). Ed. Heloisa P. M. Feltes. S. Paulo: EDUCS/Annablume. 329-355.

CHOPPIN, Alain (1992). *Les manuels scolaires: histoire et actualité*. Paris: Hachette Éducation.

CHOPPIN, Alain (2004). "História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte." *Educação e Pesquisa*, 30 (3). São Paulo: USP. 549-566.

CHOPPIN, Alain (2008). « Le manuel scolaire, une fausse évidence historique. » *Histoire de l'éducation*, 117. Lyon: Université de Lyon. 7-56.

DIONÍSIO, Maria de Lourdes (2000). *A construção escolar de comunidades de leitores: Leituras do manual de Português*. Coimbra: Almedina.

OUTROS LUGARES DA *TEORIA*.
CIRCUNSTÂNCIAS E MODOS DE LER LITERATURA NA ESCOLA

ESCOLANO BENITO, Agustín (2002). «The historical codification of the manualistics in Spain.» *Pedagógica Historica. International Journal of the History of Education*. New Series. 38 (1). 51-72.

GEE, James P. (1990). *Social Linguistics and Literacies: Ideology in Discourses, Critical Perspectives on Literacy and Education*. London/New York: Routledge.

GEE, James P. (2001). “Reading as Situated Language: a Sociocognitive Perspective.” *Journal of Adolescent & Adult Literacy*, 44 (8). International Reading Association. 714-725.

GOODSON, Ivor F. (1994). *Studying Curriculum – Cases and Methods*. Philadelphia / London: Open University Press.

HAROCHE, Claudine, Henry, Paul, & Pêcheux, Michel (1971). “La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours.» *Langages*, 24. 93-106.

JOHNSEN, Egil Børre (1993). *Textbooks in the Kaleidoscope: A Critical Survey of Literature and Research on Educational Texts*. Oxford: Oxford University Press.

KERMODE, Frank (1983). *Essays on fiction*. London: Routledge/Kegan Paul.

LUKE, Allan & Graham, Philip (2006). “Class Language.” *Encyclopedia of Language & Linguistics* (2nd ed.). Ed. Edward K. Brown. New York: Elsevier. 428-431.

MARINHO, Marildes (2007). “Currículos da escola brasileira: elementos para uma análise discursiva.” *Revista Portuguesa de Educação*, 20 (1). Braga: Centro de Investigação em Educação. 163-189.

MARTINS, Manuel F. (1993). *Matéria Negra. Uma teoria da Literatura e da Crítica Literária*. Lisboa: Edições Cosmos.

POULSON, Louise (1998). *The English curriculum in schools*. London: Cassell.

SAWYER, Wayne, & Van den Ven, Piet-Hein (2006). Starting points. Paradigms in Mother tongue Education. *L1 – Educational Studies in Language and Literature*, 7(1). International Association for the Improvement of Mother Tongue Education. 5-20.

SILVA, Vítor M. Aguiar (2010). *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.

WILLIAMS, Raymond (1995). *The sociology of culture*. Chicago: The University Chicago Press.

FICCIÓN Y LUGAR: LOS TOPÓNIMOS DESDE LA TEORÍA DE LA LITERATURA*

Fernando Cabo Aseguinolaza

Universidade de Santiago de Compostela

Desde la publicación original de la *Teoría da literatura* de Vitor Aguiar e Silva en 1967 hasta la actualidad, uno de los aspectos, entonces secundarios, que se ha impuesto en la consideración general ha sido el del espacio. Todavía en 1981 — en la cuarta edición revisada — Aguiar consideraba preciso recordar, por ejemplo, que el relato novelístico no solo se configuraba mediante la disposición y

* Este trabajo se vincula al proyecto de investigación “Cartografías del afecto y usos públicos de la memoria: un análisis geoespacial de la obra de Rosalía de Castro” (FFI2017-82742-P), financiado por el MINECO (Gobierno de España). Una exposición sucinta de lo aquí argumentado aparece en la sección “Thinking Spaces” de *Literary Geographies* 3(2): <http://www.literarygeographies.net>

correlación temporal y causal de “eventos”: “a diegese — afirmaba en un epígrafe dedicado a la descripción — é também constituída por personagens, por objetos, por um universo espacial e por um universo temporal” (Silva, 1981: 740). Era indudablemente una llamada de atención necesaria, aun cuando existiese ya una importante tradición teórica en torno al espacio e incluso a la geografía de la literatura. No obstante, era esta una tradición no suficientemente conocida o al menos no lo bastante prestigiada como para constituir un polo de atención preponderante en la teoría literaria del momento¹.

De hecho, muy poco después de la primera edición de la obra de referencia de Aguiar, en 1968, Roland Barthes invitaba a considerar en “L’effet de réel” la descripción o, mejor, los detalles descriptivos — entre los que es legítimo situar los topónimos — como “notations insignifiantes”. Eran, en su consideración, elementos enfrentados a la narración y ligados a lo “analogique” y a una temporalidad puramente referencial. Aseguraba Barthes, sin embargo, que esa referencialidad era simulada o, como mucho, restringida y fragmentaria. Su función sería la de articular un anclaje frente al riesgo de una deriva puramente fantasmática de la narración, pero sin comprometer en ningún caso el dominio de lo narrativo. Así, la llamada literatura realista, donde estas ‘notaciones insignificantes’ parecen adquirir un mayor privilegio, seguiría siendo, a pesar de todo, fundamentalmente narración, porque “le réalisme est en elle seulement parcellaire, érratique, confiné aux détails” (Barthes, 2002: 31).

Pasados cincuenta años, se hace muy difícil sostener la insignificancia de estos elementos. Al margen de lo que entendiese Barthes por insignificancia, el atractivo que el espacio

¹ Por supuesto, pueden recordarse nombres como los de Mijail Bajtin — muy precariamente conocido en Europa occidental a la altura de 1967 —, Gaston Bachelard o George Poulet, todos ellos autores de obras de referencia sobre la representación literaria del espacio anteriores a la primera edición de la *Teoría de la literatura*. Pero los fundamentos del denominado giro espacial no se establecerían hasta entrados los años setenta, cuando aparecen obras esenciales y ya clásicas como las bien conocidas de, entre otros, Henri Lefebvre, Michel de Certeau, Raymond Williams o, de manera más particular, Jean Weisgerber y Ricardo Gullón.

ha suscitado en los últimos tiempos parece ligado, de hecho, a lo que en aquel momento definía la razón principal para su descrédito: la poderosa capacidad referencial o, si preferimos, mimética que se le asocia. El espacio es el factor que mejor evidencia la conexión entre los textos — lingüísticos o no — y el mundo. Es a su través donde textos y mundo manifiestan con mayor claridad las huellas respectivas, quizá porque la dimensión espacial muestra de una forma especialmente ostensible la permeabilidad entre el mundo literario y el extratextual (Piatti, 2008: 9). En un momento de intensa reconfiguración del campo estético, muy lejos ya de la antigua ilusión de autonomía, parece consecuente que la literatura y los discursos que tratan de ella se hayan sumado al conocido como giro espacial, incluso, de forma más específica y comprometida, al definido como giro topográfico o, un paso más allá, al giro cartográfico.

Hay además otras razones no menos pertinentes para delinear esta necesidad de atender a la representación del espacio desde la ficción, entre las que voy a mencionar solo tres. Una que puede entenderse como decisiva tiene que ver con el hecho de que, a pesar de las retóricas que ensalzan lo virtual o la fluidez, la globalización se ha evidenciado como un fenómeno fundamentalmente extensional y territorializado (Massey, 2005: 81-89): así se constata, por ejemplo, en la pulsión visual y geolocalizadora de los sistemas contemporáneos de control y provisión de servicios, que se traduce desde el punto de vista literario en el atractivo de los mapas como instrumentos heurísticos. Un segundo factor radica en la tendencia contemporánea a definir la cultura desde la noción de vida cotidiana (Papastergiadis, 2010: 14-42), y esta a partir en muy buena medida de las prácticas espaciales. Convine asimismo valorar, en tercer término, la incidencia sobre el arte contemporáneo de lo que Hal Foster (2001) caracterizó hace unos cuantos años como “el retorno de lo real”, en alusión a la complejidad de las formas de inscripción de lo real en el ámbito estético (trauma, memoria, repetición...), pero también a lo

que podríamos llamar formas de rematerialización de lo real a través de los productos estéticos, cada vez más asociados a entornos espaciales.

Por supuesto, no es ahora el momento de profundizar en estos aspectos, pero quizá sí de tocar una cuestión muchísimo más concreta, que, no obstante, exige considerar todo lo apuntado para una cabal consideración de su relevancia. Me refiero a los topónimos, a su función y empleo en el ámbito de la ficción contemporánea como recurso de primer orden para el establecimiento de una conexión con el mundo. De nuevo, tres apuntes contribuyen a sustentar el argumento. Partamos, en primer lugar, del reconocimiento de que estos viejos conocidos constituyen — siguen constituyendo — un elemento primordial de las muy diversas modalidades de representación espacial de los textos contemporáneos. Las tácticas de localización, no localización o deslocalización son cruciales para la configuración de modos de representación espacial, en buena medida basadas en la gestión toponímica². En segundo término, la bibliografía sobre los topónimos en el ámbito literario ha aumentado visiblemente en los cinco últimos años. La razón más palpable se halla en el desarrollo de las humanidades digitales, y en particular de la facilidad para desarrollar geografías textuales de todo tipo — también literarias — a partir de proyecciones cartográficas automatizadas, que exigen el reconocimiento de *Spatial Named Entities* y su desambiguación e identificación en un proceso denominado *named-entity linking*³. No cabe duda de que las cuestiones suscitadas por estos procesos tienen una gran potencialidad teórica, especialmente cuando se vinculan a textos de ficción. En tercer lugar, tenemos el redivivo fenómeno de la inscripción de la cultura y, en particular, la literatura

² Véase como muestra el reciente artículo de Mitzi E. Martínez Guerrero (2017) en que analiza novelas de Öhran Pamuk y Gonçalo Tavares.

³ A título de mera ilustración de lo que constituye ya una muy profusa bibliografía, puede consultarse el artículo de Borin, Dannélls y Olsson (2014).

en el espacio a través de formas de planificación y ‘commodificación’ o mercantilización como el turismo literario o de prácticas de institucionalización, ligadas a menudo a procesos de museificación o de apropiación biopolítica (Cabo: en prensa). Ciertamente es que el origen de estos fenómenos remite a prácticas decimonónicas, estrechamente conectadas con el surgimiento de la geografía literaria, pero no lo es menos que mantienen una presencia particularmente intensa y singular en nuestros días. Estas formas de inscripción pueden ser presentadas como medios de rematerialización de un espacio mediado por la cultura y la ideología.

Topónimos, ficción y mundo

¿Qué nos dicen, entonces, los topónimos sobre la relación de las obras literarias con el mundo? Podemos comenzar por la primera y más evidente de sus funciones: los topónimos inscritos en los textos abren la posibilidad de localización o emplazamiento de la ficción. En efecto, los topónimos de la ficción fomentan la percepción de que, aunque sepamos bien que lo relatado nunca ha tenido verdaderamente lugar, ese lugar que no se ha verificado podría haber sido, por ejemplo, Londres, Braga o Santiago de Compostela. Al menos, podrían haberlo sido en la medida en que esos lugares u otros han sido nombrados o sugeridos en el texto novelístico. Se trata, en suma, de buscar lo que no ha sido en lo que es. Los topónimos tienen una función indicial: señalan lugares. Pero admitamos que esa capacidad de apuntar hacia lugares resulta engañosa en más de un sentido. Los lugares que se señalan no siempre tienen la fijeza o certidumbre que se les puede suponer, y la pretensión de adscribir la ficción a un territorio, tan querida por los hacedores de mapas literarios, resulta muchas veces ilusoria. La noción de movilidad textual, tan en boga en los últimos tiempos, introduce un grado de prevención muy necesaria sobre la capacidad de los nombres de lugares para anclar la ficción en espacios definidos.

Bajo la noción de movilidad se encuadran, por una parte, distintas prácticas y concepciones transnacionales de la literatura, pero, por otra, se incluyen asimismo la mutabilidad, la plasticidad textual y los fenómenos de transformación intersemiótica. Son aquí los textos como tales los que introducen una distancia o ‘espaciación’ de los referentes. No solo se trata, pues, de la consabida circulación geográfica y cultural de los textos en sentido estricto, algo bien explotado por las concepciones modernas de la literatura mundial. Sabemos que esa circulación tiende a alejar los topónimos de sus referentes, a difuminar su precisión indicial y a enfatizar su dimensión imaginaria. Hablar de movilidad textual sugiere también que los textos ficcionales son muchas veces equívocos o confusos a la hora de precisar cuál es verdaderamente su territorio y en qué medida coincide con el nuestro. Dicho en otras palabras, proyectan a menudo una referencialidad errática o, cuando menos, escurridiza y precaria sobre el mundo.

En ambos aspectos, a pesar de todo, los topónimos mantienen un protagonismo evidente, ya que, al implicar un horizonte de referencia espacial, establecen una vinculación con el mundo cifrada por medios textuales. Son los topónimos los que de manera más rotunda autorizan, vista la cuestión desde el lado de lo real, las prácticas culturales que consisten en inscribir la ficción en el medio geográfico. La rutas del turismo literario, el uso por parte de las guías turísticas de fuentes literarias para dotar de capital simbólico a una determinada localización, el afán por mapear los mundos de ficción, la contribución desde la ficción a fijar ciertos espacios como *lieux de mémoire* o incluso determinadas formas de activismo próximas a lo que se conoce como “cultural acupuncture” son buenos ejemplos de cómo la ficción es proyectada sobre el espacio geográfico, en un sentido amplio, para dotarlo de una dimensión imaginaria⁴.

⁴ La noción de “cultural acupuncture” ha sido manejada por Andrew Slack a propósito de ciertas prácticas vinculadas al llamado *fan activism*. Puede definirse de modo aproximado como una práctica centrada en el “mapping fictional content worlds onto real-world problems”, que, por tanto, conecta y establece transferencias entre espacios de índole muy diferente. Véase Henry Jenkins (2011). Sobre otras formas de inscripción de los relatos, sean o no ficcionales, véase también Ryan, Foote y Azaryahu (2016).

Los topónimos tienen un papel esencial, a menudo inadvertido, en la particular conexión que la ficción establece con el mundo. Partamos de una constatación casi intuitiva. La aparición relevante de personajes u otras entidades con un referente real en el contexto de la ficción no suele ser ajena a una sensación de sorpresa o incluso de inestabilidad referencial. Cuando menos, esta presencia de lo percibido como real — en la medida en que así se marca onomásticamente — suele reservarse, para que no implique excesivo escándalo, a algunos géneros particulares como el de la novela histórica o relegarse a papeles secundarios en la economía de los mundos ficticios. La novela contemporánea ha jugado a menudo con ello a través de formas híbridas como la autoficción o la bioficción, hasta adentrarse en el terreno de lo que George Steiner denominó, hace ya más de cincuenta años, *post-fiction*. Se refería con este término a la inflexión de la novela hacia la hibridación de los cauces genéricos asentados en la modernidad y el cultivo de una poética del documento⁵.

Sin embargo, frente a la percepción corriente de estos procedimientos como anómalos o desviados, la utilización de topónimos reales no solo es y ha sido habitual en todo tipo de obras de ficción, sino que, sobre todo, es aceptada por los lectores con sorprendente naturalidad. De hecho, ha suscitado una atención teórica escasa, a lo sumo tangencial o indirecta. En efecto, los topónimos reales o importados se naturalizan en la ficción con enorme facilidad, del mismo modo que conviven sin mayor escándalo con otros de referencialidad más dudosa o abiertamente ficcional.

Algunos mapas extraños

Viene ahora un pequeño excursus, de la mano de uno de los novelistas que mejor puede ilustrar algunas de las

⁵ Lo hizo en un breve texto titulado “The Pythagorean Genre”, del año 1965, que luego recogería en *Language and Silence* (Steiner, 1966: 102-117). Sobre la cuestión es verdaderamente sugestivo el trabajo de Grande Rosales (2017).

complejidades de la cuestión y también contribuir a su abordaje teórico. En *La ciudad ausente*, una novela de 1992 convertida ya en un clásico contemporáneo, Ricardo Piglia proporcionaba numerosos motivos de reflexión sobre la referencialidad escurridiza de las designaciones espaciales. Téngase presente que Buenos Aires, nombrada de forma insistente en el texto, es esa ciudad negada en el título⁶. Pero me valdré ahora apenas de dos episodios de esta obra: el relato “La nena” y el capítulo titulado “La isla”.

En *La ciudad ausente* ocupa un lugar importante una máquina generadora de relatos que habría concebido Macedonio Fernández, uno de los nombres fuertes en la moderna tradición literaria argentina y ahora personaje de la ficción de Piglia⁷. Se trata de una máquina inicialmente diseñada para traducir, que había devenido en un artefacto transformador de historias. El aparato trabaja con series y variables a partir de la transformación de determinados núcleos narrativos. “La nena” es uno de los relatos surgidos de esta máquina de ficción. Su protagonista es Laura, que adolece de lo que viene denominado como “extravagancias de la referencia”. Todo lo percibe como una expansión de su personalidad, y su profundo vacío emocional, que parte de la exclusión de las demás personas de su experiencia, acaba por producir un lenguaje difuso y abstracto, sin deícticos y volcado en el trastrocamiento de las palabras. Un lenguaje, esto es, puramente narrativo o signifiante, en el sentido de Barthes, y, por tanto, de espaldas al referente.

A partir de ahí, su padre se esforzará por reconstruir la capacidad referencial del lenguaje en su hija: primero, mediante la recuperación de la sintaxis a través de la música y la repetición de una misma historia en forma de variantes sucesivas (un modelo del mundo y modulaciones de una experiencia posible). Al final, una leve reacción de la nena la lleva a salir por un

⁶ Puede verse sobre las implicaciones de esta cuestión Gabriel Rovira (2008).

⁷ Entre otras muchas referencias posibles, resulta muy esclarecedor en este sentido el documental de Andrés di Tella titulado *Macedonio Fernández* (1995), que protagoniza en primera persona Ricardo Piglia. Puede verse en el portal Vimeo: <https://vimeo.com/114204308> (acceso el 12 de abril de 2016).

momento de la historia y a emplear el lenguaje en relación con la vida, precisamente en virtud de la iteración del relato por parte del padre. Es decir, a fuerza de un relato transformado y repetido, el padre consigue recuperar para su hija la capacidad de designación del lenguaje, aunque sea transitoriamente. En el fondo “La nena” es un relato que no hace sino reflejar la empresa de Macedonio, que había dedicado su ficción más importante, *Museo de la Novela de la Eterna*, al propósito de superar la muerte de su esposa Elena. Vale la pena comprobar cómo se había caracterizado la “extravagancia referencial” de la nena: “Ella era una máquina lógica conectada a una interfase equivocada” (Piglia, 2013: 50).

En “La isla” se plantean conflictos semejantes, si bien, en la medida en que se habla de un territorio, más cercanos a la cuestión toponímica que nos interesa. Se ha entendido este territorio como el escenario de una utopía lingüística, o incluso como “the utopian *locus* of literature”⁸. La isla que se nos presenta en *La ciudad ausente* — emplazada en el curso del río Paraná — está definida por la movilidad incesante del lenguaje utilizado por sus habitantes, que varía y muta sin que lo perciban sus usuarios. Explica el narrador: “Cuando decimos que el lenguaje es inestable, no estamos hablando de una conciencia de esa modificación. Es necesario salir de allá para percibir el cambio. Si uno está dentro, cree que el lenguaje es siempre el mismo, una especie de organismo vivo que sufre metamorfosis periódicas” (Piglia, 2013: 106-107). Pero el lenguaje de la isla es radicalmente inestable — utilizar el singular para una lengua que se halla en mutación permanente es ya un abuso — y, por ello, su capacidad de referencialidad se vuelve cuando menos problemática. No se olvide, de otro lado, que tal isla es el reino donde confluyen exiliados y perseguidos de toda procedencia, pero es también el

⁸ Piglia recrea en el episodio de la isla una experiencia juvenil ligada a un proyecto utópico de Macedonio Fernández y el padre de Borges. Lo cuenta Piglia en el documental ya mencionado de Andrés di Tella *Macedonio Fernández*. Varios análisis de este capítulo pueden leerse en Eleni Kefala (2007: 132 y ss.) o en las contribuciones de Edgardo Horacio Berg y Jorge Fornet en Mesa Gancedo (2006: 23-54 y 141-162).

lugar de los muertos, el lugar de donde nadie vuelve, con la única excepción de Boas (otro identificador onomástico que apunta más allá del texto, como Macedonio Fernández), la figura del antropólogo de quien dependen todas las informaciones sobre este entorno del Paraná. La isla es asimismo el lugar desde el que se añora la primitiva estabilidad referencial de un supuesto lenguaje primitivo. En ella, *Finnegans wake* es para muchos de sus habitantes el libro sagrado. Es más, permite todos los sentidos y se adapta a todas las interpretaciones: un pseudo-génesis. Y en la isla el topónimo principal es el que da nombre al río que la atraviesa, en torno al que se establecen todas las referencias espaciales: Liffey, como el río de Dublín o el río de Joyce, el que aparece y reaparece en *Ulysses*, *Dubliners* y *Finnegans Wake*. La isla de toponimia dublinesa, cercana a Buenos Aires, es en realidad, una versión mitográfica de la isla del Paraná, donde vive Russo, el constructor de la máquina de Macedonio.

Podríamos entender los episodios referidos como parábolas o alegorías sobre la relación difícil — extravagante, en un sentido literal — de la ficción con el mundo. Pero otras veces, Piglia, más que mapas, nos propone modelos alternativos de representación espacial, siempre con un fundamento diagramático. Así, por ejemplo, en el relato en primera persona que sirve de prólogo al libro de ensayos *El último lector*, se nos habla de la peculiar representación de Buenos Aires que un hombre guardaba en su casa del barrio bonaerense de Flores: “No es un mapa, ni una maqueta, es una máquina sinóptica; toda la ciudad está ahí, concentrada en sí misma, reducida a su esencia. La ciudad es Buenos Aires pero modificada y alterada por la locura y la visión microscópica de su autor” (Piglia, 2005: 11)⁹. El fotógrafo

⁹ El texto prologal de *El último lector* está retomado y ampliado de forma muy sugerente a nuestro propósito en el capítulo “La moneda griega” del penúltimo libro de Piglia (2016: 260-268). Las ampliaciones del texto original insisten en el concepto de sinóptico, que tiene mucho que ver con la noción de diagrama de Pierce. Entre las observaciones añadidas se lee: “La representación sinóptica produce la comprensión y la comprensión consiste en ver conexiones. De ahí la importancia de encontrar y de inventar casos-ejemplo intermedios. — Abrió un libro —. La lectura nos enseña a ver sinópticamente” (Piglia, 2016: 264). Para un análisis más amplio de las estratagemas diagramáticas de la representación literaria, véase Ljunberg (2012).

Russell, el autor de este nuevo dispositivo, cree haber alterado las relaciones de representación, “de modo que la ciudad real es la que esconde en su casa y la otra es solo un espejismo o un recuerdo” (*id.*: 12). Podría pensarse en una nueva extravagancia de la referencia, como la de “La nena” o como las que se plantean en “La isla”.

Sin embargo, la situación se presenta ahora en términos diferentes. La máquina sinóptica está ahí para ser vista por alguien — visitante de la casa del fotógrafo — que inevitablemente se sitúa en el Buenos Aires real. A juicio del narrador de este relato prologal, no es tanto que Russell reproduzca la ciudad, sino que, a través de la contemplación de su representación diagramática por parte del visitante, lo que de verdad reproduce es el acto de leer, que se concibe como una relación entre espacios ligados por un topónimo. Como precisa enseguida: “A veces los lectores viven en un mundo paralelo y a veces imaginan que ese mundo entra en la realidad” (Piglia, 2005: 12). El Buenos Aires diseñado por Russell entra en el Buenos Aires de la experiencia del contemplador. Cabe considerar que, en estas imágenes complejas de la ficción y lo literario, lo que se prima son las múltiples formas de permeabilidad mutua entre la realidad y el relato.

El régimen toponímico como interfaz

Buenos Aires o Liffey son topónimos con un referente real, que nos permiten considerar algunas formas mediante las que la realidad entra en la ficción o, en sentido contrario, la realidad es permeada por la ficción. Sucede así cuando empleamos mapas de territorios reales para proyectar en ellos los topónimos que hemos encontrado en los relatos de ficción, en la medida en que estos coinciden con los que pueblan el mundo entendido como real. Sabemos bien, sin embargo, que esta coincidencia no siempre se produce. Muchas veces no podemos contar con esa homonimia que parece autorizar la localización cartográfica. En los textos de ficción hay muy a menudo nombres de lugar

radicalmente inventados *ex novo* y los hay que admiten ser entendidos como alteraciones o modificaciones de los reales. Por ejemplo, la combinación de dos topónimos existentes puede generar uno nuevo, ficticio, cuya referencia se vuelve muy problemática al no coincidir del todo con ninguno de los que le dan origen. Así ocurre cuando, solo para mencionar un caso, Ramón del Valle Inclán sitúa un personaje en San Clemente de Brandeso, una hipotética parroquia de la Galicia rural que no se encuentra en los mapas, aunque sí otras con la denominación de San Clemente de Cesar y de San Lourenzo de Brandeso¹⁰. E incluso cabe tomar en consideración los que pueden estimarse como reales, pero en el momento de la escritura o lectura están en desuso – son, esto es, inactuales — o los que, siendo también reales, incurren en algún tipo de conflicto referencial, como el de un río llamado Liffey situado en una isla del Paraná.

También abundan los que como tales carecen de un correlato fuera de la ficción, pero son percibidos como disfraces de lugares que sí podemos, o creemos poder, localizar fuera de los márgenes del texto. La casuística es enorme, pero siempre, de un modo u otro, se deja sentir la interferencia con lo situado más allá del territorio textualmente delimitado de la ficción¹¹. A la hora de establecer estas correlaciones hay muchos aspectos implicados,

10 San Clemente de Brandeso es un topónimo que se repite en varios textos de Ramón del Valle-Inclán de ámbito gallego, por ejemplo en los relatos “La misa de San Electus” (1905) y “Mi hermana Antonia” (1909), incluidos posteriormente en la edición definitiva del libro *Jardín Umbrío* (1920), o en la comedia bárbara *Águila de Blasón* (1907). Esta misma referencialidad difusa, pero inevitable, se da con los que se entienden como topónimos inclusivos, que no tienen un correlato real preciso pero incorporan una referencia compuesta o sintética. Un caso bien conocido es “Egdon Heath”. En palabras de Thomas Hardy en el prefacio de 1895 a *The return of the native*: “Under the general name of Egdon Heath are united or typified heaths of various real names” (cfr. Dainotto, 2000: 39-40). Pueden verse distintas interpretaciones de las prácticas de ‘renombramiento’ de Hardy, a la luz de las tensiones de su regionalismo en un marco nacional e internacional, en Cook (2014).

11 Viene bien recordar la distinción que propone Bertrand Westphal (2011: 101-110), para referirse las distintas correlaciones de referente y representación, entre *homotopic consensus*, en el que se presume una conformidad entre el ámbito textual y el real; *heterotopic interference*, cuando se juega con la confusión entre distintos referentes o con la imprecisión en la señalización de uno en concreto; y *utopian excursus*, cuando se esquivo la relación con referentes identificables en el mundo situado más allá del texto y se propone la representación de un lugar sin localización precisa de acuerdo con las coordenadas habituales.

pero los topónimos desempeñan un papel decisivo. Es cierto que no hay un paralelismo necesario entre la coincidencia o no del topónimo ficcional con uno real — su carácter importado o facticio — y el grado mayor o menor de correlación entre el hipotético referente y el lugar ficcional. No obstante, estas correlaciones no tendrían ningún sentido teórico, ni tampoco desde la experiencia de la lectura, si no reconociésemos a la ficción su capacidad para señalar o apuntar a determinados lugares, de forma principal y más sintética con el uso de los topónimos. “Deictic indexicality of place is a feature of *all* writing”, ha postulado Jason Finch (2015: 20) a propósito de una escritura tan aparentemente desentendida del afán de localización como la de Samuel Beckett.

Aparte de estas correspondencias variables y a veces mutantes, también deben anotarse algunas otras cosas (solo anotarse, por el momento) con respecto al papel de los topónimos en la ficción: por ejemplo, la importancia de los criterios para su selección y uso (qué tipos de lugares se nombran y de qué manera se hace), de la identidad lingüística de los nombres, de la densidad mayor o menor con la que saturan un determinado ámbito... Los topónimos arrastran, por otra parte, evocaciones culturales y otras pertenecientes a la memoria individual¹². Remiten a lenguas y grafías distintas y, por tanto, a conflictos históricos o ideológicos en muchos casos. No faltan tampoco en este sentido algunas consideraciones ya clásicas, como las extraordinarias reflexiones de Walter Benjamin sobre los distintos planos de funcionamiento de los nombres de las calles de París en la sección así llamada del *Libro de los pasajes*. Los topónimos no son un mero detonante transparente para la asignación de coordenadas a un lugar. Provocan además efectos (meta-)referenciales no poco paradójicos. Por ejemplo, no es raro que ciertos lugares

¹² Una referencia ya clásica en este sentido es el libro de Mark Monmonier (2006). Más centrada en la toponimia asociada a los nombres de las calles, véase ahora Ryan, Foote y Azaryahu (2016: 138-159). Desde el punto de vista de la visibilidad de las lenguas en indicadores y otro tipo de señales públicas, a menudo asociada a marcadores toponímicos, resulta especialmente pertinente el llamado paisaje lingüístico. Véase Shohamy y Gorter (2009).

sean denominados con el nombre de otros lugares: son los toponímicos¹³. Benjamin recordaba en ese sentido algún proyecto decimonónico de renombrar de manera sistemática las calles parisinas con topónimos de lugares franceses, de modo que — comentaba el autor del *Libro de los pasajes* — “el viajero pueda adquirir un conocimiento geográfico de Francia en París y, recíprocamente, de París en Francia” (Benjamin, 2005: 519). El Liffey de Piglia, situado en el Paraná, también sería, a su manera, un toponímico. Y quizá lo sea también el Buenos Aires de *La ciudad ausente*, en la medida en que lo sean todos los que en la ficción coinciden con los de la geografía real.

En la ficción, el conocimiento y empleo más o menos profuso de los topónimos marca relaciones muy particulares con los lugares que designan, desde la intimidad fruto de una larga práctica al distanciamiento incómodo o indiferente. Todos estos factores son decisivos en la constitución de lo que propongo llamar un régimen toponímico. Poca duda cabe de que todo ello tiene mucho que ver con la dialéctica referencial por la que opte un texto y que implica lo que, para entendernos, podemos llamar una cierta lógica. Eso es, un régimen toponímico, que sugiere una forma particular de administrar el uso de los topónimos en un entorno de ficción y de diseñar lo que en el relato de Piglia se denominaba una “interfase” entre el texto y lo que esta fuera del texto, entre el mundo del texto y el mundo del lector. La noción de interfaz abre la vía para superar las ontologías binarias, dogmáticas, que oponen irreductiblemente ficción y realidad, o representación y referente. Una interfaz consiste, en lo fundamental, de una conexión

13 Comenta el narrador de *Los emigrados*, de W. G. Sebald, mientras conduce en un recorrido en coche entre Nueva York e Ithaca: “pasando por numerosas poblaciones más o menos extensas, que a pesar de sus nombres — que en parte me resultaban familiares — parecían encontrarse en tierra de nadie. Monroe, Monticello, Middletown, Wurtsboro, Wawarsing, Colchester y Cadosia; Deposit, Delhi, Neversink y Niniveh: me daban la impresión de que me movía, guiado a distancia junto con el automóvil en que me hallaba sentado, a través de un país de juguete de colosales proporciones, cuyos topónimos habían sido rebuscados y seleccionados arbitrariamente por un invisible niño gigante entre las ruinas de otro mundo ya desahuciado” (Sebald, 2006: 119-20).

funcional entre dominios de naturaleza distinta — material o simbólica —, que hace del borde o límite entre estos ámbitos un mecanismo transductor y, por tanto, decisivo en sí mismo¹⁴. La idea de que los topónimos actúan como detonantes de la conexión entre el mundo de la ficción y el mundo del lector resulta muy estimulante, precisamente porque delimitan una zona de contacto, a través de distintos grados de identidad nominal, que puede ser delimitada de muchas formas distintas de acuerdo con estrategias autoriales, de género, de época, etc.

Una proposición simple: la ficción no tiene un lugar propio

No es nuestro objeto aquí caracterizar estas variaciones de regímenes toponímicos (todo un desafío desde el punto de vista genérico e historiográfico). Esa tarea exigiría no solo sopesar el estatuto de la ficción o el sentido cultural de la realidad en momentos históricos precisos, sino además caracterizar de forma concreta las modalidades de articulación de las interfaces toponímicas. W. F. H. Nicolaisen, un verdadero precursor en este sentido, hizo notar en su momento que en la geografía imaginaria de una novela tan significativa como *Middlemarch* de George Eliot, por poner un caso, los topónimos referidos a un horizonte situado más allá de un radio de 15 millas alrededor de la ciudad que da nombre ficticio a la novela, y más allá del también ficticio condado de Loamshire, resultan ser importados: desde Doncaster, Hereford, London o Manchester hasta Edinburgh, Lausanne, Rome o Paris. A lo cual añadía una observación no menos significativa: “all the names drawn from the non-literary landscape, except London and Rome, are usually only mentioned once in conjunction with past or

14 Una definición general y útil de interfaz, que la aproxima a la noción de artefacto, es la que proponía Simon (1996: 6): “An artifact can be thought of as a meeting point — an ‘interface’ in today’s terms — between an ‘inner’ environment, the substance and organization of the artifact itself, and an ‘outer’ environment, the surroundings in which it operates. If the inner environment is appropriate to the outer environment, or vice versa, the artifact will serve its intended purpose”.

fringe events” (Nicolaisen, 1979: 88). Reconozcamos ahora, simplemente, que, con respecto al estado de cosas que sustentaba la mímesis de la novela regional de que se ocupaba de manera preferente Nicolaisen, la noción de realidad “ha padecido tales mutaciones que es imposible atenerse a los viejos criterios de reconocimiento” (Ferré 2011: 10) — como escribe un notable novelista contemporáneo —. La consecuencia es que la interfaz ha de articularse de una manera distinta para ser efectiva y que, en consecuencia, las bases para la constitución de un régimen toponímico serán también diversas. Los topónimos, en suma, no pueden actuar con la aparente neutralidad que se daba por supuesta en otros momentos, como meros emplazamientos, por mucho que la imbricación profunda “between world and words” siga siendo consustancial al uso de los nombres de lugar en la ficción.

No obstante estas mutaciones, se mantiene la necesidad de reclamar la vigencia del impulso mimético de la ficción, de la conexión inevitable, esto es, del texto con el mundo y viceversa¹⁵. Quizá pueda valer en este momento una formulación simple, que atiende fundamentalmente a la dimensión espacial: la ficción carece de un lugar propio, porque su lugar es el del otro. Es el lugar de los espacios sociales y producidos (en el sentido de Henri Lefebvre), de las representaciones del espacio, del ámbito complejo y de ningún modo estable de lo real. Esos espacios, en otras palabras, que ilustran las cartografías que suelen usarse de fondo para construir las literarias, lo que hace de la tarea de trazar mapas literarios una operación elíptica e indirecta en grado sumo, a pesar del efecto de realidad que provocan. Y habría que preguntarse sobre el porqué de la pulsión cartográfica contemporánea y de la necesidad de fijar y conectar la ficción con espacios producidos y de algún modo reconocibles. Una observación de Michel de Certeau viene muy bien a este propósito, porque apunta a la elusiva

¹⁵ Son del máximo interés en este sentido las consideraciones desarrolladas por Bertrand Westphal (2011: 84-90).

condición de los topónimos y, en general, de otros índices que parecen hacer presente el espacio: “Por una paradoja que sólo es aparente, el discurso que hace creer es el que quita lo que prescribe, o que jamás da lo que promete. Lejos de expresar un vacío, describir un defecto, lo crea. Hace lugar al vacío” (Certeau, 1996: 118). Por eso la ficción toma distancia de la realidad, pero resulta ilegible sin ella. La ficción se apropia de los marcadores toponímicos y opera con ellos, combinándolos, desviándolos, ocultándolos o graduando su empleo con niveles de densidad y transparencia muy variables. Son estos procedimientos lo que permiten hablar de regímenes toponímicos diferentes

Para explicar esto mejor puede ser útil, atendiendo a la terminología de Certeau, entender la operación que identificamos con el régimen toponímico como fundamentalmente táctica. Recordemos las conocidas palabras del jesuita francés, en que presentaba el término *táctica* en contraposición al de *estrategia*: “llamo *táctica* a un cálculo que no puede contar con un lugar propio, ni por tanto con una frontera que distinga al otro como una totalidad visible. La táctica no tiene más lugar que el del otro. Se insinúa, fragmentariamente, sin tomarlo en su totalidad, sin poder mantenerlo a distancia” (Certeau, 1996: L). Aunque Certeau se refería a las prácticas de los consumidores, o a su astucia, pocas formulaciones ayudan a entender mejor el sentido de la ficción y la peculiar heteronomía de la ficción con respecto al otro real. La táctica implica, por tanto, la actuación sobre un espacio ajeno como forma de constituir una agencialidad propia, de aparente tono menor, pero en muchos casos de sorprendente efectividad. De ahí surge, precisamente, la capacidad conformadora de los espacios sociales y culturales a través de la ficción. Algo que, a su manera, entendieron muy bien los cultivadores iniciales de la geografía literaria, empeñados en conducir a sus lectores a los espacios reales de novelistas y literatos, inevitablemente percibidos a través de sus representaciones ficcionales.

Es necesaria una reflexión en esta línea sobre el uso de los mapas para proyectar sobre ellos la ficción. Hace un momento caracterizábamos ese uso como una operación elíptica. En efecto, los topónimos en estos casos no identifican espacios reales, sino posiciones en los mapas, es decir, posiciones respecto a una clase muy precisa de representaciones. En muchos casos, lo que vemos en los mapas es expresión o plasmación de los espacios sociales o de las representaciones del espacio que conforman el otro de la ficción. Por tanto, la condición elíptica de la proyección cartográfica de los mundos ficcionales está más que fundamentada. De lo que cabe extraer una consecuencia: estas cartografías de la ficción ilustran sobre todo, y en el mejor de los casos, la intersección entre los entramados topográficos de la ficción y los de las representaciones sociales, nítidamente históricas. Muestran además la potencialidad metonímica de la ficción: su capacidad para levantar grandes imaginarios a partir de referencias limitadas; así como la virtualidad poética, en un sentido estricto, de las selecciones que practican y de, entre otras cosas, las líneas de cohesión que hacen patentes entre los lugares. Se trata de un proceder no muy alejado, como supo ver Jameson, del que conforma los mapas cognitivos, pero en este caso plasmado de forma objetiva como una estructura de legibilidad que, implícitamente, pide ser proyectada. Hay además un aspecto sumamente relevante: y es que, a diferencia de los mapas cognitivos, no todo lo que se encuentra en el texto de ficción puede ser transferido a un mapa.

Hay, por tanto, una cuestión decisiva tras estas consideraciones: ¿qué clase de territorialidad es la propia de la ficción? O de otra forma: ¿cuál es el territorio que se mapea en las cartografías literarias? La hipótesis que hemos sugerido es que la ficción carece de un territorio propio o autónomo, sino que usa el de su otro. Y su otro es lo que a menudo se denomina referente. La ficción actúa sobre él mediante su utilización, y usándolo lo prolonga y amplía porque lo dota de espesor imaginario. Surge así una concepción compleja de la mimesis, ya

que no solo es bidireccional, sino que asume la representación como una continua creación de espacios, de huecos o ausencias, para introducir lo representable.

Según esta forma de ver las cosas, el régimen toponímico, tal y como se ha descrito, se convierte en decisivo para la mimesis espacial. La manera de gestionar el empleo de los topónimos — economía toponímica — es uno de los procedimientos más eficaces para constituir la interfaz entre texto y mundo. Para ello hay que reivindicar una vez más la capacidad indicial de los topónimos, esto es, el poder de la nominación. Este poder consiste en el hecho aparentemente paradójico de que la mención entraña una relación negativa y movediza con lo mencionado, a pesar de traerlo a la condición de representable. No olvidemos que el espacio es uno de los aspectos de la mimesis que más íntimamente penetra en el ámbito de la ficción. Por ello los topónimos trascienden la mera funcionalidad de proporcionar un anclaje histórico o una ilusión de emplazamiento para abrir un horizonte mucho dúctil y rico, solo apenas vislumbrado por los mapas literarios al uso.

Referencias bibliográficas

BARTHES, Roland (2002). *Oeuvres complètes. Tome III. Livres, textes, entretiens, 1968-1971*. Ed. Éric Marty. Paris: Éditions du Seuil.

BENJAMIN, Walter (2005). *Libro de los pasajes*. Ed. Rolf Tiedemann. Madrid: Akal.

BORIN, Lars, Dana DANNÉLLS y Leif-Jöran OLSSON (2014). "Geographic visualization of place-names in Swedish literary texts". *Literary and Linguistic Computing*, 29.3. Oxford: Oxford University Press: 400-404. 19 de mayo de 2014.
<https://doi.org/10.1093/lc/fqu021>

CABO ASEGUINOLAZA, Fernando (en prensa). "Memoria, (pos)lugar y biopoder en un thriller literario: A memoria da choiva, de Pedro Feijoo". *Memoria encarnada*. Varsovia: Universidad de Varsovia.
Prepublicación: DOI: <https://10.13140/RG.2.2.27219.68641>

CERTEAU, Michel de (1996). *La invención de lo cotidiano I. Artes del hacer*. México: Universidad Iberoamericana.

- COOK, Susan E. (2014). "Mapping Hardy and Brontë". *Literary Cartographies. Spatiality, Representation, and Narrative*. Ed. Robert T. Tally Jr. Nueva York: Palgrave Macmillan. 61-73.
- DAINOTTO, Roberto (2000). *Place in literature. Regions, Cultures, Communities*. Ithaca: Cornell University Press.
- FERRÉ, Juan Francisco (2011). *Mimesis y Simulacro*. Málaga: E.D.A. Libros.
- FINCH, Jason (2015). "Beckett's Manywheres". *Literary Geographies*, 1: 1. 7-23. 15 de octubre de 2017.
<http://literarygeographies.net/index.php/LitGeogs/issue/view/2>
- FOSTER, Hal (2001). *El retorno de lo real. La vanguardia a finales del siglo*. Trad. Alfredo Brotons. Madrid: Akal.
- GRANDE ROSALES, María Ángeles (2017). "Géneros móviles y nomadismo literario en la era de la posficción." *Escritura y teoría en la actualidad. Actas del II Congreso Internacional de ASETEL*. Eds. Luis Alburquerque García, José Luis García Barrientos y Roberto Álvarez Escudero. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. 53-65.
- JENKINS, Henry (2011). "Cultural Acupuncture: Fan Activism and the Harry Potter Alliance." *Transformative Works and Cultures*, 10. 8 de enero de 2018.
 DOI: <https://10.3983/twc.2012.0305>
- KEFALA, Eleni (2007). *Peripheral (post) Modernity: The Syncretist Aesthetics of Borges, Piglia, Kalokyris and Kyriakidis*. Berna y Nueva York: Peter Lang.
- LJUNBERG, Christina (2012). *Creative dynamics: diagrammatic strategies in narrative*. Amsterdam: John Benjamins.
- MARTÍNEZ GUERRERO, Mitzi E. (2017). "What Cities Enclose: A Geoliterary Approach to World Literature." *Sanglap: Journal of Literary and Cultural Inquiry* 4.1: 55-68. 8 de enero de 2018.
<http://sanglap-journal.in/index.php/sanglap/article/view/159/215>
- MASSEY, Doreen (2005). *For Space*. Londres: SAGE Publications.
- MESA GANCEDO, Daniel, ed. (2006). *Ricardo Piglia: la escritura y el arte nuevo de la sospecha*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- MONMONIER, Mark (2006). *From Squaw Tit to Whorehouse Meadow. How Maps Name, Claim and Inflamm*. Chigago: University of Chigago Press.
- NICOLAISEN, W. F. H. (1979). "The Toponymy of Literary Landscapes". *Literary Onomastics Studies* 6.1: 75-104, 79. 11 de abril de 2016.
<http://digitalcommons.brockport.edu/los/vol6/iss1/8>.
- PAPASTERGUIADIS, Nikos (2010). *Spatial aesthetics: Art, Place, end the Everyday*. Amsterdam: Institute for Network Cultures.
- PIATTI, Barbara (2008). *Die Geographie der Literatur. Schauplätze, Handlungsräume, Raumphantasien*. Göttingen: Wallstein Verlag.

FICCION Y LUGAR:
LOS TOPÓNIMOS DESDE LA TEORÍA DE LA LITERATURA

- PIGLIA, Ricardo (2005). *El último lector*. Barcelona: Anagrama.
- PIGLIA, Ricardo (2013). *La ciudad ausente*. Barcelona: Random House Mondadori. Originalmente 1992.
- PIGLIA, Ricardo (2016). *Los diarios de Emilio Renzi*. Barcelona: Anagrama.
- ROVIRA, Gabriel (2008). “La ciudad ausente de Ricardo Piglia: utopía de la experiencia artificial.” *Sujeto y ciudad en Vallejo, Paz, Piglia, Sabines*. La Paz: Universidad Autónoma de Baja California Sur. 3-33.
- RYAN, Marie Laure, Kenneth FOOTE y Maoz AZARYAHU (2016). *Narrating Space / Spatializing Narrative*. Columbus: Ohio State University Press.
- SEBALD, W.G. (2006). *Los emigrados*. Trad. Teresa Ruiz Rosas. Barcelona: Anagrama.
- SHOHAMY, Elana y Durk GORTER (2009). *Linguistic landscape: Expanding the scenery*. Nueva York: Routledge.
- SILVA, Vítor Aguiar e (1981). *Teoria da Literatura*. 4ª edición. Coimbra: Livraria Almedina.
- SIMON, Herbert A. (1996). *The Sciences of the Artificial*. Tercera edición. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- STEINER, George (1966). *Language and Silence*. Nueva York: Atheneum.
- WESTPHAL, Bertrand (2011). *Geocriticism. Real and Fictional Spaces*. Trad. Robert T. Tally Jr. Nueva York: Palgrave Macmillan.

ENTRE O *TRIVIUM* E OS ESTUDOS LITERÁRIOS (AVENTURAS E EXTRAVIOS)

Paulo Meneses

Centro de Estudos Humanísticos
Universidade dos Açores

1.

Seja-nos permitido, de entrada, lembrar um tempo em que as então denominadas *cadeiras* dos planos de estudos — pelo menos nos de *letras* — conheciam um regime de funcionamento anual. Era, esse tempo, o dos anos oitenta do século passado, quando nos foi confiada a responsabilidade pela docência de Literatura Portuguesa III, declinável, na *ordo* curricular, como Literatura Portuguesa Medieval. E a experiência comum, estamos em crer, terá sido a de que o andamento anual das disciplinas autorizava uma gestão dos respectivos conteúdos programáticos favorável a um meticoloso

enquadramento epocal e doutrinário do objecto de estudo em causa, no caso a primitiva lírica galaico-portuguesa. A circunstância conduzia-nos, pois, não apenas ao exame das particulares condições de produção, circulação e recepção da actividade poética trovadoresca, mas também a um excuro de relativa abrangência sobre a expressão e o conceito de *homem medieval*, com ponderação dos seus efeitos na inteligência de termos e conceitos necessariamente convocados pelo estudo de qualquer tradição artístico-cultural, como os de *autor* e de *originalidade*. Ora bem, entre os caminhos que se cruzavam na aproximação concisa à ideia de *homem medieval*, achava-se, para a esfera dos *litterati*, o respeitante à sua formação escolar, pré-universitariamente centrada, como se sabe, nas *artes liberais*, iniciada com as disciplinas dedicadas ao avigoramento do espírito (*trivium*) e concluída com as voltadas para o domínio da *matéria*, para a medida e o conhecimento das coisas (*quadrivium*). É aqui, por conseguinte, que remonta o nosso continuado interesse pelo constituinte propedêutico das sete artes liberais, dada a manifesta atenção que dispensa à actividade discursiva (*artes sermocinales*). Porventura ingenuamente crédulo, semelhante interesse, no alcance e nas virtudes operatórias de uma sorte de novo *trivium*, mas não desavisado, esperamos, quanto aos seus limites, sobretudo os ditados pela disposição normativa, dogmática mesmo, das disciplinas que o integravam (Coseriu, 2016: 193).

Pela relevância de semelhante percurso formativo em contexto medievo — um legado da Antiguidade greco-romana, que não desconheceu, bem entendido, metamorfoses várias no curso desse *tempo longo* que foi o da Idade Média — respondem alguns estudos vocacionados para a averiguação do estado-da-arte, a exemplo das colectâneas organizadas por David L. Wagner (Wagner, ed., 1986) ou por Lênia Márcia Mongelli (Mongelli, ed., 1999), sob os títulos de *The Seven Liberal Arts in the Middle Ages* e de *Trivium & quadrivium. As artes liberais na Idade Média*, uma e outra providas de bem informados e

esclarecedores capítulos introdutórios, uma e outra apostadas no tratamento rigoroso, sob espécie ora histórico-descritiva, ora sistemático-interpretativa, das disciplinas que aqui mais directamente nos importam (*grammatica, rhetorica e dialectica*). E dessa relevância também nos dão conta certas incursões académicas em torno da problemática do *conhecimento* na Idade Média, como o são as empreendidas por Marcia L. Colish em *The Mirror of Language. A Study in the Medieval Theory of Knowledge* (21983) ou por Ivan Illich no seu *In the Vineyard of the Text. A Commentary to Hugh's Didascalicon* (1993). Uma investigação, no primeiro caso, determinada em seguir os trâmites pertinentes à concepção da palavra como signo em Santo Agostinho (esfera da retórica), Santo Anselmo da Cantuária (campo da gramática), São Tomás de Aquino (domínio da dialéctica) e Dante Alighieri (territórios vizinhos da poética e da retórica, um dos sintomas de mutações¹ que afectaram as artes do *trivium*); ocupada, no outro caso, com a análise detalhada do *Didascalicon*, o célebre tratado de Hugo de São Victor sobre a *actividade da leitura* e o lugar dela num vigoroso *programa de educação cristã*, referência elementar do labor intelectual e pedagógico próprio à escola parisiense de São Victor (muito embora esta não tenha sido uma escola voltada para o ensino das artes liberais, certo é que o *Didascalicon* aponta a aprendizagem delas como via preliminar ao estudo da *ciência divina*, ou seja, à inteligência das Escrituras).

Igualmente digno de registo, no presente contexto, será o caso da tese doutoral apresentada por Herbert Marshall McLuhan à Universidade de Cambridge em 1943, publicada apenas em 2006, com esmerado trabalho editorial de W. Terrence Gordon e sob o título *The Classical Trivium. The Place of Thomas Nashe in the Learning of his Time* (McLuhan, 2006), com versão portuguesa no Brasil (2012) às mãos da É Realizações

¹ Processo observado por Manuel dos Santos Rodrigues no capítulo II da sua bem documentada Introdução à *Poetria Nova* de Geoffroi de Vinsauf, que editou e traduziu com notável esmero (1990).

Editora, que também acolheu o já clássico compêndio da Irmã Miriam Joseph (2008) sobre as artes do *trivium*, ao qual adiante nos referiremos. Afigurar-se-á, porventura, surpreendente ou discrepante semelhante excursão do arauto canadiano dos novos *media* ao velho do *trivium*, conformado como investigação a um tempo histórica e sistemática sobre cada uma das artes que o integram, considerados a sua vigência e o seu regime evolutivo entre os mundos de Platão e Erasmo. Talvez não, se transposta a superfície das “coisas” e se constatada a forma como a jornada assim cumprida facultou a McLuhan a reconstituição de um quadro de inteligibilidade e a colheita de instrumentos de análise que muito aproveitaram à sua releitura dos escritos de Thomas Nashe.

2.

Leitor interessado que temos sido da obra de Eugenio Coseriu — a do teórico da linguagem e a do romanista —, em mais do que num lugar dela nos deparámos com um subtil aceno ao conhecimento do *trivium* e das suas virtualidades formativas. Assim ocorre, por exemplo, numa das secções do capítulo inicial dessa arquitectónica da linguagem e das línguas que é a sua *Competencia lingüística* (1992: 18-21, secção 1.2.2. “La distinción práctica en las disciplinas del *trivium*”), onde o linguista romeno assevera, de modo tão categórico quanto impressivo, o que abaixo se transcreve:

Hacemos mención, de paso, a que las disciplinas lingüísticas tradicionales, que en la Antigüedad y en la Edad Media se resumían como *Trivium*, posibilitaron una educación lingüística mucho más profunda y amplia que la ofrecida por la lingüística y la gramática en la época moderna. Esa educación lingüística en sus tres formas era el fundamento de los estudios superiores, la base de todo aprender. Constituía la primera parte de los estudios superiores en la Edad Media, el *Trivium*. Había que haberlo pasado antes de poder acceder a las

disciplinas que no sólo se ocupaban de la lengua, sino de lo extralingüístico, i.e. de las cosas mismas. Nosotros no podemos soñar hoy con una extensión semejante de la educación lingüística, aunque creemos haber hecho grandes progresos. Esto mismo es aplicable a la importancia que se da aquí a la lengua y a la educación lingüística en definitiva (*id.*: 20-21).

Em outro lugar – no primeiro dos dois *apêndices* (“Ensenar lengua y no gramática”) que acompanham a publicação do curso sobre *semántica lingüística* por ele regido na Universidad de Las Palmas | Gran Canaria no ano de 1998 (2016: 191-195) –, Coseriu, no momento mesmo de legitimar a ideia de “transformar la enseñanza del idioma en educación lingüística” (*id.*: 193), retoma a defesa do *trivium*, com ponderação do seu alcance e dos seus limites, a estes últimos associando o contágio, no curso do tempo, dos seus procedimentos disciplinares por um “modo totalmente normativo, y en cierto sentido también dogmático”, de actuar. O juízo sobre a matéria modaliza-se, mas não se anula quanto ao fundamental dela, conforme se deprende desta sua *amplificatio* explicativa, espaço propício ao relato descontraído de vivências e sentimentos próprios à sua aprendizagem da retórica:

Yo recuerdo que cuando yo estudiaba me daba mucho fastidio la retórica, pero el profesor nos enseñaba así. Nos decía: primero, la *inventio*, o sea, poner en cualquier orden las ideas que se le ocurren a uno sobre un tema, por ejemplo de la primavera. A ver, ¿qué pasa en la primavera?: los árboles, la nieve que se derrite, etc. Después venía la *dispositio*: esas ideas había que ponerlas en orden y estructurar el texto, ¿donde vamos a poner cada una de esas ideas? Y después, al final, venía la *elocutio*: ahora había que expresar todas esas ideas de

manera más clara, más precisa, más exacta, incluso de manera más bella. Y claro que alguno de nosotros, yo en particular, había llegado a la conclusión de que teníamos que redactar cualquier cosa tres veces. Primero las ideas, después la *dispositio* y después la *elocutio*. Y procedíamos al revés: primero escribíamos toda la redacción, después sacábamos las ideas y después las poníamos en desorden, y decíamos que esto había sido la *inventio*. **Pero de todos modos fue un ejercicio muy útil.** (negrito nosso) (*id.*: 194).

Semelhante cuidado com o princípio da *educação linguística* surge como uma constante, não apenas da obra vasta e diversificada de Eugenio Coseriu (*Vd.* em particular 2006d), mas também da sua concepção sobre os estudos da linguagem e das línguas enquanto esfera da actividade científica (1993: 26-34). E é sintoma, como se deprende daquelas suas palavras e do juízo que traduzem, das possibilidades de diálogo de parte substantiva da sua obra com as disciplinas do *trivium*. Com efeito, nela achamos formulados, sob forma tão sintética quanto precisa, o registo e a caracterização das ditas disciplinas (1992: 18-21; 2007: 93-95) e daquilo que as qualifica enquanto domínios do saber, quer dizer, a sua condição de *ars* ou *téchné* (*id.*: 234-237); nela adivinhamos, em estado latente mas não ocioso, a conexão entre o saber próprio a cada uma delas e os três planos | três modalidades de saber ou competência linguísticos sobre os quais Coseriu alicerça a sua teoria geral do falar; nela decerto entrevemos a circunstância de os termos desse diálogo aproveitarem à concepção coseriana de uma *linguística do texto* como *hermenêutica do sentido* (*id.*: *passim*, mas 246-304 em particular; 2006b). Este último aspecto assume, de resto, particular importância, se ponderado o quanto poderá aproveitar aos estudos literários, quer no nível de uma fenomenologia do texto literário (2006a), quer no dos instrumentos de análise e interpretação implicados no processo de fundamentação e evidência

de uma *hermenêutica do sentido* (Coseriu, 2007: *passim*, mas especialmente pp. 276 ss), que descobre expressão mais acabada no estudo devotado à *súplica comotexto* (2006c). Sublinhe-se o facto de o género de exercícios interpretativos executados por Coseriu ser modelado pela *crítica semântica* de Antonio Pagliaro, Mestre de confessada e singular estima (1992: 4952; 2007: *passim*, todavia com particular incidência entre as pp. 265-266 e 294-298), cujo ofício era olhado pelo próprio como herdeiro e continuador de uma modalidade não restrita de filologia — como uma *filologia hermenêutica* —, tópico que adiante retomaremos.

O legado científico e cultural de Eugenio Coseriu tem conhecido um regime de continuada expansão², quer em virtude dos inéditos entretanto publicados / a publicar, quer em razão dos múltiplos estudos que o têm tomado por objecto. De entre estes, gostaríamos de salientar os de Eugenia Vucheva (2014 e 2016), dois generosos volumes onde a linguista búlgara ensaia, por um lado, a ampliação criteriosa e fundamentada do *modelo integral do falar* tantas vezes referido e reclamado pelo Mestre (2016 [2006]) e reflecte, por outro lado, sobre os constituintes basilares de uma teoria e prática do que designa por *ciência do estilo* (2014 [2008]). Duas obras distintas mas complementares quanto à sua natureza e alcance; quanto ao rigor e à clareza com que nos dão a ver a faculdade da linguagem na sua complexa arquitectura e nas suas plurais manifestações; e ainda quanto aos efeitos positivos que, em nosso entender, propiciam sobre as nem sempre salutares relações entre os estudos linguísticos e os estudos literários, uma entorse alheia aos propósitos e aos *modi operandi* das artes do *trivium*, a da gramática e a da retórica mais especificamente (argumento válido para ambos os estudos em causa, sem embargo de o termos por de força maior no caso do volume consagrado à *estilística do espanhol actual*, servido por um esforço de releitura e sistematização dos fenómenos de estilo e das operações estilísticas

² Óscar Loureda Lamas e Reinhard Meisterfeld (2007) oferecem-nos um excelente balanço do mesmo.

e determinado pelo propósito de abrir caminho ao estudo do *estilo* como *fenómeno universal*).

3.

O mais consistente testemunho de uma defesa contemporânea das artes do *trivium* ocorre em contexto norte-americano. Nenhuma surpresa a registar, considerando o facto de os mais prestigiados colégios universitários dos EUA se afirmarem publicamente com o selo institucional de um projecto educativo e de uma estrutura curricular informados pelo princípio das *artes liberais*, declinável, *lato sensu*, nos seguintes termos: “Today, we understand the liberal arts to include the study of the arts [humanidades e ciências sociais] and sciences, and we contrast the liberal arts with vocational education” (2010: 5). A voz que os articula é a do Professor Mark William Roche, da Universidade de Notre Dame, de cujo College of Arts and Letters foi Reitor por mais de uma década. E fá-lo em livro subordinado ao curioso título de *Why Choose the Liberal Arts?*, que traduz, é certo, um inequívoco propósito de aclarar a natureza e as virtualidades de um programa de estudos modelado pelo espírito das artes liberais. Mas que não esconde, o título (um acto directivo de dissimulada força exortativa), essoutra vontade de convalidar, no espaço público, a pertinência e os valores da chamada *liberal arts education* (o livro não configura, em boa verdade, uma despudorada operação de *marketing*, bem longe disso!), sobre a qual pairam as nuvens de uma cada vez mais exigente ponderação do correlato custo | benefício do investimento em educação, no quadro de um mercado universitário tão competitivo como o norte-americano, ao qual esta espécie de formação nunca terá sido alheia.³

³ De entre as copiosas variações sobre o *topos* de *a crise de...*, convencionalmente associado ao termo e conceito de *humanidades*, destacaríamos o contributo de Monika Fludernik para o monográfico *Essays on the Humanities*, correspondente ao volume 36: 1 da *New Literary History*, revista académica com consolidada fortuna histórica na abordagem a esta problemática e aos conflitos — não exclusivamente académicos, como se sabe! — que a alimentam. Sob o elucidativo título de “Threatening the University — The Liberal Arts and the Economization of Culture”, a estudiosa austríaca toma o pulso às circunstâncias e aos modos de ocorrência do dito *topos* — o da *crise das humanidades*, associada à da própria *universidade* —, derramando o seu olhar sobre ambos os contextos universitários, o norte-americano e o europeu. (Fludernik, 2005: *passim*, mas com a conveniência de uma atenção específica às pp. 60-63 e 67-68).

Quando, imediatamente atrás, dizíamos ser norte-americano o mais consistente testemunho de uma defesa contemporânea das artes do *trivium* era, no entanto, um momento bem mais preciso aquele que tínhamos em mente. Ele remonta a 1937, ano da edição príncipe de *The Trivium. The Liberal Arts of Logic, Grammar, and Rhetoric. Understanding the Nature and Function of Language*, da autoria da Irmã Miriam Joseph. A obra foi pensada como um *manual* de acompanhamento do curso *The Trivium*, leccionado pela Irmã Miriam Joseph ao longo de dois semestres lectivos, no Saint Mary's College, em South Bend, Indiana. O título do manual — o último segmento dele, *Understanding the Nature and Function of Language*, consubstancia todo um *programa de acção* — deixa adivinhar sem dificuldade o propósito e a abrangência do curso, em cuja origem, concepção e desenvolvimento se regista a influência do filósofo e pedagogo norte-americano Mortimer Adler (1902-2001), quem, na Primavera de 1935, se deslocara a Saint Mary's, onde conferenciou sobre “The Metaphysical Basis of the Liberal Arts”. Depois da edição príncipe, o manual conheceu outras duas, datadas de 1940 e 1948. Conhece, então, um longo período de hibernação editorial, dele sendo resgatado em 2002 pelas mãos da Paul Dry Books⁴, com a curadoria de Marguerite McGlenn, que muito enriquece o resultado final desta edição, à qual se junta uma breve biografia da autora, assinada por John Pauley (pp. 281-285). Como anteriormente assinalámos, a É Realizações Editora trouxe para o mundo da língua portuguesa, na sua variante americana, o compêndio da Irmã Miriam Joseph, numa edição material e discursivamente cuidada, além disso beneficiada com uma oportuna nota prefacial de Monir Nasser.

⁴ Foi este mesmo selo editorial, titular de um curto mas selecto catálogo na esfera das humanidades, que deu à estampa, em 2005, *Shakespeare's Use of the Arts of Language*, estudo originalmente apresentado pela Irmã Miriam Joseph à Universidade de Columbia em 1945, para obtenção do grau de doutor em English and Comparative Literature, logo publicado pela Imprensa da Universidade (1947). O título permite intuir o que a leitura da obra confirma: uma acentuada presença das artes do *trivium* na sua estrutura interna e nos argumentos que a sustentam.

Na sua qualidade de manual, *The Trivium* acomoda-se de forma eficiente às regras do género: honestidade intelectual, rigor conceptual e clareza de linguagem, seja na apresentação dos conceitos operatórios convocados em cada rubrica do curso, seja na explicitação minudente e na exemplificação judiciosa das operações mentais àqueles associadas. Organizado em onze capítulos, maioritariamente ocupados com conteúdos relativos à linguagem (três) e à lógica (cinco), aos sobrantes fica reservado o estatuto de exórdio propedêutico (os dois primeiros) e o de ensaio de aproximação à retórica textual (o último).

Em “The Liberal Arts”, capítulo de abertura, a autora procede à identificação do seu objecto — as *artes liberales* —, um conceito clássico na sua génese, contudo medieval no tocante à designação e à arrumação em classes. Sobre as que aqui nos importam, as do *trivium*, diz-nos:

The trivium includes those aspects of the liberal arts that pertain to mind, [...]. Logic, grammar, and rhetoric constitute the trivium; [...]. Logic is the art of thinking; grammar, the art of inventing symbols and combining them to express thought; and rhetoric, the art of communicating thought from one mind to another, the adaptation of language to circumstance (Joseph, 2002: 3).

À breve descrição dos constituintes sucede-se a definição funcional das três artes como um todo coerente e a determinação da sua centralidade no prosseguimento de uma educação dita liberal, isto porque especialmente qualificadas para a *disciplina da mente*, que se manifesta na e pela *linguagem*:

The trivium is the organon, or instrument, of all education at all levels because the arts of logic, grammar and rethoric are the arts of communication itself in that they govern the means of communication — namely,

reading, writing, speaking and listening. Thinking is inherent in these four activities (*id.*: 5).

O sentido do percurso formativo parece, pois, regulado pelo desafio conforme ao aperfeiçoamento contínuo da destreza — *craft* — do intelecto, mediante a acção cruzada e complementar das três vias que concorrem para a sua consolidação: a pertinente à racionalidade discursiva (lógica *qua* arte de pensar, orientada pela norma da *verdade* e focada na *coisa-tal-como-conhecida*), a ajustada à codificação oracional do pensamento a comunicar (gramática *qua* gramática geral, orientada pela norma da *correção* e focada na *coisa-tal-como-simbolizada*) e a concernente à actividade discursiva individual e situada (retórica *qua* arte da comunicação, regulada pela norma da *eficácia* e focada na *coisa-tal-como-comunicada*).

Assim descritas e interpretadas pela Irmã Miriam Joseph, a lógica, a gramática e a retórica poderão ser encaradas como correlatos dos três planos da linguagem / das três classes de saber linguístico postulados por Eugenio Coseriu (**lógica**: plano universal | saber elocutivo, não obstante a muito específica orientação da dialéctica para a actividade discursiva ligada à ciência; **gramática**: plano histórico | saber idiomático; e **retórica**: plano individual | saber expressivo). “The Nature and Function of Language”, assim se intitula o segundo capítulo, reveste-se de um carácter exordial e propedêutico relativamente aos demais, por a *linguagem* se constituir, como sabemos, objecto de todos eles. A sua matriz conceptual é manifestamente aristotélica: quando determina a função da linguagem ou a condição simbólica dos seus componentes em termos de matéria | forma; quando atende às categorias do ser ou às modalidades da relação linguagem | realidade; ou ainda quando retorna ao *trivium* e procede à articulação das respectivas artes com o que designa por “the powers of the mind: cognition, appetite, and emotion” (*id.*: 44-46). Trata-se, por conseguinte, de um capítulo fundamental para a inteligência de quantos se lhe seguem. Sobre esses, apenas duas notas mais, uma relativa à retórica, outra à gramática.

A *ars rhetorica* é arrumada, sob o título de “Composition and Reading” e em modo de diálogo com a *lógica* e a *poética*, no derradeiro capítulo do curso, que atende naturalmente aos mecanismos da *elocutio*, mas não descarta, antes privilegia, o exame dos esquemas textuais de alcance macro-estrutural, a exemplo dos requeridos pela *composição de tramas* (textos narrativos e dramáticos), pela *produção de argumentos* (ensaio) e pela exploração significante de *padrões rítmicos* e *esquemas métrico-versificatórios* (textos líricos). Importa assim realçar esta sua orientação para a *textualidade* enquanto produto de uma actividade discursiva *individual* e *em situação*, ou seja, condicionada por factores de diferente ordem (objecto | alocutários | ocasião do discurso), que o saber próprio à retórica — o do *ajuste da linguagem às circunstâncias* — nos ajuda a compreender e / ou a potenciar.

A *ars grammatica*, à qual é concedido generoso espaço na economia do manual, é nele compreendida como *gramática geral*, ou seja, como um saber “[which] is concerned with the relations of words to ideas and to realities”, não coincidente, portanto, com a denominada *gramática especial* — a das línguas naturais —, “[which] concerned principally with the relation of words to words, as for example, the agreement of subject and verb in person and number or the agreement of adjective and noun in number, gender, and case” (*id.*: 47). Tem-na a autora por *mais filosófica* do que as gramáticas especiais, porque “more directly related to logic and to metaphysics or ontology”, facto não isento de consequências quanto à *perspectiva* adoptada sobre o respectivo objecto ou quanto aos exercícios de *categorização* formulados no quadro da análise sintáctica e das partes-do-discurso (*id.*). Em breve nota de pé-de-página, a curadora da edição intenta dissipar qualquer dúvida sobreveniente à expressão e conceito em causa, glosando-os assim:

Chapter Three — “General Grammar” de seu nome — presents grammatical concepts that can be applied to all languages — those that exist now, those no longer used, those not yet invented. General grammar describes the relationship between language and reality. General grammar poses the question: How does the intellect use language to translate reality? (*id.*: 270, nota 1).

Estamos, pois, diante de um quadro de referência específico à *teoria grammatical*, objecto de zelosa atenção em muitos dos estudos assinados por Eugenio Coseriu, e com singular presença nas suas incursões históricas no âmbito da filosofia da linguagem (2010: *passim*, mas mais especificamente os capítulos 6 e 7, consagrados, respectivamente, a Aristóteles e aos estoícos). A tal propósito, o linguista romeno lembra o facto de os gregos conhecerem, além das três disciplinas incorporadas ao *trivium* medieval, uma outra disciplina linguística, sem denominação e delimitação próprias, todavia existente e cultivada sob a forma de *teoria geral da linguagem* ou *teoria grammatical* (2007: 91). Assim sendo, facilmente se compreenderá a circunstância de os dois capítulos subsequentes — “Terms and their Grammatical Equivalents: Definition and Division” e “Propositions and their Grammatical Expression” —, muito embora pertinentes à esfera da gramática geral, evidenciam uma estreita relação com a da lógica, achando-se mesmo a meio caminho entre uma e outra.

Assim concebida, a *ars grammatica* gozou, por longo tempo — até perder terreno para a lógica e a retórica —, de um estatuto extraordinário, por se instituir quer como *ponto incipiente* de uma série de disciplinas sobre a linguagem, quer sobretudo como disciplina *fundacional e constitutiva* das demais (Irvine & Thomson, 2005: 22). A abrangência do seu escopo acompanha-a desde as origens, conforme testemunha a definição que dela nos transmite o mais antigo e basilar dos

seus compêndios, o de Dionísio de Trácia (c. 166 a.C.), de duradoura vigência, como se sabe:

Grammatike is the practical knowledge of things said by poets and other writers. It has six parts: first, trained reading according to prosody [versificação]; second, exegesis, according to proper poetical tropes [retórica]; third, ready account of usual poetical diction and narrative content; fourth, investigations of etymologies; fifth, account of analogies; sixth, criticism of poems, which is the supreme part of the whole art (*Apud* Irvine, 1996: 43-44, ou Joseph, 2002: 6, em versão ligeiramente distinta).

A saliência outorgada à *textualidade* — a um *corpus* textual canônico, mais concretamente — é indubitável. Incontroversa é também a continuidade dessa primazia no modelo de *grammatike* | *grammatica* confiado pela Grécia e por Roma ao Ocidente medieval⁵. Entre a segunda metade do século IV e o fecho do século XI, o modelo vigente reflectia justamente os termos desse legado: a sua macro-estrutura assentava em dois pilares, um deles reservado à *scientia interpretandi*, o outro à *ratio recte scribendi et loquendi*. Este último providenciava as regras convenientes ao uso exemplar, na escrita como na oralidade, da *latinitas*, aqueloutro, as ajustadas aos quatro andamentos da relação interpretativa com os textos: *lectio, enarratio*,

⁵ A origem, o desenvolvimento e a consolidação do *cursus honorum* da *grammatike* | *grammatica* como disciplina foram abordados com brilhantismo e exemplar rigor em *The Making of Textual Culture. 'Grammatica' and Literary Theory 350-1100*, de Martin Irvine (Irvine, 1996: *passim*). Em ordem ao que aqui nos interessa, sublinhe-se, no título principal da obra, o segmento *textual culture*, cujo *denotatum* parece conformar-se como uma entidade congênita à constituição e ao florescimento da disciplina em causa. O mesmo académico [Founding Director & Associate Professor of the Communication, Culture & Technology Program | Graduate School of Arts and Sciences | Georgetown University], em colaboração com David Thomson, oferece-nos uma versão mais económica, porque restringida ao contexto medieval, do correlato *grammatica* / teoria literária, no capítulo homónimo que inaugura o 2º volume (*The Middle Ages*) de *The Cambridge History of Literary Criticism* (Irvine & Thomson, 2009).

emendatio e *iudicium*. Tal como atrás observado a propósito da retórica, sublinhemos, agora a respeito da gramática, o acolhimento facultado aos textos enquanto objecto de estudo. Fazê-lo significa reconhecer nesse gesto um factor susceptível de assegurar a congruência do trânsito para o ponto derradeiro da nossa conversa. (Franqueado esse deslocamento, no presente caso, pelas possibilidades de articulação entre as operações pertinentes à *enarratio* e à *emendatio* — e ao *iudicium*, naturalmente — e a *filologia* enquanto *crítica textual* e / ou *empresa hermenêutica*.)

4.

Em estado latente — com índices de adormecimento variados — ou manifesto — igualmente com graus diversos de evidência —, as velhas disciplinas do *trivium*, providas de novas roupagens, naturalmente, conhecem uma efectiva e generalizada presença no vasto domínio da *textualidade*, considerado na diversidade das suas classes textuais, nelas contadas a dos textos literários, a dos não-literários, e a dos não (exclusivamente) verbais. O fruto das sementes lançadas por aquelas disciplinas — e por elas generosamente cultivadas — acha-se hoje disseminado por regiões da investigação tão significativas como a *análise crítica do discurso* (descritiva | sócio-ideológica), a *pragmática discursiva*, a *linguística textual* (gramáticas textuais, tipologias textuais | discursivas, linguística do texto propriamente dita), a *teoria da argumentação*, os *estudos visuais*, a *nova retórica*, a *teoria da tradução*, a *teoria da literatura*, etc. Estamos a pensar, sem qualquer intento de exaustividade ou critério de ordenamento, no estudo já clássico de Perelman e Obbrechts-Tyteca, para âmbito da argumentação⁶; nos estimulantes exercícios de retorno ao legado da retórica que nos chegaram pela mão de Tomas Albaladejo Mayordomo (1989),

⁶ A *argumentação* consagra, segundo Jerome Bruner (1986: 11), que figura entre os pioneiros da psicologia cognitivista nos EUA, um dos modos característicos do funcionamento cognitivo da mente, da esquematização da experiência humana, no quadro da percepção e construção da realidade. O outro é outorgado pela *narração*. Irredutíveis entre si, todavia complementares.

Bice Garavelli (1988), López Eire (2000), David Pujante (2003), Stefano Arduini (2000), Paolo Valesio (1980), entre outros (reinterpretação da *rhetorica recepta* à luz de um fecundo diálogo dessa tradição com as demais *artes e ciências do texto*, tanto sob a forma de clarificadoras sistematizações, como sob a do uso eficaz e consequente — logo de proveitosa demonstração — dos procedimentos analítico-interpretativos nela colhidos); no diálogo entabulado por Dominique Maingueneau (2005) e Patrick Charaudeau (2005), a partir da chamada *análise do discurso* e das *teorias da enunciação*, com produtos textuais originados em distintos domínios do discurso (do religioso ao literário, passando pelo político, pelo jornalístico, pelo publicitário, etc.) e em diferentes *media* (imprensa e televisão); cuidamos, por fim, em sínteses compreensivas como as propostas por François Rastier no seu *Arts et sciences du texte* (2012) ou por John M. Ellis no estudo intitulado *Language, Thought, and Logic* (1993), ou ainda no excelente e muito arejado manual de redacção — é verdade, é este, sem receios ou subterfúgios, o título principal emprestado pela autora ao seu guia de escrita para hispano-falantes — de Graciela Reyes, lugar de uma harmoniosa e produtiva convergência entre a pragmática discursiva, a estilística, a gramática, a teoria do texto e dos tipos textuais, cujo resultado em muito favorece os níveis de eficácia e reflexividade — logo, a não-automatização — das agora denominadas *oficinas de escrita* (Reyes, 2^a1999).

Precisemos, todavia, os sintomas desta *amplificatio* revitalizante das artes do *trivium*, mediante a observação do que, à falta de melhor termo, designaremos por dois *casos específicos*, o primeiro direccionado à *filologia* enquanto *modo de ler*, o outro, aos trabalhos de Robert Scholes sobre as dificuldades advenientes ao *English* no currículo universitário (e liceal) norte-americano.

Muito acima, quando nos reportámos à *linguística textual* de Eugenio Coseriu como uma *hermenêutica do sentido* (tomado aqui o termo e conceito de *sentido* enquanto tipo de *conteúdo linguístico* pertinente ao plano *individual* do falar), e

frisámos a perspicácia analítica e interpretativa com que o autor abordara os textos convenientes à demonstração dos seus argumentos, tivemos o cuidado de lembrar a circunstância de Coseriu ele-mesmo reconhecer a presença, na sua actividade de leitor | crítico, dos métodos seguidos por Antonio Pagliaro nos seus ensaios de *crítica semântica*, os quais Coseriu qualifica como inestimáveis manifestações de uma embrionária linguística do texto em *sentido próprio*. Acompanha o averbamento dessa influência um gesto de irrefutável aproximação à filologia, assim formulado:

La lingüística del texto constituye, ciertamente, una disciplina parcial de la semiótica, en la medida en que se ocupa de signos, aunque por regla general en ella los signos lingüísticos funcionan como significantes; pero en modo alguno es sólo lingüística, sino, sobre todo, *filología*, en un sentido que en la actualidad ha caído un tanto en desuso. En el pasado se entendía por filología el arte de interpretar textos, no sólo sobre la base del conocimiento de la lengua en la que están escritos, sino también sobre la base de la familiaridad, adquirida por el estudio, con la cultura material y espiritual en el seno de la cual han surgido esos textos. Tiene toda la razón Pagliaro cuando dice que su *crítica semántica*, una lingüística del texto *ante litteram* [...] es una nueva modalidad ampliada de la crítica filológica (Coseriu, 2007: 297-298).

Ora bem, *curar* assim dos objectos textuais foi função medular da *grammatica*, no quadro das normas operatórias preceituadas pela *scientia interpretandi*, particularmente as vinculadas à *enarratio* e à *emendatio*. Na *filologia*, encontramos a herdeira natural daquela *scientia interpretandi*, e, nas operações da *enarratio* (conjugadas com as do *iudicium*) e da

emendatio, as vias da sua especialização como *crítica filológica* de pendor hermenêutico ou como *crítica textual*.

Sem embargo do descrédito ocasionado, entre outros factores, por um certo enquistamento das suas práticas, a filologia mantém-se viva e actuante no seio de *comunidades* ditas *textuais*. Entre os múltiplos testemunhos dessa vitalidade constam: i) o debate em torno de uma *nova filologia*, com raízes nos anos 90 do século passado e sede no dinâmico medievalismo norte-americano, ultrapassado já pela emergência de uma *nova nova filologia*, ditada, é claro, por essa recém-formada esfera de actividade académica que é a das *humanidades digitais* (evento elucidativo e congruente: Stephen G. Nichols, prestigiado medievalista norte-americano, figura-chave do *novo medievalismo* | *nova filologia*, surpreende-nos — ou talvez não — em 2016 com este seu *From Parchment to Cyberspace: Medieval Literature in the digital Age*); ii) a ponderada revisitação do lugar e das vicissitudes da filologia nos estudos literários, servida por sugestivas reflexões acerca das formas proficientes de a ela regressar, bem como de obviar aos ‘pecados’ que a sacrificaram (Hans Ulrich Gumbrecht, com o seu *The Powers of Philology*, 2003; Vítor Aguiar e Silva, em “Sobre o regresso à filologia”, 2005, e “Primavera e Inverno da Filologia Românica”, 2011); iii) os sinais do *trabalho paciente e amoroso* que Herculano de Carvalho, em “Crítica filológica e compreensão poética” (²1973), ajuíza como intrínseco ao filólogo, sinais esses emergentes neste seu ensaio de crítica filológica centrada em Bernardim Ribeiro e Camões, sinais esses igualmente derramados pela obra ensaística e crítica de Vítor Aguiar e Silva (uma constante nos seus ensaios camonianos (1994 e 2008: *passim*), por exemplo; uma presença esporádica mas cirúrgica naqueles segmentos da *Teoria da literatura* (⁴1982: capítulos 6, 7, 8 e 9, particularmente onde o exemplo textual aproveita ao esclarecimento do conceito), sinais esses materializados, num caso como no outro: no cuidado conferido aos aspectos da *filologia material* (lições) e da *hermenêutica material* (lições ditadas por um apurado conhecimento co-|contextual do objecto sob

escrutínio); no inestimável convívio com a ambiência linguístico-textual e retórico-estilística dos textos sob escrutínio; na precisão conceptual e discursiva, etc.

Curar dos objectos textuais. Assegurar o *cuidado da leitura*, que é o da *interpretação*, bem entendidas as coisas. Foi este o legado da *grammatica* à filologia, que o tempo ainda não cancelou, pesem embora alguns *extravios*. Karl Uitti, representante maior dessa herança, na versão que o século XX no-la deu a conhecer, identificou na filologia

all university-standard activity related specifically to the study of language; the term covered textual criticism, general linguistics, historical reconstruction of texts and languages (as well as the genetic and formal relationships between languages), lexicography, sociolinguistics, and language geography (Uitti, 1994: 570)

e ao *trabalho paciente e amoroso* do filólogo, que é sempre um *trabalho de leitura*, agregou, oportuna e prudentemente, o princípio de que “the act of reading necessarily implies bringing one’s learning, talents, and limitations to what one reads” (*id.*).

A condição de *leitor avisado* — “crafty reader” — e o princípio do *cuidado da leitura* assumem um estatuto privilegiado na actividade teórico-crítica e pedagógica de Robert Scholes. Em rigor, na série de estudos que empreendeu e publicou entre *Textual Power* (1985) e *English after the Fall. From Literature to Textuality* (2011), sequência que integra *The Rise and Fall of English. Reconstructing English as a Discipline* (1998) e *The Crafty Reader* (2001), será fácil adivinhar nos termos daquele correlato uma espécie de *vantage point* pertinente à reflexão teórica, ao compromisso crítico e às propostas pedagógicas que tais estudos consubstanciam⁷. É este um aspecto por

⁷ A manifestação propriamente *escolar* do seu pensamento pedagógico acontece nos volumes coletivos *Text Book* (Scholes, Comley & Ulmer, 1995, mas com edições posteriores) e *Fields of Reading. Motives for Writing* (Comley, Hamilton, Klaus, Scholes & Sommers, ⁸2017).

demais evidente no quadro de uma *experiência curricular* como a esboçada em *English after the Fall*, quando a crença na especial *qualidade-de-leitor* que dela resultará é reiterada de onde em onde, assim:

i) [...] I once proposed, in an English Department meeting [at the University of Iowa], that all PhD candidates in English should take a course in the Writers' Workshop, learning to write in the genre they were studying—because this experience would make them better readers of those texts; (2011: 34)

ii) [...] reading is a constructive process, a king of writing, whether it ends up in images in the mind, in sounds in the air, in pixels on the screen, or in ink on a page; (*id.*: 141)

iii) The idea is that students who have gone through this core [o *Program in Textuality* aqui delineado] will learn more from standard courses than students who have not had this core experience. The core will ensure a grounding in textuality: reading and writing with some sophistication (*id.*: 142).

Lugares paralelos a estes não escasseiam nos demais estudos da série, sendo notória e relevante a sua ocorrência em *The Crafty Reader*.

O que Robert Scholes nos dá a ver, no contexto da muito falada *crise das humanidades*, que o próprio diagnosticou e vezes várias fez por debelar, é um judicioso deslocamento seu da *literatura sem mais* para a esfera da *textualidade*, dito de outro modo, de uma *textualidade restrita* (literária, canônica, impressa) para uma *textualidade alargada* (transliterária, transmedial, pouco preocupada com o fenómeno da canonicidade).

Muito embora disseminado pelos quatro estudos anteriormente referenciados, o aqui denominado *Programa de Textualidade* conhece o seu tratamento mais extenso e aprofundado em *English after the Fall*, circunstância que o subtítulo da obra se encarrega de corroborar. Contudo, semelhante tendência fizera já o seu caminho em *The Rise and Fall of English*, com o seu mal disfarçado — reportamo-nos às opções gráficas da capa — e inequívoco subtítulo: *Reconstructing English as a Discipline*. (Como atrás se observou, Scholes mostra-se tão diligente a diagnosticar, quanto a ensaiar uma terapêutica.)

Nesta sua obra, o *curriculum* preconizado, no sentido de obviar às dificuldades experimentadas pelo campo dos estudos literários — os *English Studies*, no caso — recobra o espírito e o corpo das artes do *trivium*, melhor dizendo, conforma-se como uma sorte de novo *trivium* (1998: 120-127), segundo abaixo se lê:

it is an attempt to rethink in modern terms the trivium that was the core of medieval education. This will be a radical proposal, in that I propose to go back to the roots of our liberal arts tradition and reinstate grammar, dialectic, and rhetoric at the core of college education (*id.*: 120).

Disposto em torno de um cânone de *conceitos, preceitos e práticas* — não de *textos*, sublinha —, o objectivo dominante deste seu programa deixa-se resumir assim: *[to] encourage textual production by students in appropriate modes (Ibidem)*. Produção discursiva e oral pertinente aos *media* convencionais, porém igualmente atenta à privativa de outros *media*. A mesma deriva actualizante afecta o *corpus* textual a ler, interpretar e ajuizar: textos de distinta origem mediática, variada configuração tipológica e diverso enraizamento histórico-social.

Quanto às disciplinas curriculares, delas se conservam o número e a denominação. E também o espírito. Que vê, no

entanto, o seu alcance potenciado pela reconversão do temário, submetido agora a um proficiente diálogo interdisciplinar. Explicitando: para cada uma das *artes*, defrontamo-nos com a recomendação de um ou mais eixos temáticos — *Language and Human Subjectivity* e *Representation and Objectivity*, para o âmbito da gramática, compreendendo dois semestres lectivos; *System and Dialectic*, para o da dialéctica; e *Persuasion and Mediation*, para o da retórica —, os quais regulam, em derradeira instância, a selecção dos subtemas a explorar, os termos e a abrangência de eventuais correlações com problemáticas afins, e ainda o repertório das leituras requeridas pela análise e integração dos elementos em pauta.

Exemplificando (quadro-síntese válido para um semestre lectivo):

GRAMÁTICA

Linguagem e subjectividade

- *gramática* dos deícticos:
 - *I- you vs. he- she- it*
 - questões filosóficas pertinentes aos termos e conceitos de sujeito | objecto
 - questões respeitantes às relações éticas *I- thou* (desaparecimento da forma *thou*, na língua inglesa, excepto em contexto religioso)
- leituras: i) de base (Emil Benveniste: “A natureza dos pronomes” e “A subjectividade na linguagem”); ii) correlatas (Hegel: *Fenomenologia* do espírito | “dialéctica do senhor e do escravo”; Freud: O Eu e o Id; passagem por segmentos de obras de Piaget, Vygotsky e Lacan que aproveitam ao aprofundamento da matéria em apreço); iii) complementares (obras de índole ensaística e / ou narrativa sobre casos relacionados com o fenómeno da criança selvagem, cuja leitura poderá ser articulada com a abordagem crítica de materiais audiovisuais que o tomem por objecto).

DIALÉTICA

Sistema e dialéctica

- estudo de modalidades discursivas caracterizadas por um elevado nível de abstracção | sistematização: classes de textos organizados menos em ordem à *representação de objectos* do que à *abstracção* das suas *qualidades essenciais* e dos seus *princípios compositivos*
- estímulo ao convívio com a tradição de um *pensamento claro e distinto* (Platão, Aristóteles, Kant, Hegel...), sem descurar a necessária aproximação aos críticos dessa mesma tradição (Nietzsche, Wittgenstein, Heidegger, Derrida, Rorty...)
- singular atenção a domínios como os da *filosofia da ciência*, da *filosofia política*, da *linguagem*, da justiça, etc., os quais facultam, cada um a seu modo, o confronto com a obra e o pensamento dos seus mais lídimos representantes
- o propósito reitor do programa, esse deixar-se descrever assim: mostrar “how to use and how to criticize discourse that takes reason, system, and logical coherence as its principles of articulation” (*id.*: 125).

RETÓRICA

Persuasão e mediação

- aproximação às modalidades convencionais de manipulação de audiências
- análise e interpretação das virtudes e dos limites evidenciados pelos novos *media*, com detença naqueles onde o trabalho concertado das textualidades verbal e visual subjaz à produção de inusitados *efeitos de poder*
- leituras: i) de base (Aristóteles: *Retórica* e *Poética*), ii) correlatas (Nietzsche: *O nascimento da tragédia*; Brecht: “Teatro épico”); iii) complementares (textos de Laura Mulvey, Teresa de Lauretis e John Berger sobre uma *retórica do olhar* não alheia aos *efeitos de género* associados à contemplação de uma qualquer imagem ou ao visionamento de um filme, por exemplo; textos orientados para a análise e interpretação retórica de múltiplos produtos mediáticos, no intuito de expor os seus instrumentos de manipulação).

Num derradeiro parágrafo, qualificável como o das suas *alegações finais*, Robert Scholes coloca o leitor diante de duas prudentes notas: uma, para nos asseverar que um *programa de estudos* assim concebido salvaguarda tantos *textos clássicos* quantos os integrados nos *curricula* tradicionais, todavia com uma inestimável singularidade, a de não se constituírem objecto de estudo apenas “because they are there”, mas sobretudo “as the means to an end of greater mastery of cultural processes by the students themselves” (*id.*: 126); a outra, para cancelar qualquer possibilidade de estrita conformidade entre a sua recuperação (formativa) do *trivium* e um apego zeloso às raízes medievais da educação. Vale, pois, esta última, para reiterar o princípio de que a centralidade lograda pela *linguagem* e pela *textualidade* no seu projecto educativo traduz tão-só o *reconhecimento do passado cultural das nossas instituições*, bem como um modo informado de reagir à *deriva linguística* em curso e à *saturação mediática* deste tempo que nos cumpre viver.

O *cabo* de algum *medo*⁸ parece, então, vencido. O *programa trivial* de Scholes é já um *programa de textualidade alargada*. Que quer desvelar — ao invés de ocultar — ou dar a ver como trabalham, o que fazem e o que podem os textos. “The larger goal of textuality — sublinha — is the opening of a wider world of culture for students” (2011: 35).

Referências bibliográficas

ALBALADEJO Mayordomo, Tomas (1989). *Retórica*. Madrid: Editorial Síntesis.

ARDUINI, Stefano (2000). *Prolegómenos a una teoría general de las figuras*. Murcia: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia.

BRUNER, Jerome (1986). *Actual Minds, Possible Worlds*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

⁸ O atinente ao enquistamento dogmático das disciplinas do *trivium*, com referência manifesta em Eugenio Coseriu (2016: 193) e Lénia Mongelli (1009: 80).

ENTRE O *TRIVIUM* E OS ESTUDOS LITERÁRIOS
(AVENTURAS E EXTRAVIOS)

CARVALHO, José Gonçalo Herculano de (1973 [1968]). *Crítica filológica e compreensão poética*. Rio de Janeiro: MEC — Departamento de Assuntos Culturais.

CHARAUDEAU, Patrick (2005). *Les médias et l'information. L'impossible transparence du discours*. Bruxelles: Éditions De Boeck Université.

COLISH, Marcia L. (1983 [1968]). *The Mirror of Language. A Study in the Medieval Theory of Language*. Lincoln & London: University of Nebraska Press.

COMLEY, Nancy R., David Hamilton, Carl H. Klaus, Robert Scholes & Nancy Sommers (2017). *Fields of Reading. Motives for Writing*. New York: St. Martin's Press.

COSERIU, Eugenio (1992). *Competencia lingüística. Elementos de la teoría del hablar*. Madrid: Gredos.

COSERIU, Eugenio (1993). "Discurso pronunciado por el Doctor Don Eugenio Coseriu con motivo de su investidura como doctor *honoris causa*". *Discursos pronunciados en el acto de investidura de doctor honoris causa del Excelentísimo Señor Eugenio Coseriu*. Granada: Universidad de Granada. 22-35.

COSERIU, Eugenio (2006a). "Información y literatura". *Lenguaje y discurso*. Ed. Coseriu & Loureda Lamas. Pamplona: EUNSA. 87-99.

COSERIU, Eugenio (2006b). "La lingüística del texto como hermenéutica del sentido". *Lenguaje y discurso*. Ed. Coseriu & Loureda Lamas. Pamplona: EUNSA. 57-60.

COSERIU, Eugenio (2006c). "Orationis fundamenta. La plegaria como texto". *Lenguaje y discurso*. Ed. Coseriu & Loureda Lamas. Pamplona: EUNSA. 61-83.

COSERIU, Eugenio (2006d). "Textos, valores y enseñanza". *Lenguaje y discurso*. Ed. Coseriu & Loureda Lamas. Pamplona: EUNSA. 113-126.

COSERIU, Eugenio (2007). *Lingüística del texto. Introducción a la hermenéutica del sentido*, edición, anotación y estudio previo de Óscar Loureda Lamas. Madrid: Arco / Libros.

COSERIU, Eugenio (2010). *Storia della filosofia del linguaggio*, a cura di Donatella Di Cesare. Roma: Carocci.

COSERIU, Eugenio (2013). *La semántica en la lingüística del siglo XX: tendencias y escuelas*, edición y introducción de Maximiano Trapero. Madrid: Arco / Libros.

COSERIU, Eugenio & Óscar Loureda Lamas (2006). *Lenguaje y discurso*. Pamplona: EUNSA.

ELLIS, John M. (1993). *Language, Thought, and Logic*. Evanston, Ill.: Northwestern University Press.

FLUDERNIK, Monika (2005). "Threatening the University — The Liberal Arts and the Economization of Culture". *New Literary History*, 36:1. 57-70.

GARAVELLI, Bice Mortara (1988). *Manual de retórica*. Madrid: Cátedra.

GUMBRECHT, Hans Ulrich (2003). *The Powers of Philology. Dynamics of Textual Scholarship*. Urbana — Chicago: University of Illinois Press.

CONFERÊNCIAS DO CINQUENTENÁRIO

ILLICH, Ivan (1993). *In the Vineyard of the Text. A Commentary to Hugh's Didascalicon*. Chicago — London: The University of Chicago Press.

IRVINE, Martin (1996). *The making of Textual Culture. 'Grammatica' and Literary Theory 350—1100*. Cambridge — New York: Cambridge University Press.

IRVINE, Martin & David Thomson (2009). "Grammatica and Literary Theory". *The Cambridge History of Literary Criticism*. Ed. Minnis & Johnson. Cambridge — New York: Cambridge University Press. 15-41.

JOSEPH, Sister Miriam (2002 [1937]). *The Trivium. The Liberal Arts of Logic, Grammar, and Rhetoric*. Edited by Margueritte McGlinn. Philadelphia: Paul Dry Books.

LÓPEZ EIRE, Antonio (2000). *Esencia y objeto de la retórica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

LOUREDA LAMAS, Óscar & Reinhard Meisterfeld (2007). "Eugenio Coseriu y su legado científico". *Estudis Romànics*, 29. 269-277.

MAINGUENEAU, Dominique (2006 [2005]). *Le discours littéraire*. Paris: Armand Colin.

MCLUHAN, Marshall (2006 [1943]). *The Classical Trivium. The Place of Thomas Nashe in the Learning of his Time*. Edited by W. Terrence Gordon. Corte Madera, CA: Gingko Press.

MINNIS, Alastair & Ian Johnson, eds. (2009). *The Cambridge History of Literary Criticism*. Cambridge — New York: Cambridge University Press.

MONGELLI, Lênia Márcia (1999). "Retórica: a virtuosa elegância do bem dizer". *Trivium & Quadrivium. As artes liberais na Idade Média*. Ed. Lênia Mongelli. Cotia, SP: Íbis. 73-12.

MONGELLI, Lênia Márcia (ed) (1999). *Trivium & Quadrivium. As artes liberais na Idade Média* Cotia, SP: Íbis.

NICHOLS, Stephen G. (2016). *From Parchment to Cyberspace: Medieval Literature in the Digital Age*. New York: Peter Lang.

PUJANTE, David. *Manual de retórica*. Madrid: Castalia.

RASTIER, François (2012). *Artes y ciencias del texto*. Madrid: Biblioteca Nueva.

REYES, Graciela (2^a1999). *Manual de redacción. Cómo escribir bien en español*. Madrid: Arco / Libros.

ROCHE, Mark William (2010). *Why Choose the Liberal Arts?*. Notre Dame, Ind.: University of Notre Dame Press.

RODRIGUES, Manuel dos Santos (1990). *Poetria Nova. Geoffroi de Vinsauf*. Lisboa: INIC — Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa.

SCHOLES, Robert (1985). *Textual Power. Literary Theory and the Teaching of English*. New Haven — London: Yale University Press.

SCHOLES, Robert (1998). *The Rise and Fall of English*. New Haven — London: Yale University Press.

ENTRE O *TRIVIUM* E OS ESTUDOS LITERÁRIOS
(AVENTURAS E EXTRAVIOS)

- SCHOLES, Robert (2001). *The Crafty Reader*. New Haven — London: Yale University Press.
- SCHOLES, Robert (2011). *English after the Fall. From Literature to Textuality*. Iowa City: University of Iowa Press.
- SCHOLES, Robert, Nancy R. Comley & Gregory L. Ulmer (1995). *Text Book. An Introduction to Literary Language*. New York: St. Martin's Press.
- UITTI, Karl D. (1994). "Philology". *The Johns Hopkins Guide to Literary Theory and Criticism*. Edited by Michael Groden & Martin Kreiswirt. Baltimore — London: The John Hopkins University Press. 567-73.
- SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e (*1982). *Teoria da literatura*. Coimbra: Almedina.
- SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e (1988). *Camões: labirintos e fascínios*. Lisboa: Cotovia.
- SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e (2005). "Sobre o regresso à filologia". *Gramática e humanismo. Actas do colóquio de homenagem a Amadeu Torres I*. Braga: Universidade Católica Portuguesa. 83-92.
- SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e (2008). *A lira dourada e a tuba canora*. Lisboa: Cotovia.
- SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e (2011). "Primavera e Inverno da Filologia Românica". *Biblos*, n.s. IX. 247-69.
- VALESIO, Paolo (1980). *Novantiqua. Rhetorics as a Contemporary Theory*. Bloomington: Indiana University Press.
- VUCHEVA, Eugenia (?2014 [2008]). *Estilística del español actual. Teoría y práctica del estilo*. Valencia: Tirant Humanidades.
- VUCHEVA, Eugenia (2016 [2006]). *Un modelo integral del hablar. Niveles, unidades y categorías. Hacia la lingüística del hablar*. Valencia: Tirant Humanidades.
- WAGNER, David L., ed. (1986). *The Seven Liberal Arts in the Middle Ages*. Bloomington: Indiana University Press.

TEORIA LITERÁRIA E PARÓDIA: MEMÓRIA E REESCRITA*

José Cândido de Oliveira Martins

Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos
Universidade Católica Portuguesa

1. Literatura e memória

É hoje quase um lugar-comum da reflexão teórica sobre o fenómeno literário, com reflexos múltiplos – da literatura comparada à crítica literária, passando pelo ensino da literatura –, o reconhecimento do lugar da memória representada pela tradição, ao nível da compreensão da cultura literária e dos seus complexos mecanismos evolutivos:

* Artigo desenvolvido no âmbito do UID/FIL/00683/2013 Projecto Estratégico do *Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos* (CEFH) 2015-2017, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

A *memória* do sistema semiótico literário é constituída pelo ‘banco de dados’ do sistema, ou seja, pelo conjunto de signos, de normas e de convenções que, num dado momento histórico, existem no âmbito do sistema, atinentes a todos os códigos que discriminámos no respectivo policódigo. A memória representa, em termos semióticos, a chamada *tradição literária* (Silva, 1986: 258).

Quando na *Teoria da Literatura* de Vítor Aguiar e Silva (*id.*: 258-265) se reflecte, à luz de uma perspectiva semiótico-comunicacional, sobre as especificidades da comunicação literária, um dos pontos relevantes é o da *memória* do sistema literário. Aí se realça como a memória ou tradição literária é condição *sine qua non* para o funcionamento do sistema literário, podendo ser alvo de atitudes que vão desde a pacífica continuidade do policódigo literário, privilegiando assim a estabilidade; até à postura mais ou menos iconoclasta da ruptura com essa tradição, apostando na originalidade e na contestação dessa herança.

Sabemos como, não só a longa Idade Média, mas também o megaperíodo do Classicismo, até meados de Setecentos, exemplificam bem a atitude de observação veneradora dessa tradição erigida como modelar e canónica (*auctoritas*)¹; enquanto a estética romântica e, sobretudo, os movimentos de vanguarda ilustram um momento de ruptura e uma investida corrosiva, instaurando de forma inovadora e mesmo provocatória a sua própria tradição literária. De comum, ambas as atitudes – ora de conservação, ora de inovação – confirmam a necessidade da existência de uma memória enquanto sistema vivo de referências. Recorrendo à linguagem mítico-simbólica, como nos lembra Aguiar e Silva (*cf. id.*: 264), os gregos sublinharam exemplarmente o lugar da memória na cultura

1 O célebre estudo de Ernst R. Curtius (1996), debruçando-se sobre uma alargada e fecunda tópica literária, fonte da literatura europeia, constitui um exemplo paradigmático.

ocidental, ao destacar que as Musas que inspiram as várias artes são filhas de Zeus e da deusa Memória². No ensaio intitulado “Mnemósine e as aranhas de Swift”, Vítor Aguiar e Silva insiste na expressividade poético-mítica desta simbologia:

As Musas são as doadoras do canto, da harmonia, da música e do conhecimento do mundo que deflui da fonte perene da sabedoria de Mnemósine; são elas que inspiram e ensinam os poetas, instaurando a comunicação entre os deuses imortais e os homens efêmeros e fundando assim o verdadeiro, o que perdura, o que não se esquece, o *a-léthés*³ (2012: 705).

Ora, esta concepção mostra-se muito relevante para a cabal compreensão da natureza intertextual do texto literário. Quer ao nível da composição, quer da recepção, a linguagem literária mostra-se incompreensível fora desse significativo tecido ou diálogo com outros textos. Recordando a célebre imagem de Baudelaire (1972: 214) em *Les Paradis Artificiels*, o cérebro humano (do criador como do leitor) funciona como um imenso *palimpsesto*, onde se vão sedimentando inúmeras e sucessivas camadas de informação, profundamente actuantes, seja no ato de escrita, seja no da leitura: “Qu’est-ce que le cerveau humain, sinon un palimpseste immense et naturel? (...) Le palimpseste de la mémoire est indestructible”. Afinal, como

2 Sobre a figura de Mnemósine enquanto divindade primordial, cf. Hesíodo, *Teogonia* (vv. 52 ss). Também no diálogo de *Fedro* (274b-275e), Platão sublinha o papel da memória na actividade de escrita do ser humano. Esta valorização do papel axial da memória ou tradição literária é realçada em múltiplas reflexões teóricas, desde os formalistas russos às continuadas inquirições sobre o cânone literário, passando por obras que, genericamente, acentuam a dimensão da *memória das obras* – cf. Judith Schlanger (2008), em *La Mémoire des Œuvres*.

3 Em momentos relevantes da evolução estético-literária, o debate em torno da memória ou tradição literária ganha enorme relevo, em diálogos revestidos de maior ou menor tensão e ruptura – veja-se o caso exemplar da clássica “Querelle des Anciens et des Modernes”, com destaque para a alegórica e satírica batalha entre os livros antigos e modernos de Jonathan Swift (cf. Silva, 2012). No âmbito da contenda, Júpiter manda trazer o livro do Destino, transportado por Mercúrio, sob a forma de “três grandes volúmenes infolio, los cuales contenían memoria de todo lo pasado, presente y venidero” (Swift, 2012: 88).

nos relembram sucessivos autores, teóricos e críticos (de Jorge Luis Borges a Harold Bloom), a literatura faz-se de literatura, em sucessivas reescritas e busca de novos significados.

É justamente nesta dinâmica relacional, de intercâmbio informativo e textual, que podemos ler a atracção de Vasco Graça Moura, Hélia Correia e Nuno Júdice pela reescrita mítica da Antiguidade Clássica, sob o “vento da Grécia” – metafórica expressão de Nuno Júdice (2015: 61); o gosto de Miguel Torga, de Sophia de Mello Breyner ou de Ruben A. pela mesma atmosfera greco-romana, em múltiplas e sugestivas reverberações; a atracção de Eugénio de Andrade ou de Albano Martins pela tradução contemporânea de Safo ou de Ovídio – entre tantos exemplos congéneres, para só ilustrarmos o permanente diálogo do presente com a ímpar e distante matriz greco-romana. E todos contrariando assim a “Grande Amnésia” apontada por vários autores como sintoma da cultura contemporânea.

Por isso não nos surpreende igualmente que um jovem poeta português contemporâneo, Alexandre Sarrazola (2015), em *Fade Out*, depois de evocar sete figuras homéricas que não desapareceram da nossa memória cultural e literária, e dão título a outros tantos poemas – Aquiles, Ajax, Heitor, Ulisses, Páris, Agamémnon e Helena –, termine o seu livro com um texto intitulado “Palimpsest: a memoir”, tendo como figura fantasmática Gore Vidal e a sua obra homónima. Não se pode fugir ao peso da memória, sob pena de hipotecarmos a identidade.

Como é também sintomático que, na abertura da obra poética de outro jovem poeta português, Ricardo Gil Soeiro, intitulada justamente *Palimpsesto*, nos surja um paratexto autoral sob o título de “Teses sobre uma poética palimpsestica *Codex Reescriptus* ou da literatura”, abrindo com este expressivo *incipit* na sua primeira tese: “Só podemos amar a partir de outros textos”. Afinal, a escrita é sempre “uma literatura em segundo grau que revela formas de vida camufladas: a acumulação de camadas sobrepostas e a vibração de signos fugidios que se intercetam”. Enfim, numa escrita profusamente intertextual

e rizomática – das epígrafes às alusões, citações e aos processos de reescrita – e recorrendo a imagens sugestivas, tudo se passa num “rumor de reverberações”, em que se escreve e cria de modo singular – “inventar com outros”, num jogo contínuo entre a memória e o olvido (Soeiro, 2016: 7, 8).

Aliás, nas suas variadíssimas faces, o tópico da memória ocorre assiduamente na escrita literária contemporânea, a começar pelos poetas, desde logo dentro da consabida constatação – não se pode escrever fora de uma memória literária. Mesmo quando essa memória é objecto de múltiplas e constantes releituras, reescritas e mitificações, com a inexorável passagem do tempo, como na palavra poética de Pedro Mexia (2011: 27):

Nada fica, a própria memória
é uma mitologia, tenho-me
como testemunha mas nada
garante que um dia não negue
tudo, então haverá este processo
verbal, museu portátil que com
um gesto, dizem, está salvo.

Aliás, até em anotações paratextuais são frequentes as manifestações onde autores contemporâneos assumem, explicitamente, uma escrita literária em que ecoam muitas outras vozes, de forma mais ou menos identificada. Além do *eco*, outras imagens significativas ocorrem para expressar essa tessitura dialógica, bebida nas fontes da memória. Assim, entre tantos outros exemplos, leia-se a nota de João Pedro Mésseder, em *A Cidade Incurável*:

Nos textos que compõem *A Cidade Incurável* ecoam aqui e acolá outras vozes que o autor deixou que com a sua se confundissem: Hölderlin, Jaime Gil de Biedma, Rainer Werner Fassbinder, Luísa Dacosta, Mick Jagger & Keith Richard, José Soares Martins e Joseph Mankiewicz (1999: 7).

Com a singularidade de esse diálogo ou biblioteca electiva se estender além da estrita intertextualidade, alargando-se ao âmbito da interdiscursividade e da intermedialidade.

Afinal de contas, como estudado minuciosamente pela teoria crítica de Gérard Genette (1982: 7-14), em *Palimpsestes: la littérature au second degré*, há um vasto conjunto de manifestações literárias no âmbito do grande domínio da transtextualidade: arquitextualidade, paratextualidade, hipertextualidade, metatextualidade e intertextualidade. Existindo múltiplas articulações entre elas, a escrita parodística é particularmente fecunda na convocação de vários destes procedimentos.

Sabemos como, directa ou indirectamente, os escritores demonstram plena consciência de que o acto da escrita se mostra indissociável de uma fecundante memória ou tradição literária, operando variadíssimas formas de reescrita desse *thesaurus* multissecular – *non nova, sed nove* –, num processo perpassado de maior ou menor ansiedade, e onde é possível analisar criticamente uma complexa *anatomia da influência* (cf. Bloom, 2013).

Assim, não é possível ler a poesia densamente intertextual de Nuno Júdice, de um dos mais recentes livros, *A Convergência dos Ventos*, fora de uma memória intertextual que radica na matriz clássica grega – atente-se, desde logo, nas sugestões contidas em alguns títulos de poemas como: “O vento da Grécia”, “A vindima de Eros”, “A viagem de Orfeu” ou “A última vontade de Eurídice”, entre tantos outros textos. Aliás, é a própria voz poética a reafirmar expressamente o lugar axial da memória, nas suas mais remotas origens míticas: “os gregos deram à memória / o nome de mnemosina; e, não contentes com isso,/ deram-lhe nove filhas, que foram as nove musas. (...)” (Júdice, 2015: 63).

Em tradução bem prosaica, a criação literária e artística personificada nas Musas é filha da Memória, não sendo compreensível na sua ausência ou erosão. Isso mesmo é realçado por Vítor Aguiar e Silva, como já sugerido, quando afirma:

Não é sem uma razão profunda que na cultura grega, desde Hesíodo, as Musas são consideradas como filhas de Zeus e da Memória (*Mnemosyne*) e não carece de sentido que à faculdade e aos poderes da memória tenha sido assinalado um importante papel na estruturação da cultura ocidental (1986: 264).

Em todo o caso, essa memória do passado pode apresentar-se desmitificada e desprovida de uma auréola artificial, como é a opção realista, bestial e até grotesca de Jorge de Sena (1989: 45-46), no poema “Homenagem à Grécia”, de *Peregrinatio ad Loca Infecta* (de 1969), com a explicitação de deuses bestiais, cruéis e sanguinários. Do mesmo autor de poemas como “Em Creta, com o Minotauro” e “Deixa os gregos em paz”, estamos perante uma outra forma de evocar a memória de um legado fundacional, num manifesto registo agreste, crítico e desencantado, rasurando frontalmente sucessivas camadas de construído idealismo, luminosidade e divinização. Aliás, não deixa de ser sintomática a diferença de visões de Sena e de Sophia sobre a herança da Grécia, tal como bem expresso na correspondência trocada entre ambos.

2. Intertextualidade e paródia

“Todo o texto verbal, como sublinha Bachtin, apresenta como dimensão constitutiva múltiplas *relações dialógicas* com outros textos” – assim introduz Aguiar e Silva (*id.*) a dimensão eminentemente intertextual do texto literário, partindo de um dos teóricos mais marcantes do séc. XX⁴, muito antes da novidade de Julia Kristeva, ao cunhar o termo que se tornou rapidamente um campo nocional e uma teoria objecto

4 Em nota, Vítor Aguiar e Silva (1986: 633) mostra-se ainda mais categórico ao destacar os trabalhos aprofundados e decisivos do teorizador russo: “Os estudos de Bachtin (...) são da maior importância para o conhecimento da paródia como fenómeno intertextual”. Mesmo quando sabemos que a paródia bakhtiniana é concebida como noção bastante polissémica, articulada complexamente quer com a sátira menipeia e o rebaixamento grotesco, quer sobretudo com uma mundividência subversiva do mundo oficial (*mundo às avessas*), através do espírito da *carnavalização* (cf. Sangsue, 1994: 40).

de considerável inflação crítica nos estudos literários (cf. Ange-not, 1983), simplificando em grande medida a complexidade teórica do dialogismo bakhtiniano (cf. Allen, 2001: 56 ss).

Para maior aprofundamento teórico do fenómeno intertextual, Aguiar e Silva opera algumas necessárias e operativas clarificações conceptuais; sustenta as suas funções principais (*corroboradora* e *contestatária*); propõe uma tipologia fundamental das mais relevantes modalidades de relações intertextuais (*exoliterária* e *endoliterária*, *heteroautoral* e *homoautoral*); e detém-se ainda na apresentação de algumas formas ou marcas de intertextualidade – da *citação* à *alusão*, passando pela *imitação* e pela *paródia*. Para as suas propostas, Aguiar e Silva serve-se dos trabalhos teóricos mais relevantes sobre o tema em questão – de R. Barthes a G. Genette, de T. Todorov a Augusto Ponzio, de J. Kristeva a M. Rifaterre, entre tantos outros.

É justamente neste enquadramento teórico, de valorização da memória literária intertextual, que se deve situar a paródia, como forma peculiar de reverberação do passado, entre muitos outros registos e mecanismos discursivos, enquanto processo intemporal de jogar com ou de re-ver ambigualmente a tradição. O vazio de Aristóteles na *Poética* sobre a “quarta casa” da sua classificação dos géneros (tragédia, epopeia e comédia) abriu caminho a suposições sobre o livro desaparecido e a respectiva teorização.

Há cerca de 100 anos, nas duas primeiras décadas do séc. XX, alguns formalistas russos propuseram uma renovada funcionalidade da paródia (cf. Rose, 1993: 103 ss.), longe da tradicional concepção estilístico-formal que predominou multissecularmente em tratados de poética e de retórica, que a concebiam como imitação cómica e ridicularizadora. Diferentemente dessa visão bem redutora, e debruçando-se criticamente sobre Cervantes e Sterne, Dostoievsky ou Gogol, teorizadores como V. Chklovsky, B. Tomachevsky ou I. Ty-nianov reflectiram sobre a peculiaridade da paródia enquanto

processo central ou género vocacionado para dinamizar metaliterariamente o sistema literário, nas suas tensões entre o *esgotamento* de códigos e o desejo de *renovação*. Ou seja, investigações de teorizadores como os referidos dignificaram a paródia e a sua funcionalidade para compreender o dinamismo da própria evolução literária.

Por outras palavras, de mera prática retórica, assente no divertimento, desacreditada e marginal no sistema literário, a paródia ganhou centralidade. Esta tese valorizadora do papel essencial como género apostado na renovação da literatura, ou motor da evolução literária, será reforçada depois pela teorização bakhtiniana, que sobretudo aprofunda a sua amplitude antropológica e cultural, social e política. Como reiterado por vários teóricos contemporâneos, a partir dos formalistas, a paródia passa então a ocupar um lugar central na História Literária, enquanto princípio construtivo e metagénero dotado de ímpares capacidades de auto-reflexividade, decorrentes da sua natureza metaliterária.

Superando algumas limitações de um paradigma formalista-estruturalista da Teoria da Literatura contemporânea, que se inclinou a restringir a paródia enquanto fenómeno intertextual mais ou menos confinado, os mais recentes teorizadores – de Linda Hutcheon (1989) a Margaret A. Rose (1993), entre muitos outros – tendem a alargar o âmbito da paródia ao panorama artístico e cultural: “a paródia é, neste século, um dos modos maiores de construção formal e temática de textos”. E logo adiante: “A paródia é uma das formas mais importantes da moderna auto-reflexividade; é uma forma de discurso interartístico” (Hutcheon, 1989: 13).

De facto, uma das dominantes na conceituação actual da paródia enquanto “género complexo” ou metagénero dialógico – e não apenas como técnica e, ainda menos, como mera “imitação ridicularizadora” – insiste em defini-la como “repetição com diferença”, “imitação com distância crítica”, “inversão irónica”, “transcontextualização irónica” (*id.: passim*), não

tendo de convocar necessariamente o riso ou o cómico, e sem se confundir com outros géneros ou formas discursivas (ironia, sátira, grotesco, pastiche, farsa, etc.).

Na sequência das suas reflexões teoréticas sobre o fenómeno intertextual, a modalidade particular da paródia é aparentada por Aguiar e Silva com a ironia e o burlesco, sendo assim conceituado o seu peculiar modo de funcionamento:

a paródia contradita, muitas vezes desprestigia e lacera, tanto formal como semanticamente, um texto relevante numa comunidade literária, procurando por conseguinte corroer ou ridicularizar o código literário subjacente a esse texto, bem como os códigos culturais correlatos, e intentando assim modificar o alfabeto, o código e a dinâmica do sistema literário (Silva, 1986: 632).

Apesar desta funcionalidade activa, fiel à sua matriz etimológica do termo (*contra-canto*, *canto à margem*) e à natureza intertextual (há sempre um texto parodiante e outro objecto da paródia), o teorizador tem o cuidado de moderar o *ethos* da paródia, quando em nota observa que “A paródia contradita sempre (...), mas nem sempre desqualifica e lacera o texto parodiado” (*id.*). Isso mesmo é reforçado pelos teorizadores mais atuais da paródia, quando sublinham a sua intrínseca ambiguidade, oscilando entre a desfiguração variavelmente cómica e a consagração mais ou menos velada – “o âmbito de *ethos* pragmático vai do ridículo desdenhoso à homenagem reverencial” (Hutcheon, 1989: 54).

A título de rapidíssimo exemplo, há uma distância considerável entre a irreverente prática parodística, com suas críticas performances, da poesia de Alberto Pimenta (de *Indulgência Plenária*, por exemplo), por um lado; e a escrita de Gonçalo M. Tavares em *Uma Viagem à Índia*, com Camões como omnipresente texto fantasmático. Como também existem apreciáveis diferenças entre a humorada paródia de Luísa

Costa Gomes, em *O Pequeno Mundo*, romance dedicado a Camilo; e a corrosiva desfiguração irónica e parodística de certo discurso oficioso da História de Portugal no universo romanesco de António Lobo Antunes, em *As Naus* ou em *O Esplendor de Portugal*.

Outro aspecto não menos relevante da teoria literária da paródia diz respeito à sua pluri-estratificação, tendo em conta a natureza do texto ou discurso parodiado, distinção com amplas potencialidades crítico-hermenêuticas (cf. Martins, 1995). Desde logo, podemos falar em *paródia intertextual*, sempre que a relação textual se estabelece entre dois textos, literários ou não; *paródia architextual* – a partir do conceito difundido por G. Genette (1979) –, quando o texto paródico tem como alvo os códigos de determinado género literário ou de outras formas codificadas do sistema literário; e ainda a *paródia interdiscursiva* – segundo propostas de teóricos como Cesare Segre (1982) –, na medida que o texto literário dialoga com outros discursos dominantes no diassistema cultural, de natureza mais ou menos institucional. Podendo ocorrer separadamente, estes vários níveis de paródia podem também coexistir, num profundo entrelaçamento semântico.

Evidentemente, como sugerido, estas várias dimensões ou modos de paródia não são excludentes, podendo confluír no mesmo texto ou obra literária, não sendo possível nem sequer desejável demarcar fronteiras entre esses procedimentos. Disso é eloquente exemplo a escrita de José Saramago, de *Memorial do Convento* e de *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. Sabemos como estes dois universos romanescos estão entretecidos de abundantes manifestações das referidas modalidades correlacionadas de paródia: a citação ou reescrita paródica de diversos textos literários convive (sendo até potenciada) com o propósito renovador de um género literário (subgénero do romance histórico, *v.g.*); sem esquecer o abundante recurso a outras dominantes culturais e a determinada *doxa*, desde a narrativa da História de Portugal, nomeadamente sobre o reinado

de D. João V, até aos marcantes discursos de Propaganda do Estado Novo ou do próprio António Oliveira Salazar.

Do afirmado anteriormente decorre que não é possível o funcionamento da paródia sem uma ampla competência literária, que permita ao leitor descodificar essa relação parodística. Dito de outro modo, há uma capacidade indispensável, condição *sine qua non* para o cabal funcionamento da paródia – a semiose parodística só se efetiva se existir um reconhecimento pragmático do alvo do discurso paródico⁵. Não é possível ler e interpretar adequadamente as narrativas *Eusebio Macário* e *A Corja*, de Camilo Castelo Branco, fora de um jocoso exercício de *escrita imitativa* (cf. Bouillaguet, 1996), ostensivamente parodística, sobre a novidade estética do Realismo-Naturalismo (cf. Martins, 2003).

Assim também, por exemplo, para a cabal compreensão de vários textos poéticos de Vasco Graça Moura (2012, I: 314 e 546-550) é imprescindível o leitor identificar o hipotexto parodiado – apontem-se, a título de rapidíssima ilustração, os poemas “agora que passaste muito queimada do sol” e “Píramo e Tisbe”, respectivamente –, em manifesto registo lúdico-paródico: o conhecido poema “De Tarde”, de Cesário Verde, no primeiro; e, no segundo, o mito clássico celebrado por vários poetas, sobretudo desde as influentes *Metamorfoses* ovidianas (cf. Martins, 2014).

3. Paródia e cultura pós-moderna

Por fim e muito brevemente, é oportuno realçar que a paródia se mostra típica e quase congenial da “sociedade humorística” em que vivemos, onde nada parece escapar ao seu furor iconoclasta e revisionista⁶. Ao contrário do que sustentava M. Bakhtine, a paródia está bem longe de conhecer na Idade Média e no

5 Praticamente todos os aprofundados estudos sobre o paródia realçam esta dimensão da *competência paródica*: entre outros, cf. G. Genette (1982: 93, 142); e L. Hutcheon (1985: 5, 19, 27 *et passim*).

6 Sobre a notável fortuna da paródia na cultura e sobretudo na literatura pós-modernas, além das obras já clássicas de Linda Hutcheon (1991) e de Margaret A. Rose (1993: 195 ss.), mostram-se bem eloquentes os estudos de Simon Dentith, 2000: 154-185, num capítulo intitulado “Is Nothing Sacred? Parody and the Postmodern”; e de Nil Korkut (2009: 61-125), “Parody in the Postmodern Age”.

Renascimento a sua época de ouro; e, ainda menos, de ser apátrida da cultura popular. Diferentemente do que pensava o autor da *Poética de Dostoievsky*, a paródia contemporânea não se confinou a um modelo redutor, destituído completamente de uma percepção carnavalesca do mundo (cf. Martins, 2013).

Sem cometer a falácia de uma abusiva generalização, cremos poder afirmar que a cultura (e a literatura) pós-moderna se mostra incompreensível fora de um amplo horizonte parodístico, pela sua vocação subversiva e carnavalizadora. Isso mesmo podemos reforçar através das eloquentes sugestões do ensaio de Vítor Aguiar e Silva “As Humanidades e a cultura pós-moderna” (2006), ao reflectir argutamente sobre os desafios que se colocam às humanidades na cultura contemporânea.

Da atmosfera cultural até à escrita literária, no entender deste teorizador, predomina a “lógica cultural do capitalismo pós-industrial”, protagonizada pelo “triumfo das indústrias da cultura” (Silva, 2006: 621). Tudo acontece num cenário dominado pela sociedade mediática, acelerada, superficial e efémera, onde pontifica a filosofia de um singular *hic et nunc*, que leva o filósofo Paul Virilio (1993: 103.), em *O Espaço Crítico*, a interrogar-se sobre esta singular *civilização do esquecimento*, com a sua obsessão pela “sociedade telepresente” actual: “Como viver verdadeiramente se o aqui não o é mais e se tudo é agora?”. De facto, sobre a visível erosão operada pela pós-modernidade, observa Aguiar e Silva:

A pós-modernidade, na sua lógica profunda, rasura a tradição – apenas a recupera e celebra como mercadoria e como adereço nas sucessivas vagas da *mode* rétro –, é historicamente amnésica, relativiza todos os valores, amalgama e confunde numa porosidade sem filtros, os vários níveis da cultura e da literatura, os discursos das diferentes artes, os diversos estilos epocais, os objetos artísticos e os objectos da quotidianidade (2010: 79).

Com efeito, na dominante sociedade do espectáculo e do *show business*, das modas e das tendências massificadas, as humanidades em geral, e a cultura literária em particular, encontram terrenos áridos. Alicerçadas em matrizes da Antiguidade Clássica greco-latina, e na “preeminência da palavra”, as tradicionais humanidades convivem mal com estes tempos acelerados, utilitários e mediáticos.

É neste espírito pós-moderno que se deve entender especialmente a paródia metaliterária, operando corrosivas desfigurações do canónico, do elevado e do sério, mas também de tudo que ressoa a metafísico e religioso, por vezes numa carnavalização continuada. O espírito contemporâneo mostra-se adverso de todas as formas de canonização, sejam elas estético-artísticas, literárias ou outras. Por isso, nesta mundividência tudo pode ser alvo da mais jocosa ou provocatória carnavalização – mesmo que persista a mencionada ambiguidade do exercício da paródia, oscilando entre a negação e a afirmação, a destruição e a regeneração.

Evidentemente que esta omnipresença da paródia, bem como de formas e géneros correlacionados (da citação ao *pastiche*), que lidam continuamente com a memória cultural, artística e literária, tantas vezes sob o signo do humor e do *ethos* da desfiguração, coloca-nos perante um provocador e esperado paradoxo: a paródia pós-moderna não funciona eficazmente fora de uma alargada memória ou conhecimento de uma tradição. Afinal, este presente não rasurou definitivamente o passado, antes dialogando com ele.

Também aqui a resposta de Vítor Aguiar e Silva (2010: 79) à possível objecção, resposta fundamentada em actualizados estudos teóricos, se nos mostra bem concludente: “Todavia (...), o *pastiche* e a citação do pós-modernismo são mecanismos discursivos em que a história aparece reificada, implodida, esgotada, segundo as palavras de Baudrillard (...), numa precessão, que é também uma procissão, de simulacros”. Por outras palavras, impera uma visão lúdica, mais apostada na erosão do

que num diálogo fecundo com o passado artístico-cultural.

Em todo o caso, convém termos uma posição equilibrada: se não é sustentável usarmos hoje uma visão ultrapassada de paródia, enquanto divertida prática citacional ou técnica de imitação cómica e ridicularizadora (modelo redutor e minimal); também devemos perspectivar com cautela uma concepção maximalista, que insiste na onnipresença da paródia na generalidade das manifestações intertextuais, interartísticas e interdiscursivas do mundo contemporâneo – tudo é paródia. Em suma, o bom senso recomenda que evitemos os extremos do sentido demasiado restrito e a aceção excessivamente lata, insistindo na ideia da grande presença da paródia enquanto metagénero congenial à cultura e literatura pós-modernas.

Referências bibliográficas

1.

BAUDELAIRE, Charles (1972). *Les Paradis Artificiels*. Paris: Le Livre de Poche.

JÚDICE, Nuno (2015). *A Convergência dos Ventos*. Lisboa: Dom Quixote.

MEXIA, Pedro (2011). *Menos por menos (Poemas Escolhidos)*. Lisboa: Dom Quixote.

MÉSEDER, João Pedro (1999). *A Cidade Incurável*. Lisboa: Caminho.

MOURA, Vasco Graça (2012). *Poesia Reunida*, 2 vols. Lisboa: Quetzal.

SENA, Jorge de (1989). *Poesia III*. Lisboa: Edições 70.

SOEIRO, Ricardo Gil (2016). *Palimpsesto*. Porto: Deriva.

SARRAZOLA, Alexandre (2015). *Fade Out*. Lisboa: IN-CM.
2.

ALLEN, Graham (2001). *Intertextuality*. London: Routledge.

ANGENOT, Marc (1983). “L’intertextualité: enquête sur l’émergence et la diffusion d’un champ notionnel”. *Revue des Sciences Humaines*, 189, 121-135.

BLOOM, Harold (2013). *A Anatomia da Influência*. Rio de Janeiro: Objetiva.

BAKHTIN, Mikhail (1987). *A Cultural Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Ed. Huicitec.

CONFERÊNCIAS DO CINQUENTENÁRIO

- BOUILLAGUET, Annick (1996). *L'Écriture Imitative: pastiche, parodie, collage*. Paris: Nathan.
- CURTIUS, Ernst R. (1996). *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. São Paulo: Edusp/Hucitec [ed. orig.: 1946].
- GENETTE, Gérard (1982). *Palimpsestes: la littérature au second degré*. Paris: Éd. du Seuil.
- HESÍODO (2007). *Teogonia: a origem dos deuses*. São Paulo: Iluminuras.
- HUTCHEON, Linda (1989). *Uma Teoria da Paródia: ensinamentos das formas de arte do século XX*. Lisboa: Edições 70.
- HUTCHEON, Linda (1991). *Poética do Pós-Estruturalismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago.
- KORKUT, Nil (2009). *Kinds of Parody from Medieval to the Postmodern*. Frankfurt am Main: Peter Lang.
- MARTINS, José Cândido de Oliveira (1995). *Teoria da Paródia Surrealista*. Braga: Edições APPACDM (pref. de Vítor Aguiar e Silva).
- MARTINS, José Cândido de Oliveira (2003). “Prefácio”. Camilo Castelo Branco, *Eusébio Macário, A Corja*. Porto: Caixotim. 7-47.
- MARTINS, José Cândido de Oliveira (2013). “Paródia e literatura portuguesa: da revisão teórica às potencialidades didáticas”. *Revista de Estudos de Literaturas*, 3, Coimbra.135-169.
- MARTINS, José Cândido de Oliveira (2014). “Humor e reescrita paródica da mitologia na poética de Vasco Graça Moura”. *Matrizes Clássicas da Literatura Portuguesa: uma (re) visão da literatura portuguesa das origens à contemporaneidade*. Eds. Paula Morão & Cristina Pimentel. Lisboa: Campo da Comunicação. 519-532.
- PLATÃO (1986). *Fedro*. Lisboa: Guimarães Editores. 3ª ed. (Trad. de Pinharanda Gomes)
- ROSE, Margaret (1993). *Parody: Ancient, Modern, and Post-Modern*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SANGSUE, Daniel (1994). *La Parodie*. Paris: Hachette.
- SCHLANGER, Judith (2008). *La Mémoire des Œuvres*. Paris: Verdier.
- SEGRE, Cesare (1982). “Intertestuale-interdiscorsivo. Appunti per una fenomenologia delle fonti”. *La Parola Ritrovata: finiti e analisi letteraria*. Eds Di Girolamo, Costanzo di & Paccagnella, Ivano. Palermo: Sellerio Ed. 15-28.
- SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (1986). *Teoria da Literatura*, 7ª ed. Coimbra: Almedina [1ª ed., 1967].
- SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (2010). “As Humanidades e a cultura pós-moderna”. *As Humanidades, Os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.

SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (2012). “Mnemósine e as aranhas de Swift”. *Uma Coisa na Ordem das Coisas (Estudos para Ofélia Paiva Monteiro)*. Ed. Carlos Reis et alii Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 705-718.

VIRILIO, Paul (1993). *O Espaço Crítico*. Rio de Janeiro: Ed. 34.

PATÉTICA E PROBLEMÁTICA DE UMA POÉTICA EMPÁTICA

Joana Matos Frias

Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O orador já estava [...] em pé sobre a mesa porque era extremamente pequeno e magríssimo, escorrido até à essencialidade. Tinha pêra. E havia estátuas muito acima da sua voz.

– Minhas senhoras e meus senhores. Na articulação a dois níveis do discurso poético na cadeia verbal pela prática teórica da metalinguagem de Jakobson, Riffaterre. E a metáfora.

Não ouço bem, apuro o ouvido.

– Porque na cadeia dos significantes pela produção do

texto, Althusser, Barthes, Derrida, Bachelard. Donde que a metonímia. E o código. Assim a produção do texto na ideologia dominante e/ou a prática social da relação produtor/consumidor segundo a mistificação burguesa e o método científico. [...] Assim compreendemos que os formalistas e a fonologia de Troubetzkoy e mesmo, embora ao nível de uma prática diferente, Benveniste, Hjelmslev, Sapir, Chomsky, Martinet e a dupla articulação. E a metáfora. Donde a prática poética do significante. E é o que o discurso poético de Máximo Valente nos revela. Houve aplausos veementes, mas só de um grupo estatutário, circunscrito e muito junto como aglomeração alegórica.

Vergílio Ferreira, *Rápida, a Sombra* (1975)

EXORCISMO

Das relações entre topos e macrotopos
... Do elemento suprasegmental
Libera nos, Domine

Da semia
Do sema, do semema, do semantema
Do lexema
Do clasema, do mema, do sentema
Libera nos, Domine

Da estruturação semêmica
Do idioleto e da pancronia científica
Da confiabilidade dos testes psicolinguísticos
Da análise computacional da estruturação silábica
[dos falares regionais
Libera nos, Domine

Do vocóide
Do vocóide nasal puro ou sem fechamento
[consonantal
Do vocóide baixo e do semivocóide homorgâmico
Libera nos, Domine

Da leitura sintagmática
Da leitura paradigmática do enunciado
Da linguagem fática
Da fatividade e da não fatividade na oração principal
Libera nos, Domine

Da organização categorial da língua
Da principalidade da língua no conjunto dos
[sistemas semiológicos
Da concretez das unidades no estatuto que
[dialetaliza a língua
Da ortolinguagem
Libera nos, Domine

Do programa epistemológico da obra
Do corte epistemológico e do corte dialógico
Do substrato acústico do culminador
Dos sistemas genitivamente afins
Libera nos, Domine

Da camada imagética
Do espaço heterotópico
Do glide vocálico
Libera nos, Domine

Da lingüística frástica e transfrástica
Do signo cinésico, do signo icônico e do signo gestual
Do clitização pronominal obrigatória
Da glossemática
Libera nos, Domine

Da estrutura exo-semântica da linguagem musical
Da totalidade sincrética do emissor
Da lingüística gerativo-transformacional
Do movimento transformacionalista
Libera nos, Domine

Das aparições de Chomsky, de Mehler, de
Perchonock [...]
De Saussure, Cassirer, Troubetzkoy, Althusser
De Zolkiewsky, Jakobson, Barthes, Derrida,
[Todorov [...]]
De Greimas, Fodor, Chao, Lacan *et caterva*
Libera nos, Domine

Carlos Drummond de Andrade,
Discurso de Primavera (1977)

Uma noite em 67 é o título, não de um dos capítulos da primeira edição da *Teoria da Literatura* de Vítor Manuel Aguiar e Silva, mas sim de um importante documentário produzido em 2010 sobre um dos mais decisivos concertos da história da música no Brasil. Trata-se, na verdade, do registo televisivo do 3º Festival de Música Popular Brasileira, onde actuaram artistas então quase estreados como Caetano Veloso, Chico Buarque, Os Mutantes, Gilberto Gil, Roberto Carlos ou Edu Lobo, tendo este último vencido o concurso com a sua canção “Ponteio”. Para além da óbvia evidência geracional de um conjunto absolutamente extraordinário de músicos e artistas, há três pontos muito dignos de nota no documentário e no que nele procura destacar-se:

1. em tempos da Marilyn Monroe de Andy Warhol, a legitimação da arte e da cultura populares por via de uma experiência estética interartística;
2. em tempos de ditadura militar, a afirmação do valor

político dos conteúdos artísticos, muito em particular nas canções apresentadas por Gilberto Gil e Caetano Veloso (“Um domingo no parque” e “Alegria, alegria”);

3. em tempos de repressão ideológica e social, a manifestação colectiva de emoções-limite, expostas por um público quase descontrolado, entre gritos suscitados pela paixão ou fruto de experiências psicadélicas; ou por ambos.

O terceiro destes aspectos recorda-nos de imediato e quase obrigatoriamente as imagens mais emblemáticas do então já formado público de The Beatles, a banda que neste mesmo ano de 1967 fez sair o seu magnífico álbum *Sgt. Pepper’s Lonely Hearts Club Band*, valorizado por uma capa de Peter Blake que tinha como protagonistas, entre vários músicos, escritores como Edgar A. Poe, Dylan Thomas, William Burroughs, Stephen Crane, Oscar Wilde, ou Lewis Carroll, todos tutelados pelo mago Aleister Crowley. Mas é um aspecto que traça também o vínculo óbvio com toda a atmosfera psicadélica de “Lucy in the sky with diamonds”, canção que também em 67 seria tão determinante para o entendimento do impacto das estreias de músicos e de bandas como David Bowie, Jimi Hendrix, Janis Joplin, The Velvet Underground ou The Doors com o seu Jim Morrison. *Summer of Love* foi assim a consagração franciscana deste ambiente de pouca paz, muito amor e algumas flores, num ano tão ardente e caloroso que, enquanto The Doors lançavam o inesquecível “Light my fire”, em palco Jimi Hendrix pegava fogo à sua guitarra a ponto de queimar as próprias mãos, justificando plenamente o surgimento posterior de reflexões como as de Paul Ardenne no estudo *Extrême: Esthétiques de la Limite Dépassée* (Ardenne, 2006). Mas Camões teria facilmente sintetizado o sentido do gesto: transforma-se o amador na coisa amada por virtude de tanto se queimar; autor é fogo que arde sem sofrer. É óbvio que nada disto tem qualquer relação imediata ou perceptível com a *Teoria da Literatura* de Vítor Manuel Aguiar e Silva, não fosse a paródia dos versos camonianos ter preservado a seu modo a

possibilidade de religação a um dos campos de estudos a que o autor da *Teoria* se dedicou afincadamente.

Mas a verdade é que este breve e sumário panorama de alguns acontecimentos muito significativos do ano que viu surgir a primeira *Teoria da Literatura*, que aqui se celebra, mas que também viu morrer o autor e (re)nascer o leitor, nos permite muito rapidamente captar a complexidade heteróclita de uma década que, quase a terminar, assistiu a profundas alterações sócio-políticas de importante alcance ou expressão artística, o que, no plano mais propriamente teórico, se terá traduzido numa irredutibilidade dos estudos estéticos e literários a uma perspectiva unificadora. Com efeito, nos mesmos anos do impacto na Europa ocidental da publicação dos dois volumes com os ensaios programáticos dos formalistas russos na sua tradução francesa organizada por Tzvetan Todorov em 1965 – tão inteiramente responsáveis (a par dos *new critics*) pelo paradigma textocêntrico da Poética do século XX de fundamentos linguístico-estilístico-retóricos, que teria o seu ponto culminante no estruturalismo semiologista desses anos 60 que a *Poética* do próprio Todorov publicada em 1968 virá a expor –, desenvolvem-se e aprofundam-se as reflexões matriciais do desconstrucionismo já pós-estruturalista (Foucault, Derrida, etc.), bem como a deriva maioritariamente germânica da estética da recepção (Jauss, 1967; Ingarden, 1968), que em 1962 se anunciara com a publicação da *Obra Aberta* de Umberto Eco¹, de tão fundamentais consequências na produção teórico-crítica das décadas subsequentes no âmbito também do seu congénere anglo-americano *reader-response criticism* (cf. Stanley Fish, *Surprised by Sin: The Reader in Paradise Lost*, 1967).

Em rigor, o que aqueles eventos denunciam é justamente a necessidade de reformulação dessa matriz textualista,

¹ 1967 é o ano da lição inaugural de Hans Robert Jauss de título schilleriano, “O que é e para que propósito se estuda a história literária?”, posteriormente convertido em *A Literatura como Provocação; Obra Aberta* de Eco, com primeira edição em 1962, é revista e aumentada em 1967, no mesmo ano em que o seu autor publica *Appunti per Una Semiologia delle Comunicazioni Visive*. Trata-se de facto de anos decisivos em matéria de divulgação teórico-crítica, se se tiver ainda em conta a publicação dos seminários de Lacan em 1966, a par da dos *Problèmes de Linguistique Générale* de Benveniste, bem como de *Against Interpretation and Other Essays*, de Susan Sontag, ou de *Relations of Literary Study*, de Northrop Frye, em 1967.

intransitiva e autotélica, cujos princípios metodológicos mais basilares haviam assentado sobretudo numa separação radical entre os domínios da Poética e da Estética (preservando o tradicional afastamento da *poiesis* e da *aisthesis*), assim excluindo daquela tudo o que desta significasse transversalidade interartística mediante o equacionamento transmedial das categorias estéticas, ou, por outro lado e concomitantemente, qualquer cuidado com a esfera da recepção em termos não semiológicos, ou com quaisquer conteúdos emocionais implicados na comunicação artística, assim submetidos a um forte processo de estigmatização. Por isso Mario Perniola pôde abrir o seu volume sobre *A Estética do Século XX* com a declaração “Não é habitual considerarmos o século XX como o século da estética” (Perniola, 1998: 9), e disto encontramos claros vestígios ainda em autores como E. D. Hirsch, quando postula, já no final dos anos 70 e em atmosfera hermenêutica, que “as categorias estéticas são intrínsecas para *pesquisas* estéticas, mas não para a natureza das obras literárias” (Hirsch, 1976; *apud* Silva, 1982: 19). Talvez o sintoma mais expressivo do que procuro formular com isto esteja simplesmente no facto de por esses anos Roman Jakobson, ao apresentar a sua proposta das funções da linguagem no célebre estudo “Linguistics and Poetics” que abre a década no ano de 1960, ter qualificado como “poética” uma função que, quatro décadas antes, havia designado como “estética”, uma vez que esta formulação lhe permitia associar a poesia aos restantes campos artísticos, o que já não aconteceu no texto dos anos 60 (em rigor, como nota com toda a perspicácia Aguiar e Silva, a passagem deu-se por meio de um processo de “auto-rectificação” fixado nas seguintes palavras de Jakobson incluídas em *Questions de Poétique*: “A atitude que consiste em colocar o sinal de igualdade entre uma obra poética e a função estética, ou, mais precisamente, a função poética”; *apud* Silva, 1982: 47). Recorde-se apenas a passagem do não menos famoso texto de 1920 dedicado à nova poesia russa, onde podemos encontrar

a primeira “apresentação” da literariedade segundo Jakobson no seguinte contexto:

Si les arts plastiques sont une mise en forme du matériau visuel à valeur autonome, si la musique est la mise en forme du matériau sonore à valeur autonome, et la choréographie, du matériau gestuel à valeur autonome, alors la poésie est la mise en forme du mot à valeur autonome, du mot “autonome”, comme dit Khlebnikov. La poésie c’est le langage dans sa fonction esthétique (Jakobson, 1977: 16).

O procedimento comparatista, e os termos em que ele é feito, não contém obviamente nada de novo, se não esquecermos que, nos primeiros parágrafos da *Poética*, Aristóteles já estabelecera uma articulação entre as diferentes expressões artísticas atribuindo-lhes a mesma definição (todas são artes imitativas), e diferenciando-as apenas com base nos *meios* da imitação (havendo assim uma arte que imita com cores, outra com sons, outra com o simples verbo, etc., importante princípio metodológico de reconhecimento das fronteiras entre os domínios artísticos que virá a estar na base de considerações similares levadas a cabo no século XX por semiologistas como o próprio Jakobson, ou Emile Benveniste). Mas talvez não seja despropositado sublinhar-se que, para o que aqui particularmente interessa, também Aristóteles atribui uma função estética à linguagem no seu regime literário, quando, na definição de tragédia, se refere àquilo que nas traduções portuguesas do texto tem aparecido alternadamente como “linguagem ornamentada” ou “linguagem embelezada”. Ora, os termos originais gregos usados por Aristóteles são os termos *hèdusmenôî logôî*, que, como assinalaram Roselyne Dupont-Roc e Jean Lallot na edição crítica francesa do tratado, deveriam ser traduzidos por “linguagem condimentada”. Os autores esclarecem que a palavra que traduzem por “relevé” é o particípio perfeito passivo do

verbo *hèdunô*, causativo derivado de *hèdus*, “agradável”; quer dizer, *hèdunô* significaria “tornar agradável”. Mas, prosseguem, “acontece que o substantivo derivado *hèdusma*, que se lê mais à frente, também aplicado à música, designa normalmente (Aristófanes, Platão, Xenofonte) um ‘condimento’ destinado a temperar um prato e, no plural, ‘especiarias’”, o que explica que, no Livro III da *Retórica*, Aristóteles, criticando o estilo de Alcidas, sobrecarregado de epítetos, jogue com as palavras dizendo que Alcidas utiliza os epítetos não como tempero – *hèdusma* –, mas como alimento – *edesma*. Dupont-Roc e Lallot concluem que esta metáfora do tempero

implica claramente uma teoria da linguagem poética como composta por dois elementos bem distintos: um material de base, a linguagem ‘nua’, sem acrescentos nem ornamentos, que preenche a função denotativa – e elementos relacionados, suplementares, cuja função, orientada para o prazer (*hèdonè*, da família de *hèdus*, *hèdusma*), é propriamente estética (Aristóteles, 1980: 183, 193-194).

Linguagem em regime estético porque palatável, portanto, o que talvez explique a constatação de Gonçalo M. Tavares, no seu livro *Roland Barthes e Robert Musil*, segundo a qual “O bom domínio do encontro entre substantivos e adjetivos é, no fundo, acto de gulosos” (Tavares, 2004: 119). Adicionalmente, como se vê, já Aristóteles escolhe um atributo (*temperado* ou *condimentado*) que tem um valor estético (orienta-se para o efeito sensorial) e sobretudo transmedial, uma vez que a sua significação não se vê circunscrita ao domínio linguístico, sendo também aplicável e aplicada à música, por exemplo (o que acontece no final do cap. VI da *Poética*: “*mèghiston ton hedusmaton*”).

Dentre os vários aspectos que sofrem transformações (ou “renovações”, para usar o termo escolhido por Aguiar e

Silva) consideráveis na passagem das primeiras para a quarta edição da *Teoria da Literatura* em 1982, há um que me parece muito digno de nota (para lá do ponto fundamental “Refutação da teoria jakobsoniana da função poética da linguagem”, de impacto tão imediato), e de que o índice onomástico nos dá notícia imediata: Jan Mukařovský, que na primeira edição de 1967 é referido por duas vezes com base numa tentativa de sistematização da teoria do formalismo russo e sua descendência, aparece agora em quase vinte páginas de texto, muito pertinentemente vinculado a uma tradição mais estética do que poeticista do pensamento teórico. Na sua primeira aparição (1982: 33), Aguiar e Silva promove de imediato o nexos com a então emergente estética da recepção, e, mais adiante (*id.*: 52), atribui ao estetólogo checo um trabalho fundamental no âmbito daquilo que qualifica como “estética semiológica”. É ainda nesse mesmo parágrafo que Aguiar e Silva convoca os termos com que Mukařovský reflecte sobre as funções distintas da linguagem corrente e da linguagem poética, recordando que, para Mukařovský, essa “‘função diversa’ que especifica a linguagem poética é a *função estética*” (*id.*). Devemos com efeito a Mukařovský a preservação metodológica do conceito de “função estética” em tempos tão linguísticos, em particular no texto de 1936 (com publicação francesa em 1938) precisamente intitulado “A denominação poética e a função estética da língua”, citado pelo autor da *Teoria da Literatura* e actualmente incluído no volume em português *Escritos sobre Estética e Semiótica da Arte*. Num plano imediato, os pressupostos de Mukařovský não se distanciam muito dos de Jakobson, tanto o dos anos 20 quanto o dos 60 (realce da autonomia e do autotelismo, afastamento das funções práticas, etc.), até porque o que Mukařovský leva a cabo é justamente uma primeira ampliação do esquema triádico das funções da linguagem tal como havia sido estabelecido por Karl Bühler (funções representativa, expressiva e apelativa), especificando que

O uso da língua adquire, por meio das três primeiras funções, um alcance prático; a quarta função, todavia, elimina a ligação imediata entre a utilização da língua e a prática; é a função estética, podendo-se a todas as outras dar, em contraste com esta, a designação global de funções práticas (Mukařovský, 1997: 180).

Regressemos pois a Gonçalo M. Tavares e às suas insólitas tabelas do livro *Roland Barthes e Robert Musil*: “Eis um projecto: utilizar a linguagem para não comunicar. Semelhante a esta imagem ridícula: utilizar um martelo para coser um determinado tecido” (2004: 118).

O certo é que, para além disto, Mukařovský leva a cabo toda a reflexão com base num conceito que, desde os seus primeiros estudos, lhe permite tecer considerações articuladas sobre a totalidade das esferas artísticas, como facilmente se constata pela leitura de outros ensaios da sua autoria produzidos no mesmo ano, muito especialmente o exemplar “Função, norma e valor estético como factos sociais”, onde a mesma “função estética” diz respeito a todos os domínios, e onde se propõe até que ela “ocupa um espaço de acção muito mais amplo que a arte propriamente dita” (1997: 22). Por isso no texto consagrado à denominação poética, Mukařovský prevê já a possibilidade de objecção às suas propostas, admitindo desde logo que é possível que se contrarie a sua quarta função da linguagem com base no argumento de que “a função estética não faz parte das funções linguísticas *porque a sua acção se não limita à língua*” (*id.*: 181). Trata-se de uma ressalva fundamental, se pensarmos que nela reside justamente a possibilidade de resgatar a Poética de um lugar subserviente em relação à Linguística, problema disciplinar insanável que a função poética de Jakobson virá instituir e que, no entender de Aguiar e Silva, se afigura como inaceitável: “Pensamos, pelo contrário, que a mensagem literária não é produzida nem é analisável em termos de comunicação linguística, que não existe uma função poética da linguagem e

que a poética não é um subdomínio da linguística” (1982: 72). A passagem, que é da edição de 1982, ilumina contudo muito bem a leitura que Aguiar e Silva propõe da “função poética” de Jakobson já na primeira edição da *Teoria da Literatura*, ao sugerir que ela tenha o atributo alternativo “fantástica”, porquanto tal atributo lhe permite ressaltar aquilo em que, na sua perspectiva, reside o valor essencial de tal função:

Em nosso entender, a função fantástica da linguagem caracteriza-se primária e essencialmente pelo facto de a mensagem criar imaginariamente a sua própria realidade, pelo facto de a palavra literária, através de um processo intencional, criar um universo de ficção que não se identifica com a realidade empírica, de modo que a frase literária significa de modo imanente a sua própria situação comunicativa, sem estar determinada por referentes reais ou por uma situação externa (Silva, 1967: 7-8).

Trata-se de um momento espantoso, se se considerar que Aguiar e Silva sustenta uma proposta definitiva da função poética da linguagem segundo Jakobson, substituindo-lhe o nome – “função fantástica” –, e caracterizando-a com termos e propósitos que não são os de Jakobson. Assim, embora ainda não lhe chame “refutação”, é inegável que o modo como Aguiar e Silva lê o sentido da “função poética” logo em 1967 já a afasta por completo e de forma absolutamente intencional das definições limitadas e instáveis que o sistema jakobsoniano pressupunha.

O certo é que, malgrado a correcção a que Jakobson viria a submeter a sua própria “função estética” da linguagem, nem sempre essa errata vingou (note-se, por exemplo, que quando retoma o esquema das funções da comunicação em *Obra Aberta*, logo em 1962, Umberto Eco enuncia-as como sendo a referencial, a emotiva, a conativa ou imperativa, a fáctica ou de contacto, a *estética* e a metalinguística); por outro

lado, a proposta de Mukařovský teve uma fortuna duradoura que talvez explique o facto de ainda em 1997 Jonathan Culler, na sua brevíssima introdução à *Teoria da Literatura*, iniciar a secção intitulada “Literature as aesthetic object” assinalando que os traços da literatura em discussão (níveis suplementares de organização linguística, a separação face a contextos práticos de enunciação, a relação ficcional com o mundo) se poderiam reunir “sob a rubrica geral da função estética da linguagem” (Culler, 1997: 32). Claro que, do ponto de vista histórico, será talvez mais importante ponderar que a reflexão de Mukařovský pode esclarecer uma boa parte dos enunciados produzidos no âmbito da estética da recepção: lembremos, a título de exemplo e com a brevidade possível, que no capítulo dedicado ao seu “leitor modelo” em *Leitura do Texto Literário: Lector in Fabula*, Umberto Eco lança mão justamente do conceito de “função estética” para assinalar que

O texto está entretecido de espaços em branco, de interstícios a encher, e quem o emitiu previu que eles fossem preenchidos e deixou-os em branco por duas razões: porque um texto é um mecanismo preguiçoso (ou económico) que vive da mais-valia de sentido que o destinatário lhe introduz; porque à medida que se passa da função didascálica à *função estética* um texto pretende deixar ao leitor a iniciativa interpretativa, i.e., um texto quer que alguém o ajude a funcionar (Eco, 1983: 55).

Trata-se, aliás, de uma passagem e um movimento que vem fundamentalmente precisar o sentido de algumas considerações tecidas já em *Obra Aberta*, onde o pensador italiano chegara mesmo a usar o conceito mais generalizante de “linguagem estética” para sublinhar a sua “*peculiaridade*” (outros conceitos próximos são ainda os de “mensagem estética” e de “texto estético”).

Na quarta edição da *Teoria da Literatura* de Aguiar e Silva que tenho vindo a destacar, o autor sublinha precisamente que Mukařovský “deprecia a função do autor [...] na medida em que faz avultar a função do *fruidor/leitor*, entidade de capital relevância” no seu pensamento, e acrescenta:

Se a conceituação da obra literária como signo autónomo reenvia à problemática de uma poética formalista, a sua conceituação como signo comunicativo, isto é, como ‘artefacto’, como ‘símbolo exterior’ a que corresponde um ‘objecto estético’ na consciência do fruidor/leitor, impõe a superação dos limites daquela poética, abrindo os horizontes interligados de uma análise sociológica e de uma estética da recepção dos textos literários (1982: 230-231).

O juízo de Aguiar e Silva parte, assumidamente, da consideração da historicidade do próprio pensamento de Mukařovský e das suas inflexões pós-formalistas – hoje quase consensualmente alinhadas no âmbito de uma espécie de proto-estética da recepção –, mas a verdade é que o destaque a que Aguiar e Silva procede do estudo do pensador checo “Intencionalidade e inintencionalidade na arte”, incluído numa colectânea italiana de 1973 (*Il Significato dell’Estetica: La Funzione Estetica in Rapporto alla Realtà Sociale, alle Scienze, all’Arte*), e infelizmente ausente da reunião de ensaios em português publicada pela Estampa, talvez nos revele mais da sua própria posição teórico-crítica do que a eventual objectividade discursiva possa deixar transparecer.

Do ponto de vista histórico, não é nada estranho que uma *Teoria da Literatura* revista e republicada em 1981 realce aspectos entretanto desenvolvidos e aprofundados ao longo da década de 70 pelos autores maiores da estética da recepção, como Umberto Eco (*Opera Aperta*, 1962; *Lector in Fabula*, 1979) ou Hans Robert Jauss (*Literaturgeschichte als Provokation der*

Literaturwissenschaft, 1974), Wolfgang Iser (*Der implizite Leser. Kommunikationsformen des Romans von Bunyan bis Beckett*, 1972; *Der Akt des Lesens. Theorie ästhetischer Wirkung*, 1976 – trads. inglesas 1978 e 1980), ou Roman Ingarden (*Vom Erkennen des literarischen Kunstwerks*, 1968). Por isso a nova edição apresenta um subcapítulo dentro do capítulo 3 (“A comunicação literária”) intitulado “A comunicação artística”, onde Aguiar e Silva frisa muito determinantemente que “a obra de arte só existe *qua* obra de arte enquanto objecto de uma *transacção estética*, o que pressupõe um receptor como indispensável pólo do peculiar processo de intercompreensão representado por essa transacção estética” (*id.*: 185) (note-se que Iser menciona justamente os “dois pólos” da obra literária, que segundo ele seriam “o artístico e o estético: o pólo artístico é o texto do autor e o pólo estético é a realização efectuada pelo leitor”; *apud* Compagnon, 1999: 149). A ênfase neste pólo por parte de Aguiar e Silva, contudo, não parece ter razões estritamente circunstanciais ou contingentes determinadas pela evolução interna dos estudos literários ao longo da década de 70, mas parece antes motivar-se numa profunda e estrutural convicção do autor que, já em 1967, denunciava o essencial das suas preocupações ao dedicar um capítulo da primeira edição àquilo que designou por “Funções da literatura” (capítulo que, a par do capítulo seguinte dedicado à “criação poética”, acabaria por desaparecer ou ser assimilado nas versões posteriores).

Logo nas primeiras páginas da obra, e ainda no momento inicial dedicado a dilucidar “o conceito de literatura”, Aguiar e Silva alude iluminadamente à *Opera Aperta* de Umberto Eco, que viera a lume em Itália em 1962, reconhecendo-lhe o estatuto de “poética da obra aberta” defendido pelo próprio Eco, bem como as marcas decisivas “do princípio de indeterminação, da cibernética, da teoria da informação, etc.” (Silva, 1967: 21). Apesar da breve referência assente sobretudo nas matrizes informacionais do pensamento de Eco, Aguiar e Silva prossegue a sua reflexão fazendo sempre menção às

“categorias estético-literárias”, e finaliza a passagem dedicada à importância do conhecimento em Teoria da Literatura com as seguintes palavras: “Este conhecimento, em vez de prejudicar, vem *intensificar a fruição estética* e revelar mais plenamente uma das mais esplendorosas experiências e aventuras humanas [...]” (*id.*). Dá-se aqui um evento curioso ao nível da leitura que poderia facilmente enquadrar-se na tão especial lógica histórica dos “precursores de Kafka” segundo Jorge Luis Borges, uma vez que é inevitável que nesta “fruição” ressoe a “fruição” do prazer do texto de Roland Barthes, que só viria a ser publicado em 1973² (com todos os problemas que tal ligação acarretaria, se nos lembrarmos desde logo que Barthes fundamenta psicanaliticamente “a oposição do texto de prazer e do texto de fruição” estabelecendo que, ao passo que “o prazer é dizível, a fruição não o é”, pois “A fruição é in-dizível, inter-dita”; Barthes, 1987: 30). Mas interessa-me particularmente a presença marcante da função expressiva ou emotiva da linguagem no encerramento da secção legitimatória do conhecimento em teoria – como se se tratasse do fragmento de um discurso amoroso similar ao de Proust sobre a leitura: porque ela é programática, porque marca o estilo do autor escapando à retórica do controlo (elemento tão frequentemente imperceptível na metaliteratura de índole teórica; cf. Pennanech, 2010: *passim*), e porque nos permite compreender com mais inteireza o capítulo subsequente.

O primeiro aspecto que sobressai do segundo capítulo da *Teoria da Literatura* na sua primeira edição de 1967 é desde logo o título: “Funções da literatura”. Forçosamente, nele ecoa o título de um capítulo similar da obra homóloga de Wellek e Warren (1949; trad. port. 1962), com uma diferença muito considerável que irá revelar-se decisiva na atitude que os respectivos autores adoptam: é que no livro norte-americano, o

2 Agradeço a Rita Patrício a lembrança de que a terceira edição da *Teoria da Literatura*, justamente de 1973, termina com as seguintes palavras, na sequência de uma alusão a *S/Z* de Roland Barthes: “E assim o prazer do texto exorcisma os demónios do cientismo... O que é um epílogo quase emblemático para este capítulo e para este livro” (Silva, 1973: 691).

capítulo equivalente (III) intitulava-se “A função da literatura”, no singular. René Wellek e Austin Warren assumem assim para o problema da “função” o mesmo princípio unificador que haviam sugerido no capítulo anterior dedicado à “natureza” da literatura, sustentando mesmo que aquela decorre desta. E embora se questionem, a determinado momento, se a literatura terá “função ou funções”, o certo é que subjaz claramente à sua exposição um certo *parti pris* normativista contra pluralismos, muito flagrante no passo em que de forma sumária e com alguma sobrançeria contrapõem os princípios do gosto e do juízo estéticos: “O relativista que gosta da difícil poesia moderna pode sempre repudiar o juízo estético, fazendo do seu gosto uma preferência pessoal, ao mesmo nível das palavras cruzadas ou do xadrez” (Wellek e Warren, 1985: 38). O problema complica-se, porém, nas linhas finais do capítulo, onde, por meio da rejeição da atitude relativista que os faz postular a existência de um “proper reader”, os autores acabam por produzir uma formulação quase tautológica de pendor essencialista: “Utilizando assim a palavra, dizemos, a poesia tem muitas funções possíveis. A primeira e a principal é a fidelidade à sua própria natureza” (*id.*: 46).

Torna-se particularmente interessante ler a abertura do capítulo de Aguiar e Silva dedicado “às funções da literatura” logo após este desenlace. Diz ele: “A teoria da literatura tem de atender a esta multiplicidade de aspectos do fenómeno literário, *sem a tentação de reduzir a riqueza e a diversidade das formas e das ideias da arte literária a uma fórmula abstracta e descarnada*” (Silva, 1967: 35). Ora, o modo como o autor desenvolve a sua argumentação relativamente a esta matéria distancia-se epistemologicamente do texto de Wellek e Warren (embora não pareça ser movido por uma *vis polemica*, pelo menos à superfície) a partir do momento em que, para o fazer, Aguiar e Silva convoca os documentos mais matriciais da Estética do século XVIII, como a *Estética* de Baumgarten, *Sobre a Imitação Plástica do Belo* de Karl Philip Moritz, ou,

muito em particular, a *Crítica da Faculdade do Juízo* de Kant, e, logo em seguida, as cogitações produzidas já em atmosfera romântica por Schelling ou por Hegel. Trata-se do macrotexto de um século cujo pensamento filosófico no domínio da estética possibilitou justamente que a modernidade se estabelecesse no campo artístico e literário, como viria a acontecer em definitivo a partir do Romantismo, na passagem para o século XIX: graças a toda a reflexão em torno das categorias criadoras da Imaginação e do Génio, claro, mas sobretudo graças à legitimação disciplinar da esfera da sensibilidade que, num plano imediato, assentaria numa ampliação problematizante das categorias estéticas extrínsecas ao belo, com destaque para o sublime, bem como no privilégio entretanto concedido ao problema do gosto, que a provocação de Voltaire no seu ensaio sobre o belo tão sugestivamente sintetiza: “Perguntem a um sapo o que é a beleza, o grande belo, o *to kalon*? Ele responder-vos-á que é a sua sapa com dois grandes olhos redondos a sair da cabeça pequena, uma boca grande e plana, um ventre amarelo, umas costas castanhas” (Voltaire, 1829: 314; trad. minha).

Ora, ao levar a cabo uma reconstituição dos momentos mais exemplares do século XIX que foram implantando e consolidando as doutrinas da *arte pela arte* – Théophile Gautier, Baudelaire, Oscar Wilde ou Huysmans –, Aguiar e Silva conclui alertando para os perigos dessa tal única fidelidade da arte “à sua própria natureza”, pois entende que

Nesta atitude de distanciamento existe uma autêntica preocupação estética, mas existe também uma perigosa altivez esteticista que conduz à *ruptura da comunicação do escritor com o público e que, no seu extremo limite, se encaminha para o suicídio da literatura* (Silva, 1967: 53).

Eis a literatura em perigo de acordo com Aguiar e Silva: eis-nos por conseguinte no centro mais elementar do problema teórico segundo o autor da *Teoria da Literatura*, que já em 1967

reconhece ao *leitor* (individual ou colectivo) um papel decisivo na sobrevivência da literatura, o que o afasta em definitivo das considerações similares que Wellek e Warren haviam desenvolvido na sua obra, e lhe permite sugerir, por exemplo, que o princípio de *evasão* subjacente a alguns entendimentos do fenómeno literário se aplica tanto ao criador quanto ao leitor: “A leitura aparece então como o excitante de um sentimentalismo ávido de quimeras, como realização fictícia de desejos inconfessados, como forma ilusória de compensar frustrações existenciais” (*id.*: 64-5). Com toda a naturalidade, portanto, e distanciando-se visivelmente de Wellek e Warren, Aguiar e Silva dedica uma parte muito considerável do capítulo à função catártica, sublinhando que ela foi “estendida a toda a expressão literária e mesmo a toda a expressão artística”: “desde há muitos séculos”, sintetiza, “que o homem interpreta a obra literária como uma forma de libertação e de superação de elementos existenciais adversos e dolorosos, como uma procura de paz e de harmonia íntimas, tanto no plano do criador como no plano do leitor” (*id.*: 77), pelo que terá “de admitir-se, como defendeu o Pde. Henri Bremond, que toda a experiência poética é catártica” (*id.*: 78). Não estamos nada longe daquilo que Compagnon virá a defender na sua lição inaugural de 2007, ao lembrar que “a filosofia moral contemporânea restabeleceu a legitimidade da emoção e da empatia como princípio de leitura: o texto literário fala-me de mim e dos outros; suscita a minha compaixão” (Compagnon, 2010: 46), ainda que fosse necessário proceder a uma distinção entre os dois âmbitos distintos da empatia e da compaixão do ponto de vista do seu significado na relação estética (cf. Bloom, 2016: *passim*).

O capítulo acerca das “Funções da literatura” inclui uma série de outras considerações muito importantes, nomeadamente no que respeita às teorias da arte e da literatura empenhadas, a partir de um comentário detalhado de alguns postulados de Sartre, mas o que parece ser mais significativo é o facto de o capítulo se encerrar com uma sugestão situada nos

antípodas da proposta com que Wellek e Warren haviam terminado o seu capítulo sobre a função da literatura: “a autonomia da literatura”, sublinha Aguiar e Silva, “não repousa no divórcio com a vida e com a história”, “podendo assim desenvolver ‘a mais diversa e múltipla *funcionalidade*, sem por isso se rebairar até à subordinação ou se negar na heteronomia’ [Luigi Pareyson]”. Não por acaso, Aguiar e Silva escolhe como palavras finais as de Luigi Pareyson no seu ensaio “Os problemas actuais da estética”, que tão determinante fora para a reflexão levada a cabo por Umberto Eco em *Opera Aperta*, cinco anos antes. Mas o que talvez sobressaia da proposta precoce de Aguiar e Silva é o equilíbrio do comentário, que ao assumir por sistematização a historicidade do problema da recepção e da leitura, em nenhum momento cai em radicalismos de qualquer espécie, o que lhe permite conciliar a perspectiva expressiva com a pragmática, bem como distanciar-se de visões do problema excessivamente radicais do ponto de vista hermenêutico ou semiológico que ignorem factores de ordem empírica (veja-se os conceitos de “arquileitor” ou de “leitor-modelo”). Em 2010, Aguiar e Silva sintetizará o essencial da sua atitude num único parágrafo do ensaio “Pequena apologia das Humanidades: contra os cépticos e contra os dogmáticos”, onde podemos ler:

Um devastador malefício de algumas práticas de leitura formalistas-estruturalistas consistiu exactamente em esterilizar o estudo dos textos literários através de análises esquemáticas e estereotipadamente formais, com a utilização de terminologias complicadas, rasurando e cancelando os significados e os valores antropológicos, éticos, sociais e políticos que são constitutivos dos textos literários e que os leitores actualizam diversa e variavelmente ao longo da história da recepção desses textos, em função da sua própria historicidade de leitores e intérpretes (Silva, 2010: 37).

Trata-se, em suma, de sustentar uma “audácia afectiva” que claramente menospreza e combate os perigos da conhecida falácia, porque a reformula ao mesmo tempo que a reactiva, um pouco naquele sentido que, guardadas as devidas distâncias, Susan Sontag propunha em 1964-66, ao insurgir-se contra a interpretação: “What is important now is to recover our senses. We must learn to *see* more, to *bear* more, to *feel* more” (Sontag, 2013: s.p.). Graças a esta audácia, podemos entrar nesse volume de 2010, *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*, e sentir plenamente a coerência que subjaz às suas palavras iniciais: “Alguns ensaios deste livro – talvez os que mais estimo intelectual e afectivamente – constituem uma reflexão preocupada, tingida de melancolia, mas não derrotista, sobre as Humanidades” (Silva, 2010: 10).

É conhecida a passagem de *Figures IV* em que Gérard Genette narra um episódio da sua vida académica, aquando da sua proposta de criação no Collège de France de uma cadeira de Teoria das Formas Literárias. De acordo com o seu relato, Genette terá sido convidado a explicar, “brevemente, se possível”, a um dos seus colegas físicos qual seria *a sua* teoria de literatura; e comenta o episódio nos seguintes termos:

Tendo sempre tido *a* teoria da literatura por uma disciplina neutra (o estudo geral das formas literárias), mais do que como uma hipótese explicativa *engagée*, fiquei sem palavras, [...] tendo que admitir que não dispunha efectivamente de *uma* teoria da literatura, e que nem sequer via bem em que poderia consistir uma tal coisa (Genette, 1999: 26).

Também Compagnon imagina o problema, como regista a páginas tantas de *O Demónio da Teoria*: “Perguntar-me-ão: qual é a sua teoria? Responderei: nenhuma” (Compagnon, 1999: 23). Talvez os dois teóricos franceses pudessem fazer a mesma

pergunta a Vítor Manuel Aguiar e Silva. A pergunta teria certamente uma outra resposta.

Referências bibliográficas

- ARDENNE, Paul (2006). *Extrême: Esthétiques de la Limite Dépassée*. Paris: Flammarion.
- ARISTÓTELES, (1980). *La Poétique*. Ed. crítica Roselyne Dupont-Roc e Jean Lallot, Paris : Seuil.
- BARTHES, Roland (1987). *O Prazer do Texto*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- BLOOM, Paul (2016). *Against Empathy: The Case for Rational Compassion*. Harper Collins.
- COMPAGNON, Antoine (1999). *O Demônio da Teoria*. Belo Horizonte: UFMG.
- COMPAGNON, Antoine (2010). *Para que Serve a Literatura?*. Porto: Deriva.
- CULLER, Jonathan (1997). *Literary Theory: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- ECO, Umberto (1983). *Leitura do Texto Literário: Lector in Fabula*. Lisboa: Presença.
- ECO, Umberto (1991). *Obra Aberta*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- GENETTE, Gérard (1999). “Du texte à l’œuvre”. *Figures IV*. Paris: Seuil.
- JAKOBSON, Roman (1977). *Huit Questions de Poétique*. Paris: Seuil.
- MUKAŘOVSKÝ, Jan (1997). *Escritos sobre Estética e Semiótica da Arte*. Lisboa: Editorial Estampa.
- PENNANECH, Florian (2010). “Pourquoi aime-t-on un texte théorique?”. *Acta Fabula*, vol. 11, n° 4, Abril. URL: <http://www.fabula.org/revue/document5644.php>.
- PERNIOLA, Mario (1998). *A Estética do Século XX*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (1967). *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina.
- SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (1973). *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina.
- SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (1982). *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina.
- SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (2010). *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- SONTAG, Susan (2013). *Against Interpretation and Other Essays*. Nova Iorque: Picador.
- TAVARES, Gonçalo M. (2004). *A Perna Esquerda de Paris seguido de Roland Barthes e Robert Musil*. Lisboa: Relógio d’Água.

PATÉTICA E PROBLEMÁTICA DE UMA POÉTICA EMPÁTICA

WELLEK, René, e WARREN, Austin (1985). *Teoría Literaria*. prólogo de Dámaso Alonso. Madrid: Gredos.

VOLTAIRE (1829). “Beau”. *Oeuvres*. Tomo XXVII. Paris: Chez Lefèvre.

A TEORIA DA LITERATURA DE VÍTOR AGUIAR E SILVA E A SALA DE AULA

Oswaldo Manuel Silvestre

Centro de Literatura Portuguesa
Universidade de Coimbra

I

Em 1997, 30 anos após a edição da *Teoria da Literatura* que aqui nos traz, uma das grandes figuras da disciplina no período posterior, Jonathan Culler, publicou um livrinho intitulado *Literary Theory. A Very Short Introduction* (ou seja: *Teoria Literária. Uma brevíssima introdução*). O livro, brevíssimo por imposição da coleção que integra na Oxford University Press, abre com um breve prefácio no qual o autor defende a opção que define a disposição das matérias no livro, prefácio do qual extraio as palavras iniciais (eu traduzo):

Muitas introduções à teoria literária descrevem uma série de ‘escolas’ de crítica. A teoria é tratada como uma série de ‘abordagens’ em competição, cada uma com as suas posições teóricas e compromissos. Mas os movimentos teóricos que essas introduções identificam – tais como o estruturalismo, a desconstrução, o feminismo, a psicanálise, o Marxismo e o novo historicismo – têm muito em comum. Essa a razão que leva a que as pessoas falem de ‘teoria’ e não apenas de teorias particulares (Culler, 1997).

Notemos, para começar, a incorreção histórica da descrição de Culler, que comporta, aliás, um elemento autobiográfico não despidendo, na forma como começa o elenco com o estruturalismo e a desconstrução, correntes às quais dedicou livros marcantes. A incorreção reside em confundir o elemento central das obras historicamente de referência na disciplina, elemento esse que quase sempre oscila entre a tentativa de definir literatura e de situar a Teoria da Literatura entre as outras disciplinas do campo (a História e a Crítica literárias, a Literatura Geral e a Literatura Comparada), com o elemento que diríamos acessório, o do elenco das correntes da crítica e da teoria dominantes até ao momento de elaboração dessa obra. É o que sucede com o livro de Wellek e Warren, de 1942, cuja primeira parte se intitula “Definitions and Distinctions”, reservando apenas para as partes III e IV as considerações sobre o estudo extrínseco e o estudo intrínseco da literatura, estudo que se cruza com a exploração dessas correntes da teoria e da crítica. Ou com a 1ª edição da *Teoria da Literatura* de Vítor Aguiar e Silva, que dedica o capítulo I ao Conceito de Literatura e à Teoria da Literatura, o capítulo II às Funções da Literatura, o III à Criação Poética, o IV aos Géneros Literários, surgindo as correntes de crítica e teoria apenas nos capítulos XIII, o Formalismo Russo, XIV, o *New Criticism*, e XV, a Estilística e o Estruturalismo (a partir da 4ª edição, como é sabido, os capítulos dedicados nas edições anteriores às correntes da teoria desde o

formalismo russo são expulsos do livro, sendo remetidos para um 2º volume nunca editado – facto que deixa perceber que o essencial da obra não se joga nele mas no volume 1).

Os exemplos poderiam suceder-se, pelo que poderíamos perguntar-nos o que leva Culler a tomar a nuvem por Juno. A explicação contida na última frase não é, aliás, convincente, ou sequer pertinente historicamente, já que não é para não se referirem a teorias particulares, ou não é *por isso*, que as pessoas, a partir de certa altura, começam a falar de “teoria” e não de teorias (Culler explicará abundantemente essas razões no capítulo inicial e não se reportará, de facto, a esta suposta causa). Logo a seguir, Culler argumentará em favor da superioridade da opção adotada no livro:

Para apresentar a teoria, é melhor discutir questões e reivindicações partilhadas do que fazer o panorama das escolas de teoria. É preferível discutir tópicos importantes que não opõem uma ‘escola’ a outra mas podem marcar divisões salientes entre movimentos. Tratar a teoria contemporânea como um conjunto de abordagens ou métodos de interpretação em competição faz-nos perder muito do seu interesse e da sua força, que provêm do seu amplo desafio ao senso comum, e da sua exploração de como o sentido é criado e as identidades humanas tomam forma. Prefiro eleger uma série de tópicos, focando-me em questões relevantes e debates sobre elas e naquilo que acho que aprendemos (*id.*).

Talvez possamos agora, antes de avançar, historicizar aquilo a que chamei a *incorreção* de Culler. De facto, quando Culler publica a sua *Brevíssima Introdução*, a Teoria da Literatura tinha realizado plenamente a profecia contida na reescrita do título do último capítulo da *Teoria* de Vítor Aguiar e Silva (1968, 2ª edição), esse capítulo que surgia então já não com o título “Estilística e Estruturalismo”, que pelos vistos se revelara

entretanto estreito, mas sim “Sob o signo de Babel?”. Se a invocação de Babel em 1968 nos parece sintomática de uma leitura demasiado ansiosa do processo histórico nas ciências humanas, a verdade é que o pós-estruturalismo conduzirá a Teoria a um panorama de desagregação do projeto fundador da disciplina, o que se manifestará no grande conjunto de livros que, entre o final de 80 e em 90, reduzirão o seu esforço teórico à figura da Introdução panorâmica, apresentando o campo teórico como um elenco de paradigmas, mais ou menos divergentes, de que o usuário se pode servir *à la carte*. A Teoria fragmenta-se em teorias mas sobretudo é cooptada por uma ideia de utensilagem: uma chave Yale todo-poderosa. Nesse sentido, recuar até uma zona de argumentação onde se possam discutir, fora de lógicas guerrilheiras entre ismos, “questões partilhadas”, parece uma boa estratégia para relançar o potencial crítico com que a teoria enfrenta o senso comum.

Resta saber se as questões são realmente partilhadas, ou *ainda* partilháveis, pelo menos na descrição que dos seus pressupostos Culler nos apresenta: o interesse e força da teoria proviria, recorde, “do seu amplo desafio ao senso comum, e da sua exploração de como o sentido é criado e as identidades humanas tomam forma”. Se descontarmos o desafio ao senso comum, que parece consensual, o primeiro pressuposto seguinte é obviamente de procedência estruturalista e pode ser tratado de acordo com a famosa descrição da teoria como “linguística da literariedade” (De Man, 1989: 32), para me reportar ao Paul de Man de *A resistência à teoria*: o estruturalismo seria o momento em que o modelo linguístico permite que nos concentremos, não no sentido em si, mas no processo da sua produção ou inscrição – um processo diferencial, em aceção saussureana, radicalizado depois por Derrida em pura *diferença*. O segundo pressuposto é mais problemático, pois a sugestão de que de um entendimento da linguagem enquanto *différance* se possa passar, em paz e sossego, para o processo pelo qual “as identidades humanas tomam forma” é posta em causa pelo próprio devir

do pensamento identitário contemporâneo, que tende a fazer a economia do primeiro pressuposto, de modo a ir mais rapidamente ao encontro dessas identidades em busca de forma – e redenção. Uma outra maneira de apresentar a questão consiste em constatar a rapidez com que os estudos de gênero, ou mesmo os *Queer Studies*, se casaram com os estudos culturais e com o descaso destes pela Teoria, em nome justamente da relevância reivindicada por Culler para os tópicos a discutir no seu livrinho. A narrativa inversa da questão seria mais ou menos esta: a relevância elege tópicos de discussão como “identidades em formação”; e estas, que em rigor resultariam de um processo de criação de sentido (pois uma identidade é uma modalidade complicada de criação de sentido), não perdem uma ocasião para manifestar a sua impaciência perante a ontogênese descrita por Culler, com a ajuda de De Man, emancipando-se dela e proclamando o seu direito a, pelo menos, um “essencialismo estratégico” (Spivak) que acelere o processo de formação, no que, em rigor, é uma ocorrência mais de resistência à Teoria¹.

Em todo o caso, o meu ponto central não é este, pois aquilo de que quero falar é, bem vistas as coisas, de índices e de disposição de matérias. No final do prefácio, Culler surpreende-nos com a seguinte informação:

Ainda assim, qualquer pessoa que leia um livro de introdução à teoria literária tem o direito a contar com uma explicação de termos como *estruturalismo* ou *destrução*. Ofereço breves esboços de grandes escolas ou movimentos críticos no Apêndice, que pode ser

1 O texto referido de De Man traça perfeitamente o gráfico dessa impaciência, se confrontarmos duas citações do autor. Na primeira, De Man afirma que a teoria literária suscita resistências e ataques porque “transtorna ideologias enraizadas revelando a mecânica do seu funcionamento” (*id.*). Na segunda, contudo, o autor coloca um travão no mecanismo da revelação, afirmando memoravelmente que “A literatura é ficção não porque recuse de algum modo reconhecer a ‘realidade’, mas porque não é *a priori* certo que a linguagem funcione de acordo com princípios que são os, ou que são *como os*, do mundo fenomenal. Não é, pois, certo *a priori* que a literatura seja uma fonte fidedigna de informação acerca seja do que for senão da sua própria linguagem” (*id.*: 31).

lido em primeiro lugar ou em último ou consultado constantemente. Divirtam-se! (*id.*).

Na introdução ao referido Apêndice, após repetir o argumento que o leva a deslocar o elenco dos paradigmas para o fim do livro, e antes de apresentar a forma como vê o panorama recente da disciplina, Culler afirma que

A teoria literária não é um conjunto de ideias descarnadas mas uma força nas instituições. A teoria existe em comunidades de leitores e escritores, enquanto prática discursiva, é parte inextricável das instituições educativas e culturais (*id.*: 123).

Segue-se então o elenco dos paradigmas teórico-críticos, que seriam a demonstração dessa “força nas instituições”: Formalismo Russo, *New Criticism*, Fenomenologia, Estruturalismo, Pós-estruturalismo, Desconstrução, Teoria Feminista, Psicanálise, Marxismo, Novo Historicismo / Materialismo Cultural, Teoria Pós-Colonial, Discurso Minoritário, Teoria *Queer*. O elenco é tão questionável como qualquer outro, tanto mais que oscila entre paradigmas teóricos historicamente situados (o Formalismo Russo e o *New Criticism* ou a Desconstrução, por exemplo) e contribuições do tipo do Marxismo ou da Psicanálise, que não se situam no mesmo plano dos primeiros, sendo antes pulsões interdisciplinares recorrentes da Teoria ao longo do século XX. Queria, contudo, regressar à questão do funcionamento institucional da Teoria da Literatura, isto é, ao seu papel educativo e cultural. Vista a essa luz, a intervenção de Culler, com esta *Brevíssima Introdução*, ganha uma forte dimensão pedagógica, já que, como vimos, trata-se de substituir uma versão da Teoria como elenco de correntes teóricas por uma outra que recupere um espaço partilhável para debate. Noutros termos, trata-se de propor uma teoria que não se confunda com um catálogo e que recupere o seu momento

socrático, que seria, no fundo, o do debate em sala de aula. Alguma coisa de decisivo se alterou, contudo, na situação da Teoria, enquanto disciplina que se define agora (em 1997) sobretudo por um catálogo de paradigmas ou, noutra versão também epocal, por uma antologia (um *Reader*) de ensaios. No primeiro caso, a Teoria acaba por se confundir com uma didática de “modos de ler” (intrínsecos ou extrínsecos, para seguirmos Wellek & Warren) ou, se se preferir, com um supermercado de bens teóricos que tem o dom de induzir a percepção, errónea, de que, tal como na filosofia, o essencial da Teoria não evolui, existindo numa sincronia absoluta; no segundo, a Teoria renuncia às suas ambições epistemológicas, descritas por Culler como sendo “o estudo sistemático da natureza da literatura e dos métodos para a analisar” (*id.*: 1), e, por consequência, às suas ambições institucionais, substituindo-as por um regresso à casuística típica do regime ensaístico do *New Criticism*, por exemplo.

No diagnóstico de Culler, que é hoje senso comum, tal fica a dever-se ao facto de que a Teoria se dedica agora a demasiados objetos não predicáveis como literários, exatamente porque a própria teoria se passou a inspirar em autores que provêm de zonas exteriores à literatura, impondo à teoria uma agenda na qual não se consegue reconhecer a tradição da Teoria e, mesmo, dos estudos literários. É aqui que a disposição de matérias desta *Brevíssima Introdução* se torna reveladora dos bloqueios da Teoria em 1997. O livro abre com um capítulo sobre Teoria (“What Is Theory?”), vindo apenas depois o capítulo canónico sobre a natureza da literatura, acrescentado embora de uma nota muito epocal sobre a sua relevância (ou seja, e de facto, sobre o fantasma da sua irrelevância): “What Is Literature and Does It Matter?”² A precedência da Teoria sobre a literatura na ordem das matérias diz muito sobre a deslocação da própria disciplina para um espaço que não é já plenamente coincidente

² A título informativo, consulte-se, no apêndice deste texto, a reprodução do índice do livro de Culler.

com o dos estudos literários, ou com o de uns estudos literários definidos em torno de uma noção estabilizada (“específica”) de literatura. Mas isso não parece ser ainda suficiente para definir a Teoria em 1997, se tomarmos em conta as palavras com que Culler encerra o último capítulo, dedicado a “Identity, Identification, and the Subject”:

A teoria não oferece, pois, um conjunto de soluções, mas a iminência de mais pensamento. Ela exige compromisso com o trabalho de leitura, de questionamento de pressupostos, de questionamento das evidências sobre as quais funcionamos. Comecei por dizer que a teoria é sem fim – um *corpus* ilimitado de escritos desafiadores e fascinantes – mas não apenas no sentido de mais escritos: ela é também um projeto de pensamento em curso que não termina quando uma brevíssima introdução termina (*id.*:122).

Ou seja, e descontando a retórica do *explicit*, a teoria é sem fim, não por poder abarcar sempre mais e mais textos, mas por ser puro trabalho do pensamento, com ou sem um texto ou referência disciplinar estável. Recordo que no momento em que, no capítulo inicial, Culler tenta sistematizar os traços definidores de teoria, ele apresenta-nos quatro: a teoria é interdisciplinar; a teoria é analítica e especulativa; a teoria é uma crítica do senso comum; a teoria é reflexiva e autorreflexiva. Todos eles se aplicam à Teoria da Literatura mas nenhum lhe é específico, o que introduz um drama adicional e decisivo, pois, definida assim, a teoria, diz-nos Culler, é intimidante e, na medida em que é alimentada por tantos autores e disciplinas, é ingovernável: “O caráter ingovernável da teoria é uma causa maior da resistência a ela” (*id.*: 16). É exatamente isso o que ocorre em boa parte dos capítulos do livro, que começam quase sempre na teoria literária ou linguística, derivando depois para fora delas e demonstrando assim o funcionamento

do compósito que é hoje a Teoria, tal como ocorre também nos exemplos mobilizados, que nos ficam na memória exatamente quando saem para fora da literatura (e muitos deles de facto saem), dando assim testemunho do poder desmistificador da Teoria. Acima de todos, no meu caso, o que ocorre na leitura que Culler faz da canção “(You make me feel) Like a natural woman”, de Aretha Franklin.

O problema, eu diria, é que na lógica adotada por Culler para este livro, o facto de se tratar de uma introdução brevíssima não é um *handicap* mas a salvação, pois não há composição de matérias, por mais criteriosa, que possa acolher em livro a Teoria na versão ingovernável antes referida, e que é a versão nossa contemporânea. O que explica, quer a passagem, por essa altura (1997), do compêndio ao *Reader* de ensaios que, como é típico da antologia, alberga não apenas os textos selecionados, mas o fantasma, ou contrafactual, das suas alternativas tendendo ao infinito, quer a não-ordem de despejo dada por este livrinho ao catálogo de teorias, que remete para um apêndice. O catálogo reintroduz a didática da Teoria e, com ela, o programa institucional da disciplina, cuja necessidade é tão-mais sentida quanto o corpo do livro dá testemunho da dissolução do seu programa concetual, inteiramente ausente do esforço de sistematização do que seja teoria levado a cabo por Culler no capítulo 1. O apêndice, que o corpo do livro torna realmente excedentário, pois não tem lugar para ele, revela-se, porém, como na lógica do suplemento, omnipresente nas opções que regem a disposição de matérias do livro, tanto mais que é nesse catálogo final que nos é apresentada a lógica concetual que é operacionalizada no corpo do mesmo livro. O livrinho de Culler é, pois, sintoma de uma situação da Teoria contemporânea que se pode descrever como sendo de uma progressiva discrepância ou divergência entre o espaço concetual do manual ou compêndio da disciplina e o espaço da sala de aula, cada vez mais ocupado com debates não contidos ou não previstos na dimensão prospetiva do compêndio. Resta saber de que modo se processa, ao longo da

aprendizagem, o trânsito entre o livro e o apêndice, ou seja, entre o debate e os seus termos de referência: o leitor começa pelo apêndice ou pelo debate? Começa por este e a certa altura vai ao apêndice para se certificar de algo que ficou em estado lacunar na argumentação? Ou simplesmente entrega-se ao debate e esquece o património teórico da disciplina, lendo-a antes como Humanidades, em sentido lato? E qual o preço a pagar por isso, na Teoria da Literatura e, mais latamente, no ensino da literatura?

II

O desarranjo da disposição de matérias no livro de Culler contrasta ostensivamente com a disposição de matérias nas obras clássicas na disciplina. Por “obras clássicas na disciplina” entendo, neste ponto, aquelas que não apenas se situam no seu período de institucionalização, mas cujo título coincide com o da disciplina, o que nos permite abordar agora o livro que aqui nos traz. Faço notar que essa coincidência não está já ao nosso alcance, pois pressupõe o tempo dos fundadores. Mas o que quer isto dizer, em rigor? Entre outras coisas, quero com isto dizer que nessas obras o programa concetual da disciplina encaixa, sem sobressalto, no seu programa institucional, razão pela qual ao falarmos na Teoria da Literatura de Vítor Aguiar e Silva, ou na de Wellek & Warren (e escrevo, por isso mesmo, o título das obras sem recorrer a itálico), falamos não apenas na sua versão concetual da disciplina mas também, e ao mesmo tempo, de toda uma proposta de política institucional. No último capítulo da sua Teoria da Literatura, dedicado à situação académica americana³, Wellek & Warren chamam a atenção para o facto de a disciplina estar a ser pro-

3 O capítulo, que é o XX e integra a parte V, “The Academic Situation”, com o título “The Study of Literature in the Graduate School”, virá a ser retirado do livro por René Wellek entender, tal como declara no Prefácio à 2ª edição, que 10 anos depois o texto estava desatualizado, “partly because some of the reforms suggested there have been accomplished in many places”. (Wellek, 1956: 9). A primeira versão do texto foi publicada em 1947 na *The Sewanee Review*, 55:4, pp. 610-626, em dossiê dedicado ao Ensino da Literatura, com um título mais explicativo: “The Study of Literature in the Graduate School: Diagnosis and Prescriptions”.

posta à universidade americana num tempo de reconstrução: o pós-guerra. Convém recordar essas palavras (eu traduzo):

Não é possível antecipar ainda o rumo que os estudos literários europeus seguirão para serem reconstruídos. Mas parece provável que, em qualquer caso, a liderança tenha passado para os Estados Unidos. Aqui, as bases materiais não foram danificadas; aqui foi possível reunir estudiosos europeus com preocupações metodológicas e especulativas, além de eruditos; e aqui existe um movimento de crítica nativo e independente e que começa a fazer-se sentir na academia. Existe aqui uma oportunidade (...) para reconstruir os estudos literários segundo orientações mais críticas: atribuindo ao estudo meramente antiquário a sua devida posição subsidiária, solapando provincialismos nacionalistas e linguísticos, estabelecendo relações ativas entre o estudo e a literatura contemporânea, conferindo à erudição uma consciência teórica e crítica (Wellek e Warren, 1949: 288).

É fácil de perceber que este programa para um mundo novo arrasta toda uma reordenação institucional, ainda hoje desafiante. Porque a recusa da “erudição antiquária”, ou seja, da filologia enquanto fundamento e método de uma história literária colecionista e monumentalista casa-se com um peculiar ataque à ideia de especialização que recupera uma versão *aggiornata* (pela teoria da literatura) do ideal do “homem de letras”. Como os autores dirão em seguida, “Um professor de literatura devia ser capaz, com a devida preparação *ad hoc*, de ensinar e escrever sobre qualquer autor ou período dentro da sua área linguística” (*id.*: 291). A instituição acadêmica, como sabemos, reage a esta proposta com escândalo, denunciando uma inevitável baixa de padrões de exigência – ao que os autores contrapõem que a referida baixa não seria uma constatação de facto mas antes um juízo de valor. Os padrões mudariam,

sim, e esse mesmo é o propósito não apenas do último capítulo da obra mas da própria *Teoria da Literatura*, o que não teria de ser visto como uma quebra na exigência acadêmica⁴. A proposta de Wellek e Warren é sistêmica e percorre toda a ordenação acadêmica; e o seu fundamento é, obviamente, a teoria da literatura como paradigma antifilológico e antipositivista, como se percebe num outro excerto:

A pesquisa de tipo factual não é necessária para a produção de crítica consistente. Aquilo de que o professor-crítico realmente precisa é o domínio que o seu treino nos métodos dos estudos literários lhe deveriam dar – a capacidade para avaliar genericamente a fiabilidade da pesquisa publicada, a capacidade para analisar os pressupostos e a lógica de outros estudiosos de literatura, a capacidade para analisar um poema, um romance, uma peça de teatro (*id.*).

Os problemas surgem quando esta posição é radicalizada a propósito de um autor central no cânone inglês, no caso, Milton. De acordo com os autores, não haveria razão para ir a correr contratar um especialista em Milton quando o especialista encartado em Milton se aposenta. Numa primeira formulação, afirma-se que “Nem é necessário que Milton seja ensinado por um Miltonista, isto é, por alguém que tenha publicado livros e artigos sobre Milton” (*id.*: 291). Logo a seguir, porém, o desenvolvimento da tese não coincide com a afirmação chocante:

A presunção atual é a de que uma pessoa ensine apenas depois de ter publicado um livro ou artigo sobre o autor ao qual o curso é dedicado. Seria melhor que se

⁴ Lembro, a este respeito, que Wellek e Warren viriam a receber uma bolsa da Rockefeller Foundation e da State University of Iowa para, no espaço de dois anos, completarem o manuscrito do livro, com a intenção de fazerem dele a pedra de toque de uma reforma dos programas de graduação em estudos literários.

defendesse, contudo, que ele devia ensinar o curso apenas até ao momento em que publicou o livro. Depois de a sua perspectiva ter sido desenvolvida e transmitida ao impresso, é uma perda de tempo tê-lo repetido e diluído em conferências (*id.*).

Do que se trata, então, não é da defesa da não especialização, mas antes da não confusão entre profissão e especialização: esta seria admissível até certo ponto, deixando de o ser quando se torne uma rotina. O problema é que não se vê como pode uma instituição dispensar o investimento feito na produção de um especialista, logo que ele ganha o reconhecimento dos seus pares, aceitando que ele dispense o capital acumulado ao final do processo de especialização, regressando de imediato a uma fase formativa no estudo de outro autor ou assunto. E obviamente, para que este modelo institucional pudesse funcionar, seria necessário que os seus agentes o interiorizassem a tal ponto que aceitassem dispensar periodicamente o capital que arduamente conquistaram⁵. Tal só poderia tornar-se realidade num mundo universitário cujas Humanidades fossem governadas inteiramente pela lógica da Teoria da Literatura, vale dizer, pelo novo tipo de especialista que ela anuncia: o não especialista que, porque proficiente em teoria & método, consegue desbravar e desbastar qualquer objeto e campo, por mais agrestes que à primeira vista possam parecer. Mas, na verdade, a reforma institucional trazida pela Teoria da Literatura não acaba aqui, pois num momento seguinte os autores propõem reformular a questão da especialização por uma espécie de comutação de paradigma. Assim,

⁵ Note-se que esta posição, que poderia coincidir com aquela utopia arcádica de que se alimenta o *ethos* académico – a eterna disponibilidade intelectual de quem vive para ler, escrever e dar aulas (mas não para a indispensável gestão do sistema académico) –, coincide com, ou prenuncia, a proletarização que hoje, em grande medida, define a universidade ocidental, e em particular a norte-americana, que força o professor a acumular objetos nos quais, também por isso, não consegue acumular capital.

Em vez de enchermos um departamento com “Shakespeareanos” e “Wordsworthianos”, deveríamos, antes, invocar tipos de mente e de método. Temos alguém qualificado para a exegese e a crítica prática? Temos um teórico da literatura? Temos alguém com um forte treino e interesse filosófico que possa analisar as inter-relações entre filosofia e literatura na ‘história das ideias’? Temos um poeta? Temos um professor com interesses sociais e políticos fortes sem deixar de ser um homem da literatura? Temos um ‘Intelectual católico’? Temos um homem versado na moderna psicologia e psiquiatria? Temos homens que sejam representantes adequados dos principais modos literários – o drama, o romance, a poesia? (*id.*).

Só na aparência, porém, estaríamos a substituir especialistas por “tipos de mente e de método”, pois o que se propõe é um misto, muito americano, de claustro acadêmico e de política representativa, que equilibra o *close reader* com o teórico da literatura, o professor com inclinações sociais e políticas com o intelectual católico, o professor dado à filosofia com o dado à psicologia e psiquiatria e, numa posição metapolítica, o poeta (ou dramaturgo ou romancista) com o professor de literatura. Neste estranho zoo, o teórico da literatura pareceria ser apenas *mais um*, mas trata-se de uma aparência enganadora, pois a sugestão é a de que só num universo em que a Teoria da Literatura fosse o fundamento das Letras é que uma tal organização departamental poderia existir. A liberdade implícita neste funcionamento departamental, que é a liberdade que decorre do cancelamento de filologia e positivismo, parece subalternizar autores em favor de métodos e nações em favor da paz perpétua de uma cosmopolítica universitária. Mas como tudo decorre, ainda e sempre, em torno de textos literários e como tudo decorre na língua nacional ou então, se em regime comparatista, em função da língua nacional que se compara com

literaturas noutras línguas, o retorno à filologia está inscrito na própria temporalidade com que se gere o vaivém entre leitura e teoria, assim como a nação, na forma do cânone, se reinscreve em permanência na ideia e ideal de uma cosmopolítica literária.

A perspetiva de Vítor Aguiar e Silva não é exatamente esta, mas o ponto para que quero chamar a atenção é que basta atentar no índice da 1ª ed. da obra para percebermos a conceção da disciplina e a política institucional que se pretende. Note-se que, após uma série de 6 capítulos iniciais sobre matérias canónicas na disciplina, entre o capítulo 7 e o 10 as matérias são, de facto, de História Literária, para em seguida, entre o capítulo XI e o derradeiro, se tratar das correntes de teoria e crítica no século XX. O capítulo inicial encontra-se dividido em duas partes, A e B, a primeira sobre “o conceito de literatura”. Vejamos como abre a secção B: “1 - Assim determinada a natureza da obra literária, impõe-se o estudo das possibilidades, fundamentos e propósitos da disciplina que nos ocupa - a *teoria da literatura*. (Silva, 1967: 26). Em função do que ocorrerá na 4ª edição, no longo corpo a corpo inicial com as objeções a uma definição referencial de literatura, esta afirmação que dá por resolvida a questão da “natureza da obra literária” não pode deixar de nos suscitar um sorriso retrospectivo... Em todo o caso, queria passar desta fundamentação para o que ocorre na última secção, a 4, deste capítulo inicial, em que se reivindicam um certo tipo de relação entre teoria e história:

Parece-nos, com efeito, que a teoria da literatura, para alcançar resultados válidos, não pode transformar-se em disciplina de especulação apriorística, mas tem de recorrer contínua e demoradamente às obras literárias em si: exige um conhecimento exato, concreto, vivífico do fenómeno literário. A disciplina que cultivamos não pode, sob pena de se esterilizar, erguer as suas construções seguindo uma tendência filosofante que desconheça ou deforme a realidade histórica da obra literária (*id.*: 32).

Recordo, a este respeito, que o referido núcleo de capítulos sobre história literária nunca abandonará a Teoria da Literatura de Vítor Aguiar e Silva, mesmo quando da profunda reforma da 4ª edição. Isto significa que a visão que o autor transporta da Teoria, do seu ensino e do ensino da literatura, está neste ponto bastante longe da de Wellek e Warren, o que se explica, desde logo, pelo facto de o trabalho na Teoria da Literatura ter sido acompanhado no seu caso, ao longo dos anos, por um significativo conjunto de estudos na área da história literária, numa certa fase privilegiando o século XIX ou a noção de classicismo, depois entrando no longo e escuro túnel camoniano, de certo modo desbravado pelos seus estudos sobre o maneirismo e o barroco. Não se trata, em Vítor Aguiar e Silva, de edificar um mundo novo do pós-guerra, como em Wellek e Warren, mas, como sucede numa certa tradição europeia, cujo referente decisivo será Cesare Segre, alcançar uma conciliação entre história e teoria ou, em termos mais paradigmáticos, ou mais definitivos, entre filologia e semiótica. Esta conciliação define a situação italiana, a portuguesa e a espanhola, embora com matizes particulares em função das tradições disciplinares locais (o paradigma filológico revelou-se inabalável em Itália ou Espanha, ao contrário do que ocorreu em Portugal, apesar da crescente e recente cooptação de Fernando Pessoa pela filologia, que já não nos permite aceder exatamente a Pessoa, mas antes à filologia dele). Isto explica, de resto, que Vítor Aguiar e Silva tenha reunido, num dos seus volumes mais recentes, de 2010, os seus ensaios de teoria juntamente com os ensaios sobre humanidades e ensino da literatura, justificando assim o extensíssimo título desse livro: *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*. O que parece não caber no título, curiosamente, é a teoria da literatura – e, contudo, são de teoria os mais estimulantes ensaios contidos nessa obra, que assinala um recuo do projeto autonomista da Teoria, ao mesmo tempo que a integra num

projeto mais vasto, o das Humanidades e do Ensino, sob a égide de uma política de língua. O que faz sentido com aquele perfil europeu do teórico que é também camonista, e com o primado do ensino, ou mesmo da sala de aula, vale dizer, com uma política institucional reconhecível desde o início.

Para o percebermos melhor, e para entrarmos no meu último ponto, permito-me transcrever o parágrafo inicial do Prefácio à 1ª edição da *Teoria da Literatura*:

Esta obra nasceu dos cursos sobre Teoria da Literatura que, desde o ano letivo de 1962-63, vimos regendo na Faculdade de Letras de Coimbra. Iniciávamos então, logo após a conclusão da licenciatura, a carreira de docente universitário, e foi com juvenil entusiasmo que empreendemos a tarefa de estabelecer programas e rumos de investigação, consagrando o melhor do nosso esforço ao estudo desta tão fascinante e tão complexa disciplina. É este juvenil entusiasmo que explica ainda a presente aventura icárica – a apresentação desta *Teoria da Literatura* a um público mais vasto do que o restrito auditório escolar que foi o seu primeiro destinatário (*id.*).

O livro, de certo modo, é engendrado na sala de aula, entre leituras, programas de curso e sumários. O seu primeiro público é o do “restrito auditório escolar”, que o livro permitiria alargar para lá do circuito da comunicação em presença. Na sua fase inicial, a das primeiras 3 edições, o livro é de facto um manual ou guião da disciplina, organizado em capítulos que são unidades letivas. Com a 4ª edição, em 1982, o perfil da obra muda significativamente, como se pode constatar espreitando o índice. A mudança tem a ver, certamente, com o modelo semiótico, que é explicado logo nos capítulos 2 e 3, sobre “O sistema semiótico literário” e “A comunicação literária”, e que é responsável também pelo fundamental capítulo 9, sobre “O texto

literário”, mas que afeta toda a obra, implicando a sua reescrita *sub specie semioticae*. Mas a mudança que agora mais me interessa é a que faz com que a ideia de manual ou guião de disciplina, num sentido técnico, deixe de funcionar. Em rigor, uma ideia de manual só será recuperada em 1990, no volume para a Universidade Aberta, *Teoria e Metodologia Literárias*, que abre com um capítulo sobre as disciplinas dos estudos literários, no qual se tenta uma cartografia do campo disciplinar, e introduz um outro capítulo sobre “Literatura e outras artes”, prometido desde a 1ª edição da *Teoria da Literatura*. Ambos os capítulos têm a ver com uma tentativa de regressar a uma ideia de “livro de texto”, o que conduziu o autor a uma versão mais próxima da primeira.

A mudança fundamental trazida pela 4ª edição não é, pois, a do paradigma semiótico, mas sim a da substituição da ideia de manual pela de compêndio ou tratado. Como se percebe pelas matérias constantes do índice, a sua disposição não permite já uma transposição para a sintaxe de um curso, pois a matéria transborda qualquer programa, tanto quanto a bibliografia se revela já no limiar do governável (a reformulação da obra não resulta agora de uma narrativa centrada na sala de aula mas antes na frequência de uma biblioteca universitária americana). Porém, esta divergência entre a sala de aula e o livro não é da mesma natureza da que explorámos em Jonathan Culler e que se tornou entretanto uma das fatalidades da disciplina. O que se passa agora é que a *Teoria da Literatura* de Vítor Aguiar e Silva se torna um compêndio que percorre transversalmente todo o campo da teoria e dos estudos literários, acumulando um vasto volume de conhecimento que coloca à disposição dos leitores e da instituição. A convocação da história literária, os *corpora* bibliográficos disponibilizados, tudo isso se encontra ao serviço de um projeto de compendiar o conhecimento coletivo produzido na *Teoria da Literatura* e nos estudos literários, permitindo e favorecendo assim a produção de novo conhecimento. Se a obra se oferece como tratado de um entendimento semiótico da literatura, creio que é mais produtivo vê-la como

um compêndio de uma fase histórica do saber na disciplina, reunindo informação vasta sobre o conceito de literatura, gêneros literários, narratologia, texto, periodização, etc. (faço notar, aliás, que os tratados envelhecem mais do que os compêndios, nos quais sempre encontramos informações úteis). Neste entendimento, a obra ocupa uma posição peculiar na narrativa dos estudos literários modernos, uma vez que a passagem da sua versão inicial, como manual, à versão posterior, como compêndio, somatiza a crescente dificuldade de gestão da informação na disciplina, sobretudo a partir do momento em que ela explode, na transição dos anos 80 para 90. Nas reimpressões seguintes os capítulos vêm acompanhados de adendas bibliográficas que a um tempo manifestam o permanente esforço de atualização mas também a incapacidade para digerir toda a informação na forma de uma nova reescrita. Do mesmo modo, a não publicação do prometido vol. 2 acusa a dificuldade, senão mesmo a impossibilidade, de desdobrar o compêndio num outro volume, mantendo o mesmo e único autor (um gesto que se tornou extremamente raro, dando antes azo à publicação de volumes coletivos). Isso explica também, suponho, a sensação que por vezes se apodera do leitor de estar perante uma função-autor que coincide com o estado histórico do conhecimento na disciplina.

Esta, aliás, a maior divergência em relação ao livrinho de Jonathan Culler. No caso deste, a disciplina está irremediavelmente fragmentada, o seu objeto abalado e deslocado, com o legado funcionando em apêndice. Em Aguiar e Silva a história literária garante o objeto e, por seu turno, a tradição ativada pela Teoria, que recupera a da Poética, garante um conjunto de conhecimentos transmissíveis e indispensáveis à boa formação do estudante. É certo que este modelo não funciona já como a Teoria da Literatura do autor desejaria que funcionasse. Mas, se o modelo não funciona, a obra permanece útil, e mais útil ainda num panorama em que os percursos formativos deixaram de ser pré-formatados e únicos, o que faz com que

estudantes de doutoramento com escassa formação em estudos literários necessitem de uma obra com o seu perfil⁶.

Até porque, como se percebe facilmente, quando não há compêndio só há relação mestre-discípulo e, logo, clonagem furiosa, processo bem patente naquela pergunta recorrente em certos meios académicos: “Qual o teórico que você segue?” Creio que a lição academicamente mais elevada de Vítor Aguiar e Silva foi a de produzir uma obra cuja natureza inviabiliza quer a pergunta quer uma resposta fulanizada. Porque *seguir* a Teoria da Literatura de Vítor Aguiar e Silva é, sobretudo, seguir uma ideia de disciplina e um perfil de instituição, bem como o património concetual que garante à Teoria a sua ambição formativa. Ou seja, a de uma casa com muitas moradas.

<i>Contents</i>	
1. What is Theory?	1
2. What is Literature and Does it Matter?	18
3. Literature and Cultural Studies	43
4. Language, Meaning, and Interpretation	55
5. Rhetoric, Poetics, and Poetry	70
6. Narrative	83
7. Performative Language	95
8. Identity, Identification, and the Subject	110
<i>Appendix: Theoretical Schools and Movements</i>	123
<i>Citations and Further Reading</i>	133
<i>Index</i>	143

Índice de *Literary Theory. A Very Short Introduction*, de Jonathan Culler

⁶ A minha experiência num Programa de Doutoramento como o de Materialidades da Literatura, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com um corpo estudantil minoritariamente proveniente dos estudos literários é justamente essa. Por várias vezes me vi na necessidade de sugerir aos estudantes uma leitura transversal da *Teoria da Literatura* de Vítor Aguiar e Silva, antes de entrarem propriamente no trabalho de elaboração da tese de doutoramento.

A TEORIA DA LITERATURA DE VÍTOR AGUIAR E SILVA
E A SALA DE AULA

Referências bibliográficas

CULLER, Jonathan (1997). *Literary Theory. A Very Short Introduction*. Oxford, New York: Oxford University Press.

DE MAN, Paul (1989). *A Resistência à Teoria*. Lisboa: Edições 70.

SILVA, Vítor Aguiar e (1967). *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina.

SILVA, Vítor Aguiar e (1982). *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina, 4ª ed.

WELLEK, René e WARREN, Austin (1949). *Literary Theory*. NY: Harcourt, Brace and Company.

WELLEK, René e WARREN, Austin (1956). *Literary Theory*. NY: Harcourt, Brace and Company.

TÁBUA BIOBIBLIOGRÁFICA DE VÍTOR AGUIAR E SILVA

Vítor Manuel Pires de Aguiar e Silva nasceu no lugar de Real, concelho de Penalva do Castelo, distrito de Viseu, no dia 15 de setembro de 1939.

Em 1962, licenciado em Filologia Românica pela Universidade de Coimbra com a tese *Para uma interpretação do Classicismo*, foi contratado como assistente da Faculdade de Letras dessa Universidade. Doutorado em Literatura Portuguesa, com a dissertação *Maneirismo e Barroco na poesia lírica portuguesa* foi contratado como professor auxiliar pela mesma Faculdade em 1972.

De 1977 a 1980 lecionou, em regime de comissão de serviço, na Universidade do Minho. Em 1978 realizou as provas de concurso para professor extraordinário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tendo para isso publicado *Competência linguística e competência literária. Sobre a possibilidade de uma poética gerativa*, obra traduzida para espanhol e para japonês. Foi nomeado professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em dezembro de 1979. Finda a sua comissão de serviço, retomou a sua atividade universitária na Universidade de Coimbra em outubro de 1980, mas continuou a colaborar com a Universidade do Minho: lecionou, em cursos de licenciatura e de mestrado, a disciplina de Teoria da Literatura; fundou no ano de 1980 e dirigiu até à sua aposentação o Centro de Estudos Portugueses, depois, sob proposta sua, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho; criou e dirigiu a revista *Diacrítica*, publicação anual do mesmo Centro; foi membro do Conselho Científico da Universidade e do Senado. Em outubro de 1989, tomou posse como professor catedrático, por transferência, nesta mesma Universidade. Em janeiro de 1990, foi eleito Presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, lugar que desempenhou até junho do mesmo ano, quando foi nomeado Vice-Reitor, tendo ocupado o cargo até à data da sua aposentação voluntária em julho de 2002.

É Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Lisboa (2011) e pela Universidade dos Açores (2018).

Na Universidade de Indiana, foi “Fulbright Visiting Professor” no ano letivo 1981-82 e “Visiting Professor” no segundo semestre de 1984. Regeu cursos de curta duração e realizou conferências em diversas Universidades brasileiras e espanholas.

A sua vida de investigador e de professor tem vindo a ser dedicada à teoria da literatura, aos estudos de literatura portuguesa do maneirismo, do barroco e do modernismo.

Nestes domínios orientou inúmeras teses de doutoramento e de mestrado em várias Universidades nacionais.

No conjunto da sua obra de teoria literária, destaca-se o volume *Teoria da Literatura*, que publicou em 1967, e cujo cinquentenário o presente livro celebra. Vítor Aguiar e Silva publicou ainda *Teoria e metodologia literárias*, em 1990.

Nas suas investigações sobre o maneirismo e o barroco, merecem relevo os seus estudos camonianos: *Camões. Labirintos e fascínios*, de 1994 (*Prémio de Ensaio Jacinto do Prado Coelho* e *Prémio da Associação Portuguesa de Escritores*); *A lira dourada e a tuba canora: novos ensaios camonianos*, de 2008 (*Prémio Dom Diniz*); *Jorge de Sena e Camões. Trinta Anos de Amor e Melancolia*, de 2009 (*Prémio Jorge de Sena* e *Grande Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho*). Coordenou o *Dicionário Luís de Camões*, publicado em 2011 (*Prémio de Ensaio Jacinto do Prado Coelho*).

Ocupou-se da didática da literatura, muito em especial da literatura portuguesa, nos ensinamentos universitário e secundário, assim como dos problemas de uma política da língua portuguesa, em vários ensaios, muitos coligidos no volume *As Humanidades, os estudos culturais, o ensino da literatura e a política da língua portuguesa*, de 2010.

Foi nomeado para diversos cargos institucionais: membro da Comissão de Reforma do Sistema Educativo (1986 a 1988), tendo coordenado a proposta de criação do Instituto Camões; Coordenador do processo de avaliação dos cursos de Línguas, Literaturas e Culturas das Universidades portuguesas (2001-2002). Foi Coordenador da Comissão Nacional da Língua Portuguesa (1988 e 1991), membro do Conselho Geral do Instituto Camões (1992 a 1995) e membro do Conselho Nacional de Cultura (1996-1999).

Em 5 de outubro de 2004 foi agraciado pelo Presidente da República com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública. Recebeu ainda o *Prémio Vergílio Ferreira*, atribuído

pela Universidade de Évora em 2003; o *Prémio Vida Literária*, atribuído pela Associação Portuguesa de Escritores em 2007; o *Prémio Vasco Graça Moura – Cidadania Cultural*, em 2018.

A biblioteca do Instituto de Letras e Ciências Humanas, que passou a integrar o acervo bibliográfico do Centro de Estudos Humanísticos, recebeu, em dezembro de 2018, o nome do seu fundador: Biblioteca Vítor Aguiar e Silva.

NOTAS BIOBIBLIOGRÁFICAS
SOBRE OS AUTORES

Abel Barros Baptista é professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde coordena o Departamento de Estudos Portugueses. Tem publicados vários livros sobre as literaturas portuguesa e brasileira, em particular estudos sobre Camilo Castelo Branco e Machado de Assis. Dirigiu nos Livros Cotovia a coleção *Curso Breve de Literatura Brasileira*, em 14 volumes.

Carlos Reis é professor catedrático da Universidade de Coimbra, sendo especialista em Estudos Narrativos e em Literatura Portuguesa dos séculos XIX e XX, sobretudo no domínio dos estudos queirosianos. Autor de mais de vinte livros (último em data de publicação: *Dicionário de Estudos Narrativos*, 2018), ensinou em diversas universidades da Europa, dos Estados Unidos e do Brasil. Dirige a Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós (18 volumes publicados) e coordenou a *História Crítica da Literatura Portuguesa* (9 volumes). Foi diretor da Biblioteca Nacional, reitor da Universidade Aberta e presidente da Associação Internacional de Lusitanistas e da European Association of Distance Teaching Universities. É membro da Real Academia Española e da Academia das Ciências de Lisboa. Foi distinguido com os prémios Jacinto do Prado Coelho (1996), Eduardo Lourenço (2019) e Vergílio Ferreira (2020). Presentemente é coordenador científico do Centro de Literatura Portuguesa.

Fernando Cabo Aseguinolaza es catedrático de Teoría de la literatura y Literatura comparada en la Universidad de Santiago de Compostela. Fue Presidente de la Asociación Española de Teoría de la literatura. Ha realizado ediciones de *El guitón Onofre* (1988), *El Buscón* (1993, 2011) y *Execración contra los judíos* (1996). También es autor de *El concepto de género y la picaresca* (1992), *Infancia y modernidad literaria* (2001), *Manual de teoría de la literatura* (2006), junto con María do Cebreiro Rábade Villar, y *El lugar de la literatura*

española (2012). Fue también uno de los editores del primer volumen de *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, dentro de la serie *Comparative history of literatures in European languages* de la ICLA. En la actualidad, dirige, junto con María do Cebreiro Rábade, un proyecto de investigación titulado “Cartografías del afecto y usos públicos de la memoria: un análisis geoespacial de la obra de Rosalía de Castro”.

Joana Matos Frias ensina na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é membro do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, da Direção da Sociedade Portuguesa de Retórica, e investigadora da rede LyraCompoetics. Autora do livro *O Erro de Hamlet: Poesia e Dialética em Murilo Mendes* (Prémio de Ensaio Murilo Mendes), responsável pelas antologias *Um Beijo que Tivesse um Blue*, de Ana Cristina Cesar, e *Passagens: Poesia, Artes Plásticas*; corresponsável (com Luís Adriano Carlos) pela edição fac-similada dos Cadernos de Poesia, e (com Rosa Maria Martelo e Luís Miguel Queirós) pela antologia *Poemas com Cinema*. Tem publicado estudos no campo dos Estudos Interartes e de Intermedialidade, e a sua atividade crítica tem-se repartido por autores das literaturas portuguesa e brasileira modernas e contemporâneas. Em 2014-2015, publicou as coletâneas de ensaios *Repto, Rapto e Cinefilia e Cinefobia no Modernismo Português*; em 2018, publicou *O Murmúrio das Imagens* (Grande Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho/APE).

José Cândido de Oliveira Martins é Professor Associado da Universidade Católica Portuguesa (Braga). Membro do *Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos* (CEFH). Integra a Direção da AIL – *Associação Internacional de Lusitanistas*, presidida por Roberto Vecchi (Univ. de Bolonha), sendo Editor responsável da *Plataforma 9 – Portal Cultural do Mundo de Língua Portuguesa*, em parceria com a Fundação

Calouste Gulbenkian. Tem artigos publicados em revistas várias: *Abril*, *Colóquio-Letras*, *Diacrítica*, *Gragoatá*, *Límite*, *Relâmpago*, *Santa Barbara Portuguese Studies*, *Veredas*, etc.. Entre outros livros: *Teoria da Paródia Surrealista* (1995, pref. de Vítor Aguiar e Silva); *Fidelino de Figueiredo e a Crítica da Teoria Literária Positivista* (2007, pref. de Vítor Aguiar e Silva); *Alexandre Cabral (1917-1996), Dedicado Camilianista* (2017); *Viajar com Vasco Graça Moura* (2019). Dos volumes coletivos que coorganizou, destaque para: *Leituras do Desejo em Camilo Castelo Branco* (2010); *Pensar a Literatura no Séc. XXI* (2011); *Camões e os Contemporâneos* (2012); e *Maria Ondina Braga: Viagens e Culturas em Diálogo* (Braga, 2019).

Matheus de Brito é Bolseiro de Pós-doc da FAPESP. Atualmente realiza investigação pós-doutoral no Departamento de Teoria Literária do IEL/Unicamp, com projeto “O ethos do dissídio na lírica camoniana” financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (2017-2020). Doutorou-se com a tese *Materialidade e Contingência: Contribuições à reflexão estética nos estudos literários*, em Materialidades da Literatura pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e, sob regime de cotutela, em Teoria e História Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (2017). É licenciado em Português pela Universidade de Coimbra (2011). Colabora desde 2011 com o Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos e o Centro de Literatura Portuguesa. Suas áreas de interesse são a Teoria da literatura, a Historiografia literária, a Teoria Crítica e o Estudo dos *media*.

Oswaldo Manuel Silvestre ensina na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na área da Teoria da Literatura, da Literatura Brasileira e dos Estudos Artísticos. Publicou ensaios, livros e antologias sobre Carlos de Oliveira, Eça de Queirós, João Vário, política de língua, literatura portuguesa,

literatura comparada e literatura brasileira. É coordenador do Instituto de Estudos Brasileiros da sua Faculdade.

Paulo Meneses é Professor Auxiliar do então Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade dos Açores, agora parte da respetiva Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, sob o nome de Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas. Ensina Literatura Portuguesa Medieval, História da Língua Portuguesa, Cinema e Literatura, e Compreensão e Produção Textual, esferas disciplinares para as quais convergem, naturalmente, os seus interesses de estudo e investigação, publicados sob forma de livro, capítulo de livro ou de artigo académico.

Ricardo Namora é autor de *40 Anos de Teoria da Literatura em Portugal* (2011), *Teoria da Literatura e Interpretação: o Século XX em Três Argumentos* (2014), *Before the Trenches: a Mapping of Problems in Literary Interpretation* (2017) e *Uma Coisa Chamada Hermenêutica* (2018).

Rita Patrício é professora associada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. De 1994 a 2019, foi docente da Universidade do Minho e membro do seu Centro de Estudos Humanísticos. Publicou, em 2016, *Apontamentos. Pessoa, Nemésio, Drummond*; em 2012, *Episódios. Da teorização estética em Fernando Pessoa*; e, em 2001, *Conhecimento de poesia: a crítica literária segundo Vitorino Nemésio*. É autora de vários ensaios, em volumes coletivos e em revistas especializadas, decorrentes dos seus estudos sobre teoria da literatura e literatura portuguesa moderna e contemporânea, nomeadamente sobre Fernando Pessoa e Vitorino Nemésio. Organizou, com Carlos Mendes de Sousa, em 2004, o volume *Largo Mundo Alumiado – estudos em homenagem do Professor Vítor Aguiar e Silva*.

Rui Vieira de Castro é professor catedrático da Universidade do Minho. Desenvolve a sua atividade de ensino sobretudo nas áreas das Literacias e da Educação e Linguagem. Neste âmbito, colaborou com várias universidades portuguesas - Universidade do Algarve, Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa e Universidade do Porto - e estrangeiras - Universidade de Cabo Verde, Universidade Nacional Timor Lorosa'e e Universidade Pedagógica de Moçambique. Os seus interesses científicos incidem nas áreas da Educação e Linguagem, em especial nas questões do ensino do português, e das Literacias, com ênfase nos usos de linguagem em contexto de trabalho, tendo publicado mais de oitenta trabalhos académicos. Dirigiu a *Revista Portuguesa de Educação* e foi Presidente da Associação Portuguesa de Linguística. Colaborou com o Ministério da Educação de Portugal, no contexto de reformas curriculares, da formação de professores e da avaliação educacional. Vice-Reitor da Universidade do Minho entre 2009 e 2017, é desde esse ano Reitor dessa Universidade.

CONFERÊNCIAS DO CINQUENTENÁRIO

da Teoria da Literatura de Vítor Aguiar e Silva

Em 1967 foi editada em Coimbra, pela Livraria Almedina, a *Teoria da Literatura*, de Vítor Aguiar e Silva. Reeditada desde então, profundamente repensada a partir da 4ª edição, de 1981, editada no Brasil e traduzida para espanhol, a obra, que viria conhecer um significativo impacto no Brasil e no mundo hispânico, confunde-se com a história da disciplina introduzida nos currícula universitários portugueses com a reforma de 1957, vindo também a produzir efeitos no ensino da literatura nas escolas secundárias do país. Embora o seu autor tenha publicado depois uma série de obras de referência, quer no domínio da teoria da literatura, quer no dos estudos camonianos, dos estudos sobre o maneirismo e o barroco, ou sobre as humanidades, a *Teoria da Literatura* permanece a obra à qual o seu nome é de imediato associado.

As Universidades de Coimbra e do Minho associaram-se, no ano de 2017, numa comemoração dos 50 anos da 1ª edição da *Teoria da Literatura*. As Conferências do Cinquentenário discutiram as grandes questões colocadas pelo livro e pela obra de Vítor Aguiar e Silva no domínio da Teoria da Literatura e da sua relação com as Humanidades. O presente volume reúne essas conferências, juntando-lhe duas evocações, pelo próprio Vítor Aguiar e Silva, do seu percurso académico pelas duas universidades e do lugar do livro nesse percurso.



UMinho Editora



Universidade do Minho

ISBN 978-989-8974-15-0



9 789898 197415 >